Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós Graduação em Ciência Política

NATÁLIA NÓBREGA DE MELLO

Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade:

representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana

São Paulo
2009

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós Graduação em Ciência Política

Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade:

representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana

Natália Nóbrega de Mello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rossana Rocha Reis

São Paulo
2009

Resumo

As produções teóricas sobre os países pobres fundamentam a compreensão dessas nações – seus problemas e os meios de solucioná-los – em uma determinada representação do que seriam essas regiões do globo. Nesse sentido, é possível perceber que o próprio método científico para se abarcar o objeto, a possibilidade de se pensar em progresso, os termos desse progresso, tudo isso está baseado em uma determinada representação do que define esse atraso. A partir dessa perspectiva, esta dissertação analisa a transformação nos termos representacionais utilizados pela teoria do desenvolvimento político que foi produzida nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960. Esta teoria é um objeto especialmente qualificado de estudo por haver se afastado, durante a década de 1960, da representação econômica e ter inserido de forma privilegiada os termos da insegurança, instabilidade e da ordem. Além de destrinchar essas transformações teóricas esta dissertação intenta ainda compreendê-las no interior do contexto de que fazem parte. Tal perspectiva não pretende entender as características desta produção teórica meramente como reflexo direto de interesses econômicos e políticos, mas principalmente verificar como as idéias – incluindo aqui as formulações teóricas – são importantes articulações que delimitam uma determinada forma de representar ou compreender o entorno social e político e, com isso, guiam as ações que são dirigidas a esse entorno.

Palavras-chave: teoria do desenvolvimento político, instabilidade, ciência política norte-americana, política externa norte-americana, governo Kennedy.

Abstract

Theoretical literature on poor countries uses as a base for its comprehension of these nations – their problems and how to solve them – a certain representation of what these regions of the globe would be. Accordingly, it is possible to observe that the scientific method itself used to grasp the object, the possibility of thinking about progress and the terms of this progress, are all based on a certain representation of what defines this backwardness. From this perspective, this dissertation analyzes this transformation in the representational terms used by the theory of political development that was produced in the United States during the 1950s and 1960s. This theory is a specially qualified object of study, because during the 1960s, it moved away from an economic representation and inserted, in a privileged manner, aspects of insecurity, instability and order. Besides untangling these theoretical transformations, this dissertation intends furthermore to understand them within their own context. This perspective implies not just in an understanding of the characteristics of this theoretical literature merely as a direct reflection of economical and political interests, but mainly to verify how ideas - including their theoretical formulations - are important articulations that delimit a certain form of representing or understanding our social and political surroundings and, with this, guide actions that are directed to these surroundings.

Key words: political development theory, instability, American political science, US foreign policy, Kennedy government.

BRAZIL
BOLIVIA
COLOMBIA
U. S. A.
CANADA

Tudo o que eu quero dizer sobre esse sistema não é que ele é uma desfiguração de alguma essência oriental – no que eu não acredito nem por um momento -, mas que ele age como as representações costumam fazer, com um propósito, de acordo com uma tendência, em um cenário histórico, intelectual e até econômico específico. Ou seja, as representações têm propósitos, são efetivas na maior parte do tempo, cumprem uma ou muitas tarefas.

Edward Said

You know that it is less the facts that I am looking for than the traces of the movement of ideas and sentiments. It is that above all that I want to paint.…the difficulties are immense. The one that most troubles my mind comes from the mixture of history properly so called with historical philosophy. I still do not see how to mix these two things and yet, they must be mixed, for one could say that the first is the canvas and the second the color, and that it is necessary to have both at the same time in order to do the picture.

Tocqueville to Kagoulay, 1858

Agradecimentos

Qualquer pesquisa acadêmica exige, em maior ou menor grau, um grande período de trabalho individual e insulado. No entanto, essa necessidade não pode ser confundida, sequer por um momento, com uma situação de isolamento. Os períodos individuais e insulados seriam impossíveis sem o contato com outros pesquisadores, outras investigações e outros problemas. Da mesma maneira, esses momentos não se concretizariam sem a convergência de uma série de fatores contextuais que tornem os retiros possíveis.

Esta dissertação é resultado, primeiro de tudo, do estímulo disciplinar do Prof. Holger Lengfeld (FU-Berlin) que foi o primeiro a me revelar a importância de se entender as especificidades da teoria da modernização norte-americana do pós-guerra.

Agradeço à minha orientadora, Rossana Rocha Reis, por sempre haver me concedido espaço e impulso para saltar e me auxiliado a discernir quais saltos valiam a pena. Não poderia deixar de reconhecer ainda como foi importante a minha participação no Projeto Temático "Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro", ponte de diálogo para diversas formulações da presente dissertação. Sou grata à Élide Rugai, Fabio Candotti, Douglas Anfra e Álvaro Comin por leituras e comentários de partes e versões desta dissertação. A minha banca de qualificação, Vera Cepêda e Gildo Brandão, me auxiliou imensamente a enxergar os problemas da minha pesquisa e, como se não bastasse, ainda apontou soluções. Minha gratidão ainda à minha tia Lena, por ter identificado problemas e vícios de escrita. Devo a todas essas pessoas muitos dos acertos desta dissertação. Os erros são todos minha inteira responsabilidade.

Devo a realização desta dissertação, ainda, a uma série de pessoas que contribuíram, bem como foram afetadas pela minha decisão de cursar pós-graduação. Aos funcionários do departamento de ciência política – Rái, Vivi, Léo, Márcia e Ana Maria –, meu muito obrigado pela paciência e solidariedade. Agradeço, sobretudo, à minha mãe e minhas irmãs por terem tornado o meu insulamento possível, apesar do período excepcional em que vivemos. Ao Fabinho e à Clarissa devo grande parte da sanidade preservada durante esse período.

Minha gratidão eterna é, sem dúvida, a meus pais e irmãs pelo amor e estímulo.

Lista de Abreviaturas

AID.....*Agency of International Development* – Agência de Desenvolvimento Internacional

AL.....América Latina

CCP ..... *Committee on Comparative Politics* – Comitê em Política Comparada

CIA.....*Central Intelligence Agency* – Agência Central de Inteligência

DoD.....*Department of Defense* – Departamento de Defesa

EUA.....Estados Unidos da América

JFK.....John F. Kennedy

MIT.....*Massachusetts Institute of Technology* – Instituto de Tecnologia de Massachusetts

OEA.....Organização dos Estados Americanos

PIB.....Produto Interno Bruto

SSRC.....Social Science Research Council – Conselho de Pesquisa em Ciência Social

US.....*United States* –Estados Unidos

USIA.....*United States Information Agency* – Agência de Informação dos Estados Unidos

1. Introdução 3

Teorias e Políticas do Desenvolvimento Econômico 5

Discursos sobre a pobreza como problema de segurança 8

Idéias e Ação Política no Debate Teórico 11

A representação acadêmica do país pobre como objeto de pesquisa: uma análise das teorias do desenvolvimento político produzidas nos Estados Unidos 18

A "História Oficial" da Teoria do Desenvolvimento Político 19

Estrutura da Dissertação e Justificativa para a Seleção de Obras 33

2. Clássicos da Teoria do Desenvolvimento Político 40

Apresentação Obras 41

Antiga representação e modo de análise dos países não-Ocidentais 47

Abordagem dinâmica e economia 49

Sociedade Dual 50

Sistema político 54

Auto-Representação: economia, evolução linear, história consensual 55

Comentários Finais sobre a Produção Teórica 62

Política Externa e Produção Teórica 64

3. A Evolução do Pensamento dos Clássicos ou Como o Desenvolvimento Político se tornou um Processo Independente 79

Apresentação das Obras 80

Novo Relacionamento entre a Teoria do Desenvolvimento Político e a Teoria do Desenvolvimento Econômico 84

O Declínio da Análise Dual 89

Enfim, o desenvolvimento político 93

Para além dos termos econômicos e sociológicos: nova divisão entre pares assimétricos? 98

A Cultura Cívica – de Gabriel Almond e Sidney Verba 101

Comentários Finais: balanço das continuidades e mudanças no pensamento 104

4. A Ordem Política e o Abandono do Projeto de Modernização e Desenvolvimento Econômico 108

Apresentação das Obras 109

Modernização *versus* institucionalização 110

O Hiato entre o Campo e a Cidade 119

Caminhos para o Desenvolvimento Político ou Como transformar velas em âncoras 121

Estabilidade e Instabilidade: novo referencial de identidade e assimetria 123

Comentários Finais sobre a Produção Teórica 126

As transformações teóricas e seu contexto 128

5. Conclusão 152

6. Bibliografia 159

7. Citações no Original 175

1. Introdução

> "Mais do que a metade das pessoas estão vivendo em condições que se aproximam da miséria. A comida delas é inadequada, elas são vítimas de doenças. A vida econômica delas é primitiva e estagnante. A pobreza delas é um obstáculo e uma ameaça para elas e também para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história a humanidade possui o conhecimento e as ferramentas para aliviar o sofrimento dessas pessoas....Eu acredito que nós devemos tornar disponível para aqueles que amam a paz os benefícios do nosso arsenal de conhecimento técnico com o objetivo de ajudar a eles a realizarem suas aspirações por uma vida melhor...O que nós contemplamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de relacionamento realmente democrático...Maior produção é a chave para prosperidade e paz. E a chave para maior produção é uma mais ampla e mais vigorosa aplicação do moderno conhecimento técnico e científico."
> **Harry Truman** no seu discurso inaugural como presidente dos EUA em 20 de janeiro de 1949 [*tradução própria*]

> "A pobreza é a ameaça sistêmica mais fundamental que a humanidade enfrenta. Os hiatos crescentes entre os ricos e os pobres no interior das nações e o abismo entre nações prósperas e empobrecidas são moralmente vergonhosos, economicamente devastadores e socialmente têm potencial explosivo. Não basta aumentar o tamanho do bolo. O modo como ele é distribuído é profundamente relevante. Se os pobres forem deixados sem esperanças, a pobreza irá solapar as sociedades por meio de confrontos, violência e desordem civil. Nós não podemos ignorar a pobreza em nenhum lugar."
> **Michel Camdessus** no seu discurso final antes de deixar a posição de diretor do FMI (discurso proferido na conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento em fevereiro de 2000) [*tradução própria*[1]]

Ambos os discursos acima transcritos baseiam suas declarações em uma explícita e constante repetição do que define a pobreza e os países pobres de uma maneira geral. A representação dos dilemas contemporâneos, a indicação do caminho a ser seguido para a transformação da atual condição e até mesmo a necessidade de se colocar a mão na massa, tudo isso está baseado, em ambas as citações, em uma determinada concepção do que é a pobreza. É justamente o modo de descrição, de exposição, de caracterização dos países pobres que é o tema central desta dissertação.

A análise foca em teorias do desenvolvimento produzidas nos Estados Unidos entre 1950 e 1970 que representam as regiões pobres de uma forma específica que se tornou referência para a comunidade científica, as populações, os governos, as fundações e as organizações não governamentais dos países ricos. Como as citações iniciais indicam, ao se produzir uma imagem do que define as regiões mais vulneráveis do globo, produz-se igualmente, por conseqüência, um modo objetivo/científico de se traduzir o que são os países pobres, a missão dos países ricos em terras menos

avançadas e também os termos em que um possível progresso deve ser avaliado (inclusive a própria necessidade e possibilidade de se pensar em progresso).

As citações acima delimitam também o tema desta dissertação. Entre os dois discursos, proferidos com uma distância de 51 anos, existe uma mudança substancial no modo de conceber os problemas típicos dos países pobres. Uma análise pormenorizada das diferenças entre a visão proposta por cada uma dessas citações introduz a questão desta dissertação.

A diferença entre ambos os discursos concentra-se no peso e até na própria natureza com que aparecem os termos do desenvolvimento econômico, de um lado, e da pobreza como fomentadora da violência, de outro. Enquanto Truman descreve o tempo todo a pobreza a partir dos sentidos tradicionalmente ligados à idéia de subdesenvolvimento econômico (1. *miséria*, 2. *comida inadequada*, 3. *vítimas de doenças*, 4. *vida econômica primitiva*, 5. *vida econômica estagnante*), essa questão praticamente não aparece em Camdessus. Somente uma citação remete a esse fato (*hiatos crescentes entre os ricos e os pobres no interior das nações e o abismo entre nações prósperas e empobrecidas são economicamente devastadores*).

No lugar da categoria econômica, o que define a pobreza no discurso de Camdessus é o seu reconhecido enlace com a violência e a insegurança (1. *A pobreza é a ameaça sistêmica mais fundamental que a humanidade enfrenta*, 2. *hiatos crescentes entre os ricos e os pobres no interior das nações e o abismo entre nações prósperas e empobrecidas têm potencial social explosivo,* 3. *a pobreza irá solapar as sociedades por meio de confrontos*, 4. *a pobreza irá solapar as sociedades por meio de violência,* 5. *a pobreza irá solapar as sociedades por meio de desordem civil*). O discurso de Truman por sua vez só remete à violência e à insegurança em dois momentos (1. *A pobreza deles é um obstáculo e uma ameaça para eles e também para as áreas mais prósperas*, 2. *tornar disponível para aqueles que amam a paz os benefícios do nosso arsenal de conhecimento técnico*).[1]

A transformação discursiva na forma de representar os países pobres em teorias produzidas nos Estados Unidos é o tema central desta dissertação. Para que o problema

[1] Além da questão econômica e da violência aparece nos dois textos um componente moral. Entretanto os dois discursos dão o mesmo peso ao problema moral, dado que aparece somente uma vez em cada um dos trechos. Em Truman aparece mais indiretamente na frase *Pela primeira vez na história a humanidade possui o conhecimento e as ferramentas para aliviar o sofrimento dessas pessoas*, e Camdessus afirma mais diretamente que *hiatos crescentes entre os ricos e os pobres ... são moralmente vergonhosos*.

e o objetivo possam ser delimitados, é necessário circunscrever mais detidamente cada um desses discursos.

Teorias e Políticas do Desenvolvimento Econômico

O discurso acima, do presidente Harry Truman, pronunciado em 1949 como discurso inaugural de sua presidência, foi gerador de uma doutrina de ação política que ineditamente propunha o uso sistemático e organizado dos progressos científicos e industriais para o desenvolvimento das áreas mais atrasadas. Essa doutrina ficou conhecida como Ponto Quatro, uma vez que foi o último objetivo anunciado dos quatro pontos que seriam guias da política externa do seu governo.

Antes do Ponto Quatro de Truman, desde 1948, alguns conceitos do Plano Marshall de recuperação européia já estavam sendo transferidos pela "Administração de Cooperação Econômica" (*Economic Cooperation Administration* – ECA) para o leste e sudeste asiático. Entretanto, até então essa transferência não estava inserida em um plano compreensivo e unificado de ajuda para os países pobres. Inicialmente usado na China, a brecha aberta foi ainda utilizada para outros países asiáticos – Indochina, Tailândia, Filipinas e Coréia. Apesar de haver uma boa diferença no propósito da ação em cada um desses países – no caso da China, por exemplo, o programa tinha o modesto objetivo de barrar a deterioração econômica que estava ocorrendo no país, enquanto na Coréia assumia-se mais ambiciosamente prevenir a agitação [*unrest*] e formar as bases para um Estado democrático –, essas diferentes intervenções tinham como base comum o uso, de forma semelhante ao Plano Marshall, da assistência técnica, militar e econômica (sendo essa última bem menos substantiva) para o desenvolvimento econômico, acreditando-se que esse desenvolvimento acabaria por estabilizar os processos políticos. (cf. PACKENHAM, 1973)

É impossível separar completamente a emergência de ações para o desenvolvimento dos países pobres da contemporânea emergência de uma teoria do desenvolvimento econômico. Até aquele período, a idéia de desenvolvimento era quase que inteiramente estranha à economia. Antes da década de 1940, o termo só havia sido usado no sentido que possui hoje por Schumpeter, por Marx e pelos historiadores do

Império britânico[2]. Mas nesses pensadores, a idéia de desenvolvimento era vista em termos genéricos (progresso social, elevação dos níveis de vida, ampliação da liberdade) e somente a partir da década de 1940 assume termos mais concretos [3] e referência explícita aos países pobres. A grande mudança interna na disciplina que possibilitou a emergência desse novo conceito foi a visão da economia enquanto uma totalidade autocontida, internamente dinâmica, separada de outras economias e sujeita à intervenção do Estado. Se o *laissez faire* retirava o Estado cognitivamente da economia, o novo movimento, que teve John Keynes como o mais influente preconizador, recolocava-o. Somente a partir daí se abriu espaço para uma teoria do crescimento econômico e das possibilidades de intervenções concretas para estimulá-lo. Segundo Makki (2004), é como uma subdisciplina do crescimento econômico que emerge pela primeira vez a economia do desenvolvimento. Também Latham (2000) afirma que a teoria econômica do desenvolvimento teria surgido como uma versão modificada da teoria keynesiana. Enquanto Keynes postulava um equilíbrio entre oferta e demanda, a nova perspectiva apostava no equilíbrio entre investimento e poupança como base para o desenvolvimento. Latham afirma que a partir daí emergiram os paradigmas estruturalistas – nos Estados Unidos e na América Latina – reivindicando uma visão do desenvolvimento econômico enquanto transformação global.

A importância da economia do desenvolvimento vai além da prescrição de medidas a serem tomadas para crescer e tornar-se auto-sustentado, uma vez que esses modos de pensar e agir permitiam acima de tudo inserir regiões do mundo, ainda amplamente desconhecidas pelos Estados Unidos, dentro de um paradigma explicativo e compreensivo. Com esse novo conhecimento, ao invés de ignorância e inação, os Estados Unidos estavam equipados para uma nova ordem mundial e para a nova posição que eles ineditamente ocupavam nessa ordem.

Em nenhum momento houve uma maior aproximação entre idéias e prática do que durante o governo Kennedy. Segundo Haefele (2003), a proposta do governo

[2] Esse uso pelos historiadores do Império Britânico ocorre já no século XX, ou seja, em um período em que se buscavam meios de se reafirmar a necessidade da intervenção externa já que a estrutura colonial estava começando a sofrer os primeiros questionamentos.

[3] Sobre esses sentidos concretos, Escobar indica quais são as premissas da nova categoria: a crença no papel da modernização na destruição de relações arcaicas, a necessária e inevitável progressividade da modernização, a crença de que o progresso só poderia ser atingido por avanço material, a visão de que o investimento de capital seria o ingrediente mais importante e de que a ação ativa dos governos (dos países em desenvolvimento e desenvolvidos) e das organizações internacionais era crucial. O desenvolvimento seria caracterizado então como o todo resultante da relação sistemática entre esses elementos. (cf. ESCOBAR, 1995)

Kennedy de colocar o desenvolvimento como o principal objetivo da ajuda externa[4] e acima de tudo o propósito final de alcançar o crescimento auto-sustentado seriam decorrentes da aproximação direta entre o político e o economista W. W.Rostow. Desde o primeiro encontro entre Rostow e Kennedy, em 1958, o então senador teria se interessado pelas idéias desenvolvimentistas do economista como embasamento para uma ação anticomunista mais concentrada do que aquela que até então estaria em vigor. O alvo eminentemente prático das propostas de Rostow[5] explica por que elas se tornariam especialmente atraentes para um presidenciável em busca de um novo programa de ação. Rostow afirmava ser possível: – determinar o estágio de desenvolvimento do país e afirmar quando a arrancada desenvolvimentista (*take-off*) teria iniciado; – ter um método confiável para a distribuição dos recursos de modo que esses pudessem ser utilizados com efetividade máxima; – medir o volume necessário de ajuda para que o país arrancasse e, com isso, prever um orçamento máximo necessário[6]; – prever o tempo total necessário de ajuda[7]. (cf. ROSTOW, 1974 e HAEFELE, 2003)

Além disso, esse pragmatismo definidor de estágios e medidas necessárias facilitava imensamente a tarefa de compreender países assustadoramente desconhecidos e diversos. É o que relata a citação abaixo:

> A teoria de etapas do desenvolvimento de Rostow ofereceu uma atraente ferramenta analítica para *policymakers* norte-americanos. O número crescente de nações pós-coloniais adentrando a arena global ameaçou adicionar complexidade desnorteante para as relações externas dos EUA. Rostow forneceu um sistema que impôs ordem neste caos porque, segundo seu modelo, todas as nações estavam meramente em pontos diferentes de um mesmo curso de desenvolvimento.(HAEFELE, 2003, p. 86) [*tradução própria*[II]]

---

[4] Segundo Haefele (2003), o governo Kennedy teria priorizado a ajuda ao desenvolvimento em relação às ajudas militares. No entanto, como o próprio autor acaba reconhecendo, foi esse mesmo governo que intensificou os programas de contra-insurgência financiados pelo departamento de defesa. Ainda assim, o governo Kennedy elevou de fato a ajuda ao desenvolvimento econômico e muitos documentos revelam que havia a crença de que a transformação econômica acabaria por estabilizar os processos políticos.

[5] Ver Millikan, M & Rostow, W. (1957) (et all) A Proposal: key to an effective foreign policy. New York Harper.

[6] Sua previsão era que, para que os países pobres alcançassem um desenvolvimento auto-sustentado, não seria necessário aos Estados Unidos o gasto de mais do que 2 bilhões de dólares ao ano.

[7] Em seu artigo de 1956, esse tempo era de 20 a 30 anos, já no documento dirigido diretamente para *policy* de 1957 previa-se no máximo de uma a duas décadas.

Discursos sobre a pobreza como problema de segurança

Compreender o segundo discurso, em particular a relação que esse estabelece entre pobreza e violência, emerge como uma tarefa muito mais complexa do que tratar do discurso desenvolvimentista econômico. Em primeiro lugar, porque a perspectiva econômica sobre os países pobres alcançou tamanho consenso, que pode ser debatida sem necessidade de muitas apresentações, o que não se aplica ao discurso que relaciona pobreza e [in]segurança. Qualquer análise desse último não pode dispensar uma introdução do tema.

Antes de mais nada, vale a pena indicar que não é necessário afastar-se tanto da época do presidente Truman para encontrar perspectivas que relacionem pobreza e [in]segurança. O discurso abaixo do secretário de segurança Robert Mc Namara durante o governo de Lyndon Johnson exemplifica isso:

> Aproximadamente 100 países estão hoje envolvidos na difícil transição das sociedades tradicionais para as modernas. Não há nenhuma taxa de progresso uniforme entre eles, e eles variam desde mosaicos primitivos fragmentados por tribalismo e mantidos unidos com fraqueza por frágeis poderes políticos até países relativamente sofisticados, no caminho para a suficiência na agricultura e competência industrial.
> Essa abrangente explosão de desenvolvimento, particularmente em toda parte sul do globo, não tem paralelo na história. Isso transformou áreas do mundo tradicionalmente apáticas em caldeirões de mudança.
> No geral, não tem sido um processo muito pacífico.
> Apenas nos últimos 8 anos ocorreram não menos que 164 erupções de violência internacionalmente significantes, cada uma delas projetada especificamente como um desafio sério à autoridade, ou à própria existência, do governo em questão. Oitenta e dois governos diferentes estiveram diretamente envolvidos.
> [...]
> Desde 1958, 87% das nações muito pobres, 69% das nações pobres e 48% das nações de rendimento médio sofreram sérias violências.
> Não pode haver dúvida, então, de que há uma relação irrefutável entre violência e atraso econômico. (MCNAMARA, 1966) [*tradução própria*[III]]

Para apresentar essa nova representação que relaciona pobreza à insegurança, é importante apontar não apenas como tal associação não é um fenômeno tão recente quanto poderia ser suposto, mas também deve ser tratado quais são os problemas de insegurança nos países pobres que são percebidos por esse registro. No discurso inicial de Camdessus, do FMI, a insegurança é apresentada pela violência e a desordem civil. Semelhantemente, McNamara também remete na citação acima às erupções de

violência, apesar de estar inserido em um mundo 35 anos mais novo que aquele no qual Camsessus profere o seu discurso. As três citações abaixo indicam outras percepções de insegurança:

> Em muitos casos, a ausência de monitoramento transformou esses territórios [províncias separatistas] em santuários para o contrabando e o tráfico ilegal de armas, pessoas e drogas. A corrupção e os abusos dos direitos humanos são constantes. Essas áreas são marcadas por sua falta de procedimentos eleitorais democráticos e por sua imprensa parcial ou dirigida. A dimensão étnica do problema é freqüentemente exagerada para ajudar a disfarçar as práticas criminosas. **Viktor Yushchenko** – presidente da Ucrânia
> (YUSHCHENKO, 2008, p. 23)

> Os eventos do 11 de Setembro de 2001 nos ensinaram que Estados fracos, como o Afeganistão, podem representar um perigo tão grande para os interesses nacionais como os Estados fortes. A pobreza não torna as pessoas pobres terroristas e assassinas. No entanto, a pobreza, instituições fracas e a corrupção podem tornar os Estados fracos vulneráveis às redes terroristas e cartéis de drogas no interior de suas fronteiras.
> **George W. Bush** em carta inicial da "Estratégia de Segurança Nacional" (*National Security Strategy*) de 2002 (UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, 2002) [*tradução própria*]

> A Bolívia, a Colômbia e o Peru **são** o problema da cocaína. Nenhum dos governos desses três países produtores se recusa a lidar com os traficantes, mas todos são conscientes do custo do sucesso. Uma alta percentagem de emprego na Bolívia se encontra na indústria da droga e a Bolívia e o Peru enfrentam déficit de câmbio externo que será exacerbado pelo declínio em rendimentos advindos da coca/cocaína. Enquanto a Colômbia tem uma base econômica mais estável, o seu sistema judicial é o enlace mais fraco de uma cadeia de aplicação [*enforcement*] sujeita às ameaças homicidas e suborno. [grifo do original] (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE, 1989) [*tradução própria*[IV]]

As citações acima indicam como o tráfico – de drogas, pessoas ou armas – e o terrorismo também são percebidos como fenômenos típicos de países pobres incapazes de oferecerem atividades econômicas legais para a população, e também caracterizados pela ausência de procedimentos democráticos e/ou jurídicos efetivos e com potencial para barrar esses fluxos.

Como último exemplo, a citação a seguir de uma reportagem de jornal demonstra como essa representação que associa os países pobres à insegurança não aparece apenas em discursos, pronunciamentos e intervenções escritas de grandes personalidades ou instituições públicas, mas também em reportagens que se baseiam nesses pronunciamentos, assim como em outras fontes:

> O secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, teme que a crise [de alta do preço dos alimentos] seja usada por opositores ou rebeldes em alguns países para derrubar governos ou minar processos de redemocratização. 'Temos de ter cautela para lidar com esse problema', disse Ben ao **Estado**. 'Por isso, estou pedindo que as tropas de paz da ONU fiquem atentas e garantam a alimentação das populações'.
>
> Não seria a primeira vez que a disputa por alimentos provocaria guerras ou golpes de Estado. Na Libéria, o então presidente William Tolbert foi assassinado em 1980 em um protesto contra alta no preço do arroz.
>
> Para a União Inter-Africana de Defesa dos Direitos Humanos, os governos que deveriam estar empenhados em garantir a democracia estão agora usando, contra famintos, a mesma tática de repressão de guerras civis. Para a ONU, há um retrocesso nas democracias da África – em 21 países do continente, a crise alimentar está se transformando numa questão de segurança. (BARBA & CHADE, 2008, p. 16)

Essa apresentação inicial do tema a partir de diferentes fontes teve o intuito de introduzir uma representação ainda relativamente desconhecida (ou seria melhor dizer ignorada?) quando comparada com a perspectiva mais hegemônica que relaciona a pobreza ao desenvolvimento econômico. Nas citações acima, o objetivo foi indicar que, apesar desse relativo desconhecimento, é possível identificar essa representação em textos e discursos de diferentes fontes, diferentes épocas e que percebem problemas diferentes como sintomas da insegurança dos países pobres. Além disso, é possível perceber como cada uma dessas citações utilizou-se de uma mesma representação para compreender diferentes países pobres ou regiões no interior desses países e até mesmo para tratar dos países pobres de uma forma geral.

Considerando, portanto, a relativa longevidade dessa nova representação, o seu constante uso, bem como a diversidade de países que já foram a partir dela retratados, fica claro como seria ilusório pensar que a desvantajosa posição dessa representação poderia ser interpretada meramente como resultado da baixa importância, baixa dispersão ou mesmo do curto período de tempo de existência dela.

O segundo ponto que torna a análise da perspectiva de segurança em relação à pobreza um tema mais espinhoso é o fato de que enquanto a primeira forma de representação possui uma conhecida teoria acadêmica que teve o seu auge conjuntamente com o auge político da idéia de desenvolvimento, no segundo caso essa associação não emerge de forma tão clara. No caso do desenvolvimento econômico, mesmo sem considerarmos a teoria acadêmica como fonte ou conseqüência das doutrinas ou práticas políticas de desenvolvimento, a produtividade que ambas

alcançaram no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial permite imaginar que existia um respaldo de mão dupla ou talvez afinidades eletivas entre as duas diferentes atividades discursivas.

No atual nível de conhecimento sobre o enlace discursivo entre pobreza e insegurança, assumir o mesmo grau de associação entre teorias acadêmicas e práticas políticas seria uma afirmação apressada. Em todo caso, deve ser ressaltado que descobrir qual seria a fonte teórica desse discurso político ou então qual foi o resultado para as pesquisas acadêmicas da emergência dessa abordagem política não é o objetivo desta dissertação. Ainda assim, ao se rejeitar essa busca de explicações causais (em que cada evento possui apenas uma causa), não se rejeita por completo a validade de um estudo das transformações do pensamento acadêmico sobre os países pobres. Para entrar nesse assunto, antes de tudo, uma discussão teórico-conceitual do tema desta dissertação precisa ser feita.

Idéias e Ação Política no Debate Teórico

Para entender a transformação discursiva na forma de representar os países pobres, o maior desafio desta dissertação é definir qual seria melhor forma de relacionar, para os presentes propósitos, as idéias e a política.

Primeiro de tudo, esse desafio está posto por causa do baixo interesse que esse tema teve no estudo da política. Chisholm (2005) retrata como na Ciência Política norte-americana o estudo de crenças, valores ou da cultura de uma forma geral – na revolução *behaviorista*, na bibliografia sobre cultura política mais recente ou sobre a terceira onda da democratização – ao mesmo tempo em que valorizou a importância das crenças e dos valores na forma que irá assumir a ação política, negligenciou as idéias enquanto articulações conscientes e manipuláveis que afetam a política. Ou seja, negligenciaram-se as idéias enquanto: - guias para a ação; - fatores de compreensão da realidade; - e base para a crítica. Em outra chave – a estruturalista – a única idéia realmente percebida era a ideologia, vista como mero epifenômeno da base econômica.

Para enfrentar esses dilemas apontados por Chisholm, esta dissertação buscou entender como as idéias são articulações conscientemente manipuladas no interior de um determinado contexto social e político e, portanto, respostas a essas circunstâncias em que tiveram origem, mas ao mesmo tempo não podem ser entendidas como mero

produto dessas circunstâncias. As idéias possuem necessariamente certa autonomia do contexto mais amplo da qual fazem parte, uma vez que é por meio da linguagem que o contexto é representado ou compreendido, fornecendo assim as categorias e as gramáticas por meio da qual a experiência social poderá ser assimilada. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as idéias reagem às circunstâncias de que fazem parte, elas também afetam, por sua vez, o seu entorno, pois delimitam uma determinada forma de representá-lo ou compreendê-lo e com isso guiam a ação.[8] Enquanto guia da ação, deve-se atentar para a abertura de determinados horizontes ou de mundos possíveis que se realiza com uma determinada apreensão lingüística do entorno social e político. É o que revela a citação abaixo de Koselleck:

> Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também o seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias. Por isso, a história dos conceitos é capaz de investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica. (KOSELLECK, 2006, p. 109)

Esta dissertação foca, portanto, na *representação dos países pobres* assumindo a perspectiva de que as idéias são articulações conscientemente manipuladas em reação a determinados contextos, ao mesmo tempo em que afetam esse entorno social e político ao guiarem a ação.

Tem sido freqüentemente reconhecido ou apontado como a imagem de um grupo ou de uma sociedade se forma no interior de um contexto político e econômico, conformando uma base de apoio para certas ações na arena política. Apesar de diferenças significativas, esse argumento está relativamente disseminado nas ciências sociais. (cf. NOVAES, 1993; SALVATORE, 2006; CAMPBELL,1998; KOSELLECK, 2006; POCOCK, 2003; CHISHOLM, 2005; JASMIN, 2007 e SAID, 1990) Mesmo existindo uma relativa difusão, algumas observações e esclarecimentos devem ser feitos a respeito dessa perspectiva.

Primeiro de tudo, a perspectiva que é assumida aqui está fundamentada nos trabalhos da crítica pós-colonial. (cf. SALVATORE, 2006; JOSEPH et all, 1998; HALL, 2003 e SAID, 1990) Assumir a perspectiva pós-colonial na análise das representações e das ações políticas significa focar continuamente não apenas na prática

[8] Apesar de substanciais diferenças se aproximam dessa perspectiva Chisholm, 2005; Lukács, 1969; Pocock, 2003; Jasmin, 2007 e Koselleck, 2006.

que uma determinada representação viabiliza, mas também nas identidades desiguais que são produzidas por esse processo. Como foi apresentado por Said em seu livro clássico "O Orientalismo" (1990), o consenso das representações sobre o Oriente produziu o sentido de uma superioridade européia em contraste com o atraso oriental.

No caso dos dois discursos que são objetos de estudo desta dissertação, é possível perceber claramente como essas representações constroem identidades desiguais e hierárquicas de "nós" versus "eles".

Quando o analfabetismo, a miséria, a baixa educação, os sistemas políticos ilegítimos etc. são abordados, não apenas se constitui uma imagem predominante do que são as regiões em desenvolvimento, como também se consolida uma visão do que é o desenvolvimento. É impossível entender as representações emergentes sem perceber que, ao mesmo tempo em que se constrói um país que por não ser desenvolvido é dotado de problemas sociais, tecnológicos, políticos e econômicos, se configura a existência de um outro grupo que já alcançou o desenvolvimento. Esse grupo seria espaço, portanto, dos direitos sociais, econômicos e políticos e onde a injustiça e a ilegitimidade estariam ausentes. São países que já chegaram lá, ao contrário dos em desenvolvimento, que estão em uma espécie de sala de espera aguardando a sua vez de desfrutarem também do progresso social.

Da mesma forma, a associação direta de instabilidade, violência e insegurança com os países pobres narra uma "estória" da divisão entre dois tipos de países, sendo os primeiros uma região de conflito e os segundos uma região pacífica, e sendo ainda aquele um disseminador de desgraças enquanto o outro sofre o único mal de ser atingindo por essas ameaças pelas quais ele não tem nenhuma responsabilidade. Esse ponto manifesta-se com bastante clareza na citação abaixo, de Duffield, sobre a literatura das novas guerras:

> Descrições convencionais criam uma série de dicotomias implícitas de "nós" e "eles". As *guerras deles*, por exemplo, são internas, ilegítimas, fundadas nas identidades, caracterizadas por destruições desenfreadas, abusam de civis, levam à regressão social, contam com violência privatizada, e assim por diante. Por implicação, *nossas guerras* são entre Estados, são legítimas e politicamente motivadas, demonstram moderação, respeitam civis, levam ao avanço social e são baseadas em forças responsáveis [*accountable*]. Ao descrever a guerra deles, por implicação, esses enunciados sugerem vastamente como nós gostamos de compreender a nossa própria violência. Eles estabelecem, em outras palavras, um contraste formativo entre traços de barbaridade, excesso e irracionalidade

> das *margens*, e características de civilidade, moderação e racionalidade das *metrópoles*. (DUFFIELD, 2002, p. 1052) [*tradução própria*[V]]

Em suma, é possível perceber nos dois modos de representação a construção de identidades desiguais entre desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como países estáveis e seguros *versus* países em constante conflito. Por causa dessa construção de identidades desiguais, Said argumentou que o orientalismo não objetivava falar a "verdade" sobre o Oriente, mas era acima de tudo um modo de se pensar e se colocar as diferenças entre o Ocidente e o Oriente. O argumento clássico de Said das representações como sendo essencialmente produtivas – produzem o Oriente, o Ocidente, e uma relação específica entre essas duas regiões do globo – não está livre da necessidade de algumas observações.

Além da produção de identidades assimétricas, a crítica pós-colonial indica como essas identidades são produzidas em relação a um determinado contexto político de que fazem parte. Apesar da disseminação desse argumento de que uma representação não pode ser dissociada de seu contexto político, essa posição ainda é rejeitada, pois é interpretada como a afirmação da existência de um plano deliberado de algum ator político para produzir mentiras que legitimem certas políticas. O problema é que esse argumento assume que os interesses são pré-existentes às idéias e dessa forma as práticas culturais ou de conhecimento têm a única função de legitimar esse interesse pré-existente, ou seja, o conhecimento e a cultura são meramente determinados pela economia e pela política. Rejeitando essa visão reducionista, a perspectiva defendida aqui é que a construção de uma representação ou discurso – seja ele acadêmico ou mais eminentemente político – é justamente o que permite que um objeto se torne cognoscível, reconhecível, compreensível e, portanto, possível de ser objeto de cálculos ou estratégias.

Nesse sentido, não é argumentado aqui que essas representações são parte de algum plano de confabulação, nem de uma fábula que não tem nada em comum com os problemas "reais" dos países pobres. O argumento é que representações são representações, isso significa que elas não podem ser retratos verídicos de qualquer realidade, pois são necessariamente construções mentais ou conceitos do mundo. Além disso, as representações fazem parte de um contexto político, da qual não podem ser totalmente separadas. (cf. SAID, 1990) As representações formam a base a partir da qual as práticas políticas são concebidas, organizadas e implementadas, assim como os

efeitos das ações são avaliados de acordo com essa mesma base. Portanto, as representações constroem a própria necessidade de intervenção e são parte integral desse projeto.

Diversos pontos da teoria do desenvolvimento norte-americana demonstram como ela estava inteiramente *inserida* em um determinado contexto de relação entre os Estados Unidos e as regiões mais pobres do mundo. *Inserida* não apenas no sentido de ser dependente das circunstâncias em que se localizava, mas *inserida,* pois fornecia as bases dessa relação. A seguir é analisado como a compreensão daquelas regiões recém descolonizadas guiava determinadas ações em relação a elas.

O primeiro ponto a se destacar sobre a idéia de desenvolvimento é que ela coloca a existência, de um lado, de países que já alcançaram o último degrau da escala de progresso social (os desenvolvidos) e, de outro lado, estão separados os países que aspiram a essa condição (os em desenvolvimento). Em segundo lugar, essa idéia afirma que existe uma fórmula, passível de ser descoberta, para a reversão dos problemas dos que ainda não chegaram lá, o que está diretamente relacionado ao terceiro ponto: os malefícios típicos da falta de desenvolvimento são vistos como potencialmente passíveis de reversão por meio do uso consciente da ciência e da tecnologia. Portanto, o tratamento da pobreza sai do âmbito moral para ser abarcado pela ciência, i.e., existem ferramentas neutras e universalmente válidas que são potencialmente capazes de superar o atraso. A afirmação de cientificidade e de objetividade acaba por colocar os países pobres essencialmente como um problema que, graças ao conhecimento e às ferramentas acumuladas, pode ser resolvido. Portanto, a idéia de desenvolvimento coloca essas regiões como uma realidade objetiva para o conhecimento científico. Realidade que existe 'lá fora' e que pode ser alcançada por meio de teorias, por sua vez essas teorias tornam essas comunidades políticas passíveis de sofrer intervenção direta. (cf. ESCOBAR, 1995) Além disso, o processo para a reversão da condição de pobreza necessita não apenas do conhecimento científico, mas também exige vontade política dos governantes (de ambos os grupos de países).

No caso da representação do país pobre como questão de segurança, a perspectiva analítica de Waever sobre segurança indica uma luz. Waever em seu texto "Securitização e Desecuritização" (1995) se distancia de uma perspectiva normativa

sobre a segurança[9] privilegiando o que ela significa na prática. Segundo Waever, não se pode pensar na segurança enquanto uma realidade anterior ao ato discursivo que se propõe a defini-la. A segurança, para ele, indica uma problemática específica e uma área específica de prática com um campo de ações e códigos definidos e construídos intersubjetivamente. O projeto de reconstrução do conceito deve então necessariamente levar em conta esse campo inteiro de prática. Sua proposta então é entender a especificidade dessa problemática no debate tradicional para a partir daí verificar como que, sob novas condições, a segurança assume novas formas. Em suma, a questão central é entender o que tornou o militar predominante nos estudos sobre segurança e o que qualifica outras questões atualmente para atingir o mesmo status.

A conclusão a que chega Waever é que segurança se trata de sobrevivência. E é por ser uma questão de sobrevivência que invocar a segurança tem o efeito de legitimar o uso da força e a mobilização de meios especiais. Dessa forma, uma problemática poderá ser vista como questão de segurança se conseguir alterar as premissas de todas as outras questões e se tornar um ponto prioritário. Isso ocorre quando um ator consegue *securitizar* uma problemática afirmando que ela constitui uma ameaça existencial a um objeto referente[10] e a partir disso justifica o uso de medidas emergenciais que em outro caso não seriam legitimadas.

Traduzindo para a questão desta dissertação, é possível pensar a *securitização* do país pobre como uma ação realizada por atores (seja um grupo, instituição ou movimento) que conseguiram argumentar de forma bem-sucedida que a pobreza, por fomentar violência, conflitos, desordens, diversos tipos de tráficos ilegais, deveria ser considerada uma ameaça existencial, justificando-se ou viabilizando-se, assim, certas práticas: a mobilização de medidas emergenciais para o combate e a defesa. Portanto, se a primeira representação promove, sobretudo, ações técnico-científicas e econômicas na política dirigida aos países pobres, a segunda representação irá valorizar, principalmente, medidas militares.

Waever indica ao mesmo tempo como a viabilização de determinadas medidas é apenas uma face da *securitização* de uma problemática. Por outro lado, a representação

---

[9] Em outros trabalhos, Waever apresenta uma visão mais normativa da segurança. (cf. BUZAN, WAEVER e WILDER, 1998)

[10] Existem cinco possíveis objetos referentes: o sistema internacional, os subsistemas internacionais (regiões), as unidades (os Estados, nações, multinacionais), as subunidades (burocracias, lobbies,) e, por último, os indivíduos.

e compreensão de novas questões como problemas de segurança também guia a ação em relação a esses países em caminhos recorrentes, i.e., o modo como é assimilado ou compreendido o objeto define cálculos ou estratégias possíveis (nos termos utilizados por Koselleck, na citação da página 12, horizontes possíveis). Segundo Waever a *securitização* acaba por priorizar um confronto militar e estatal, uma vez que o Estado é visto tradicionalmente como base de qualquer estratégia de defesa. Além disso, e esse ponto é essencial, Waever afirma que existe uma tendência do conceito de segurança a produzir uma linha de pensamento nos termos "nós" *versus* "eles". Isso significa que a partir daí inclina-se para enxergar a ameaça como advinda do ambiente externo. [11]

Em suma, intenta-se demonstrar aqui como a relação entre idéias, conhecimentos, representações e a prática política é uma relação que está inserida em um determinado contexto, sendo possível perceber como as idéias justificam ou viabilizam determinadas práticas. No entanto, não se trata de mera determinação do conhecimento pelos interesses econômicos e políticos de seu tempo, mas de uma relação em que as idéias também possuem um papel vital no vínculo estabelecido, uma vez que é por meio delas que a experiência social se torna assimilável e somente então passível de cálculos ou estratégias.

Nesse sentido, é possível compreender melhor o que foi afirmado acima de que o pensamento de Rostow teria permitido ao governo Kennedy compreender os Estados recém descolonizados (Ásia e África) e os mais antigos (América Latina) enquanto produtos de diferentes estágios de um mesmo e único caminho de desenvolvimento que ao final levava ao padrão mais conhecido – aquele existente nos Estados Unidos e na Europa. Ao tornar cognoscível aquilo que poderia ter sido visto como um caos para um país que experimentava ineditamente a situação de possuir relações com todas as regiões do globo, Rostow gerava também uma base para práticas desenvolvimentistas que deveriam ser estabelecidas para garantir a estabilidade política (ou o não-comunismo) nessas regiões.

Já é possível reapresentar a questão desta dissertação. Rejeitando qualquer ilusão de que seria plausível buscar a origem da nova representação – no discurso político ou alternativamente no discurso acadêmico –, se é correta a afirmação que é impossível

[11] Uma percepção da ameaça de segurança como originada pelo ambiente exterior é o que mais chama a atenção no excerto da citação do Departamento do Estado: "A Bolívia, a Colômbia e o Peru **são** o problema da cocaína" [grifo do original] (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE, 1989) Ver página 9 desta dissertação.

separar completamente a emergência da doutrina política do desenvolvimento do surgimento naquele mesmo período de uma teoria do desenvolvimento econômico, é crucial então questionar: existe algo similar nesse novo discurso de segurança?

A representação acadêmica do país pobre[12] como objeto de pesquisa: uma análise das teorias do desenvolvimento político produzidas nos Estados Unidos

O enfoque desta dissertação são as teorias sobre o desenvolvimento *político* dos países pobres[13] que foram produzidas e se desenvolveram primordialmente nos Estados Unidos entre 1950 e 1970. A teoria do desenvolvimento político é um campo de estudos especialmente qualificado para entender a mudança representacional dos países pobres, pois essa teorização não apenas acompanha essa mudança como realiza a inserção do tema da insegurança de forma privilegiada.

Como será analisado, a emergência desse campo ocorre no período de descolonizações, mesmo período em que os Estados Unidos assumem uma nova posição na ordem mundial. Já foi mencionado como a economia faz parte da emergência, nesse contexto, de programas de desenvolvimento. Dessa forma, não é por acaso que a teoria do desenvolvimento político assume os termos das representações dos países pobres que dominavam naquele contexto, ou seja, durante a década de 1950, os países pobres são representados nessa teorização acima de tudo a partir da chave econômica e nacional, e o desenvolvimento político é entendido como um processo explicável pelo grau nacional de desenvolvimento econômico ou modernização.

Durante a década de 1960, a chave econômica para representar os países pobres é abandonada, ao mesmo tempo que são produzidos termos autóctones para conceitualizar o desenvolvimento político, processo que passa a ser entendido como independente das transformações sociais e econômicas. Essa teoria é um ponto de entrada privilegiado para mapear a mudança representacional, pois esses termos

[12] Nesta dissertação, a análise da teoria do desenvolvimento político utiliza os enunciados lingüísticos que essa mesma propôs – países em desenvolvimento e, no caso de Huntington, sociedades em mudança. Para se referir ao relacionamento entre esses dois grupos de países, optou-se por utilizar "países ricos" e "países pobres", tomando esses termos por categorias descritivas, sem atribuir, portanto, qualquer conteúdo analítico a eles.

[13] Considerando aqui algum tipo de teorização que faça generalizações a respeito dos países pobres como um todo (ou seja, que não seja limitado a países ou regiões individuais).

autóctones para compreender e definir o desenvolvimento político serão os termos da segurança e da estabilidade. Portanto, será formulado um fenômeno próprio de estudo e independente do processo maior de modernização e de desenvolvimento econômico, além de se formular bases próprias para a compreensão desse fenômeno, a partir da introdução do tema da instabilidade e da insegurança.

A hipótese defendida ao longo desta dissertação é que a teoria do desenvolvimento político teve um papel chave na construção de uma nova representação securitizada do país pobre. A questão aqui, portanto, não é nem institucional (academia/universidade), nem sobre o papel de intelectuais/intelligentsia. Ainda que esbarre em todas essas questões. O ponto fulcral é a produção de um conhecimento científico sobre "o outro", o não-desenvolvido, o atrasado, produção baseada em uma determinada linguagem ou representação a partir da qual esse outro se torna inteligível. Para que o potencial e os limites dessa hipótese possam ficar mais claros será retomado, antes de tudo, como outros autores entenderam a história da teoria do desenvolvimento político.

A "História Oficial" da Teoria do Desenvolvimento Político

A emergência e o declínio da teoria do desenvolvimento político nos Estados Unidos já foram resenhados por muitos autores[14], e foram ainda objeto de investigação de alguns livros[15]. Apesar de haver uma multiplicidade de fontes que retomam a história da bibliografia sobre o desenvolvimento político (considerando que nessa lista existem produções da década de 1970, 1980, 1990 e primeira década do século XXI), impressiona a semelhança da história contada sobre a sua emergência e declínio.

Em primeiro lugar, a sua emergência na década de 1950 é sempre correlacionada ao contexto político do qual a teoria do desenvolvimento político, mas também a teoria do desenvolvimento econômico e da modernização, não pode(m) ser totalmente desconectada(s). Dois acontecimentos se sobressaem nesse contexto: a descolonização dos países da Ásia e da África e o novo papel assumido pelos Estados Unidos nesses países, papel que exigia conhecimentos, até então inexistentes ou escassos, sobre essas

[14] Ver RUTTAN 1991; TIPPS, 1973; BARTLLET, 1996; WIARDA, 1998; SCHMITTER, 1991; CULLATHER, 2006; STANFORD REPORT, 2003; CUMINGS, 1997.

[15] Ver GENDZIER, 1985 e GILMAN, 2003.

regiões. Se o interesse governamental nos estudos e pesquisas sobre os países não-Ocidentais é sempre percebido, apenas alguns autores dão um passo adiante ao se deter em entender quais relações permitiram que esse interesse fosse de fato realizado. (cf. CUMINGS, 1997; GENDZIER, 1985; GILMAN, 2003).

Em segundo lugar, seu declínio novamente é percebido por meio da inter-relação entre uma série de eventos que extravasam o mero desenvolvimento teórico em si. Isso não quer dizer que o aparecimento de alternativas e críticas teóricas à teoria do desenvolvimento político é completamente negligenciado. Ao contrário, todos os autores percebem como alternativas estavam em processos nas décadas de 1960 e 1970. Os analistas percebem dois tipos de críticas[16] que estavam se acumulando nessas décadas: a primeira delas pode ser considerada interna, uma vez que contesta alguns dos pontos teóricos, sem que haja uma rejeição completa dos pressupostos, i.e, os pressupostos são problematizados em busca de uma superação de suas falhas. O segundo tipo de crítica, considerada externa, vai além do objetivo de superar problemas internos, chegando às bases do pensamento e negando qualquer possibilidade de sustentação a uma teoria que mantenha essas bases. Exemplos de críticas internas são a reproblematização da dicotomia tradição-modernidade e os questionamentos em relação ao destino final que a modernização e o desenvolvimento econômico levariam. Já em relação às críticas externas desponta a teoria da dependência. [17]

Mas como já foi anunciado, a existência de questionamentos, advindos de diversos ângulos, é apenas uma parte da história contada. Segundo esses autores, só é possível compreender o declínio da teoria do desenvolvimento político se nos voltarmos para a própria história social e política dos países pobres ou ricos. Alguns autores ressaltam como os eventos das décadas de 1960 nos países da Ásia, da África e da América Latina colaboraram para o declínio da teoria. Segundo eles, a trajetória de golpes, ditaduras e vários tipos de violências que começaram cada vez mais a se tornarem realidade nessas regiões do mundo desmontaram o otimismo inicial da teoria do desenvolvimento político e, muito mais do que isso, a própria base de sustentação da teoria se perdeu. (cf. RUTTAN, 1991; BARTLLET, 1996; SCHMITTER, 1991) Outros

[16] Essa classificação das críticas foi realizada por GILMAN, 2003.

[17] Gilman (2003) afirma que também as críticas conservadoras de Huntington seriam externas à teoria, i.e, rejeitaria os pressupostos da teoria do desenvolvimento. Mas essa perspectiva não é consensual, sendo que alguns o percebem como segunda geração da teoria do desenvolvimento e não como um pensador que rompe com ela.

autores ressaltam que foram, acima de tudo, os conflitos nos Estados Unidos – a revolta estudantil, o questionamento ambiental, o escândalo do Watergate, o assassinado do Kennedy etc. – que levaram ao questionamento da própria identidade de politicamente desenvolvido, já que esses acontecimentos escancararam as fissuras políticas e, mais do que isso, a incapacidade do sistema político de lidar adequadamente com essas fissuras. Tais manchas na própria imagem acabariam por tornar insustentável qualquer teoria que apostasse ser possível o desenvolvimento político. (cf. TIPPS, 1973; GENDZIER, 1985; CULLATHER, 2006; CUMINGS, 1997; GILMAN, 2003) Por último, ainda houve quem desse igual peso aos eventos desestabilizadores dos países ricos e pobres. (WIARDA, 1998)

Por fim, a década de 1980 é vista por todos esses autores como um período em que a teoria do desenvolvimento político estava definitivamente "morrendo", "desaparecendo", "havia perdido o sentido" ou "era ignorada na academia".

Essa história da emergência e declínio da teoria do desenvolvimento político que relaciona seu destino às mudanças no contexto político e social daquela época e às críticas que começaram a se acumular naquele período é mais detidamente analisada a seguir. O objetivo é não apenas apresentar questões que foram ressaltadas especificamente por um ou outro desses autores no interior desse espectro geral de análise, mas também a intenção é complementar a história, na forma que foi relatada por esses autores, com maiores informações originárias de outras fontes. Após isso, será possível re-analisar, com maior conhecimento, os méritos e problemas dessa tão difundida análise.

Uma observação a respeito da discussão que segue precisa ser feita. Ao retomar a história da teoria do desenvolvimento político que é relatada por esses autores, analiso especificamente a história da teoria nos Estados Unidos. Não se tem qualquer intenção de ignorar a existência de outros discursos ou outros paradigmas disputando espaço no interior desse mesmo campo. Será possível conhecer um pouco desses outros paradigmas e das diferenças analíticas com o paradigma aqui em foco, quando as críticas que começaram a se acumular na década de 1960 forem retomadas.

1950: A Descolonização e o Modelo estadounidense de Re-Absorção dessas Regiões

A formulação teórica do desenvolvimento político (bem como a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria da modernização) emerge, nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 e 1950. Ou seja, uma nova representação dos países pobres que passa a entendê-los como países que estão em uma condição dinâmica de desenvolvimento começa a existir, de fato, no período em que os Estados Unidos estão saindo vitoriosamente de uma guerra que deixou a Europa completamente assolada, e como é claro atualmente, retirou o continente europeu do papel central que estava ocupando na política mundial há alguns séculos. Juntamente com os Estados Unidos, a União Soviética (URSS) saía da 2ª Guerra Mundial em uma posição vantajosa. Além disso, é também nesse período que diversos territórios da Ásia e da África estavam conquistando independência das potências européias que foram enfraquecidas pela guerra. O início de uma disputa por regiões de influência entre Estados Unidos e URSS é central na relação que irá emergir, teórica e politicamente, entre os Estados Unidos e os países pobres.

Apenas uma breve retomada dos grandes acontecimentos daquela época já permitiria conjecturar que havia uma grande chance que a emergência dessa nova potência fosse acompanhada de uma crescente mobilização de intelectuais para os fins de atração das regiões em disputa. Isso porque existe uma situação inédita dos Estados Unidos enquanto potência mundial (além da disputa com o Leste) e, ao mesmo tempo, uma condição de desconhecimento dos povos e regiões que estavam para além do hemisfério ocidental, já que o país até então havia escolhido ficar isolado dos grandes conflitos mundiais.

Entretanto, essa conjectura poderia facilmente induzir ao erro de pensar que a mobilização dos cientistas era óbvia, que o meio de financiamento e fornecimento de recursos seriam os meios mais indicados para essa mobilização, e que a participação dos cientistas não seria problemática para nenhum dos dois lados. Inversamente ao que possa ser apressadamente esperado, até as décadas de 1940 e 1950 as universidades rejeitavam amplamente pesquisas financiadas pelo governo[18] e a participação de

[18] É possível encontrar um exemplo dessa rejeição na citação a seguir de Franz Boas de 1919 (originalmente uma carta ao editor de "The Nation"): "O ponto contra o qual eu gostaria de fazer um protesto vigoroso é que um número de homens que seguem a ciência como profissão, homens que eu

cientistas políticos em estudos dos países pobres não apenas não era uma obviedade, como também era considerada um contrasenso em um período que a ciência política baseava seus estudos em constituições e instituições, aparatos que eram uma raridade nos países coloniais.

Nesse sentido, o período de formação da teoria do desenvolvimento político é também um período de consolidação de uma nova interação entre a política e as pesquisas acadêmicas. Até a Segunda Guerra Mundial a universidade se definia centralmente como uma instituição autônoma do governo federal, considerando que qualquer financiamento desse último comprometeria as pesquisas acadêmicas, pois introduziria pautas políticas em um conhecimento que deveria ser guiado essencialmente por interesses científicos. [19] (cf. LOWEN, 1997; CHOMSKY, 1997; GILMAN, 2003 e GENDZIER, 1985)

Para entender o que possibilitou o surgimento dessa nova relação deve ser ressaltado que nesse período as universidades estavam em uma situação de quase calamidade, gerada pela brusca queda de recursos da depressão da década de 1930. Em plena época de vacas magras, a realização de pesquisas demandadas pelo governo durante a segunda guerra mundial apontou uma saída para a crise de recursos.

Se o contexto de crise e a alternativa propiciada pelo governo durante a guerra não pode estar ausente da análise, também uma explicação financeiramente determinista é insuficiente. Vários elementos explicam a transição de uma relação de estranhamento e rejeição em contraposição ao governo federal para uma relação de cumplicidade e cooperação. Além da falta de recursos, explica a receptividade inicial o nacionalismo presente durante a guerra (assim como os soldados, também os cientistas se colocavam como servidores da pátria que sofria ameaça externa).

---

me recuso a continuar chamando de cientistas, prostituíram a ciência ao usá-la como uma cobertura para suas atividades de espiões. [...]
A própria essência da vida [do cientista] é o serviço à verdade. [...] Uma pessoa, entretanto, que usa a ciência como cobertura para a espionagem política, que se rebaixa ao ponto de se colocar frente a um governo estrangeiro como um investigador e pede assistência para as suas supostas pesquisas com o objetivo de realizar, por baixo de seu disfarce, maquinações políticas, prostitui a ciência de uma maneira imperdoável e perde o direito de ser classificado como cientista." (SIMPSON, 1998, p.1) [*tradução própria*]

[19] Na realidade, alguma ligação entre academia e governo no campo do financiamento de pesquisas já havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, mas além de essa primeira ligação ter sido infinitamente menor e ter recuado ao fim da guerra, essa cooperação só atingiu, naquele momento, a psicologia e a economia entre as ciências humanas. (cf. LERNER e LASSWELL, 1951)

A importância das pesquisas realizadas durante o período de guerra para a ciência que se firmou a partir da década de 1950 pode ser percebida no depoimento de Gabriel Almond, cientista que, como será visto, teve uma importância fundamental no estabelecimento da teoria do desenvolvimento político. Durante a 2ª Guerra Mundial, Almond trabalhou junto à "Agência de Inteligência" (*Bureau of Intelligence*) no interior do "Escritório de Fatos e Figuras" (*Office of Facts and Figures)* (mais tarde renomeado "Escritório de Informação de Guerra" – *Office of War Information*). Uma de suas tarefas era coletar informações sobre a Alemanha, a Itália e a Europa ocupada. Mais tarde, Almond afirmou sobre essa experiência que: "Começando com um conhecimento de alemão, eu comecei a pensar sobre mim mesmo como um especialista sobre Europa e como um comparativista durante esses anos em meio à guerra." (STANFORD REPORT, 2003) [*tradução própria*[VI]] Ou seja, a experiência de guerra que gerou a identidade como cientista que estuda e compara o sistema político de diferentes países, portanto, o interesse por determinadas campos de investigação em detrimento de outros. Ainda no pós-guerra, Almond trabalhou no projeto "Survey de Bombeamento Estratégico" (*Strategic Bombing Survey)* na Alemanha, que tinha o objetivo de captar por meio de um *survey* os efeitos do bombeamento estratégico sobre as atitudes e o comportamento da população. Para Almond essa prática foi "uma forma de pós-doutorado". (STANFORD REPORT, 2003)

Diversos fatores científicos, i.e., não econômicos, asseguraram a continuidade de uma relação mais próxima entre o governo e as pesquisas acadêmicas. Em primeiro lugar, uma nova relação se tornou plausível após a ligação com as demandas políticas nas duas guerras mundiais ter sido considerada um sucesso em termos de ganhos científicos. Em segundo lugar, a criação da "Fundação de Ciência Nacional" (*National Science Foundation)* contribuiu para que o financiamento governamental de pesquisas acadêmicas não fosse visto com desconfiança pela universidade, isso porque ao mesmo tempo em que se criava uma agência governamental para o financiamento de pesquisas e educação, a administração dessa agência foi deixada na mão de cientistas, gerando assim uma postura de independência dos interesses políticos a favor de decisões pautadas pelos objetivos científicos.

1960 e 1970: Transformações teóricas e políticas e o declínio da teoria do desenvolvimento político

A teoria da dependência[20] é consensualmente apontada por analistas como uma das principais críticas teóricas dirigidas à teoria do desenvolvimento político[21] que teriam contribuído para o seu declínio. Além de disseminada em diferentes reconstruções, a dependência é também, de longe, a crítica mais lembrada. Infelizmente, os cientistas que estavam escrevendo no "calor da hora" sobre o declínio de uma teoria que ainda era iminente, portanto durante as décadas de 1970 e 1980, citavam a teoria da dependência como uma crítica que teve efeitos desestabilizadores na continuidade da teoria, mas pouco se preocuparam em entender ou explicitar o porquê desses efeitos. Por esse motivo, as análises mais recentes são mais profícuas quando se trata de entender como foi o diálogo estabelecido entre uma teoria e outra nas universidades americanas e por que a teoria do desenvolvimento político não conseguiu sobreviver a esse diálogo. (cf. SCHMITTER, 1991; RUTTAN, 1991; WIARDA, 1998; GILMAN, 2003 e CARDOSO, 1980 – esse último, entretanto, não estava preocupado com o declínio da teoria do desenvolvimento político, mas com a recepção da teoria da dependência nos Estados Unidos)

Uma retomada dos temas que aparecem como "golpes fatais" dados pela teoria da dependência, deixa confuso qualquer pesquisador latino-americano letrado nos debates gerados nesta época a partir do ponto de vista da periferia. Explico-me retomando, antes de tudo, o pensamento da CEPAL e a aparente ausência de discussão entre essa e os cientistas políticos norte-americanos. [22]

Curiosamente, a visão crítica do desenvolvimento produzida pela CEPAL desde o "Manifesto Latino-Americano" de 1949 (cf. PRÉBISCH, 2000a) passou, aparentemente, quase que despercebida entre os teóricos do desenvolvimento político

---

[20] Restrinjo-me aqui na introdução a entender a crítica da teoria da dependência à teoria clássica do desenvolvimento político. Em primeiro lugar, essa restrição segue a própria "história oficial", pois a teoria da dependência não é apenas a mais comentada, como também é aquela a que se atribui um maior peso demolidor. Mas, além disso, as críticas internas e as críticas externas conservadoras (Huntington) são aqui preservadas, pois elas são tratadas respectivamente nos capítulos três e quatro.

[21] Estou me referindo aqui a autores que trataram especificamente da emergência e o declínio da teoria do desenvolvimento político. Porém vale a pena ressaltar que a discussão do declínio da teoria da modernização parece trilhar um caminho semelhante em diversos pontos. A crítica da teoria da dependência é um deles.

[22] A análise a seguir refere-se, acima de tudo, a primeira fase de pensamento dos latino-americanos e norte-americanos. Ver Capítulo 2 desta dissertação e sobre a CEPAL ver BIELSCHOWSKY, 2000.

dos Estados Unidos daquela época e mesmo em textos atuais que buscaram retomar a história da teoria do desenvolvimento político naquele país. A seguir são analisados quais eram os principais pontos do pensamento da CEPAL e como esses se contrapunham a muitas das escolhas analíticas dos politólogos norte-americanos. Após essa breve resenha, a aparente ausência de discussão entre esses dois grupos acadêmicos poderá ser discutida com maior propriedade.

Geralmente, reconhece-se como principal alvo de diálogo da CEPAL o famoso postulado das vantagens comparadas. Segundo esse postulado, a especialização de países no comércio mundial seria a melhor forma de garantir que os frutos do progresso técnico fossem desfrutados por todo o mundo. Isto é, *não* era necessário que um país se industrializasse para que as vantagens da tecnologia alcançassem seus habitantes, pois como o aumento da produtividade gerava uma redução no preço do produto, os frutos do progresso técnico se dispersariam entre os países com a especialização e o aumento decorrente da produtividade.

Prébisch criticou esse postulado afirmando que, se a produtividade abaixa o preço de custo, o preço real não era afetado já que, ao mesmo tempo, se aumentava a renda dos empresários e dos trabalhadores. Complicando ainda mais a situação, nos ciclos descendentes havia a necessidade, de um lado, de se reduzir os preços para liquidar os estoques, de outro, a redução nos próprios países centrais era obstaculizada pela rigidez dos salários, a solução era repassar a pressão pela redução do preço para a periferia, especificamente para as matérias-primas. Dessa forma, o aumento da produtividade não gerava a equalização dos termos de troca como previam os neoclássicos, como ainda seguia-se a tendência contrária: a deterioração desses termos.

Não foi de pouco porte uma crítica que se dispôs a ressaltar que a economia internacional não era de fato concorrencial, ao contrário de uma equalização de vantagens, denunciava-se uma estrutura que privilegiava aqueles que já estavam em uma condição de vantagem. Criticado o postulado que negava a necessidade de se industrializar os países periféricos, a obra de Prébisch e Furtado centrou-se ainda em levantar as vantagens da industrialização. É interessante notar que a aposta no desenvolvimento e na industrialização a partir da crítica ao postulado da economia clássica e neoclássica se diferenciava amplamente da aposta entre os clássicos da teoria do desenvolvimento político da década de 1950. Enquanto esses últimos apresentavam um otimismo em relação às transformações que já estariam em curso e que já estariam levando ao futuro de modernidade, ou seja, enquanto os teóricos dos Estados Unidos

chegavam a simplificar o processo; na CEPAL o otimismo existia apesar de toda a consciência: – da dificuldade de se superar a vantagem posta aos países já industrializados; – do contraste cada vez maior entre a renda exígua doméstica e o capital necessário para investir no progresso técnico; – do limite posto à industrialização por causa da necessidade de se financiá-la com a exportação de produtos primários etc. Portanto, o otimismo não significava uma negligência do tamanho dos obstáculos para se alcançar o objetivo, mas sim uma crença profunda de que se conseguiria chegar a uma fórmula capaz de superar esses obstáculos.

Apesar da discussão entre os pesquisadores ligados à CEPAL e o postulado neoclássico das vantagens comparadas ser essencial naquele contexto, interessa aqui, sobretudo, o contraste entre a teoria do desenvolvimento político clássica dos Estados Unidos e a obra da CEPAL e como a aparente ausência de discussão entre essas partes não pode ser explicada pela ausência de temas conflitantes entre um pensamento e o outro.

Destacam-se, em primeiro lugar, as diferenças entre as duas teorias no enfoque sobre o desenvolvimento.[23] Enquanto nos Estados Unidos predomina o foco nacional[24], na visão alternativa advinda da América Latina, considerava-se que o nível nacional não poderia ser tratado sem atentar para a inserção internacional do país. Além disso, a CEPAL produziu um enfoque histórico-estruturalista, em que a estrutura, ou graus distintos de desenvolvimento, é compreendida enquanto produto de uma história específica. Diversos são os enfoques que aparecem na teoria clássica norte-americana que é objeto de estudo desta dissertação. Uma primeira versão está preocupada também com as estruturas políticas (cf. ALMOND e COLEMAN, 1969) ou as estruturas sociais e seus efeitos políticos (cf. SHILS, 1960 e DEUTSCH, 1961), porém a história, e com isso as especificidades de cada trajeto e resultado, é negligenciada. Mas mesmo a segunda versão que se propõe a entender a transformação histórica (cf. LERNER, 1964), apresenta uma diferença considerável em relação ao enfoque histórico-estruralista da CEPAL. Na CEPAL, focava-se na singularidade e ineditismo de cada processo, na não-universalidade da modernidade, e no subdesenvolvimento enquanto

[23] A seguir são apontadas de forma breve e sintetizada as características da teoria do desenvolvimento político norte-americana. Todos esses pontos são retomados e os argumentos são melhor explicitados no capítulo dois da dissertação.

[24] Ainda quando são os indivíduos o objeto de atenção, seus dados são agregados no nível nacional para que esse se torne comparável. (cf. LERNER, 1964)

processo histórico autônomo, ao contrário, entre os teóricos que são aqui analisados, a própria palavra subdesenvolvimento é preterida pelo uso da noção "em desenvolvimento", que indica melhor o modo de entender os países pobres: enquanto entes que *ainda* estão presos a uma etapa anterior do processo. Ou seja, supõe-se um caminho único de desenvolvimento e todas as diferenças entre os países resume-se meramente em estarem situados em diferentes pontos de um mesmo e único caminho.

Duas questões ainda chamam atenção, mas elas só se tornarão inteiramente claras após a apresentação da perspectiva clássica norte-americana do desenvolvimento político. No pensamento da CEPAL, o subdesenvolvimento é entendido como uma estrutura social dualista ocasionada pela formação histórica do país em que o elemento dinâmico não consegue transformar o elemento marginalizado ou tradicional. A superação dessa situação histórica perpassa o Estado e a sua capacidade como agente modernizador. Diversamente, na teoria do desenvolvimento político dos EUA é negado ao Estado essa capacidade de ser agente da mudança, pois essa instituição política ocidental é repetidamente vista enquanto deslocada do seu contexto verdadeiro – o Ocidente –, deslocamento que a impede de agir de fato.[25] O dualismo, portanto, atinge a própria percepção de Estado como moderno *versus* a sociedade enquanto tradicional, sendo que essa última acaba por congelar os efeitos positivos possíveis da inserção da instituição ocidental. Na realidade, o Estado moderno e democrático seria, muito mais, na teoria do desenvolvimento político norte-americana, o resultado que se objetivava alcançar com a transformação da sociedade e da economia, do que a peça-chave para a realização dessa transformação. Por último, os conflitos, entre os politólogos dos Estados Unidos, são vistos como essencialmente negativos, enquanto Furtado, especialmente, compreende os conflitos entre classes não apenas como positivos, mas como centrais para o desenvolvimento, já que as conquistas de salários mais altos promovem o ímpeto por maior produtividade.

[25] A visão sobre o Estado talvez não seja tão oposta como delineado acima. Do lado dos teóricos do desenvolvimento político nos EUA, as obras de Deutsch(1961) e Almond e Coleman (1969) despontam como exemplos de que também entre os teóricos do desenvolvimento político nos Estados Unidos existiam apostas no papel modernizador do Estado. Mas essas apostas são acompanhadas do receio de que a sociedade tradicional se torne um obstáculo para que o Estado possa cumprir esse papel. Além disso, alguns cepalinos, como Furtado, Aníbal Pinto e Echevarría criticavam o Estado na América Latina por ser dominado por facções agrárias e aristocráticas que não eram empreendedoras. Mesmo assim, de forma geral, a CEPAL apostava muito mais no papel do Estado como modernizador do que os cientistas norte-americanos.

Exposta a "discussão" – aparentemente não concretizada – entre a CEPAL e a teoria do desenvolvimento político clássica, ficarão mais claras as questões que suscitam a história "oficial" da derrubada da teoria do desenvolvimento clássica pela teoria da dependência. O "golpe" mais freqüentemente retomado é a crítica dependentista de que o contexto internacional determina as situações dos países considerados subdesenvolvidos, portanto, uma análise centrada na economia enquanto entidade autocontida está privilegiando, erroneamente, apenas um dado do problema. Ora, por que a teoria da dependência ganha a autoria dessa crítica que foi delineada pela CEPAL desde o "Manifesto Latino-Americano" de 1949 ? (cf. PRÉBISCH, 2000a) Uma análise mais detalhada da forma que aparece esse tema entre esses autores exclui a possibilidade que ele se refira especificamente às contribuições da teoria da dependência neste quesito. Em Ruttan (1991), afirma-se que a teoria da dependência denunciava o comércio como responsável pelo desenvolvimento do centro e, simultaneamente, pelo subdesenvolvimento da periferia. Em Wiarda (1998) também o comércio exterior, a política externa dos Estados Unidos e as corporações multinacionais aparecem como principais alvos da teoria da dependência, ainda que, neste último autor mencione-se também como, além da ausência do âmbito internacional, a outra falha do desenvolvimentismo dominante nos EUA seria ter ignorado as classes domésticas. Wiarda, portanto, ao menos chega a mencionar o ponto que seria específico de fato da teoria da dependência.

Gilman (2003) apresenta o relato que mais impele a considerar que talvez a crítica da CEPAL não tenha, até hoje, sequer se tornado conhecida para os teóricos do desenvolvimento político, o que explica que o tratamento do sistema internacional como gerador de desenvolvidos e igualmente de subdesenvolvidos teria sido entendido como uma novidade da teoria da dependência. Surpreendentemente, Gilman afirma que: "A perspicácia [*insight*] de Prébish foi que como eficiências tecnológicas eram mais difíceis de serem alcançadas na produção primária do que na indústria, ao longo do tempo os termos da troca iriam declinar para esses países." (GILMAN, 2003, p. 235) [*tradução própria*[VII]] Essa afirmação indica que a sua leitura de Prébisch não alcançou os primeiros parágrafos, pois logo neles o cientista argentino já diferencia preço de produtividade.

No texto de Cardoso, em que ele discute, em uma conferência da LASA (*Latin American Studies Association* – Associação de Estudos Latino-americanos*),* a recepção da teoria da dependência nos Estados Unidos, novamente aparece um consumo da teoria

pelos cientistas norte-americanos que intensificou muito mais a questão das dependências externas do que as relações políticas entre classes sociais que viabilizaram a conformação de tal dependência externa. (cf. CARDOSO, 1980)

Retomadas as discussões ausentes e presentes entre norte-americanos e latino-americanos, algumas questões ficam sem serem respondidas: por que motivo esse tema, que já aparecia desde 1949 na CEPAL, só teve entrada nos Estados Unidos em fins da década de 1960? Se esse tema conseguiu ser ignorado por cerca de 20 anos, por que após esse longo período em que as críticas não eram ouvidas elas se tornaram tão devastadoras a ponto de serem um dos elementos contribuintes para a "queda" final da teoria do desenvolvimento político? Essas inconsistências indicam que os efeitos demolidores da teoria da dependência não devem ter sido tão cruciais quanto foi consensualmente anunciado. Será isso um indício de que o contexto político (seja dos países ricos, seja dos países pobres) teve um peso ainda maior do que o já reconhecido?

Como já foi mencionado, o declínio da teoria do desenvolvimento político é entendido pela "História Oficial" como decorrência dos acontecimentos devastadores nos países ricos ou alternativamente nos países pobres das décadas de 1960 e 1970. Antes de seguir na discussão a respeito deste argumento, é necessário fazer uma observação a respeito da relação entre a perspectiva desses autores e a desta dissertação. Por um lado, como essa "história oficial" está interessada em entender o *declínio* da teoria do desenvolvimento político existe uma diferença substancial de partida em relação a esta dissertação que enfoca a *transformação* nos termos representacionais dessa teoria. Por outro lado, o argumento desses autores, semelhantemente ao que é encontrado nas páginas desta dissertação, é que havia um ceticismo crescente a respeito das possibilidades de desenvolvimento político nos países em geral. Tendo em vista esse ponto de semelhança, é discutido a seguir em que medida os mesmos argumentos utilizados pela "história oficial" caberiam para entender as *transformações* teóricas que acabaram inserindo as questões da estabilidade e da segurança no próprio conceito de desenvolvimento político.

Segundo alguns autores, acontecimentos domésticos como os limites do New Deal e da "Great Society" doméstica, o radicalismo estudantil, o escândalo do Watergate, a estagnação econômica, a Guerra do Vietnã, o assassinato de Kennedy entre outros teriam provocado um ceticismo em relação à própria capacidade de planejamento social, portanto, em relação à própria identidade como desenvolvido. (cf. TIPPS, 1973; GENDZIER, 1985; CUMINGS, 1997; GILMAN, 2003; CULLATHER, 2006;

MORAES, 2006) O reflexo desses acontecimentos, nas palavras de Gilman, "...sugere que o pensamento norte-americano pós-2ª Guerra sobre os povos não-Ocidentais tem menos a ver com qualquer coisa intrínseca a esses povos do que com o entendimento americano de sua própria identidade." (GILMAN, 2003, p.12) [*tradução própria*[VIII]]

O primeiro problema que é possível apontar em relação a essa argumentação é que a maioria dos acontecimentos acima listados ocorre na década de 1970, enquanto as principais transformações da teoria do desenvolvimento político ocorrem na década de 1960.

Talvez seria interessante perguntar: mas não serão os acontecimentos da década de 1960 que, sozinhos, já conseguiram promover transformações nas representações, ainda que a década de 1970 pudesse ter um efeito mais amplificado nas produções teóricas?

O problema desse raciocínio é que o contraste entre a década que originou uma teoria otimista e transformadora (1950) e aquela década que gerou um pessimismo ceticista (1960) torna essa visão dos acontecimentos como determinantes de uma nova visão descrente da modernidade um tanto arbitrária. Afinal, por que motivo o radicalismo estudantil iria levar a um questionamento da própria identidade enquanto a 2ª Guerra Mundial, o fascismo, o comunismo, a bomba atômica e o Mccartismo teriam passado em branco?[26]

Mesmo seguindo a segunda tese que aponta os acontecimentos nos países pobres como determinantes, ainda assim é possível questionar: por que a Guerra do Vietnã fez baixar o otimismo enquanto a Guerra da Coréia não afetou nada? Ou por que a queda de Cuba mudou o eixo das discussões enquanto a derrota na China não barrou a crença de que o desenvolvimento e a transformação eram possíveis?

Outro problema dessa explicação do declínio da teoria do desenvolvimento político pelos acontecimentos externos emerge a partir da retomada da discussão teórica a respeito das relações possíveis entre idéias e práticas políticas.

---

[26] É surpreendente que Lucian Pye, cientista importante na teoria do desenvolvimento desde a década de 1950 e que assume posição fundamental na década de 1960, por motivos diversos acaba defendendo esse mesmo ponto. Segundo ele, uma teoria otimista do desenvolvimento político não poderia estar presente na década de 1950 porque "Duas guerras mundiais e a emergência do fascismo e do comunismo foram suficientes, no entanto, para abalar as visões cômodas que a maioria dos cientistas políticos mantinha sobre o progresso e a inevitabilidade do desenvolvimento social." (PYE, 1963, p.2) [*tradução própria*]

A tese de que o declínio teórico seria ocasionado pelo contexto externo ao conhecimento infere que o conhecimento teria sido derrubado pela emergência de novas circunstâncias políticas para as quais a teoria não estava devidamente equipada. Ou seja, pressupõe-se aqui uma certa relação entre fatores ideacionais e práticos, em que os últimos têm efeitos determinantes em relação ao primeiros, sendo que as idéias conseguem se sustentar, ou alternativamente se decompõem, de acordo com o grau de adequação delas ao contexto maior.

Entretanto, outro componente da relação entre conhecimento e prática política aponta como as idéias não são apenas resultado de um contexto, mas também atuam nele na medida em que representam o próprio contexto, ou seja, na medida em que o tornam inteligível. Essa inteligibilidade dos acontecimentos é captada, portanto, por determinadas linguagens ou idéias que favorecem certa definição de problemas e valores políticos. Se o declínio da teoria do desenvolvimento político for observado a partir desse ponto de vista, outra intriga vem à tona. Se os novos acontecimentos só poderiam ser compreendidos pela existência de idéias, por que eles não continuaram a ser vistos de acordo com a perspectiva clássica do desenvolvimento político que apontava que as turbulências dos países seriam uma situação temporária ocasionada pelo fato de esses países ainda não terem alcançado o estágio da arrancada desenvolvimentista? (cf. LERNER, 1964; ROSTOW, 1974; HAEFELE, 2003 e capítulo dois desta dissertação)

O que foi mencionado até agora já permite compreender a peculiaridade da hipótese desta dissertação frente à "história oficial" da teoria do desenvolvimento político. Esta dissertação retoma a teoria do desenvolvimento político das décadas de 1950 e 1960 tendo em vista as questões que foram suscitadas pela análise feita aqui dos argumentos da "História Oficial" sobre a emergência e o declínio desta teoria. Na contramão dos estudos que foram até aqui retomados, a hipótese desta dissertação é que a *transformação* teórica teve um papel chave na construção de uma nova linguagem ou representação que é influente no nosso pensamento até hoje. [27] E é essa nova linguagem que tornou os acontecimentos da década de 1960 e 1970 inteligíveis não como meros fortuitos de um processo de desenvolvimento que ainda não havia tomado pulso, mas sim como características essenciais dos países atrasados. Características que exigiriam a

[27] Pensar em transformação e construção de uma nova linguagem é bem diferente, portanto, de afirmar que a teoria do desenvolvimento político estava definitivamente "morrendo", "desaparecendo", "havia perdido o sentido" ou "era ignorada na academia".

contenção dos conflitos ao invés da produção de mais modernização social, que impunham que o desenvolvimento econômico e a modernização como um todo fossem interrompidos, ao invés de acelerados.

Ao afirmar que a transformação e a geração de uma nova linguagem tornaram os acontecimentos de fins da década de 1960 e 1970 inteligíveis a partir de uma teoria que rejeitava a visão clássica de que o desenvolvimento e a modernidade levariam à estabilidade, não há nenhum intuito aqui de rejeitar qualquer importância aos acontecimentos daquele período. O argumento é que apenas aqueles acontecimentos não conseguiriam transformar, em tamanho grau, aquele período liberal reformista extremamente otimista, sem quaisquer aparatos cognoscíveis que os explicasse como eventos trágicos, conflituosos e exemplos de que a modernização levava, na realidade, à instabilidade.

Ao longo desta dissertação, a hipótese aqui delineada e seu diálogo com a "história oficial" da teoria do desenvolvimento político são aprofundados.

Estrutura da Dissertação e Justificativa para a Seleção de Obras

Para entender como esses países deixaram de ser representados, na teoria do desenvolvimento político dos Estados Unidos, como países em desenvolvimento para assumirem uma nova representação securitizada, os próximos capítulos desta dissertação se concentram no período de 1950-1970. O objetivo do segundo capítulo é apresentar as características principais do pensamento clássico da teoria (majoritariamente década de 1950). O terceiro capítulo analisa a evolução deste pensamento clássico, intentando conseguir abarcar quais transformações ocorreram ou quais caminhos que foram percorridos para que uma nova representação securitizada emergisse. E o quarto capítulo apresenta quais características assumiu a primeira teoria com bases definitivamente securitizadas. Por último, a conclusão retoma o percurso seguido, rediscutindo os temas e as questões gerais desenhados por esta Introdução.

A análise das características de cada uma dessas perspectivas teóricas é realizada a partir do enfoque de cinco pontos:

1. A relação entre a teoria do desenvolvimento político e as outras ciências (Sociologia e Economia) que participaram da discussão acadêmica sobre o desenvolvimento e a modernização;
2. O modo como é entendida a relação entre os setores modernos e os setores tradicionais existentes no país pobre;
3. O desenvolvimento político;
4. A identidade assimétrica que se produz sobre os países desenvolvidos e aqueles que ainda não chegaram lá; [28]
5. As relações entre as práticas políticas e a produção de conhecimento em cada um dos períodos analisados. [29]

Selecionar obras que sejam representativas de seu tempo, obras que fundamentariam, portanto, a presente análise, é sempre uma tarefa complexa, sujeita a críticas e questionamentos. Quase sempre o objetivo do autor em esgotar todas as alternativas possíveis, ou em outras palavras, incluir todas as obras relevantes, é um objetivo por natureza inatingível. A seleção obrigatoriamente, mesmo no caso de pesquisas mais longas, inclui determinadas obras e exclui tantas outras que poderiam gerar um outro caminho de análise.

A complexidade dessa tarefa é multiplicada no caso da presente dissertação, uma vez que o objetivo é entender a emergência de uma nova representação ou discurso ainda pouco reconhecido como tal e sobre o qual, salvo desconhecimento da autora, ainda não foi produzida nenhuma investigação voltada para entender o seu surgimento. Inicia-se, então, a justificativa da seleção de obras assumindo que outros caminhos, diferentes daquele delineado abaixo, poderiam ter sido escolhidos. Ainda assim não se

[28] Para evitar qualquer correlação assumida apressadamente pela analista, o modo como é concebido a diferença e a própria modernidade será aquele captado nas próprias obras dedicadas a analisar o desenvolvimento político. Assim, evita-se que movimentos paradigmáticos sobre os países desenvolvidos que não tenham chegado até os estudos de área ou até a produção teórica sobre o desenvolvimento sejam erroneamente considerados como influenciadores. A proposta aqui é partir das teorizações e ressignificações que aparecem nas próprias obras estudadas, somente então emergirão quais os diálogos e discussões que realmente se estabeleceram entre teóricos de uma parte do mundo, e teóricos da outra.

[29] Dois períodos serão analisados: o da emergência da teoria clássica do desenvolvimento e o período de sua transformação. Ainda que esse segundo período seja dividido em duas partes na análise teórica (o capítulo três trata da evolução do pensamento clássico e o quatro explicita as bases da nova representação que se forma) não será possível fazer essa mesma divisão em relação ao contexto. As referências contextuais dos autores dos capítulos três e quatro são aproximadamente as mesmas. Cronologicamente também não existe uma separação entre as obras de cada capítulo que sustente a análise separada do contexto.

esquiva aqui de justificar por que a presente proposta de investigação bibliográfica parece ser não apenas um caminho possível, como também um objeto privilegiado de estudo para responder aos objetivos colocados.

Em primeiro lugar, as obras selecionadas encontram respaldo em uma das primeiras análises, e talvez a mais influente[30], sobre a emergência e o declínio da literatura sobre desenvolvimento político. O livro de Irene Gendzier (1985) *Managing Political Change: social scientists and the Third World* ("Gerindo a Mudança Política: as ciências sociais e o Terceiro Mundo") levanta como referências chaves na bibliografia sobre a mudança política as seguintes obras: *The Passing of Traditional Society* ("A Partida da Sociedade Tradicional"), de Lerner, *Social Mobilization and Political Development* ("Mobilização Social e Desenvolvimento Político"), de Deutsch, *Political Development in the New States* ("Desenvolvimento Político nos Novos Estados"), de Shils, "A Política nas Áreas em Desenvolvimento", de Almond e Coleman e, por último, *Political Development and Political Decay* (Desenvolvimento Político e Decadência Política), de Huntington.

Apesar da relevância da análise produzida pela autora na discussão posterior, a mera adoção da mesma seleção de obras não seria um caminho razoável a ser perseguido para os nossos objetivos, pois enquanto Gendzier seleciona textos que interessam imediatamente para a questão desta dissertação (os quatro primeiros são comprometidos com a visão clássica da teoria do desenvolvimento político, enquanto Huntington é o grande clássico de uma nova versão, conforme é aqui argumentado, mais *securitizada*) sua seleção, entretanto, não fornece nenhum caminho possível que poderia ser perseguido para entender como que os quatro clássicos foram sendo deixados de lado e a concepção de Huntington foi se tornando hegemônica. Ou seja, não há nenhuma indicação de textos que seriam intermediários entre uma e outra representação.

Gilman, em *Mandarins of the Future: modernization theory in the Cold War America* ("Mandarins do Futuro: teoria da modernização na América da Guerra Fria"),

[30] Uma das primeiras, porque Gendzier vai além de algumas análises anteriores que mais resenham as discussões sobre desenvolvimento político do que se propõem concretamente a fazer uma análise dos temas, do contexto e das relações políticas daqueles cientistas. E é uma das mais influentes, por haver pautado grande parte do debate que foi posteriormente realizado como, por exemplo, as discussões sobre o viés elitista da definição de democracia e de desenvolvimento político, a aproximação entre a teoria do desenvolvimento político e a historiografia que lhe é contemporânea (conhecida como "História Consensual") e a compreensão do declínio da teoria não pelo o que estava ocorrendo nos países pobres, mas sim pelas transformações e crises ocorridas nos próprios países ricos.

fornece uma possível solução para a lacuna da seleção de Gendzier. Neste livro, o autor trata da emergência da teoria do desenvolvimento político a partir da reconstrução da história do Comitê de Política Comparada (*Committee on Comparative Politics* – CCP – do Social Science Research Council - SSRC). Esse comitê, ao qual pertencem os autores clássicos Almond e Coleman (bem como aonde foi gerada sua obra *A Política das Áreas em Desenvolvimento*), aparece como uma ótima alternativa de análise, sobretudo, por causa da série produzida coletivamente entre 1963 e 1966 denominada "Estudos do Desenvolvimento Político". Essa série é um objeto privilegiado para o objetivo de pesquisa, em primeiro lugar, porque ainda segue, em seus volumes iniciais, a teoria clássica do desenvolvimento político, afastando-se da perspectiva clássica nos últimos anos. [31] Dessa forma, essa série permite o acompanhamento da evolução teórica de um grupo de estudos, em contraste com a apresentação de clássicos pertencentes a diversos grupos ou diversas formas de abordagens, o que garante mais clareza a análise de como, dentro de um mesmo paradigma e entre um mesmo grupo de pesquisadores, apareceram novos temas, que papéis esses temas cumpriram nesse pensamento e que conseqüências trouxeram para o paradigma como um todo. Em segundo lugar, apesar de a série do Comitê de Política Comparada *como um todo* não estar presente até hoje na lista de obras obrigatórias da teoria do desenvolvimento político dos EUA, da mesma forma que Huntington, ainda assim não é possível renegar a importância que esse Comitê e sua série "Estudos do Desenvolvimento Político" possuíam em sua época. Essas obras não só tiveram amplo espaço em seu período, sendo inclusive um dos objetos privilegiados de discussão no artigo clássico de Huntington e no livro posterior que dá prosseguimento à reflexão do artigo (como será demonstrado abaixo), como não se pode negar o quanto o CCP pautava as discussões de sua época. As citações abaixo confirmam esse ponto:

> "Atenção particular é devotada para os dez membros líderes do "Comitê de Política Comparada" do "Conselho de Pesquisa em Ciência Social", grupo que foi muito importante em assegurar um alto grau de coesão teórica no estudo da modernização política." (O'BRIEN, 1972, p.352) [*tradução própria*]

[31] Diferente de Huntington que alcançou uma notoriedade única com o artigo crítico da perspectiva clássica *Political Development and Political Decay* (1965) e com o livro *Ordem política nas sociedades em mudança* (originalmente de 1968) que continua e avança as reflexões do artigo, mas que não possui artigos e livros anteriores comprometidos com a abordagem clássica que permitisse uma análise das transformações que ocorreram no seu pensamento.

> "Por causa do papel central [do CCP] na articulação de uma agenda para o campo, sua influência sobre a distribuição de recursos, e seu alto nível de prestígio profissional, este comitê fornece um caso particularmente bom para a análise." (LATHAM, 2000, p.37) [*tradução própria*]

> "Poucos grupos acadêmicos formalizados determinaram tão perfeitamente o curso de um segmento da ciência social como o fez o comitê durante esta década." (PACKENHAM, 1973, p. 224) [*tradução própria*[IX]]

Não deve ser mero acaso que seja Gilman quem fornece um caminho possível para preencher a lacuna de Gendzier, uma vez que Gilman é justamente um dos autores mais comprometidos com a perspectiva da autora de *Managing Political Change...* e, mais do que isso, é provavelmente o que mais conseguiu avançar na hipótese defendida pela autora.

Ainda que a relevância dessas duas obras (Gilman e Gendzier) tenha seu peso na justificação da seleção de obras realizada por esta dissertação, esse não é o único ponto que fundamenta a repetição desses caminhos já trilhados. É igualmente relevante para a fundamentação nesses autores o fato desses livros possuírem semelhanças com o objetivo proposto – o interesse pela retomada da bibliografia das décadas de 1950 e 1960 sobre desenvolvimento político, o tratamento dessa literatura contextualizando seus temas, questões e pressupostos – assim como divergências em relação ao objetivo da presente dissertação: enquanto eles retomam a bibliografia com o objetivo de entender a sua emergência e declínio, aqui se retomam os mesmos autores para demonstrar como a questão do *desenvolvimento político* não interessa meramente pela relevância no passado, mas também pela sua relevância no presente. Ou seja, não se trata apenas de uma espécie de literatura que declinou, mas da evolução de um tipo de pensamento que até hoje gera amplo impacto em pensamentos e práticas sobre os países pobres. Portanto, com a escolha dessa mesma trilha já aberta por Gendzier e Gilman, intenciona-se demonstrar, aqui, que a abertura dessa nova temática (a emergência de uma representação *securitizada*) não depende de uma mera escolha de obras (ou seja, não é meramente por ter escolhido textos ainda não analisados que essa questão emerge), ao contrário, essa nova temática parece ser uma questão que continua inexplorada, apesar de estar presente na bibliografia de análises contemporâneas que retomam o significado e o contexto das teorias de desenvolvimento político.

Uma segunda justificativa, igualmente relevante, para a seleção das obras já mencionadas pode ser feita a partir de Huntington, mais precisamente, a partir da

bibliografia que o autor seleciona em seu artigo[32] como objeto de discussão crítica para apresentar uma nova perspectiva para o desenvolvimento político. Huntington, da mesma forma que é aqui proposto, cita igualmente as obras de Lerner, Deutch e Almond e Coleman (excluindo, portanto, o artigo de Shils) e, de outro lado, os livros da série "Estudos do Desenvolvimento Político" do CCP. Acrescentam-se às obras acima, no entanto, dois textos, ambos de Gabriel Almond, o artigo *Political Systems and Political Change* ("Sistemas Políticos e Mudança Política") e o livro em parceria com Sidney Verba *The civic culture* ("A Cultura Cívica").[33]

Justificar a seleção de obras desta dissertação por meio de Huntington, e os autores com o qual esse último dialogou teoricamente, parece ser igualmente relevante por causa do espaço que esse autor ocupou na bibliografia que é aqui analisada. Huntington afirmou ineditamente, ainda em 1965, que o desenvolvimento político não era inevitável (não era, portanto, um destino certo) e que a reversão de avanços já conquistados era sempre possível. Afirmações que se tornaram consensuais, menos de uma década depois, mas que divergiam do que era até então propagado. Segundo

---

[32] Em seu livro de 1968 o autor não parece considerar relevante retomar a discussão bibliográfica com outros autores para justificar sua perspectiva destoante. A diluição dessa parte em que se discutia com a bibliografia existente sugere como em 1968, ao contrário de 1965, a perspectiva de Huntington exige menos defesa, i.e, indica a rápida aceitação de sua crítica e visão alternativa.

[33] Não constam no levantamento bibliográfico realizado obras que apesar de terem sido citadas na parte em que o artigo discute com a teoria clássica, são claramente colocadas pelo próprio autor enquanto textos não teóricos, i.e., interessantes para questões pontuais daquela discussão. Esses textos são: os livros de KHADDURI. *Modern Libya: a study of Political Development.* Baltimore. 1963 e TAYLOR. *The Political Development of Tanganyika.* Stanford 1963 que são, segundo Huntington, boas histórias políticas, mas não conformam uma ciência social. O livro de MONTGOMERY & SIFFIN. *Politics, Administration and Change: approaches do development.* New York, 1965 que é apontado como um exemplo da simpatia incondicional de analistas pelo processo em curso nos países em desenvolvimento. Os livros de BRECHER. *The New States of Asia.* London, 1963 e EMERSON. *From empire to Nation.* Cambridge, 1960 que são apontados como textos que percebem exemplos históricos de decadência administrativa e fraqueza da organização política.
Ainda foi excluído aqui os dois textos curtos textos a seguir: EMERSON. *Political Modernization: the single party system.* Denver 1963 e RUSTOW. The vanishing dream of stability. *AID Digest.* Agosto 1962. Apesar desses textos aparecerem enquanto objetos de discussão teórica no artigo de Huntington (ambos aparecem como definições de desenvolvimento político frente a qual o artigo está se contrapondo), ambas as obras se encontram esgotadas e não puderam ser localizadas em sebos ou bibliotecas acessíveis. Mesmo sendo parte do diálogo teórico do autor, a exclusão dessas obras não parece comprometer nossa análise pelos seguintes motivos:
- constatou-se no Google a baixíssima citação dessas obras;
- ambas obras são, na realidade, relatórios que não foram republicados nem como artigos, nem como capítulos de livro;
- ambas as obras foram citadas apenas uma vez no artigo de Huntington, enquanto a grande maioria das obras selecionadas foi citada duas ou três vezes (exceto o artigo de Deutsch e o livro *The Civic Culture* de Almond e Verba).

Huntington, a decadência política[34] era um resultado possível (tanto quanto o desenvolvimento) e a modernização social era vista como produtora de instabilidade e decadência, ao contrário, portanto, da perspectiva clássica que a colocava como motor inevitável do desenvolvimento político.

Um *survey* realizado por Kenski, em 1974, torna completa a argüição da importância de Huntington e como esse pode fornecer, por si só, a justificativa para a presente seleção de textos. Segundo esse *survey*, os cientistas apontaram majoritariamente o livro do autor como obra mais importante sobre o desenvolvimento político (57,6%) e mais útil (59,4%). (cf. KENKSI, 1975)

Somando, enfim, os textos apontados pelos dois caminhos alternativos de seleção de obras aqui delineados, esta dissertação analisa:

- o livro *The Passing of Traditional Society* de Lerner, o artigo *Social Mobilization and Political Development* de Deutsch, o artigo *Political Development in the New States* de Shils e, por último, o livro *The Politics of the Developing Areas* de Almond e Coleman. – **No capítulo 2**

- o artigo *Political Systems and Political Change* de Almond e o livro de *The civic culture* de Almond e Verba. E os livros da série "Estudos do Desenvolvimento Político": *Comunicações e Desenvolvimento Político* de Pye, *Burocracia y desarrollo político* de LaPalombara, *Political modernization in Japan and Turkey* de Ward e Rustow, *Education and Political Development* de Coleman, *Political Culture and Political Development* de Pye e Verba e, por último, *Political parties and political development* de LaPalombara e Weiner – **No capítulo 3**

- o artigo *Political Development and Political Decay* (1965) e o livro *Ordem política nas sociedades em mudança* (1968) ambos de Huntington – **No Capítulo 4**

[34] Questão que interessa imediatamente para a nossa questão da representação *securitizada* e será tratada mais adiante.

2. Clássicos da Teoria do Desenvolvimento Político

> A Turquia não é ainda uma sociedade moderna em nosso sentido; mas não é mais uma sociedade tradicional em qualquer sentido. A instituição mulçumana foi separada do Estado secular. Códigos do Corão ainda são ouvidos na mesquita, mas uma Constituição agora é lei no país. Onde antes reinava o sultão, agora um presidente governa. A República cedeu um amplo domínio à reflexão individual e ao governo da maioria. As mulheres da Turquia removeram o véu; os homens colocaram a fez de lado. As crianças agora crescem em saias e calças ao invés de *sholvars* e vão para escolas onde eles não mais memorizam o Corão, mas aprendem a ler e escrever. Para facilitar o milagre moderno da educação pública gratuita, o alfabeto árabe antigo foi substituído pela ortografia ocidental mais simples. (LERNER, 1964, p.111) [*tradução própria*[X]]

A citação acima de Lerner, originalmente de 1958, apresenta, da mesma forma que outros contemporâneos seus, uma perspectiva inédita dos países pobres. Entretanto, o ineditismo dessa representação dificilmente é percebido de imediato pelo leitor contemporâneo. Atualmente, parece "natural" esse olhar que trata das características tradicionais da sociedade em questão – a presença da religião muçulmana na política, o poder político do sultão, o véu feminino etc. –, mas que não se detém a essas características, ao contrário, existe uma constatação de como todos esses traços tradicionais estão sofrendo mudanças, ou seja, estão no interior de uma corrente dinâmica.

Por causa desse "estado de naturalização" em que se encontra essa perspectiva hoje, o primeiro objetivo deste capítulo, antes que qualquer tema da teoria emergente seja avaliado, será provocar o estranhamento em relação a essa visão. Distanciamento que deve permitir percebê-la como uma construção que sujeita os países pobres a esse "viver em transição" ou "em desenvolvimento".

Para provocar esse estranhamento, a perspectiva acadêmica a que os países pobres estavam submetidos anteriormente é brevemente apresentada. Somente após esse passo o ineditismo dessa visão dinâmica se tornará compreensível.

As características dessa nova imagem dinâmica são então analisadas a partir de cinco questões: (1) a relação entre a teoria do desenvolvimento político e a teoria do desenvolvimento econômico que tornou possível essa visão dinâmica, (2) a perspectiva dual, (3) o modo como o desenvolvimento político e o sistema político eram entendidos,

(4) a relação entre essa imagem dos países pobres e a imagem simultânea que se constitui do seu inverso - os desenvolvidos –, considerando também a diferenciação que se estabelece entre desenvolvidos e países em desenvolvimento, (5) a relação entre a produção teórica e a política externa.

Antes mesmo que essas características essenciais da teoria sejam tratadas, as obras que serviram de base para uma sedimentação dos pontos chaves da teoria clássica são apresentadas.

Apresentação Obras

No primeiro autor aqui tratado – Daniel Lerner e seu livro *The Passing of Traditional Society: modernizing the Middle East* (A Partida da Sociedade Tradicional: modernizando o Oriente Médio), originalmente de 1958, – o objetivo é construir uma teoria da modernização, ou seja, explicar a dinâmica atualmente em curso nos novos países. Sua teoria da modernização está focada na modernização dos modos de vida, ou em outras palavras, no sentido que as transformações históricas mais amplas possuem nas vidas individuais. Portanto, modernidade é aqui pensada como um estado mental ou um modo de vida – voltado para o progresso, com capacidade para adaptação e empatia – e modernização é o processo por meio do qual se transformam as características do modo de vida no sentido da modernidade. Além de intentar construir uma teoria sobre a dinâmica desse processo de modernização, Lerner também objetiva exemplificar o esquema teórico proposto no caso do Oriente Médio.

É somente na obra de Almond e Coleman, "A Política das Áreas em Desenvolvimento" de 1960, que aparece o objetivo da literatura sobre desenvolvimento político de forma mais acabada, i.e., o objetivo de construir um arcabouço teórico para um método comparativo de análise dos *sistemas políticos* nas diversas regiões que estão sofrendo mudanças modernizadoras (Ásia, África e América Latina). Para explicar e prever as direções das mudanças, Almond e Coleman dão ênfase às funções e estruturas políticas, i.e., preferem pensar em sistema político, funções, estruturas, cultura política e socialização, conceitos todos associados à ação e ao comportamento e passíveis de serem utilizados para entender o processo social, em detrimento de conceitos legais e institucionalistas. Eles justificam essa escolha por conceitos mais sociológicos como o modo mais apropriado para entender a situação nos países emergentes – caracteres

institucionais estão em constante mudança nesses países – mas consta como justificativa também para a rejeição da perspectiva legal-institucional, tanto para o Ocidente quanto para as regiões contemporaneamente em mudança, a incapacidade do arcabouço institucional em captar o real funcionamento do sistema.

Nos artigos de Shils (*Political Development in the New States I e II* – Desenvolvimento Político nos Novos Estados), também do ano de 1960, aparece igualmente a preocupação em prever o resultado político do desenvolvimento desses países. Shils elege três esferas para investigar o impacto da modernização na esfera política: (1) a estrutura social, (2) a tradição cultural e (3) as qualidades e habilidades humanas. Em relação à estrutura social, as preocupações são com as identidades, com a produção de novas hierarquias de classe e com o desenvolvimento econômico e a urbanização. No campo da tradição cultural, o principal enfoque é a formação do nacionalismo. Por último, Shils trata a respeito das qualidades e habilidades humanas, a religiosidade, a aceitação da elite e o analfabetismo. Entretanto, se na abertura do texto ele afirma que essas seriam as três esferas essenciais para pensar o resultado político, ao fim, ele rejeita uma visão de sistema político como mero epifenômeno dessas características sociais. Complementa então a análise o sufrágio universal, o sistema de partidos, a oposição parlamentar, as burocracias e forças armadas e, por último, a mídia e as universidades. No artigo de mesmo título que sai no próximo número da revista, Shils delineia os resultados políticos possíveis do desenvolvimento, quais sejam: a democracia política, a democracia tutelada, as oligarquias modernizantes, as oligarquias totalitárias, as oligarquias tradicionais e como *addendum* as oligarquias tradicionais e teocráticas.

O último texto analisado neste capítulo é o de Karl Deutsch *Social Mobilization and Political Development* (A Mobilização Social e o Desenvolvimento Político) de 1961. Neste artigo, Deutsch estuda o processo de modernização a partir do conceito de mobilização social, conceito que não é igual à noção de modernização, sendo mais especificamente o padrão de conseqüências mais recorrentes desse processo. Quando o processo alcança essas conseqüências, elas, por sua vez, influenciam retroativamente a modernização. Portanto, Deustch considera que há uma causação circular entre esses dois fenômenos. O fenômeno de mobilização social envolve, resumidamente, um processo de quebra de antigos ambientes, hábitos e comprometimentos e a indução a novos padrões de integração, organização e comprometimento. Politicamente, o efeito da mobilização social é a expansão da população politicamente relevante, i.e., a

participação política passa a incluir outros grupos para além da elite. Os indicadores da mobilização social, delineados com o objetivo de quantificar a transformação das sociedades são: exposição à vida moderna, exposição à mídia de massa, mudança de residência, urbanização, novas ocupações (não na agricultura), renda per capita.

É possível perceber nessas quatro obras os contornos, ainda que por meio de pinceladas grossas e não totalmente definidas, do processo de formulação de uma teoria do desenvolvimento político nos Estados Unidos. Para que as características desse processo fiquem mais claras, as realizações e inovações de cada obra são aqui explicitadas conjuntamente com uma breve apresentação da situação da teoria e da Ciência Política na época e a evolução por qual essa teoria passou.

Anterior a essas obras, inexistiam teorias relevantes sobre a transformação das sociedades na disciplina de Ciência Política (ou, reduzidamente, não existiam teorias dinâmicas), mais do que isso, nem sequer havia uma preocupação real nas academias norte-americanas com o sistema político de países não-desenvolvidos. A área de política comparada era até então voltada, quase que exclusivamente, para o estudo dos países avançados e a um aspecto restrito do Ocidente: suas instituições formais e legais.

Não seria exagero afirmar que o processo de constituição de teorias dinâmicas úteis para pensar o desenvolvimento político dos novos Estados seria um processo que rejeitaria as duas características da política comparada até então existentes. De um lado, percebe-se em Lerner e Almond & Coleman uma nova situação em que o estudo dos países não-Ocidentais é considerado um campo de conhecimento válido. De outro, aparece a rejeição da perspectiva institucionalista e legal.

O grande "manifesto" dessa época (publicado em 1953) contra as características da política comparada até então e da ciência política em geral a favor de uma ciência comparada que inclua os países pobres emerge em um seminário de política comparada do "Conselho de Pesquisa em Ciência Social" (pouco antes da criação neste mesmo conselho do "Comitê de Política Comparada", coordenado por Almond, e que será melhor apresentado no próximo capítulo). Nesse artigo de 1953, Macridis e Cox criticam que a política comparada até então:

> ...tem sido primariamente paroquial em sua ênfase nos sistemas ocidentais. Tem sido descritiva ao registrar, tão apuradamente quanto possível, somente instituições formais do Estado ocidental e, com raras exceções, tem sido insensível à formulação de hipóteses. Mesmo a sua ênfase descritiva tem sido inadequada. Já que tem enfatizado primariamente a forma legal das instituições,

> como as constituições, legislaturas, sistemas judiciais, e etc., que na maioria dos sistemas políticos não-ocidentais não fornecem nenhuma revelação [*insight*] sobre a realidade dos processos políticos. (MACRIDIS & COX, 1953, p. 642) [*tradução própria*[XI]]

Lerner rejeita a tal ponto a perspectiva legal-institucional que não chega a assumir o projeto de entender o sistema *político*, abarcando a modernização como um todo. Já Almond e Coleman se detêm a entender a transformação no sistema político, mas ao adotarem a perspectiva de sistema pretendem aproveitar-se dos estudos nos campos antropológicos e sociológicos, perspectiva que seria muito mais útil para entender o desenvolvimento real desses países, e também dos ocidentais, que a restrita visão institucionalista e legal.

Almond e Coleman seriam, portanto, representativos de um momento em que a teoria do desenvolvimento político consolidou-se como um campo válido de estudos. Mas entre eles e os dois últimos autores algumas mudanças ainda estão presentes (ainda que não se trate nem da validade do objeto, nem da perspectiva sociológica do sistema político). Essas mudanças ocorrem no campo dos objetivos de cada autor no estudo deste novo objeto.

Almond e Coleman produziram a primeira obra, entre as aqui tratadas, que está interessada especificamente no sistema político (e não com o processo de modernização como um todo), conseqüentemente são os primeiros a apresentar um objetivo concreto para o estudo deste objeto. Para eles, a principal intenção é adquirir capacidade de previsão do resultado desta mudança. Conseguir prever tem aqui um interesse concreto: distinguir quais países estão no caminho da construção de um regime democrático.

A ausência desta questão em Lerner pode ser entendida como ausência da questão maior a respeito do sistema político em si. Mas essa mudança de Lerner para a obra de Almond e Coleman parece indicar que a preocupação específica com o sistema político inicia por um motivo: percebe-se como necessário, naquele momento, adquirir mais conhecimento sobre como e em que situações a modernização conduz à democracia.

Em suma, de um lado, se consolida a validade do estudo do sistema político nos países não-Ocidentais, de outro, esse estudo se consolida porque seria necessário maior conhecimento sobre o resultado político da modernização. Essa dupla transformação está cada vez mais clara nos outros dois autores. Shils explicita a preocupação com o resultado ao objetivar, igualmente, a previsão do resultado político do desenvolvimento

nesses países. Ao mesmo tempo, parece intensificar essa preocupação ao refletir sobre o binômio estabilidade/instabilidade em cada um dos regimes resultantes possíveis. Por último, Deutsch também se questiona sobre a estabilidade de cada governo. Mas parece dar um passo além para uma visão mais pessimista da mudança ao focar no desempenho ou capacidade dos sistemas políticos, deixando de lado, portanto, o interesse específico pela construção do regime democrático. Ou seja, a preocupação com a estabilidade parece ter deslocado o interesse na construção da democracia.

Esta apresentação dos autores objetivou apresentar as questões, objetivos e conceitos específicos de cada autor. Nos próximos subitens o interesse é entender primordialmente as suas semelhanças. A primeira delas e mais importante já é exposta de partida: nenhum deles se preocupa com a formulação teórica ou conceitual do que constituiria o desenvolvimento político especificamente. Em Lerner existe uma questão dinâmica sobre a modernização da sociedade de uma forma geral. Já em Almond e Coleman a preocupação é específica com os sistemas políticos em países que estão sofrendo modernização. Questiona-se sobre os efeitos da modernização no sistema político, diferente, portanto, de um interesse em conceitualizar o que seria o desenvolvimento político. Shils se questiona, semelhantemente, sobre o impacto da modernização na esfera política ou os resultados políticos possíveis desse processo. Novamente o desenvolvimento político não é pensado como processo separado, nem se questiona quais resultados são modernos, quais são não-modernos. E, por último, em Deutsch apesar do conceito de mobilização social ter capacidade para ser pensado como uma proposta de conceitualização do que seria o desenvolvimento político (pensando que seria o fenômeno, em palavras diferentes das utilizadas pelo autor, de desintegração da política comunitária para uma integração política societária), o autor não propõe o conceito neste sentido, mas sim como meio de se pensar o processo de modernização, já que são as características mais recorrentes desse processo. Em suma, a comparação de sistemas políticos em países que estão se modernizando, o questionamento dos resultados políticos da modernização ou mesmo a visão da integração política como fenômeno recorrente da modernização não são pensados aqui enquanto projetos na construção de um arcabouço conceitual e teórico para pensar especificamente o que seria o desenvolvimento político, nem para distinguir o processo político do processo geral ou econômico.

A apresentação feita até aqui, apesar de essencial para a introdução dos temas e dos autores, pouco vale sem o conhecimento dos métodos que foram utilizados por cada um para atingir os objetivos expostos.

Sob uma primeira perspectiva é possível reconhecer dois paradigmas entre as quatro obras analisadas. [35] O primeiro é estrutural e/ou funcionalista. Aqui aparece o interesse de Shils em entender os determinantes estruturais dos resultados políticos possíveis. Também Almond e Coleman defendem esse método contra a predominância que teve até recentemente o paradigma legal e institucional no estudo da política comparada. Segundo eles, esse último paradigma não só não consegue entender a política nas áreas em desenvolvimento como também não apreende a massificação política no ocidente. Em contraste, eles defendem a perspectiva funcional que ao invés de se limitar aos significados legais, abre espaço para entender a mudança social na ação e no comportamento. Com isso, Almond e Coleman abarcam uma série de fenômenos que até então eram restritos às teorias sociológicas e antropológicas.

A introdução de temas como cultura política, socialização etc. aproxima Almond e Coleman do que aparece como o segundo paradigma entre esses teóricos clássicos da teoria do desenvolvimento político: o paradigma mais especificamente *behaviorista*[36] (ou comportamental). Seguindo a disseminação que teve o *behaviorismo* na ciência política na década de 1950, esses teóricos da teoria do desenvolvimento político buscaram apreender esse amplo processo social, político e econômico essencialmente a partir da ação, do comportamento e da personalidade dos indivíduos. Lerner atentou essencialmente para os efeitos na personalidade e no modo de vida. Segundo a sua própria descrição do método: "Nós focamos no sentido pessoal da transformação social – as transformações ocorridas nos modos de vida cotidianos dos indivíduos geradas por essas amplas forças históricas." (LERNER, 1964, p. 46) [*tradução própria*[XII]] Assim, nesse registro, o fim último da modernização, a modernidade, não é apenas um estado social, mas também um estado mental, que é descrito essencialmente por Lerner como personalidade de mobilidade ou capacidade de empatia. Por último, percebe-se também

[35] Martinussen também faz uma classificação semelhante dos paradigmas da teoria do desenvolvimento político. (cf. MARTINUSSEN, 1997, p.26)

[36] O paradigma anterior possui igualmente elementos behavioristas, por isso o afastamento da perspectiva institucional e legalista e a aproximação de uma visão mais sociológica. Defino aqui um segundo grupo como especificamente behaviorista porque a mudança nos comportamentos e nas ações são consideradas como *a própria modernização*, não como *meio* de entender as mudanças nos sistemas políticos.

no conceito de mobilização social de Deutsch uma fusão de variáveis sobre o comportamento e situação individual e sobre a mudança mais ampla social e econômica.

Como deve ter ficado claro, a divisão entre esses paradigmas é tênue. De uma forma geral, a literatura que retornou e discutiu o pensamento desenvolvimentista político dessa época já considerou que não há diferenças substanciais entre a análise realizada por cada um desses paradigmas. (cf. GILMAN, 2003 e GENDZIER, 1985)

Mas, além disso, a divisão em dois paradigmas é somente uma das perspectivas que pode ser tomada no contraste entre essas obras. Outro olhar possível ressaltaria que apesar da distinção acima ser válida, também se apreende nesses textos um mesmo paradigma complementando a visão da modernização como um processo social, i.e, como um processo em que interagem e se associam diversos fatores sócio-econômicos, conformando uma mudança geral que afeta os aspectos econômicos, sociais e políticos.

Antiga representação e modo de análise dos países não-Ocidentais

Já foi mencionado como o estudo de países pobres não era um tema de pesquisa válido na área de política comparada. Mas a atenção para o modo que esses países eram representados e estudados em outras disciplinas é importante para que a novidade da representação da teoria da modernização e do desenvolvimento, nas mais diversas áreas, fique clara. Até meados da década de 1940, os países tradicionais eram estudados nas humanidades basicamente em duas áreas: na antropologia e nos estudos orientalistas. Na antropologia, o foco de pesquisas preferencial eram as populações que ainda não haviam sofrido contato com a civilização ocidental (ou então, tribos e aldeias que ainda não possuíam contato suficiente para terem sido "contaminadas").

Já os orientalistas tinham como principal interesse a investigação de civilizações orientais, mas civilizações que estavam historicamente congeladas, ou seja, que apesar de possuírem um passado extremamente rico, haviam perdido o "bonde do progresso" e ficaram "paradas no tempo". O estudo nesse campo, que ficou conhecido amplamente por causa da obra "O Orientalismo", de Edward Said, se dedicava principalmente ao estudo dos textos clássicos orientais e a partir daí os resultados desses estudos eram transportados para a aplicação ao Oriente contemporâneo. Ou seja, esse modo de abarcar realidades não-Ocidentais permitia a transferência direta e sem necessidade de complementos de características esmiuçadas em textos clássicos para a realidade

contemporânea desses países. Outro aspecto peculiar dessa representação era a elevação automática de qualquer detalhe retirado de um autor ou texto à caráter geral da mentalidade oriental. O Oriente se tornava então, sob esses estudos, um objeto uniforme e imutável. As transformações recentes (entendendo por "recente" tudo aquilo que era posterior aos textos clássicos estudados) não apenas não eram objeto de análise, como não eram sequer percebidas. Nas palavras de Said: "O impacto do colonialismo, das circunstâncias mundiais, do desenvolvimento histórico: tudo isso era, para os orientalistas, como moscas para um moleque, para serem mortas – ou desconsideradas – por esporte, nunca levadas a sério o bastante para complicar o islã essencial." (SAID, 1990, p.114) Em uma frase, neste exame orientalista as civilizações não-Ocidentais não pareciam ter superado jamais o século VII, de forma que essa imutabilidade igualava para o Oriente o passado, o presente e o futuro.

Ou seja, tanto na Antropologia, quanto nos estudos orientalistas dos Estados Unidos (e apesar de não fazer parte do recorte desta dissertação, também nas universidades européias) quando as sociedades tradicionais eram objeto de investigação, o foco era a não-historiedade desses povos e civilizações. (cf. WALLERSTEIN In: CHOMSKY, 1997)

Esse estudo enquanto povos e civilizações congeladas ou fora da história era pouco útil no contexto pós-Segunda Guerra Mundial – período que o governo norte-americano passou a necessitar de conhecimento de diversas regiões do mundo com a qual a sua relação era até então quase nula. Um exemplo dessa nova situação é o relatório de Política Externa do Reino Unido de 1947 que aponta a necessidade de fortalecer os estudos orientais, porém, se afastando de duas marcas desses estudos: "existe uma disposição de negligenciar o fato das linguagens em questão estarem vivas e não historicamente embalsamadas" e às vezes "os retratos do vívido presente tem sido negligenciados e o ensino tem se concentrado no passado clássico" (REINO UNIDO. FOREIGN OFICCE, 1947, apud CHOMSKY, 1997, p. 204) [*tradução própria*[XIII]]. Apesar da crítica aos estudos orientalistas acima ter sido retirada de um relatório de política externa inglesa, é argumentado ao longo do capítulo que essa foi essencialmente a mesma situação enfrentada na academia norte-americana.

Abordagem dinâmica e economia

Já é possível iniciar, finalmente, o percurso de compreensão da representação que surge dos países pobres nas obras apresentadas. Antes de tudo, essa nova representação é tratada aqui como dinâmica, em contraste com a não-historiedade presente na imagem hegemônica anterior, mas também considerando que a nova visão emergente era resultado de uma teoria que pretende abarcar as transformações, as mudanças, as dinâmicas, ou mais especificamente o desenvolvimento porque estavam passando os novos Estados.

O primeiro e mais fundamental ponto a ser esclarecido sobre essa nova representação é que a fonte da abordagem dinâmica, em quaisquer dos paradigmas acima mencionados, é prioritariamente a economia. Isto é, a base que permitiu uma nova visão não-estática dos países pobres foi o referencial econômico e as variáveis analíticas que o acompanham. Um bom exemplo desse embasamento aparece no capítulo final do livro de Almond e Coleman (1969), escrito por Coleman com o objetivo de fazer um balanço geral da situação dos países em desenvolvimento como um todo[37]:

> A maioria dos países é ainda preponderantemente rural; grande parte das populações compostas de analfabetos. A renda *per capita* nesses países permanece muito baixa. A mobilidade social e geográfica é relativamente alta no setor moderno, mas muito baixa no resto da sociedade. O elemento de subsistência persiste como fator importante na maioria das sociedades e a industrialização está apenas se iniciando ou é apenas uma aspiração. As estruturas centrais de governo são, em muitos casos, modernas na sua forma, mas as funções políticas e autoritárias tendem a ser exercidas por meio de uma variedade de estruturas *mistas* englobando elementos modernos e tradicionais. Estas misturas de modernidade e tradicionalidade são, em alguns casos, de caráter fusionista e, em outros, isolacionista. (ALMOND e COLEMAN, 1969, p. 502)

Percebe-se na citação acima como a descrição dos países é feita, preferencialmente, a partir de variáveis e dados econômicos e são essas variáveis que permitem a consagração final de um retrato não-estático. É isso que é denominado aqui

[37] O livro inicia com um capítulo de Almond que apresenta a proposição teórica-analítica, depois essa proposição é aplicada a situação dos países em cada região (Ásia, África e América Latina). Coleman finaliza com um balanço geral dos países em desenvolvimento.

de perspectiva dinâmica, i.e., que não se restringe aos elementos tradicionais e sem quaisquer transformações.

Mas o próprio vocabulário utilizado por esse texto – estruturas mistas – indica uma outra característica dessas representações emergentes: se é a economia que fornece o referencial fundamental para a imagem dos países pobres que vai sendo construída ao longo das páginas, existe, de forma complementar, uma referência sociológica que se pauta não apenas pelo binômio desenvolvido/em desenvolvimento e suas variáveis econômicas, mas também, e principalmente, pela divisão entre tradição e modernidade. A justificação dessa complementaridade de conhecimentos é que enquanto a economia informa o crescimento econômico, a mudança estrutural deve ser tratada como um problema sociológico. (cf. PARSONS& SHILS, 1951)

Mas se a citação acima indica essa complementaridade dada pela sociologia, entretanto, ela se trata de uma visão específica da obra dos autores Almond e Coleman. O subitem abaixo está voltado a entender as especificidades de como aparece esse ponto de vista em cada autor.

Sociedade Dual

Um próximo passo para a compreensão da nova representação dos países pobres é entender a característica específica dessa visão fornecida pela perspectiva sociológica. No subitem anterior já foi adiantado como essa visão é aquela que divide entre tradição e modernidade. Entretanto, existe uma variação entre os clássicos do desenvolvimento político no modo que o binômio tradição/modernidade é tratado.

Em Lerner há uma dedicação concentrada ao período de transição ou modernização. Ele retrata a situação dos países do Oriente Médio a partir dos indivíduos predominantes em cada uma dessas sociedades, dividindo-os em três categorias: os tradicionais, os transitórios e os modernos. Os transitórios seriam aqueles indivíduos que, ao contrário dos tradicionais, possuem algum acesso aos elementos da vida moderna (à cidade, aos meios de comunicação em massa, à educação, às profissões urbanas e mais complexas etc.), porém não chegam a ter o mesmo acesso que os modernos. A partir dos indivíduos transitórios, Lerner classifica os países em três categorias: no país moderno, os transitórios parecem com os indivíduos modernos; nos países em desenvolvimento, as pessoas em transição possuem características dúbias e

no país tradicional, elas são mais próximas dos tradicionais. Ou seja, as sociedades em desenvolvimento são aquelas em que parte da população passa a ter contato com os elementos típicos das sociedades ocidentais, mas em que esses últimos não chegam a transformar a cultura anterior dos indivíduos ao ponto de transformá-los em modernos.

Almond e Coleman vão além de Lerner, ao proporem que essa presença de elementos modernos e tradicionais (ou estrutura mista como apareceu na citação do subitem anterior) não é peculiar aos países em desenvolvimento, mas sim é um traço geral de todos os países. Relativiza-se assim a tradição e a modernidade, considerando que cada um deles contém elementos do suposto outro "pólo". O que diferencia os países tradicionais, em transição e os modernos não é meramente o caráter dos elementos da sociedade, mas sim o caráter da mistura entre elementos modernos e tradicionais. Portanto, frente a análises em que há uma polarização clara entre tradicional e moderno, sendo percebidos como pólos opostos e exclusivos, Almond e Coleman propõem uma visão de um *continuum* do tradicional ao moderno. Com isso, se desmontaria o reclame de que existe uma sociedade tradicional formada por características exclusivamente ligadas à tradição (assim como o inverso), e obrigaria a percepção de que cada um desses "pólos opostos" não deixa de apresentar características que foram "apressadamente" consideradas exclusivas da outra extremidade. Nas palavras de Almond: "Não existem culturas e estruturas *exclusivamente modernas* no sentido da racionalidade, nem *totalmente primitivas* no sentido da tradicionalidade. Eles diferem no predomínio relativo de um em relação ao outro e no modo de mistura destes dois componentes." (ALMOND e COLEMAN, 1969, p. 2, grifos do autor)

Mas esse avanço presente na análise de Almond e Coleman, ao rejeitar a visão de tradição e modernidade como dois pólos exclusivos, precisa ser melhor qualificado. Para isso, é preciso destrinchar o modo como é investigado, nesses e nos outros autores, isso que seria, no linguajar de Almond e Coleman, a mistura típica dos países em desenvolvimento.

O livro de Almond e Coleman, apesar de ter sido produzido por seis diferentes pesquisadores, apresenta tanto quanto os outros textos aqui analisados uma ampla coerência em relação à proposição teórica de como entender a mistura nos países em desenvolvimento. Na proposta inicial de Almond e em cada uma das abordagens empíricas parte-se do tratamento da cultura tradicional da sociedade, para então verificar o impacto do Ocidente, por meio da colonização ou outras formas de

destituição de soberania e, por último, a análise volta para um segundo tipo de impacto ocidental que não é aquele direto do colonizador, mas sim o impacto da assimilação da cultura e das formas de fazer política ocidental. Portanto, o que temos aqui é o enfoque das sociedades em transição a partir da análise dos elementos tradicionais e modernos que compõem essas sociedades.

Shils proclama como objeto de estudo a existência de novos Estados em sociedades antigas e tradicionais, ou como ele mesmo descreve: sociedades que "mantém o passado no presente". Os elementos de estudo dessas sociedades são a estrutura social, a tradição cultural e as qualidades e habilidades humanas. A partir desses eventos seria possível investigar o impacto da sociedade antiga na ordem política nova.

Por último, em Deutsch o foco da análise é o processo por meio do qual o antigo ambiente, os hábitos e os comprometimentos tradicionais são quebrados e o que leva a uma nova situação em que os novos padrões de organização e participação são consolidados. As variáveis utilizadas para medir com qual velocidade essas transformações ocorrem são: população exposta a aspectos significantes da vida moderna, população exposta à mídia, população que mudou de residência, população urbana, porcentagem de profissões não rurais, taxa de alfabetização e PIB.

Resumidamente, o que aparece em todas essas proposições teóricas (incluindo aqui também Lerner) é a existência de uma sociedade e cultura tradicional que sofre impactos com a introdução de elementos modernos. Ou seja, a divisão polarizante e excludente entre tradicional e moderno que teria sido rechaçada, no nível metodológico, por Almond e Coleman reaparece aqui no interior da representação do que seria a mistura específica dos países em desenvolvimento. As reivindicações de que, ao contrário de dois pólos opostos, o que temos é sempre uma forma de mistura entre tradicional e moderno[38], e que essa deve ser o objeto de atenção para entender a peculiaridade dos países em desenvolvimento, após esse primeiro passo de avanço teórico recai em uma armadilha ao re-localizar os pólos tradicional e moderno no interior do próprio país em transição. Em todos eles, há uma perspectiva que parte da cultura tradicional para só então voltar-se para os novos elementos ocidentalizantes/modernizantes. Dessa forma, o componente ocidental da mistura detém o dinamismo, enquanto o componente não-ocidental da mistura é aquele que traz

[38] Reivindicação que aparece incontestavelmente em Almond e Coleman, sendo ausente em Lerner e não tão forte em Shils e Deutsch.

inevitavelmente os elementos tradicionais. Assim, apesar do avanço da perspectiva de pólos opostos e exclusivos para a perspectiva de *continuum*, retém-se, para uma parte da mistura, o dinamismo e, para outra, o estatismo.

Se a proposta de Almond e Coleman para o estudo do desenvolvimento nos países pobres for retomada, fica claro não só essa perspectiva dual de análise (cultura tradicional *X* influências ocidentais), mas também como a tradição ocupa um papel central na representação desses países. É a cultura tradicional e as possibilidades de modernização dessas práticas que devem ser as chaves de leitura dos países em desenvolvimento. Outras possibilidades são descartadas, pois não conseguem atingir o ponto. Assim Almond defende que a análise da estrutura social deve ser conscientemente priorizada, em detrimento de um olhar mais focado nas instituições, já que essas últimas estão em constante mudança nos países em desenvolvimento e possuem, conseqüentemente, uma "remota relação com o funcionamento real dos sistemas políticos.". No lugar das instituições, que não permitem entender o funcionamento real do sistema político, aparecem as características da estrutura social.

Essa visão dualista entre a estrutura social/cultural tradicional e a inserção de modelos ocidentais modernizantes explica o desprestigio dado, na proposta teórica, às possibilidades de avanço a partir de uma perspectiva institucional. Se o ponto de partida é tal visão dual, o resultado lógico é que as instituições modernizantes sejam vistas como que deslocadas, desenraizadas, incapazes de fazer a mudança e chaves inúteis para captar a realidade. Esse é um tema recorrente em todos os textos abordados: freqüentemente aparece uma imagem, apesar de todo o otimismo que circunda a teoria do desenvolvimento político, de que as instituições modernas, a economia de mercado e/ou as idéias modernas e liberais estariam fora de lugar. A citação que melhor exemplifica esse tipo de visão aparece em Lerner quando trata da situação política do Líbano:

> Imensas dificuldades políticas são impostas pela posição avançada do Líbano em uma área retrógrada – ocidentalizado na entrada para a Ásia árabe, modernizado no centro da tradição islâmica. A divisão do Líbano em relação aos seus vizinhos é derivada de, e por sua vez reforça, sua divisão interna. Sem ser poderoso o suficiente para impor a sua liderança na área, o Líbano tem que contemporizar. Incapaz de resistir completamente à síndrome árabe-islâmica dominante na região, recusando a abandonar sua própria posição cristã moderna, a liderança libanesa oscila entre os dois sistemas de valores. [...] O resultado, no nível da política nacional, é que instituições governamentais ocidentais operam

ao estilo do Oriente Médio. Uma economia parcialmente europeinizada opera sem controles sociais modernos. (LERNER, 1964, p.205) [*tradução própria*[XIV]]

Sistema político

Já foram apresentadas acima algumas questões que indicam o modo que essas perspectivas dinâmicas sobre os países pobres entendem a relação entre a mudança ampla estudada e o poder político. Em primeiro lugar, o poder político não é pensado a partir da perspectiva institucional. Em segundo lugar, o poder político é tratado em relação a modernização de uma forma geral, não havendo uma discussão sobre o que seria o desenvolvimento político em si.

Entretanto, em uma análise que vai além das duas características acima, percebe-se que aparece aqui, mais do que em qualquer outro tema, uma pluralidade de respostas. Em Lerner existe uma crítica ao desenvolvimento institucional (democracia) que não é acompanhado por uma mudança social profunda. Para ele, o ambiente ou as instituições têm que modernizar juntamente com os indivíduos. No livro de Almond e Coleman, se argumenta a favor da hipótese de que, em geral, o desenvolvimento econômico e o sistema político competitivo (democracia) estão positivamente correlacionados. Além disso, o capítulo de Rustow sobre o Oriente Médio afirma, contrariando Lerner, que os casos de maior êxito (exemplificado pela Turquia) são aqueles em que primeiro há uma mudança política e só posteriormente uma mudança social.

Deutsch[39], diferente dos autores anteriores, não apenas discute qual mudança deve vir primeiro ou se as duas mudanças deveriam vir juntas, mas sim enfatiza a interação entre uma mudança e outra. Para ele a modernização social, que Deutsch conceitua a partir da noção de mobilização social, tem o efeito de gerar pressão social por mudança política e também gerar novas necessidades de serviços governamentais. Ele observa ainda que essa mudança política que advém das novas expectativas e necessidades emergidas com a mudança social tem mais chance de sucesso, i.e., de consolidação, de fato, do Estado, quando se trata de um país em que há apenas uma cultura, língua, religião. Mas se Deutsch avança em propor uma perspectiva

[39] Faço aqui, portanto, uma pequena inversão na ordem de apresentação dos autores. Vale a pena lembrar que, de qualquer forma, o espaço de publicação que torna a obra de Shils anterior a de Deutsch é apenas um ano.

interacional, ele ainda mantém-se atrasado por investigar essa interação em somente um sentido (da modernização social aos efeitos políticos).

É somente em Shils que uma perspectiva de interação em duplo sentido aparece. Assim ele observa que existem mudanças sociais – na estrutura social, na tradição e nas características humanas – que trazem conseqüências às instituições estatais. Mas isso não quer dizer que o Estado seja mero epifenômeno das características sociais. Ao mesmo tempo, ele percebe que nos países em transição o Estado assume geralmente a tarefa de ser o principal indutor da modernização social e econômica. Com essa perspectiva em mente, Shils atenta para a relação dupla entre sistema político e social ao analisar fenômenos como a burocracia estatal, o papel das forças armadas, a opinião pública etc.

Reforçando um aspecto que é importante para o próximo capítulo, as mudanças sociais e políticas aparecem sempre aqui, no plano conceitual e na forma que são entendidos esses processos, como fenômenos inter-relacionados e interdependentes. O desenvolvimento político é entendido como um processo interligado aos processos de modernização e desenvolvimento econômico e adquire, na maioria dos autores, o sentido de democracia. Além disso, não há nenhum esforço conceitual em distinguir claramente o que significa modernização, desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Muitas vezes esses termos são utilizados de forma intercambiável, principalmente as noções de modernização política e desenvolvimento político.

Auto-Representação: economia, evolução linear, história consensual

Até aqui foi discutido como na própria representação dos países pobres as instituições e a economia ocidental aparecem sempre como dinâmicas e modernas. Mas não só os elementos originários da economia e da sociedade dos Estados Unidos e da Europa são alvos de uma construção simbólica, a própria sociedade moderna como um todo é o tempo todo tratada e ressignificada na literatura, esse tratamento pode ser entendido como obrigatório uma vez que uma construção do outro é também, e principalmente, uma construção de si. Em primeiro lugar, os termos de caracterização do Ocidente assumem cada vez mais as categorias do desenvolvimento econômico, acompanhando, assim, os termos de ressignificação do país tradicional enquanto

economicamente e socialmente não-desenvolvido. É o que aparece na passagem a seguir do capítulo escrito por Coleman:

> Uma *sociedade moderna* é caracterizada, entre outras coisas, por um grau comparativamente elevado de urbanização, alfabetização difundida, renda *per capita* relativamente elevada, mobilidade geográfica e social ampla, grau relativamente alto de comercialização e industrialização da economia, rede de veículos de comunicação ampla e penetrante e, em geral, uma participação e envolvimento extensivos dos membros da sociedade nos processos sociais e econômicos modernos. (ALMOND & COLEMAN, 1969, p. 499)

Essa representação de si como moderno e desenvolvido e do outro como ainda em transição parece quase natural já que uma das regras básicas da construção da identidade é a diferenciação em relação ao outro.

Mas não é apenas por adotar também os termos da representação econômica que a imagem que os países desenvolvidos constroem de si interessa para esta dissertação. Além da perspectiva econômica, existem outros termos complementares nessa ressignificação, termos esses que fornecem pistas para entender a mudança na representação dos países pobres.

Como conseqüência lógica de uma imagem de si como exemplo máximo da modernidade e de seus elementos constituintes (economia, cultura, instituições) como instrumentos de modernização, os exemplos europeu e norte-americano são vistos nesses textos iniciais como espelhos para o processo que está ocorrendo contemporaneamente nos países pobres. O processo que atingiu a Europa na Idade Média é entendido como sendo o mesmo que está atingindo o resto do globo naquele período. Assim, em primeiro lugar, o estudo de como se desenvolveu o processo nos países que já estão no último estágio fornece uma lição aos modernizadores contemporâneos. É o que defende a citação abaixo:

> A capacidade de fazer isso [predizer o resultado político nos países em modernização] implica um estado de conhecimento do funcionamento das nações modernas do Ocidente muito maior do que atingimos no presente. Implica também na obsolescência das atuais divisões de estudo da política em **áreas de estudo** americana, européia, asiática, do Oriente Próximo, africana e latino-americana. O cientista político que deseje estudar a modernização política em áreas não-ocidentais terá de dominar o modelo moderno, que por sua vez pode somente ser derivado da mais cuidadosa análise empírica e formal das funções das coletividades políticas ocidentais. Em seus esforços, para predizer o que pode acontecer, ou para explicar o que aconteceu, ele deverá não só conhecer as propriedades dos sistemas que denominamos modernos, mas ser

> capaz de utilizar, com relativa liberdade, a experiência das nações de outras áreas não-ocidentais, como meio de ganhar melhor compreensão dos processos de evolução nas áreas em que se especializou. (ALMOND & COLEMAN, 1969, p. 67) [40]

Entretanto, se existe, quase como uma conseqüência lógica do avanço dos países ricos, uma apresentação de si como espelho do futuro dos países que estão em transição, um exame mais aprofundado indica que ao mesmo tempo em que se pretende ser o espelho, diferencia-se em relação ao processo de modernização nos países atrasados. Assim, o mesmo livro que afirma que "O 'modelo ocidental' é somente historicamente ocidental; sociologicamente ele é global." (LERNER,1964, p.VIII) [*tradução própria*[XV]] e que o processo de modernização e as tensões advindas desse são a mesma coisa na Europa e no Oriente Médio (apesar dos diferentes cenários), é também o livro que irá de forma mais acabada diferenciar o que ocorreu nos países avançados com o que está ocorrendo nos países em transição.

Ao recapitular o processo de transformação da Europa no fim da Idade Média, apontando três pontos centrais nesse processo – a mídia, a personalidade de mobilidade e as condições modernas de mobilidade social e geográfica – Lerner recapitula as transformações como quem estivesse a contar uma 'estória' com um enredo de traços perfeitos e simplórios. Enquanto a trama não-Ocidental já apresenta elementos confusos que não seguem a ordem esperada. Considere-se, por exemplo, o parágrafo abaixo:

> "Pessoas da cultura ocidental se tornaram habituadas ao sentido da mudança e sintonizadas aos seus vários ritmos. Várias gerações atrás, no Ocidente, homens ordinários se encontraram desatados de seus solos nativos e relativamente livres para mudarem. Uma vez que as pessoas realmente mudaram em larga escala, de fazendas a apartamentos e de campos a fábricas, elas se tornaram apegadas à idéia de mudança por experiência direta. Isso guarda pouca semelhança com as multidões errantes em migração ou cruzada, de outrora, levadas pela guerra ou fome. Isso foi movimento por indivíduos, cada qual fazendo uma escolha pessoal de buscar em outro lugar sua própria versão de uma vida melhor." (LERNER, 1964, p.47) [*tradução própria*[XVI]]

Depreende-se desse parágrafo acima e de outras passagens do texto uma visão do processo de desenvolvimento e modernização nos países adiantados como uma "estória" sem conflitos, gerada por uma situação de liberdade e escolha e não de necessidade e crises. Além disso, em outras passagens aparece claramente a visão de

[40] Sobre esse assunto cf também LERNER, 1964, p.45-47.

que o caso ocidental vivenciou um processo linear. Segundo Lerner, o caminho seguido foi: primeiro ocorre a urbanização, depois expande a mídia e a alfabetização, segue o avanço tecnológico, com isso, a alfabetização sofre nova escalada, o que permite por fim o desenvolvimento de instituições e de participação.

De outra forma é entendido o desenvolvimento em processo nos países mais pobres. Se anteriormente percebe-se a formulação de uma espécie de evolução linear, aqui se apreende, ao contrário, um círculo vicioso. A modernização acontece aos tropeços, não segue a linha evolutiva dos que deveriam ser os seus espelhos, sofre movimentos em falso e leva a caminhos tortuosos. Assim, percebe Lerner com espanto: "Eles são inadequadamente urbanizados, industrializados e alfabetizados, relativo à sua compulsão de instalar rapidamente os símbolos da moderna sociedade participante." (LERNER, 1964, p.68) [*tradução própria*[XVII]]

Os termos presentes nesse caminho tortuoso são: também se parte da urbanização, porém o aumento populacional excessivo não é acompanhado por um crescimento de igual porte dos recursos, assim não existe uma base em que essa urbanização possa ser sustentada, o que significa dizer que aqui o processo se defronta com o primeiro tropeço, pois sem recursos é gerada nos países atrasados uma força anti-alfabetização. Para dar conta desse ciclo vicioso, em que um passo não leva automaticamente ao outro, é necessário a introdução de um novo elemento. Aqui entra o papel do governo e da mobilização de suas forças para que o caminho da modernidade seja induzido, já que ele é impossibilitado de ocorrer naturalmente. É o que relata Deutsch na seguinte passagem:

> Contar com desenvolvimentos automáticos na vida econômica e política nesses países do Mundo Livre aos quais as assunções do nosso modelo se referem, seria cortejar com a instabilidade crescente, com o golpe dos governos existentes e sua substituição por sucessores não menos instáveis, ou ainda com a eventual absorção no bloco comunista. Intervenções políticas e econômicas deliberadas no processo de mobilização social, por outro lado, podem abrir perspectivas mais promissoras. (DEUTSCH, 1961, p.505) [*tradução própria*[XVIII]]

Resumindo, o desenvolvimento nos países Ocidentais é entendido como linear, ausente de conflitos e natural, enquanto os países em transição vivenciam um processo tortuoso, mais semelhante a um ciclo vicioso e que por incapacidade motora própria precisa da força governamental para colocar o processo em movimento.

Essa visão de si que apaga os conflitos e tensões[41] revela a aproximação entre a teoria do desenvolvimento político clássica e a historiografia que lhe era contemporânea. Ambos os paradigmas compartilhavam assunções estruturais sobre a mudança social e política. John Higham[42] nomeou de "Consensus History" essa historiografia que rejeitou o conflito social como tendo qualquer papel de motor na história dos Estados Unidos. A mudança social e política passam a ser vistas como um progresso harmonioso em que o motor era a acomodação e o compromisso.[43] Nessa convergência de pontos de vista entre essa historiografia e a teoria do desenvolvimento político clássica, cada qual se voltava para a aplicação do paradigma em seus reinos, i.e, enquanto os historiadores se voltavam para a compreensão do excepcionalismo norte-americano, os cientistas da teoria do desenvolvimento político clássica buscavam tornar essa história consensual exportável. [44]

Como já foi argumentado, o enfoque, neste capítulo, da representação dos Estados Unidos e do Ocidente é um meio de se elucidar a partir da distinção entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento o que não aparece tão facilmente quando se parte apenas da representação dos países atrasados. Ou seja, os intercâmbios que existem entre a representação dos países desenvolvidos e a representação dos países em desenvolvimento (que como já foi explicitado é abarcado aqui a partir dos textos sobre o desenvolvimento dos países pobres) exigem uma análise que busque entender como essas duas vias representativas convergem em um mesmo tema que é a natureza da distinção entre países avançados e países atrasados. Essa convergência acaba por pautar uma semelhança de trajetórias entre esses dois eixos de pesquisa.

Após essa apresentação da forma que a situação de desenvolvimento era abarcada, principalmente no que se refere à produção da "Consensus History," é

---

[41] Entre os textos analisados, a marca mais forte da anulação de tensões nos Estados Unidos é a comparação que Lerner (1964) faz entre a taxa de mortalidade no Egito e nos Estados Unidos (LERNER, 1964: 217). Nessa comparação ele coloca a taxa de mortalidade entre os brancos dos Estados Unidos, sem fazer nenhuma ressalva, questionamento ou auto-crítica da comparação que está realizando.

[42] HIGHAN, John. (1959) The Cult of the 'American Consensus': homogenizing our history. *Commentary*. Vol. 27, N2.

[43] Essa visão de si como espaço da ausência de conflitos, do consenso e da acomodação aparece nas imagens dos Estados Unidos como reino da moderação em oposição ao radicalismo. Nos textos discutidos, o melhor exemplo aparece em Lerner. Lerner aponta que seus dados mostram que os pró-americanos no Irã são moderados, enquanto aqueles a favor da União Soviética são radicais. (cf. LERNER, 1964, p.378-379)

[44] Para uma análise mais detalhada da relação entre a teoria do desenvolvimento político e a "Consensus History" ver GILMAN, 2003 e GENDZIER, 1985.

possível compreender de forma muito mais clara o modo como a instabilidade nos países pobres é entendida. Ainda que a questão da instabilidade fosse na década de 1950 um ponto muito marginal de preocupação e atenção, mesmo assim já parece aqui uma característica que permanece ao longo de toda esta dissertação. Se ela não é um foco privilegiado de atenção (já que o otimismo reina em absoluto nas páginas), de qualquer forma o olhar sobre ela é sempre negativo. A assunção que já existe aqui, decorrente principalmente da ligação entre a teoria do desenvolvimento político clássica e a "História Consensual", e que guia o estudo dos países pobres até a bibliografia com que esta dissertação se encerra[45] é que a instabilidade é prejudicial ao desenvolvimento como um todo. Em nenhum momento, entre esses autores, questiona-se sobre a possibilidade dos conflitos, tensões e violências serem elementos que indicam uma transformação que possa ser, ao fim, positiva.

Um exemplo da absorção da historiografia consensual na década de 1950 e de sua perspectiva de rejeição aos conflitos e de qualquer ponto de vista que os pense como parte do progresso aparece na citação abaixo de Deutsch em que o autor se mostra pessimista em relação aos países que já possuem situações suscetíveis às tensões:

> Tudo o mais constante, pode-se esperar que o grau de rápida mobilização social promova, então, a consolidação de Estados cujos povos já compartilham uma mesma língua, cultura e importantes instituições sociais; enquanto o mesmo processo tende a deformar ou destruir a unidade de Estados cuja população já é dividida em diversos grupos com diferentes línguas ou culturas ou modos básicos de vida. (DEUTSCH, 1961, p. 501) [*tradução própria*[XIX]]

Além da instabilidade como intrinsecamente negativa, aparece também acima uma explicação para a instabilidade nos países. Neste registro, Deutsch considera que a instabilidade é produto da união em um mesmo país de diversas nações. Mas aparece em seu texto um segundo registro em que a mobilização social é vista como um processo que ao desfazer antigos hábitos e comprometimentos gera mudanças drásticas de necessidades, se essas últimas não forem satisfeitas surgem tensões políticas.

Apenas dois dos outros autores refletem sobre esse tema. Ambos, apesar de algumas diferenças, se aproximam dessa visão da instabilidade como o produto da

[45] Ainda que essa visão de conflitos e tensões como prejudicial se torne um tanto mais rebuscada nas obras analisadas no próximo capítulo. Nesse período posterior se insere os conflitos no desenvolvimento político, ao mesmo tempo em que praticamente se anula a existência deles nos países Ocidentais.

insatisfação de novos desejos que foram criados. Em Lerner[46], a instabilidade aparece como o resultado de um tipo desviante de modernização – algo como uma modernização fracassada. Essa modernização abortada[47] seria essencialmente um processo produtor de desejos e aspirações em indivíduos e elementos diferentes da velha classe de elite, porém desejos esses que nem a economia, nem a política conseguem satisfazer. Também aparece no livro, minoritariamente, o problema da falta de condições de mobilidade, condições essas que seriam essenciais para os indivíduos se prepararem para a participação política, isso porque a mobilidade produz empatia e opinião sobre questões públicas. Por último, Shils atribui a instabilidade aos países em que o desenvolvimento econômico é promovido pelo governo, em uma variante da análise de Lerner, Shils considera que são esses os casos que promovem mais expectativas na população do que conquistas de fato.

Essa compreensão, por Lerner, Deutsch e Shils, da instabilidade como resultado da criação de expectativas não-realizadas talvez explique a marginalidade da questão da instabilidade nesta perspectiva clássica. No interior de uma perspectiva que apostava na modernização e na realidade dessa nos países em desenvolvimento, uma visão do problema como uma questão de realização de expectativas garante uma solução clara: a continuidade do processo que de fato é inevitável.

Confirmaria essa percepção, o fato de que somente um entre esses teóricos dê, de fato, um passo além de refletir sobre a causa da instabilidade para discutir também, explicitamente, que medidas devem ser tomadas para conter essa instabilidade. (DEUTSCH, 1961). [48] Como aparece acima, Deutsch afirma que já que não se pode esperar um desenvolvimento automático nesses países, a saída é a intervenção do Estado (em profundo contraste, portanto, com a visão crítica de Shils). Essa intervenção deve ser ativa no sentido da construção de capacidade estatal.

Uma última ressalva a ser feita a respeito da questão da instabilidade e da marginalidade com que ela aparece nos clássicos da teoria do desenvolvimento político

---

[46] Vale a pena ressaltar, para que não fiquem dúvidas a respeito da marginalidade da questão da instabilidade nesse período, que além desse tema ser objeto de reflexão somente em três autores, apenas em um deles essa reflexão ocupa espaço considerável (Deutsch). Lerner, por exemplo, se refere pela primeira vez à questão da instabilidade na página 85 da primeira edição de seu livro. Já em 1964 (data da segunda edição) a questão da instabilidade aparece já no prefácio.

[47] Na realidade, não fica claro se se trata de uma modernização abortada ou de um processo que ainda não conseguiu produzir frutos.

[48] Não por acaso, o último autor em ordem cronológica, portanto, escrevendo em um contexto em que já havia *alguma* descrença a respeito da modernização como integralmente realizável.

é que, mesmo quando aparece imagens da desordem social e política nesses autores, essas imagens não chegam a deslocar a centralidade do referencial econômico como base para a leitura e compreensão do país ou região. É justamente o que comprova a citação do capítulo de Weiner sobre o Sul da Ásia:

> O Sul da Ásia tem sido denominado, corretamente, um subcontinente. É maciço na área e população, proeminente na sua posição geográfica e esmagador nos seus problemas. [...] Antigas imagens da região – elefantes e serpentes, marajás e nizãs, faquires e espiritualismo, capacetes de campanha e *sahibs*, não-violência e Gandhi, intocáveis e brâmanes – estão sendo rapidamente substituídas por novas imagens – socialismo e neutralismo, desordem política e violência, Nehru e planejamento, generais e ditadores militares e, acima de tudo, pobreza e subdesenvolvimento.
> Pobreza e subdesenvolvimento são as imagens mais esmagadoras. O Ceilão, o mais próspero dos três maiores países considerados neste estudo, tem uma renda *per capita* anual de apenas 110 dólares. Nos três países, a densidade de população em relação às terras cultiváveis é alta. Dois terços da população vivem diretamente do solo e a área cultivada é inferior a 0,40 hectares por trabalhador rural. A baixa produtividade agrícola por indivíduo e por hectare é o aspecto mais impressionante da economia do subcontinente. Grandes áreas não se prestam ao cultivo e o abastecimento irregular de água, em outras, torna a produção incerta. A terra é o maior recurso do subcontinente e do seu futuro uso muito depende o desenvolvimento econômico. (ALMOND E COLEMAN, 1969, p.151)

Comentários Finais sobre a Produção Teórica

Concluindo, o objetivo deste capítulo é, acima de tudo, mostrar como os temas dos clássicos da teoria do desenvolvimento político conformam uma representação nova dos países pobres ao vê-los como países em desenvolvimento, i.e., países que estão sofrendo mudanças dinâmicas, ao contrário de estarem eternamente presos a um período arcaico e tradicional da história. Este capítulo trata como a construção dessa nova representação dinâmica no interior da teoria do desenvolvimento político exigiu a utilização dos termos econômicos, termos que gozavam de maior status e consolidação em espaços acadêmicos e políticos da época.

Compreende-se neste capítulo, portanto, porque a teoria do desenvolvimento político aliou-se em um primeiro momento a representação dos países pobres a partir dos termos do desenvolvimento econômico. Para compreender, nos próximos dois

capítulos, a transformação representacional em seu arsenal teórico no sentido da instabilidade e da insegurança, duas questões deste capítulo devem ser ainda ressaltadas.

Em primeiro lugar, interessa aqui o fato dos conflitos ocuparem um lugar marginal na análise e o sentido dessa marginalidade. Como é discutido neste capítulo, aparentemente os conflitos ocupam um lugar marginal porque são decorrências de "falhas" no processo, em que se cria expectativas que momentaneamente não podem ser realizadas, porém ambos – os conflitos e as expectativas irrealizadas – deixarão de existir com a continuidade do processo de modernização e desenvolvimento.[49] Em segundo lugar, interessa também que desde o início o conflito e a instabilidade são vistos como fenômenos negativos.

O último importante neste capítulo é o fato de já se conseguir abarcar, nesse curto período entre 1958-1961, pequenas evoluções no pensamento. Essas evoluções não são apenas avanços teóricos, mas também a abertura, ainda que marginal, para a inclusão de novos temas no tratamento dos países pobres. Um desses temas é a questão da instabilidade. Outro ponto que muda ao longo dessas quatro obras, e não pode passar despercebido, é a vagarosa mudança do otimismo inicial em direção a uma perspectiva menos positiva. Esse movimento é percebido nas citações abaixo[50]que falam sobre as possibilidades da modernização nos países pobres:

> Que alguns milhões de turcos vivem hoje em cidades, trabalham em oficinas, vestem calças e têm opiniões enquanto, a geração anterior, vivia em *sholvars* centenários simbolizando a vida agrária, analfabeta e isolada da vila Anatolian é o que a modernização já fez por algumas pessoas. Que outros milhões por toda a parte do Oriente Médio estão ansiando por trocar sua vida antiga por esses novos modos é o que a modernização promete para a maioria das pessoas. (LERNER, 1964, p.46) [*tradução própria*]

> Seja qual for o futuro papel da população rural no Oriente Próximo, não há dúvida de que a esmagadora maioria da população urbana – tanto a classe inferior como a superior – vive num contexto cada vez mais modernizado e leigo. (ALMOND e COLEMAN, 1969, p. 371)

---

[49] Esse pensamento não seria exclusivo da teoria do desenvolvimento político clássica. A teoria do desenvolvimento econômico de Rostow seguia a mesma direção. Segundo Rostow, os conflitos faziam parte de uma fase do processo de desenvolvimento – a das precondições – que seria o período que o processo tem início. Porém seriam anulados quando os países alcançassem o estágio da arrancada (*take-off*). A citação a seguir demonstra essa compreensão dos conflitos: "Devemos mostrar-nos razoavelmente calmos ante esta fase [das precondições] [...] geralmente parecem ter cedido lugar a uma fase de absorção na aventura de modernizar a economia e a sociedade como um todo." (ROSTOW, 1974, p.139)

[50] Publicadas originalmente na seguinte ordem: 1958, 1960 e 1960.

> O novo Estado pode nunca ter sucesso em se tornar moderno, mas será incapaz de retornar à sociedade ou à política [*polity*] tradicional. (SHILS, 1960b, p. 407) [*tradução própria*[XX]]

A transição na literatura, tratada nos dois próximos capítulos, é em direção a um pessimismo-conservador, assumindo-se, então, por completo a preocupação com a ordem e promovendo o esquecimento final do regime democrático.

Política Externa e Produção Teórica

Uma série de relações diretas entre os cientistas aqui analisados e o governo, durante[51] e depois da 2ª Guerra Mundial,[52] poderiam ser aqui listadas e individualmente destrinchadas. Ao invés de seguir esse caminho, busco uma análise alternativa cujo sentido já foi delimitado na Introdução.

A Introdução desta dissertação apresenta brevemente como a partir da 2ª Guerra Mundial inicia-se uma nova interação entre o governo e as pesquisas acadêmicas. Compõem essa nova interação o avanço militar alcançado por meio do conhecimento técnico-científico e também a situação precária em que se encontrava o orçamento universitário após a depressão da década de 1930. A Introdução trata ainda como os pontos acima são centrais para entender a nova relação, porém não são suficientes. Fatores não-econômicos fazem parte do surgimento dessa nova interação, como o

---

[51] Por exemplo, o já citado trabalho de Gabriel Almond junto ao Escritório de Inteligência (*Bureau of Intelligence)* no interior do "Escritório de Fatos e Figuras" (*Office of Facts and Figures)*, mais tarde renomeado "Escritório de Informação de Guerra" (*Office of War Information*) (cf. STANFORD REPORT, 2003) e a atuação de Edward Shils no "Escritório de Serviços Estratégicos" na Seção de Pesquisa e Análise (Office of Strategic Services – Research and Analysis Branch). (cf. LATHAM, 2000).

[52] Como já foi mencionado, Gabriel Almond trabalhou no projeto Survey de Bombardeamento Estratégico (*Strategic Bombing Survey)* na Alemanha, que tinha o objetivo de captar por meio de um *survey* os efeitos do bombeamento estratégico sobre as atitudes e o comportamento da população. (cf. STANFORD REPORT, 2003) Lucian Pye (do CCP) deu cursos de teoria de contra-insurgência para o Departamento do Estado, deu assistência para a criação da AID *(Agency for International Development* – Agência para o Desenvolvimento Internacional) e participou posteriormente do Comitê Consultivo (*Advisory Committe)* da AID. (cf. LATHAM, 2000 e TIPPS, 1973) Daniel Lerner baseou seu livro *The Passing of Traditional Society: modernizing the Middle East* em entrevistas conduzidas pelo "Centro Unificado de Informação" (United Information Center). (cf. LATAHM, 2000) Existem ainda indícios, apresentados por Bruce Cumings, de que o financiamento da Fundação Ford ao CCP e à SSRC como um todo não seria originário exclusivamente da Fundação Ford, sendo essa, na realidade, uma mediação para os interesses de financiamento da CIA. (cf. CUMINGS, 1997 e SIMPSON, 1998)

nacionalismo dos cientistas, os avanços científicos gerados pela associação com o governo e a criação de organizações que tornaram possível a continuidade de financiamento de pesquisas no pós-guerra.

A análise de outros fatores para além da injeção de recursos econômicos se torna especialmente importante no caso das ciências humanas. Na década de 1950 as ciências humanas desfrutaram de um financiamento governamental relativamente baixo, se comparado às ciências biológicas e exatas (especialmente as ciências físicas), mas não por isso a agenda e os interesses do governo tiveram um efeito menor no modo que as ciências humanas, e especificamente a teoria do desenvolvimento político, eram organizadas nos Estados Unidos. A seguir esses outros fatores não-econômicos são levantados.

Antes de tudo, o financiamento relativamente baixo das ciências sociais pelo governo precisa ser melhor examinado. Durante a década de 1950 as fundações foram muito mais relevantes que o governo na destinação de recursos para a pesquisa nesta área, no entanto, a predominância das fundações não pode ser entendida como ausência das pautas do governo. Assumiram os postos de diretores dessas fundações diversos ex-oficiais do governo, especialmente do Departamento do Estado. Além disso, muitos intelectuais que possuíam receios em servir às demandas do governo, não faziam objeções em relação aos projetos arquitetados e/ou financiados pelas fundações. Por esses motivos, as fundações se constituíram como campos de encontro entre interesses governamentais e pesquisadores das ciências humanas. (cf. HOFFMANN, 1977)

Em primeiro lugar, o próprio interesse teórico pela política nos países em desenvolvimento pode ser entendido como fomentado por interesses da esfera governamental em um período de descolonizações e de rápidas mudanças internacionais. As citações abaixo indicam a importância que assumem as razões políticas diante de objetivos puramente científicos:

> Mesmo na ausência dessa forte justificativa científica da ampliação dos objetivos da política comparada, motivos práticos forçaram o cientista político moderno a preocupar-se com todos os tipos de sistemas políticos existentes no mundo atual – dos reinos e organizações tribais africanas às oligarquias tradicionais, como a Arábia Saudita, e aos sistemas de transição modernizantes, como os de Burma e Índia. (ALMOND e COLEMAN, 1969, p. 19)

> A preocupação com o problema de desenvolvimento e mudança política adquiriu um novo ímpeto nas décadas recentes. Isso é uma resposta, antes de tudo, à emergência de novas nações no mundo contemporâneo, e aos esforços de muitas

> nações antigas em modernizar a si mesmas. (ALMOND, 1968, p. 28) [*tradução própria*[XXI]]

Em segundo lugar, uma das características centrais da representação clássica da teoria do desenvolvimento político – a leitura dinâmica das sociedades pobres – pode ser pensada como uma necessidade que partia também dos governos, isso porque o conhecimento até então voltado para o estudo de populações sem contato com o mundo ocidental (Antropologia) ou civilizações embalsamadas (estudos orientalistas) era pouco útil em um contexto internacional que os Estados Unidos passaram a se relacionar, e de forma intensa, com regiões do mundo para além do Hemisfério Ocidental. É possível perceber esse impacto no relatório abaixo "Regiões Mundiais nas Ciências Sociais" (*World Regions in the Social Sciences*) (de 1943) do "Comitê de Regiões Mundiais" (*Committee on World Regions*) do "Conselho de Pesquisa em Ciência Social" (*Social Science Research Council* - SSRC): [53]

> A presente guerra tem chamado a atenção, como nunca antes, para o mundo inteiro. O interesse em regiões estrangeiras tem sido intensificado e atenção vigorosa é dada às áreas sobre as quais havíamos tido pouca ou nenhuma preocupação.
> A necessidade imediata de cientistas sociais que conheçam as diferentes regiões do mundo perde apenas para a demanda de oficiais militares e navais familiares com as zonas de combate atuais e potenciais. (SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL, COMMITTEE ON WORLD REGIONS, 1943, apud CHOMSKY, 1997, p. 195) [*tradução própria*[XXII]]

Ou seja, dois fenômenos dos clássicos da teoria do desenvolvimento político – o conhecimento comprometido com a situação atual e o dinamismo (e não com o passado arcaico) e o conhecimento realizado principalmente pelos estudos de área – podem ser explicados, em grande parte, por uma necessidade de política externa. (cf. CHOMSKY, 1997 e CUMINGS, 1997) Wallerstein apresenta como, em vários departamentos acadêmicos e comitês de pesquisa, esses dois princípios foram justificados prioritariamente (e às vezes exclusivamente) como uma necessidade frente aos novos desafios da política externa e somente secundariamente como um avanço necessário de ordem intelectual.

---

[53] O SSRC é um conselho que coordena sete grandes associações nacionais em ciências sociais. A esse Conselho (SSRC) pertence também o "Comitê de Política Comparada", esse último é a fonte da obra de Almond e Coleman discutida neste capítulo e também financiador da série "Estudos do Desenvolvimento Político" que é analisada no capítulo 3.

Um terceiro ponto em que se percebe uma adaptação dos temas e modos de fazer pesquisa na teoria do desenvolvimento político clássica aos interesses da política externa americana da época é em relação ao uso da economia como referencial prioritário de representação dos países pobres. A economia foi a primeira disciplina que conseguiu preencher a nova demanda política por conhecimento dos países pobres de forma dinâmica. Em um primeiro sentido, porque forneceu hegemonicamente a base teórica a partir da qual era possível entender os fenômenos atuais nas sociedades atrasadas, isso porque foi a primeira disciplina a resolver a questão daquele tempo – i.e., como entender os países pobres que não pelo seu arcaísmo embalsamado. [54] Em um segundo sentido, a economia preencheu essa demanda porque ao fornecer uma base teórica, construiu também, e talvez principalmente, uma representação plausível e digerível sobre o que seriam os países atrasados e como se deveria, então, se relacionar com eles.

Já foi mencionado o papel que tiveram as idéias desenvolvimentistas de Rostow no governo Kennedy. Mas mesmo a análise das primeiras políticas externas desenvolvimentistas sugere a importância que a economia teve como fornecedora de uma base teórica justificadora das ajudas econômicas aos países recém descolonizados. O ponto quatro de Truman, por exemplo, desde o início apresentava como objetivos o desenvolvimento econômico e a promoção da democracia, no entanto, dedicava-se a discutir somente o desenvolvimento econômico, sem mencionar em nenhum momento como o primeiro objetivo levaria ao segundo.

O status e o poder privilegiado alcançado pela economia frente à política externa norte-americana são reconhecidos pelos próprios cientistas políticos, como confirmam as duas citações abaixo de Lucian Pye:

> A principal questão que eu considero que necessita maiores explicações aqui é que pelo fato de nós não termos um corpo teórico firme sobre o desenvolvimento político, nós não seremos capazes de tratar os problemas do desenvolvimento político na mesma maneira técnica como nós fomos capazes de conceber muitos dos problemas do desenvolvimento econômico. Parece-me que

[54] O domínio que a economia apresenta nessa representação dos países em desenvolvimentos e a dificuldade da teoria do desenvolvimento político em alcançar essa superioridade da disciplina econômica no assunto aparece na citação abaixo: "Dependendo de quem estava falando (e quem estava ouvindo), o desenvolvimento poderia significar ou aumento de renda, ou aumento no bem-estar, ou de outra forma, aumento de produção ou consumo. No entanto, estava definido, o crescimento econômico era algo tangível e mensurável, ao contrário de 'democracia' ou 'soberania' ou 'respeito internacional'." (GILMAN, 2003, p.36) [*tradução própria*]

> a tendência recente na direção de estabelecer a ajuda externa econômica na base de critérios mais sofisticados dependeu inteiramente da existência anterior de um corpo substancial de teoria econômica técnica. Nós podemos, por exemplo, argumentar que considerações de longo prazo deveriam prevalecer sobre as de curto prazo na direção da ajuda econômica, porque nós temos de fato algumas teorias que sugerem que nós podemos fazer predições de longo prazo razoáveis. É mais difícil fazer as mesmas reivindicações em relação ao desenvolvimento político porque é praticamente impossível não ser guiado meramente por considerações ideológicas ou de valores ao fazer predições políticas de longo prazo. (PYE, 1963, p. 9) [*tradução própria*]

> Eu assumo que deve ser de baixa necessidade para nós insistirmos longamente neste ponto, porque o próprio fato de estarmos tendo essa discussão sobre as relações da AID com o desenvolvimento político deve indicar uma consciência de que a base política da AID erodiu em um nível alarmante dado a exagerada concentração nos critérios econômicos para a ajuda. (PYE, 1963, p. 24) [*tradução própria*[XXIII]]

O resultado dessa diferença de status entre a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria do desenvolvimento político era que, para se conseguir entrar no campo de estudos desenvolvimentistas, as ciências sociais assumiram os termos econômicos como chave de leitura dos países atrasados. Assim, essas ciências não rejeitavam o domínio econômico, mas atentavam para a necessidade de se olhar também, em suas próprias palavras, para as "questões não-econômicas do desenvolvimento", ou então para os "problemas humanos e não só para os problemas técnicos". Ou então, como apresenta Gilman (2003) a respeito da organização da pesquisa no MIT[55] – no "Centro de Estudos Internacionais" (*Center for International Studies*) – a questão maior que interligava os estudos interdisciplinares era o desenvolvimento econômico, sendo que os sociólogos e antropólogos examinavam as conseqüências sociais dessa transformação, os cientistas políticos os efeitos, riscos e oportunidades de políticas de crescimento etc.

Um último ponto de correlação entre política externa e agenda de pesquisa é apontado pela historiografia crítica da disciplina de ciência política. Segundo essa

[55] O fato dessa organização da pesquisa centrada no desenvolvimento econômico realizar-se no MIT reafirma a hipótese de que a economia tenha alcançado um status privilegiado enquanto ciência fornecedora de uma base teórica para a política externa. Primeiro de tudo por causa da ligação entre o MIT e o Pentágono. Em segundo lugar porque o "Centro de Estudos Internacionais" (*Center for International Studies*) nasceu de um projeto interdisciplinar secreto de propaganda anticomunista patrocinado pelo governo e conduzido pelo MIT em 1950. (cf. GILMAN, 2003; CHOMSKY, 1997; SIMPSON, 1998)

perspectiva,[56] a chamada revolução *behaviorista* da década de 1950 só pode ser entendida pelo contexto de baixa valorização da disciplina em relação às ciências exatas e naturais que desde a 2ª Guerra Mundial estavam recebendo um apoio muito mais direto e forte do governo. A desvalorização das ciências humanas pode ser percebida na citação abaixo do autor da medida de criação da "Fundação Nacional da Ciência" (*National Science Foundation*), órgão que excluiu, em um primeiro momento, as ciências humanas:

> Nenhum acordo foi alcançado em relação ao que a ciência social realmente significa. Ela pode incluir filosofia, antropologia, todas as questões raciais, todos os tipos de economia, literatura, talvez religião, e vários tipos de ideologia. [...] Não há nenhuma conexão entre as ciências sociais, um campo muito abstrato, e o campo concreto que constitui outras disciplinas com as quais a fundação de ciência proposta irá se ocupar. (UNITED STATES. SENATE, 1946, apud LATHAM, 2000, p. 48) [*tradução própria*[XXIV]]

Emerge então um grupo de cientistas políticos que anuncia como objetivos: (1) o foco em comportamentos individuais observáveis; (2) a ênfase em métodos empíricos e neutros de valores; (3) uma orientação para pesquisa sistemática. Ou seja, buscava-se legitimar o conhecimento produzido pela ciência política como sendo um produto de ordem inteiramente cientificista e de igual valor ao conhecimento produzido pelas ciências naturais e exatas. (cf. FERES, 2000) Essa busca do cientificismo ocorre em um determinado contexto que existia uma convicção, entre muitos cientistas sociais e alguns *policymakers,* de que os problemas dos Estados Unidos e de outros países eram passíveis de resolução e que o meio de resolvê-los era o método científico. (cf. HOFFMANN, 1977) A ciência política, portanto, ao realizar uma revolução cientificista interna estava buscando alcançar o patamar necessário para ser vista como uma ciência qualificada para essa ação prática. A intenção de equalizar os saberes e suas capacidades aparece bem demonstrada nas citações abaixo:

> As ciências sociais necessitam enormemente da formação de profissionais competentes que possam usar dados sociais na cura dos males sociais, como médicos, que usam informações científicas para curar os males do corpo. Discurso do Presidente do *Social Science Research Council* (SSRC) em 1947 (apud FERES, 2000, p.103)

[56] Ver BALL, T. (1993) American Political Science in its Postwar Potitical Context. In: FARR, J. & SEIDELMAN. Discipline and History: political science in the United States. Ann Arbor: University of Michigan Press.

> O apoio às ciências em geral na América deriva dos benefícios sociais que a sociedade recebe por meio da tecnologia. A astronomia ajusta os relógios e ajuda a navegação, a física produz os tubos vácuos que são usados nos aparelhos de rádio e televisão, a química e a bacteriologia produz penicilina e vitaminas. Se as ciências sociais pudessem contribuir significantemente para a sociedade por meio de suas tecnologias, isso iria render ajuda e conforto ao cientista social. [57] (LERNER e LASSWELL, 1951, p. 41) [*tradução própria*[XXV]]

Ball (1993), um dos autores chaves nessa historiografia crítica da Ciência Política americana, observa também como o fato de que o movimento intelectual *behaviorista* e a entrada mais significativa dessa disciplina no círculo dos saberes úteis para o governo federal terem ocorrido ao mesmo tempo em que a "guerra quente" dos campos de batalha foi substituída pela guerra fria ideológica não é mera coincidência. Ao contrário, esse contexto indica que foi no momento em que a manipulação de idéias e ideologias se tornou uma questão chave que a Ciência Política – com a ajuda de uma revolução metodológica interna – conseguiu apresentar, de forma mais acabada, a sua utilidade.

Vale a pena ainda comentar que o *behaviorismo* não apenas abriu o caminho para que houvesse um maior interesse nos quadros políticos pelo conhecimento dos cientistas políticos e por suas habilidades, mas também comprometeu a Ciência Política com metodologias de grande porte, caras e dispendiosas, da qual o maior exemplo é o *survey*. Essa nova metodologia não apenas traz novo status à Ciência Política como também produz necessidades maiores de recursos, colocando-a assim em uma situação de dependência muito maior, o que ajuda a explicar os impactos dos financiadores na seleção dos temas de pesquisa e na própria realização das investigações.

Todas essas questões indicam como, apesar de uma injeção limitada de recursos nas ciências sociais e, especialmente, na ciência política, a condução das pesquisas sobre a política nas áreas em desenvolvimento não deixou de se aproximar de questões que interessavam aos *policymakers* e do tratamento dessas questões de acordo com as preferências desses últimos atores. Segundo a perspectiva teórica que foi delimitada na

[57] Diversos capítulos do livro discutem como as ciências sociais podem assumir os mesmos critérios das ciências naturais, por exemplo, a objetividade e as observações reproduzíveis, os instrumentos precisos e válidos para refinar as observações, o uso de probabilidades, modelos sistemáticos, classificação, tipologias, índices etc. Ver os capítulos de Hilfgard e Lerner, Reichenbach, Arrow, Lazarsfeld e Barton. (cf. LERNER e LASSWELL, 1951)

Introdução desta dissertação, interessa ainda averiguar não apenas os efeitos da política externa na teoria clássica, mas também o movimento reverso em que essa teorização gerou, por sua vez, efeitos na política externa dirigida aos países pobres.

Antes de tudo, uma breve retomada histórica da construção de políticas desenvolvimentistas nos Estados Unidos será realizada, somente então se busca entender em que medida a teoria do desenvolvimento político influenciou na organização dessas políticas.

Se a preocupação com a instabilidade dos países pobres era uma questão marginal na teoria do desenvolvimento político da década de 1950, a realidade dos *policymakers* era oposta. Schoultz (1987) realiza uma pesquisa de mais de dez anos sobre as percepções dos *policymakers* a respeito das instabilidades dos países pobres e apresenta uma série de dados que auxiliam a entender a política externa dos Estados Unidos da década de 1950 e início da década de 1960.

Como já foi discutido na Introdução, a política externa durante o governo de Truman e Eisenhower apesar de já sondar de alguma forma as práticas desenvolvimentistas – por meio do Ponto Quatro e da "Administração de Cooperação Econômica" para o leste e sudeste asiático – ainda não havia se comprometido totalmente com uma política direcionada para o desenvolvimento ou a transformação global dos países pobres. Os limites da aplicação de propostas por meio desses dois programas políticos aparecem claramente na citação abaixo:

> A principal responsabilidade da "Administração de Cooperação Econômica" era um amplo, mas dispersivo, programa de assistência técnica. Essa continuação do Ponto Quatro de Truman tornara-se uma operação fragmentária – ajuda a um estabelecimento de ensino aqui, a um projeto de desenvolvimento rural ali, a uma escola nalgum outro lugar. (SCHLESINGER, 1966, p. 590)

A Introdução trata ainda como a emergência da administração Kennedy na Casa Branca dará início a uma política comprometida com o desenvolvimento e a modernização global dos países pobres, com o intuito de levar esses países até o estágio da arrancada desenvolvimentista (*take-off*), estágio a partir do qual a transformação global desses países estaria garantida. A nova posição política do governo Kennedy está em parte relacionada à própria evolução do conhecimento técnico e teórico, formulado em fundações e universidades, a respeito do processo de desenvolvimento.

A pesquisa de Schoultz (1987) sobre a percepção dos *policymakers* a respeito da instabilidade dos países pobres acrescenta um novo dado ao entendimento das mudanças que viabilizaram um novo tipo de política externa. Segundo Schoultz, havia uma clivagem entre os *policymakers* em relação à forma que eles entendiam a instabilidade. Um primeiro grupo apostava que o comunismo e a ação da União Soviética seriam as causas dessa condição nos países pobres. Na opinião do segundo grupo, era a pobreza que gerava a instabilidade. Se a fraqueza desse segundo grupo impediu a emergência de políticas desenvolvimentistas mais substanciais durante pelo menos uma década, ao fim da década de 1950 o enfoque da pobreza já havia ganhado força suficiente para viabilizar verdadeiros programas de desenvolvimento.

Em nenhum lugar essa mudança é mais clara do que nas políticas dirigidas à América Latina. Apesar de protestos de dirigentes e movimentos latino-americanos, a região estava completamente ausente, até 1960, de programas sociais e econômicos financiados pelos Estados Unidos. Eisenhower chegava a afirmar que a região não enfrentava problemas econômicos básicos e que somente o investimento privado seria suficiente para provocar o desenvolvimento do hemisfério ocidental. (cf. SCHLESINGER, 1966)

Em 1957, a negligência da América Latina e do desenvolvimento como política para os países pobres em geral começam a sofrer as primeiras mudanças. Primeiro, Milton Eisenhower (irmão do presidente) após visita à região apresenta um relatório discutindo os problemas econômicos e sociais latino-americanos e defendendo que a política externa dos Estados Unidos deveria organizar programas para lidar com esses problemas. (cf. SCHLESINGER, 1966 e SCHOULTZ, 1987) No mesmo ano, Douglas Dillon, sub-secretário de Estado para Assuntos Econômicos, pede revisão da posição de política externa para a América Latina após uma Conferência de Ministros de Finanças do Hemisfério Ocidental em Buenos Aires. (cf. SCHLESINGER, 1966)

No ano de 1958 acontecem mais eventos que revelam o dissenso com a política de Eisenhower para a América Latina. O principal deles foi a trágica visita do Vice-Presidente Nixon à região que finaliza antes do prazo marcado, graças a um protesto violento que ele e sua comitiva enfrentaram em Lima. (cf. LATHAM, 2000 e SCHOULTZ, 1987) Ainda em 1958, um grupo de senadores, incluindo John Kennedy, envia carta ao presidente criticando o seu governo por atribuir maior importância à ajuda militar do que à assistência econômica e técnica. (cf. PACKENHAM, 1973) Para completar o cenário de críticas domésticas e constatação, por oficiais do governo, de

que a região estava se tornando antiamericana graças à posição da administração de Eisenhower, em 1959 estourou a revolução cubana.

Frente a esses acontecimentos, em setembro de 1960 Eisenhower libera a primeira verba de ajuda para a América Latina. Mas essa proposta de ajuda ainda aposta no mercado livre e nas empresas privadas e apresenta um interesse limitado no avanço social. (cf. LATHAM, 2000)

Um plano mais substancial que promete o desenvolvimento e a modernização global das sociedades latino-americanas só virá no governo Kennedy. Em novembro de 1960, antes da posse, portanto, Kennedy ordena a criação de um grupo de trabalho para a América Latina, sob a presidência de Adolf Berle e com a participação de acadêmicos como Lincoln Gordon, Robert Alexander e Arthur Whitaker. No interior desse grupo, é recorrentemente apontado que a América Latina necessitava de um plano equivalente ao Plano Marshall. Esse é o argumento do Memorando abaixo:

> Muitas pessoas, de fato, têm falado da necessidade de um "Plano Marshall Latino-Americano". Em vários sentidos, isso é uma analogia equivocada. Os problemas em superar uma antiga herança de pobreza, de um extenso analfabetismo, e graves desequilíbrios sociais, econômicos e geográficos no processo de desenvolvimento são fundamentalmente diferentes daqueles de engendrar uma recuperação econômica em nações industrialmente avançadas, mas temporariamente debilitadas por causa da guerra. Na América Latina, uma ênfase muito maior deve ser necessariamente colocada nos processos mais vagarosos da reforma institucional. O esforço irá demorar muito mais. O volume de assistência externa anual, medido em termos financeiros, será menor e a cooperação técnica em vários campos terá um papel maior. [...] E, em uma razão principal, a analogia do Plano Marshall é completamente aplicável. [...] A Aliança para o Progresso deve, semelhantemente, energizar o imenso depósito de talento humano na América Latina para a tarefa desafiante de assegurar crescimento com justiça e liberdade. (UNITED STATES. OFFICE OF THE HISTORIAN, 1996) [*tradução própria*[XXVI]]

Em março de 1961, foi criada a "Aliança para o Progresso" com projetos na área de educação, saúde, industrialização, produtividade agrícola, reforma agrária e redistribuição de renda, os criadores desse programa sócio-econômico objetivavam gerar uma verdadeira revolução na América Latina, mas dessa vez uma revolução que se guiasse no "sentido correto", i.e., no sentido da democracia, do liberalismo e da liberdade. [58]

[58] É impressionante observar como a gestão de Kennedy e especialmente os oficiais ligados à "Aliança para o Progresso" promoveram um novo uso da palavra revolução. A revolução era, até então, consensualmente interpretada como um processo diretamente relacionado à subversão comunista. A

O Programa da "Aliança para o Progresso" foi apresentado em agosto de 1961 na reunião da OEA em Punta del Este e aprovado por todas as comissões, exceto a cubana, com propostas de crescimento do PIB a uma média anual de 2,5%, eliminação do analfabetismo até 1970, redução pela metade da mortalidade infantil, extermínio de doenças, promoção da industrialização, reforma agrária, reforma tributária, programas para paz de fornecimento de alimentos em situações de emergência, educação, intercâmbio científico entre universidades e integração econômica entre os países da região. Aprova-se também uma projeção de recursos de 20 bilhões de dólares ao longo de dez anos, metade viria do governo norte-americano e a outra metade seria fornecida pelo setor privado e pelos Estados latino-americanos. (cf. LATHAM, 2000 e AYERBE, 2002)

Agora que já foi apresentado o histórico dos programas de política externa de desenvolvimento, é possível retomar a questão colocada sobre qual foi o papel da teoria do desenvolvimento político nessas práticas. É possível reconhecer diversas aproximações entre o caráter que assumiu essas políticas e os princípios teóricos.

Em primeiro lugar, assim como a noção de desenvolvimento econômico auxiliou a assimilação cognitiva de sociedades com diferentes histórias, culturas e organizações sociais, também a teoria do desenvolvimento político reivindicava preencher esse papel cognitivo. A familiaridade com que as então desconhecidas sociedades poderiam ser compreendidas fica clara na reivindicação de Daniel Lerner que "o mesmo modelo básico reaparece, na prática, em todas as sociedades modernizantes de todos os continentes do mundo, independente de variações na raça, cor, credo." (LERNER, 1964, p. VIII) [*tradução própria*[XXVII]]

Em segundo lugar, teoricamente, se respaldava uma indiferenciação entre desenvolvimento econômico e/ou modernização e desenvolvimento político. Dessa forma, a política externa norte-americana não precisava se preocupar em fomentar especificamente a democracia ou outros processos políticos, pois apenas o auxílio

---

citação abaixo exemplifica quais eram os novos sentidos atribuídos à noção de revolução: "Quais são os meios para se desatar o sistema agrário? O meio mais favorável, do ponto de vista dos EUA, seria a revolução da classe média, em que os processos de modernização econômica conduzem a nova classe média urbana ao poder e produzem, simultaneamente, as necessidades de uma moderna sociedade técnica como o governo constitucional, uma administração pública honesta, um sistema partidário responsável, um sistema agrário racional, um sistema tributário eficiente, educação em massa, mobilidade social etc. […] O corolário é que, se as classes proprietárias da América Latina tornarem a revolução da classe média impossível, elas irão tornar a revolução dos "trabalhadores e camponeses" inevitável; isto é, se elas destruírem um Betancourt, elas irão garantir um Castro ou um Perón." (OFFICE OF THE HISTORIAN, 1996b) [*tradução própria*]

econômico voltado para uma transformação global já assegurava a consecução dos objetivos políticos dos *policymakers*. De fato, as políticas do governo Kennedy, apesar de proporem uma intensificação da ajuda econômica e técnica e priorizarem a transformação global como objetivo de política externa (criticando assim os objetivos limitados de Eisenhower de avanço econômico e instauração de mercados livres e empresas privadas), ainda assim concebiam a ajuda externa como necessária apenas até atingir a arrancada econômica (*take-off)* e pensavam o desenvolvimento político como uma conseqüência natural. (cf. LATHAM, 2000 e PACKENHAM, 1973)

Em terceiro lugar, existe uma percepção teórica, em conformidade com a perspectiva da história consensual, da existência de países atrasados que trilham um caminho diferente dos Estados Unidos em direção à modernização – leia-se um caminho mais conflituoso – ao mesmo tempo em que se pressupõe que o fim dos conflitos chegaria a esses países tão logo o estágio desenvolvido fosse alcançado. Essa perspectiva de que a intensificação do desenvolvimento anularia a existência de conflitos nos países pobres também é reconhecível na política externa daquela época, especialmente durante o governo Kennedy, que foi a principal administração a apostar realmente no desenvolvimento. As medidas desenvolvimentistas do período imediatamente anterior à posse de Kennedy e mais ainda as medidas tomadas por esse novo governo logo depois de assumir estariam diretamente relacionadas aos novos conflitos emergentes naqueles anos. Ou seja, existia uma assunção de que o desenvolvimento era a saída para a instabilidade crescente desses países. (PACKENHAM, 1973 e LATHAM, 2000)

Acontecimentos como a Revolução Cubana, a intensificação dos conflitos no Vietnã do Sul, a ampliação da Guerra Civil no Congo, as forças comunistas em Laos e o discurso de Kruschev de apoio às "guerras de libertação nacional" estariam por trás da liberação por Eisenhower, em setembro de 1960, da primeira verba de ajuda à América Latina e do programa financeiramente maior e objetivamente mais audacioso *Aliança para o Progresso* que foi aprovado por Kennedy ainda no primeiro ano de governo. [59]

[59] No discurso do senador Kennedy de 18 outubro de 1960, ainda em campanha presidencial, fica claro a correlação entre esses crescentes conflitos nos países pobres e a necessidade de um novo paradigma de política externa para esses países. Os seguintes excertos desse discurso, que foi também a primeira menção de Kennedy da "Aliança para o Progresso" demonstram esse ponto: "Em Cuba, os comunistas ganharam um satélite e estabeleceram uma base para tentativas de infiltração e subversão em toda a América Latina. Na Venezuela, multidões furiosas agrediram o Vice-Presidente dos Estados Unidos. Na cidade do México, multidões amotinadas protestaram contra a política norte-americana e puniram a própria América. [...] No Brasil, o presidente recém eleito sentiu que era necessário apelar ao crescente

(cf. LATHAM, 2000) Segundo Packenham, no início da década de 1940 apenas alguns países estavam recebendo assistência econômica, entretanto, em 1960 eram 60 países. O nível total de ajuda, apesar de não ter seguido o mesmo grau de expansão que o número de países, também passou de uma média de 2,5 bilhões por ano entre 1956 e 1960 para uma média de 4 bilhões por ano entre 1961 e 1963. (cf. PACKENHAM, 1973) Ou seja, os eventos conflituosos que começaram a intensificar-se no início da década de 1960 ao invés de serem um desincentivo a crença na harmonia da modernidade, eram antes um estímulo a intensificação e ampliação da promoção do desenvolvimento econômico e da modernização.

Nesse sentido, a teoria clássica do desenvolvimento político[60] não apenas estimulava políticas para o desenvolvimento desses países como fomentava uma lógica em que cada fracasso da harmonização dos conflitos não era percebido como uma falha dos princípios teóricos em si (ou, melhor, da doutrina política que esses justificavam), mas sim como uma necessidade de se intensificar os esforços para a modernização daqueles países ainda presos a um estágio conflituoso. A citação abaixo de um Memorando da Casa Branca de outubro de 1963 confirma como, no caso da *Aliança para o Progresso,* os fracassos do programa eram percebidos como falhas na implementação e não como um indício de que os objetivos do programa talvez fossem irrealizáveis:

> Nós não fomos capazes de iniciar um verdadeiro esforço de desenvolvimento na América Latina. Planos e Programas não foram preparados. Nossa própria ação foi lenta e maçante. Nós não podemos gastar o dinheiro que temos e iremos ter dificuldades em justificar nosso pedido de apropriação ao Congresso. E nós estamos desacelerando. É possível dizer corretamente que, hoje, nenhuma nação Latino-Americana embarcou no programa de desenvolvimento sob a Aliança para o Progresso. (UNITED STATES. WHITE HOUSE, 1963, apud LATHAM, 2000, p. 100) [*tradução própria*[XXVIII]]

---

sentimento antiamericano para ganhar a eleição. E cada reportagem, cada programa de rádio, cada jornal despachado do sul traz notícias frescas de agitação, de tensão, de mal-entendido. [...]
Essas derrotas desastrosas e trágicas foram as derrotas da liderança Republicana que não teve a imaginação e a compaixão para entender as necessidades e as aspirações do povo da América do Sul, que não agiu com a liderança e o vigor apropriados para essas necessidades, e que não teve a perspicácia e a visão para perceber os resultados inevitáveis de seus fracassos. (KENNEDY,1999) [*tradução própria*]

[60] Novamente, é importante ter em mente que seguindo outra compreensão essa é a mesma conclusão a que chega Rostow, economista que foi importante para o desenvolvimentismo nos círculos acadêmicos e políticos.

No entanto, apesar de ser possível reconhecer *a posteriori* semelhanças entre a política externa americana e a teoria do desenvolvimento político, outras informações indicam que, na realidade, as idéias teóricas aqui analisadas não tiveram tamanho efeito na prática política. Segundo Robert Packenham (1973), cientista político e ex-funcionário da AID, existem dois indícios de que as teorias do desenvolvimento político eram pouco conhecidas por *policymakers*. Em 1972 a aplicação de questionários com oficiais do Serviço Exterior (*Foreign Service*) indicou um baixo conhecimento teórico. Além disso, ele afirma que no treinamento e nos programas de orientação para pessoal a exposição de teorias não ultrapassava a mera citação de referências teóricas.

Pode-se criticar que a base em que Packenham se apóia para afirmar que as teorias do desenvolvimento político tiveram baixa influência nos *policymakers* é simplória. O cientista pouco se interessa em analisar o papel que instituições intermediárias (como fundações, consultorias etc.) possam ter tido em interligar a discussão teórica às preocupações políticas. Além disso, negligenciou-se a análise, com a qual se comprometeu aqui, das idéias base como influenciadoras dos planos de ação, ao invés de se buscar concretamente referências teóricas. Ou seja, para que uma formulação teórica possa se tornar um princípio de ação não é necessário que ela apareça naquele programa de ação como referência explícita e consciente para determinadas práticas. Muitas vezes, a fonte concreta daquelas idéias aparece para os atores políticos de forma difusa.

Ainda assim, toda a análise feita ao longo deste capítulo indica uma baixa aceitação da teoria do desenvolvimento político como fonte de conhecimento científico de valor amplamente reconhecível. Em diversos momentos foi mostrado como as ciências naturais e exatas gozavam maior popularidade e, conseqüentemente, maiores recursos. Também no campo desenvolvimentista em geral, foi a economia que alcançou maior reconhecimento acadêmico e dos *policymakers*. Quando os conhecimentos produzidos pela teoria do desenvolvimento político são comparados com a teoria dos estágios de desenvolvimento de Rostow, por exemplo,[61] fica claro como as idéias que foram esmiuçadas neste capítulo estão longe da aproximação com a prática política que permitia ao economista afirmar ser possível determinar quando a arrancada

[61] Ver, especialmente, Millikan, M & Rustow, W. (1957) (et all) A Proposal: key to an effective foreign policy. New YorkÇ Harper.

desenvolvimentista (*take-off*) teria iniciado, medir o volume total necessário de ajuda e prever o tempo total necessário de ajuda. (cf. ROSTOW, 1974 e HAEFELE, 2003)

Isso não quer dizer que a teoria do desenvolvimento político não possa ter sido, de alguma forma, um referencial de princípios de ação para os *policymakers*. Ainda assim, uma análise mais detalhada da pesquisa de Packenham (1973) indica que talvez a explicação para a semelhança entre idéias e práticas não seja resultado da influência da teoria do desenvolvimento político na política externa. Packenham analisa o surto desenvolvimentista nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960 por meio de três planos: as práticas ou doutrinas políticas, as idéias teóricas e, por último, a ideologia liberal. Segundo ele, as práticas e as teorias estariam ambas seguindo os motes da ideologia liberal. Esses motes seriam: – a mudança e o desenvolvimento são fáceis; – todas as coisas boas estão interligadas e são interdependentes (i.e., desenvolvimento econômico, modernização social, desenvolvimento político); – radicalismo e revolução são ruins; – distribuir o poder é melhor do que acumular o poder. Dessa forma, a percepção acima que a política externa e as teorias indiferenciavam o processo de desenvolvimento político do todo maior de desenvolvimento econômico e modernização, assim como apostavam que o desenvolvimento acabaria por anular a existência de conflitos, talvez esteja correlacionada, na realidade, à existência de uma base comum de apoio entre cientistas e políticos.

3. A Evolução do Pensamento dos Clássicos ou Como o Desenvolvimento Político se tornou um Processo Independente

Este capítulo se concentra nas obras do Comitê de Política Comparada (*Committee on Comparative Politics* – CCP), mesmo comitê que deu origem ao livro *A Política das Áreas em Desenvolvimento.* Foi apresentado no capítulo anterior como o objetivo dos organizadores desse livro – Almond e Coleman – era construir um arcabouço teórico para a análise dos sistemas políticos nas diversas regiões que estão sofrendo mudanças modernizadoras. Além disso, o capítulo dois analisa ainda como os termos utilizados para representar os países da África, Ásia e América Latina eram primariamente termos do desenvolvimento econômico – renda per capita, densidade da população, mobilidade social e geográfica, industrialização, produtividade e etc. – acompanhados dos termos sociológicos da dicotomia tradição e modernidade.

Existe uma mudança substancial no objetivo do estudo da política comparada deste livro clássico analisado no capítulo anterior e o artigo de Almond, originalmente de 1963, a partir do qual se introduz as questões deste capítulo. (ver republicação ALMOND, 1968) O objetivo já não é mais investigar o sistema político em países que estão em desenvolvimento, mas sim conceitualizar o que seria, especificamente, a mudança política. Mudança política é definida como a aquisição de nova capacidade de performance pelos sistemas políticos – i.e. papéis estruturais especializados e orientações diferenciadas. Segundo Almond, são essas novas capacidades que permitem uma resposta eficiente e mais ou menos autônoma a cada novo problema enfrentado durante a modernização. Ao mesmo tempo, a ordem em que os problemas apareceram e o modo que eles foram vivenciados em cada país acabam por determinar as características que irá assumir aquele sistema político. Em suas palavras, "O que nós estamos argumentando é que as características sistêmicas dos sistemas políticos – as suas propriedades estruturais, culturais e de desempenho – são determinadas pelo modo como esses problemas ou desafios são encontrados ou vivenciados" (ALMOND, 1968, p.35) [*tradução própria*[XXIX]] Além desse texto de 1963 apresentar um objetivo diferenciado, surgem também novos termos para representar o desenvolvimento político dos países:

os problemas (ou crises) de integração, de acomodação internacional, de participação e de distribuição.

O objetivo deste capítulo é mapear a emergência desses novos objetivos e novos termos representacionais no Comitê de Política Comparada e verificar quais foram as conseqüências da introdução desses novos temas para o paradigma como um todo.

Apresentação das Obras

Neste capítulo são tratadas algumas questões que estiveram presentes nos diversos autores que participaram da série "Estudos em Desenvolvimento Político" (*Studies in Political Development*) do Comitê de Política Comparada (CCP). Antes de tudo, deve-se apresentar mais substancialmente esse grupo que já foi tratado no capítulo passado a partir da obra de Almond e Coleman "A Política das Áreas em Desenvolvimento". O "Comitê de Política Comparada" pertence ao "Conselho de Pesquisa em Ciência Social" (*Social Science Research Council* – SSRC), esse último foi formado na década de 1920 com financiamento da Fundação Rockefeller (posteriormente recebe auxílio também da Fundação Ford e Carnegie) e tem como principal objetivo a reunião de pesquisadores de diferentes universidades, organizados em torno de comitês de áreas ou problemas de pesquisa. Já o Comitê de Política Comparada foi criado em 1953, com auxílio, sobretudo, da Fundação Ford, sob a coordenadoria de Gabriel Almond, que foi substituído em 1963 por Lucian Pye.

O Comitê de Política Comparada (*Committee on Comparative Politics* – CCP) destacou-se por ter sido o primeiro grupo de comparativistas políticos norte-americanos a considerar os países não-ocidentais como objetos válidos de pesquisa empírica sistemática. Ou seja, esses autores partiram de um campo tradicional na ciência política – o de política comparada – mas deslocaram o objeto de estudo deste campo. Se a área de política comparada até então estava inteiramente voltada para entender e comparar[62] as instituições políticas nas grandes potências, a nova proposta é pesquisar a política no mundo pós-colonial e compará-la com a dos países desenvolvidos.

A série "Estudos do Desenvolvimento Político" foi publicada entre 1963 e 1978. Os volumes da série publicados na década de 1960 permitem acompanhar como a

[62] Na realidade, o propósito de comparação era praticamente inexistente. Acima de tudo, essa área temática buscava descrever instituições políticas estrangeiras. (cf. MACRIDIS & COX, 1953)

discussão do Comitê de Política Comparada evoluiu e se distanciou da obra clássica "A Política das Áreas em Desenvolvimento" de Almond e Coleman. Após um intervalo de cinco anos sem nenhuma publicação, em 1971, é editado o volume "Crises e Seqüências no Desenvolvimento Político"[63] por Binder et all, seguido por "A Formação dos Estados Nacionais na Europa Ocidental"[64] (1975) de Charles Tilly e "Crises de Desenvolvimento Político na Europa e nos Estados Unidos"[65] (1978) de Raymond Grew. Esses últimos volumes resultam do objetivo de consolidar uma linha de pesquisa que emerge durante a discussão da década de 1960. O objetivo desta dissertação, como já foi apresentado na Introdução, é acompanhar a mudança representacional na teoria do desenvolvimento político nas décadas de 1950 e 1960, por esse motivo se concentra nos seis volumes publicados entre 1963 e 1966.

Todos esses volumes, com exceção do terceiro, estão dedicados a entender a correlação entre uma determinada variável e o desenvolvimento político. Esse propósito está exposto desde os títulos: "Comunicações e Desenvolvimento Político", "Burocracia e Desenvolvimento Político", "Educação e Desenvolvimento Político", "Cultura Política e Desenvolvimento Político" e, por último, "Partidos Políticos e Desenvolvimento Político". O objetivo é conseguir entender e medir a relação entre essas variáveis e o desenvolvimento político, compreensão que permitiria no futuro construir uma teoria geral do processo.

A base metodológica ainda é o funcionalismo que já aparecia na obra fundamental de Almond e Coleman "A Política das Áreas em Desenvolvimento". Ainda que isso não signifique que todos os capítulos[66] são funcionalmente orientados. Segundo Montgomery (1969), dos 98 capítulos que compõem a série, mais do que um terço (36) é funcionalmente ou "operacionalmente" orientado, estudos institucionais são quase tão numerosos quanto, e 28 são investigações históricas. Apesar do propósito comparativo, 48 (ou quase a metade) dos capítulos são monografias a respeito de um só país. A distribuição geográfica dos países tratados é: 34 são da Ásia e do Oriente

[63] BINDER et all (1971) Crises and Sequences in Political Development. Princeton: Princeton University Press.

[64] TILLY (1975) The Formation of National States in Western Europe. Princeton: Princeton University Press.

[65] GREW (1978) Crises of Political Development in Europe and the United States. Princeton: Princeton University Press.

[66] Os livros foram editados por membros do Comitê com a participação de diversos autores na produção dos numerosos capítulos. Com exceção do volume de Pye e Verba (1969), todos os volumes são produto de uma conferência sobre o tema.

Próximo, 14 são sobre a Europa e a América do Norte, 12 se dedicam a África e apenas três dissertam sobre a América Latina. O nível nacional domina as pesquisas da série, sendo que 27 se voltam para o nível individual. Um dos pontos mais importantes nessa classificação de Montgomery, e que será melhor compreendido no decorrer deste capítulo, é que quase todos os ensaios fazem uso muito mais extenso da sociologia, antropologia e psicologia social do que da economia.

Lucian Pye edita o primeiro volume da série em 1963: *Comunicações e Desenvolvimento Político*. Este volume está voltado para entender como a comunicação, além de ser afetada pela evolução econômica, social e política de um país é também uma das principais causas e agentes dessa evolução. Ou seja, Pye propõe como objetivo abrir o estudo para a comunicação não apenas como variável dependente da modernização nacional, mas também, e esse é o foco principal do estudo, como possuidora de um papel independente no desenvolvimento político. A comunicação (ou comunicações, afinal, é o único entre os livros que o pluralismo aparece já no título) possui uma definição extremamente ampla e diversificada, significando por vezes aprendizado (desde criança até aquele recebido por propagandas governamentais), em outros momentos ação social e interação, e até mesmo a construção da nação (*nation-building*) aparece como exemplo de comunicação no livro. (cf. EULAU, 1963)

O segundo volume, editado por LaPalombara e publicado também em 1963, – *Burocracia e Desenvolvimento Político* – está interessado, igualmente, na burocracia enquanto variável independente no processo de desenvolvimento político. Aqui o editor adota uma definição mais restrita da variável analisada, tomando burocracia por dirigentes estatais de nível médio ou alto. Duas questões específicas são feitas sobre a variável independente: as formas que a burocracia pode atuar como instrumento de câmbio e, em especial, as conseqüências de certas pautas de câmbio sobre a provável evolução da política democrática.

O livro que foi publicado em terceiro lugar (Ward e Rustow, originalmente de 1964) é uma exceção ao não propor como objeto de estudo a relação entre o desenvolvimento político e uma determinada instituição ou setor da sociedade. O próprio nome diferenciado indica sua excepcionalidade: *Modernização Política no Japão e na Turquia*. Neste volume foram escolhidos dois países, entre os que estão mais avançados no desenvolvimento político, com o interesse central em entender o que explica o sucesso relativo de cada um deles e a que pode ser atribuído as diferentes taxas e padrões de modernização do Japão e da Turquia. Mas assim como nos outros

livros questiona-se, em cada capítulo, como instituições ou setores específicos podem afetar os resultados políticos.

O livro *Educação e Desenvolvimento Político* (1965) de James S. Coleman apareceu em quarto lugar na série. O livro opta por uma definição restrita e formal de educação: atividades de ensino e outras relacionadas que ocorrem em escolas e universidades. Segundo o editor, a educação é, entre os setores estudados na série, um dos que há maior consenso de correlação positiva entre o desenvolvimento da educação e o desenvolvimento do sistema político, porém não se adota no livro essa visão unilinear e positiva. O livro parece se dedicar, mais do que qualquer outro anterior, a apontar diversos efeitos negativos da educação enquanto variável independente.

Em seguida (também em 1965), vem o volume de Pye e Verba *Cultura Política e Desenvolvimento Político*. Segundo os autores, as tradições da sociedade, o espírito de instituições públicas, as paixões e as racionalidades coletivas, o estilo e os códigos de operação dos líderes formam um todo provido de sentido e inteligível. Ou seja, a cultura política seriam as crenças, os símbolos e os valores que definem a situação em que a ação política acontece. Esse volume, o único que não resulta de uma Conferência, parte de uma proposição aos participantes – competentes autoridades sobre diversos países – de delinear, em primeiro lugar, uma perspectiva histórica da cultura política no país e, em segundo lugar, o papel dos principais agentes de socialização política. O interesse é, portanto, aumentar conhecimentos sobre padrões de desenvolvimento histórico e averiguar possibilidades e limites de impacto no desenvolvimento político de uma mudança consciente na cultura política.

Mais apesar de algumas diferenciações entre os volumes (alguns adotam definições restritas, outros amplas, um volume parte de dois países e a partir daí delineia a importância ou não de diversos setores e, por último, um deles não tem origem em uma Conferência) uma diferença de propósito realmente substancial aparece somente no último livro de LaPalombara e Weiner. Ainda que em *Partidos Políticos e Desenvolvimento Político* (1966) a proposta também seja entender os papéis dos partidos políticos no processo em análise na série, o livro pende muito mais, de fato, para pensar como os sistemas partidários são dependentes do processo de desenvolvimento político. Em todos os outros volumes da série, o fato da variável independente escolhida para análise também possuir características de variável dependente é reconhecido, mas isso não impede os autores de assumirem o objetivo de buscar entender que papel elas podem ter no desenvolvimento, i.e., em que medida um

uso consciente desse setor ou instituição pode nos auxiliar em nossa tarefa de planejamento social desenvolvimentista. Aqui já aparece uma grande dificuldade em enquadrar o partido enquanto variável independente.

A seguir é analisado como nesta série aparece (1) um novo relacionamento entre a teoria do desenvolvimento político e a teoria do desenvolvimento econômico, (2) um abandono da perspectiva dual de análise, (3) uma conceitualização do desenvolvimento político como um processo distinto do desenvolvimento econômico e (4) um restabelecimento da assimetria entre países politicamente desenvolvidos e em desenvolvimento.

Depois de expor cada uma dessas características da série "Estudos do Desenvolvimento Político" a obra "A Cultura Cívica" (*The Civic Culture*) de Gabriel Almond e Sidney Verba será analisada. Por causa das peculiaridades dessa obra, que serão discutidas a seguir, ela não pôde ser discutida conjuntamente com a série do Comitê de Política Comparada.

Novo Relacionamento entre a Teoria do Desenvolvimento Político e a Teoria do Desenvolvimento Econômico

O capítulo anterior analisa como a teoria do desenvolvimento político clássica se fundamenta sobre a economia para representar os países em desenvolvimento de forma dinâmica, i.e., de forma a ressaltar o progresso pelo qual esses países estavam passando. O presente capítulo trata como, com o desenrolar da teoria clássica, ocorre um progressivo afastamento da representação econômica, entretanto, sem que a economia deixe de ser um outro chave com o qual se dialoga.

A primeira obra da série (Pye, 1967) ainda apresenta a mesma relação com a teoria do desenvolvimento econômico que já aparecia nas obras clássicas. Assim, para pensar as funções que a comunicação pode ter como variável independente no desenvolvimento político, i.e., os papéis que pode cumprir como agente e causa do processo, Pye retoma as condições delineadas por Rostow para a arrancada desenvolvimentista [*take*-off] e discute como a comunicação afeta quase todos os fatores traçados pelo economista. Portanto, aqui, assim como nos autores clássicos do desenvolvimento político, a preocupação é de defender a existência de fatores não-econômicos (no caso, a comunicação) que influem na realização dos fatores

econômicos, esses últimos vistos, consensualmente, como os responsáveis pela arrancada desenvolvimentista.

Já em Palombara (1973) a relação entre a teoria do desenvolvimento político e a teoria do desenvolvimento econômico começa a ser mais dúbia. Existe sim um reconhecimento do espaço conquistado pela economia nos estudos desenvolvimentistas, mas a hegemonia que a economia tem nesse espaço é repetidamente criticada. Defende-se a importância de superar a hegemonia do desenvolvimento econômico na ajuda internacional aos países pobres, já que essa submete o financiamento do desenvolvimento político ao econômico. (cf. LAPALOMBARA, 1973, p.143) Também a submissão conceitual do próprio entendimento do sistema político moderno às categorias de modernidade social e econômica é criticada. (cf. LAPALOMBARA, 1973, p.41-42) Deve-se ressaltar que essas críticas não são marginais ao livro, entre as intenções que o próprio editor se coloca está a de atentar para o fenômeno de desenvolvimento político acima de quaisquer problemas relacionados à mudança social e econômica. Entretanto, ao mesmo tempo em que a hegemonia econômica é enfrentada, um dos argumentos sempre relembrado ao longo do livro é de que a visão weberiana de burocracia não seria apropriada para os estudos desenvolvimentistas já que uma burocracia sobrecarregada de normas weberianas seria um instrumento pouco eficaz para o desenvolvimento econômico. Ou seja, de um lado, há uma crítica sempre presente ao baixo espaço relegado à teoria do desenvolvimento político entre os estudos desenvolvimentistas, de outro lado, mantém-se o referencial econômico como medida para avaliar a utilidade de determinado conceito. Essa posição ambígua entre a crítica e a aceitação dos termos do diálogo em busca de reconhecimento está presente também na representação dos países da Ásia, África e América Latina. Também a representação está marcada por um passo vacilante entre os termos econômicos e os políticos, como no exemplo abaixo:

> A Nigéria apresenta oportunidades muito atrativas ao cientista político por sua extensão, sua diversidade, sua estrutura federal e seus diferentes graus de desenvolvimento. Em uma vasta extensão, maior que a Califórnia, o Texas, Nova York e Nova Inglaterra juntos, seus trinta e oito a quarenta milhões de cidadãos formam a maior unidade política da África. Os grupos tribais, ao redor de trezentos, refletem quase todas as etapas de desenvolvimento social e político imagináveis, desde as tribos pagãs e nuas da meseta de Jos até os grandes emirados medievais de Haussa-Fulani no norte, as chefias de Yoruba ocidental, altamente desenvolvidas, ou as democracias aldeanas do Ibo, no leste. Do ponto de vista econômico, o contraste é igualmente grande, desde a agricultura mais

> primitiva (pouco mais que a coleta de frutos dos bosques à medida que amadurecem) até os crescentes complexos industriais ao redor de Port Hacourt ou da Nigéria Ocidental. (LAPALOMBARA, 1973, p. 278) [*tradução própria*[XXX]]

Percebe-se, portanto, como na citação acima os termos do desenvolvimento econômico compartilham espaço com a apresentação da integração política (ou desintegração política) do país.

É no livro de Coleman que se percebe um salto nos termos utilizados na representação do país em desenvolvimento. A citação abaixo comprova como a teoria do desenvolvimento político parece ter alcançado neste volume, que é o quarto da série, um status capaz de prescindir, ao menos na descrição do seu próprio objeto, do apoio na economia:

> À primeira vista, a Indonésia pareceria que nunca teve os elementos básicos para um Estado viável. Ela é geograficamente fragmentada – 3.000 ou mais ilhas espalhadas por um arco de 3.000 milhas. Ela é etnicamente diversa – 30 grupos lingüísticos principais e 300 dialetos locais. Seus imensos recursos e gigantesca população estão distribuídos desigualmente – 75% da população reside em Java e 75% da riqueza econômica se encontra em ilhas fora de Java. Existe uma abundância de religiões e seitas – variações do Islamismo, Hinduísmo, Catolicismo, Protestantismo, e aquele denominador genérico para crenças indígenas, o animismo. Ela já foi dominada por príncipes indianos, capitães portugueses, um *lord* inglês, mercantilistas holandeses, militares japoneses. Com esse pano de fundo, a Indonésia conseguiu, no entanto, persistir como um Estado desde a Independência, apesar de duas ocupações adicionais por militares europeus e grandes insurreições em Sumatra e no Celebes. Certamente, muitos desses fatos históricos contribuíram para a desunião, mas existem elementos harmônicos também.
> Os centros da civilização 'indonesiana' sempre estiveram localizados ou em Java ou em Sumatra, fornecendo a sua história mais continuidade do que apareceria em um primeiro olhar. [...] Religiões estão tão inculcadas na civilização indonesiana e suas ecléticas e constantes apropriações fizeram da tolerância religiosa uma característica do seu modo de vida. Todos os indonesianos compartilharam, em alguma medida, de incursões estrangeiras, o longo domínio colonial holandês, a opressão japonesa, e de suas conseqüências revolucionárias. Tais experiências foram compartilhadas por uma pequena elite etnicamente diversa que assumiu o poder desde a Independência. Experiências escolares similares, frustrações e sucessos afins formaram a base de uma elite companheira que transcendeu diferenças individuais. Em geral, as forças da divisão foram contidas, é verdade que de uma forma um tanto instável, mas o Estado não se desintegrou e o sistema educacional teve um papel funcional neste quesito. (COLEMAN, 1965, p.115) [*tradução própria*[XXXI]]

A citação é exemplar em mostrar como apesar de buscar uma descrição detalhada e extensa do sistema político e das possibilidades de integração nele, mesmo assim não aparece nenhuma necessidade do autor em recorrer aos termos econômicos. A única menção que há acima à economia [*75% da riqueza econômica se encontra em ilhas fora de Java*] está preocupada em como a distribuição econômica afeta a integração política. Portanto, o interesse não é em relação ao desenvolvimento econômico em si como aparece na citação anterior de LaPalombara sobre a Nigéria.

Mas o que provoca essa mudança? O primeiro ponto que chama a atenção é que o volume que separa a primeira representação ambígua da segunda representação de uma teoria do desenvolvimento político mais segura de suas contribuições é justamente aquele volume (Ward e Rustow) que insere, de forma inaugural, uma questão até então ausente no debate do Comitê de Política Comparada (ou *Committee on Comparative Politics* – CCP). Questão que chama atenção não apenas por ser nova, mas principalmente por ser o fio condutor que acompanhará os próximos volumes da série até sua extinção. Esse novo tema é a questão das crises e problemas enfrentados pelos países durante a sua trajetória de desenvolvimento. No livro de Ward e Rustow, procura-se investigar em que medida o modo que as crises são enfrentadas em cada país e a seqüência em que elas aparecem permitem distinguir e delinear padrões de desenvolvimento. Essa questão emergente vai ocupar cada vez mais um espaço central nos volumes da série, até a sua finalização com três livros da década de 1970 totalmente voltados para discutir as crises e seqüências no desenvolvimento político.

Apenas a descrição acima sobre a emergência de um novo tema no exato volume da série que separa uma relação de maior tributo à economia de uma nova relação mais autônoma pode soar pouco plausível para justificar que esse elemento novo seria o responsável pela mudança. Mas não é a mera novidade da questão que interessa aqui, mas sim o papel que essa ocupa na análise, ou ainda, a justificativa que é dada para que um novo tema seja introduzido entre aqueles que já eram clássicos na literatura. Retomando, o estudo do modo que foi enfrentado as crises nos países e a seqüência em que elas aconteceram seria um modo de se buscar descobrir padrões de desenvolvimento, são esses que justificam esse pontapé inicial do tema no livro de Ward e Rustow. Por sua vez, o objetivo final de entender padrões de mudança foi amplamente fundamentado na necessidade de se construir uma teoria que dê a base para uma teoria política comparada do *desenvolvimento*, i.e., da dinâmica de mudança. Os autores criticam que até então a área de política comparada só conseguiu realizar

comparações entre os países a partir de uma perspectiva estática, isto porque se comparam diversos países em um certo período do tempo, ou para usar uma linguagem mais esclarecedora, seria possível dizer que se comparam as nações assim como se comparam retratos. Esses retratos podem ser muito úteis para apresentar a situação de cada país ou região em um determinado momento do tempo e sua posição relativa a outras também nesse mesmo período. [67] Porém tal análise em nada ajuda a entender o modo de desenvolvimento que levou àquela situação estática analisada.

Assim, sem querer abusar da metáfora, o enfoque das crises e seqüências seria a base para a construção de uma nova linha de pesquisa que conseguisse abarcar o filme do desenvolvimento, i.e, captar os movimentos, a dinâmica, o processo. Em suma, criticam-se as investigações ainda sincrônicas, quando o processo deveria ser analisado diacronicamente. É justamente esse papel das crises e seqüências na construção de uma análise dinâmica ou diacrônica, que aponta para um entendimento desse novo tema como um dos fatores responsáveis pela autonomia que a teoria do desenvolvimento político adquire nos estudos desenvolvimentistas. Como foi apresentado no capítulo anterior, a economia não é apenas a ciência que primeiro conseguiu acolher e dar base à análise dos países pobres, mas ela também foi a ciência que forneceu os termos para a construção de uma nova visão dos países que passaram a ser denominados em desenvolvimento. Assim, a teoria do desenvolvimento político se via induzida a adotar os termos econômicos não apenas para chamar a atenção de um público acostumado à hegemonia econômica no debate, mas também foi a adoção desses termos que deu base para a construção de uma representação dinâmica dos países pobres. Dinâmica naquele momento significava uma visão que atentasse para as transformações que ocorriam contemporaneamente naqueles países, uma visão que não igualava passado e presente e futuro como se tratando de um mesmo estado nos países não-Ocidentais, uma visão que percebesse a chegada de elementos dinâmicos nesses países. O significado reivindicado por Ward e Rustow para o termo dinamismo vai além dessa disputa entre os teóricos clássicos e os estudos orientalistas e antropológicos, aqui se busca entender o processo diacrônico de desenvolvimento e não apenas os elementos dinâmicos contidos no presente.

Mesmo com essas diferenciações de significado para o termo dinâmico e considerando ainda a diferença de período entre a nova proposição de Ward e Rustow e

[67] Ward e Rustow afirmam que o próprio livro fundamental do CCP de Almond e Coleman (1969), tratado no capítulo anterior, seria um ótimo exemplo dessa comparação estática.

os conflitos e disputas que existiam no período dos clássicos, ainda assim é possível relacionar, de um lado, a emergência de um novo elemento capaz de fornecer dinamismo a análise, elemento esse autóctone ao arsenal da teoria do desenvolvimento político e, de outro lado, o processo de autonomização dessa teoria. Interessa aqui que não é qualquer questão que fornece o dinamismo a análise, mas é justamente um tipo de questão diretamente crucial para esta dissertação: o enfoque das crises do desenvolvimento.

Deve-se ressaltar que a crescente autonomia que a teoria do desenvolvimento político adquire não deve ser confundida com uma exclusão da economia enquanto disciplina com a qual se debate. Em todos os livros subseqüentes o debate com a economia continua a ser feito. Critica-se principalmente a ênfase dos *policymakers* no desenvolvimento econômico sendo que esse não resolve os problemas de desenvolvimento político (cf. WARD e RUSTOW, 1968, p.117; LAPALOMBARA e WEINER, 1972, p.434 e COLEMAN, 1965, p. 534 – sendo que a crítica desse último é em relação aos *policymakers* dos novos países emergentes). E condena-se até mesmo a incapacidade de se entender a instabilidade presente nos países em transição a partir dos termos econômicos, i.e, a partir meramente da idéia de desenvolvimento econômico acelerado (LAPALOMBARA e WEINER, 1972, p.407) ou de que é possível determinar um intervalo de renda *per capita* que corresponda ao período de instabilidade. (WARD e RUSTOW, 1968, p.137) Mesmo o caráter dessas últimas críticas não desmonta a tese aqui apresentada de crescente autonomização da teoria do desenvolvimento político, pois a autonomia aqui é em relação ao objeto de estudo (o desenvolvimento político), portanto, não significa uma total independência e ausência de outras disciplinas com as quais o diálogo se estabelece.

O Declínio da Análise Dual

Como foi analisado no capítulo anterior uma das questões centrais, em todos os clássicos, no modo que era representado o país em transição era a idéia de dualismo. Os países que não poderiam ser considerados nem modernos, nem tradicionais seriam aqueles que possuem elementos dos dois pólos e essa duplicidade gerava uma série de conflitos de antagonismo, de adaptação e de conformação. Foi tratado também como mesmo entre os clássicos que já buscavam uma relativização da polaridade

tradicional/moderno, a análise do estágio de transição explicitava ainda uma base de caracterização da tradição e da modernidade bastante essencialista, pois nos países em desenvolvimento o foco recaia sempre sobre uma estrutura social tradicional, repleta de comportamentos e atitudes atrasadas, enquanto, por outro lado, existiam instituições modernas que foram transplantadas do Ocidente e que buscavam, infrutiferamente, provocar a modernização da sociedade. Portanto, em suma a análise era, em primeiro lugar, dual, em segundo lugar, com um enfoque centrado no tradicionalismo, já que esse tinha o poder de frear o desenvolvimento estimulado pelas instituições e, por último, as instituições eram vistas necessariamente como desenraizadas ou "fora do lugar" e, exatamente por causa disso, incapazes de cumprirem a função de modernização. Esse tipo de análise dual e centrada na tradição conseguiu manter, conseqüentemente, uma representação essencialista do tradicional e do moderno. O tradicional, mesmo se tratando de traços no interior de um país em transição, existia como um elemento facilmente distinguível e que representava tudo que era estático nos países em desenvolvimento. Por outro lado, a modernidade retinha toda a possibilidade de dinamismo ou mudança, ainda que essa possibilidade fosse amplamente renegada pela presença também dos elementos estáticos.

Também neste tema, o ponto de inflexão, em que já não é mais possível verificar as mesmas características da teoria do desenvolvimento político clássica, é o livro de Ward e Rustow (1968). Os dois livros anteriores (Pye e LaPalombara) mantêm o dualismo na análise, a preferência pelo tradicionalismo e a visão de que as instituições estariam nesses países desenraizadas (ou fora do lugar). A citação abaixo é exemplar dessas assunções:

> O processo de modernização dos países em desenvolvimento se caracteriza pela criação progressiva de estruturas sociais formalmente distintas, adaptadas dos modelos ocidentais, os quais são atribuídos funções políticas e administrativas diferenciadas. Mas neste processo permanecem as antigas bases de uma sociedade tradicional. Ainda desgastadas e combatidas, lutam para se manterem vivas, para reter posições de influência.
> Na sociedade em transição encontramos, então, uma situação dual. Instituições formalmente sobrepostas, copiadas de modelos ocidentais coexistem com outras mais antigas e autóctones, de tipo tradicional, em um complexo desenho de sobreposição heterogênea. As novas formas progridem melhor no centro e nos níveis mais altos da sociedade, as antigas se mantêm com mais vigor na periferia, nos meios rurais e nos níveis mais baixos da sociedade; mas a combinação está presente em todas as partes e produz novas formas que não são

> características dos sistemas ocidentais, nem dos sistemas institucionais tradicionais. (LAPALOMBARA, 1973, p.116) [*tradução própria*[XXXII]]

Já em Ward e Rustow todas essas assunções são criticadas e, por fim, rejeitadas. A principal mudança que sustenta o novo posicionamento a cada uma dessas questões é o novo modo como a tradição começa a ser pensada no interior do processo de desenvolvimento. Os elementos e a estrutura tradicional deixam de ser vistos como meros obstáculos ao dinamismo injetado pelas instituições ocidentais. Ao contrário, se a tradição pode agir como resistência ela também pode igualmente ser um componente de receptividade aos elementos modernizadores, sendo assim, as instituições modernas não produzem por si só a modernização, mas é a confluência não-conflituosa entre o tradicional e o moderno que engendram o processo de modernização.

Esse novo papel dado às tradições emerge da análise do processo de transição no Japão. Segundo os diversos autores que participam do livro de Ward e Rustow, o sucesso do Japão consiste justamente no fato do processo ter sido liderado por uma elite conservadora que almejava, em oposição a um processo revolucionário e transformador, uma espécie de evolução conservadora em que seria feito o mínimo de mudanças, portanto, aquelas estritamente necessárias, para que fosse garantida a sobrevivência ao Japão.

Aparece aqui, portanto, um pensamento em que estrutura social e instituições ocidentais, ou tradição e modernidade, deixam de ser pólos opostos e antagônicos para se tornarem elementos possivelmente simbióticos. Mais do que isso, a concepção do processo de modernização também sofre uma inflexão: não se trata mais de uma substituição dos elementos arcaicos por outros ocidentais, mas sim um processo exitoso de seleção e conformação entre ambos os elementos. Cada um contendo, portanto, uma capacidade de dinamismo. Ou seja, não apenas a visão deixa de ser dual, mas também a tradição deixa de ser essencialmente estática. Se, de um lado, é consentida à estrutura social de um país atrasado a possibilidade de dinamismo, de outro, a instituição ocidental perde o monopólio dos elementos dinâmicos. Somente a simbiose dessa e da tradição conforma uma situação dinâmica. Nas palavras do livro: "Não se pode compreender inocentemente as "influências indígenas" como estáticas, e as "influências estrangeiras" como dinâmicas. Ambas têm elementos de dinamismo, assim como ambas incorporam elementos obsoletos." (WARD e RUSTOW, 1968, p.89) [*tradução própria*[XXXIII]]

A partir da relativização do tradicional e do moderno, as instituições modernas perdem o monopólio do dinamismo e igualmente não são mais vistas como elementos dissonantes, desenraizados ou intrusos que se encontram "fora do lugar". Essa centralidade que teve o novo papel dado à tradição na desconstrução das outras assunções fica explícita na seguinte passagem:

> É ridículo afirmar que a universidade indiana é uma instituição sem raízes, um estabelecimento estrangeiro em solo indiano. Poderia ser dito, da mesma forma, que o serviço administrativo indiano, as forças armadas indianas, e o sistema parlamentar de governo são instituições estrangeiras. Essa proposição só faz sentido se, por Índia, estamos nos referindo à Índia tradicional, e se olharmos qualquer coisa moderna como uma intrusão desprovida de raízes. É impossível argumentar que a Índia deve ser modernizada enquanto, ao mesmo tempo, negamos que as universidades estão corretas em perseguir um percurso que implica aderência aos padrões de validade universal. (COLEMAN, 1965, p. 506) [*tradução própria*[XXXIV]]

Sobre a relativização da polaridade tradicional e moderno e o destronamento da análise dual ainda deve ser mencionado que, assim como no caso acima da autonomização da teoria do desenvolvimento político em relação à teoria do desenvolvimento econômico, o livro de Ward e Rustow representa um ponto de inflexão a partir do qual essas características dos estudos clássicos foram amplamente desaparecendo. Isso não quer dizer que nos livros posteriores – Coleman (1965), Pye e Verba (1969) e LaPalombara e Weiner (1972) – não houveram deslizes para o modo de análise clássico. (no caso da análise dual cf. COLEMAN, 1965, p. 552) O argumento aqui é que após essa inflexão as assunções clássicas apareceram em baixíssimo grau e, além disso, de modo marginal na análise. Sem terem aparecido, sequer uma vez, nos capítulos iniciais e finais da obra, partes que foram produzidas pelos editores que eram sempre pesquisadores notáveis do CCP.

No subitem anterior foi relacionado o processo de autonomização da teoria do desenvolvimento político (autonomia em relação aos termos representacionais econômicos) com a inserção de um novo tema (as crises e seqüências em que elas ocorrem no desenvolvimento político). Esse novo tema poderia ser entendido como agente desse processo de autonomia por ter fornecido à teoria do desenvolvimento político termos autóctones para que a dinâmica ou a mudança diacrônica dos países da Ásia, África e América Latina fosse compreendida. É interessante como se destaca no novo tema das crises e seqüências, assim como na questão da crítica à análise dual o

fato de ambas as mudanças sofrerem inflexão no volume editado por Ward e Rustow. É possível correlacionar então todas essas mudanças com o processo de conquista de autonomia da teoria do desenvolvimento político em relação ao seu objeto? Ou seja, pode-se pensar que enquanto a primeira mudança apresentada produz uma capacidade de autodefinição dos termos do debate em relação à economia, a segunda produziria o mesmo efeito em relação à sociologia?

Essa segunda correlação dificilmente poderia ser argumentada, pois, em primeiro lugar, enquanto se vê como o primeiro tema promove a construção de novos termos em que o desenvolvimento político passa a ser representado de forma quase auto-suficiente, o retraimento do dualismo não promove um novo tema que substitua os termos sociológicos de tradição e modernidade. Em segundo lugar, essa transformação de um dualismo de pólos excludentes no sentido de uma visão de confluência não-conflituosa não é um novo entendimento original da teoria do desenvolvimento político. Ao contrário, essa crítica é feita também no interior da própria teoria da modernização sociológica. [68]

Enfim, o desenvolvimento político

O percurso das questões presentes na série "Estudos do Desenvolvimento Político" teve início com o que seria a principal transformação teórica dos autores aqui analisados: a autonomização da teoria do desenvolvimento político. A partir daí duas outras questões que sofreram inflexão foram analisadas: o novo tema das crises e seqüências e o declínio da visão dual. Ainda resta uma questão fundamental a ser esclarecida: se o argumento apresentado é de que a disciplina adquiriu voz própria no estudo do desenvolvimento político, o que essa autonomia significou na definição do próprio objeto? Afinal, qual sentido assumiu a idéia de desenvolvimento político graças à autonomia intelectual adquirida?

Novamente, percebe-se uma inflexão entre os volumes da série no que diz respeito a como o desenvolvimento político é definido. Além disso, é possível perceber

[68] Um dos exemplos mais conhecidos no Brasil de crítica à análise dual e emergência de uma nova representação da modernidade aparece em um autor da segunda geração da teoria da *modernização* no livro "Construção Nacional e Cidadania" de Reinhard Bendix (1996). Neste livro, o autor apresenta uma história da construção da cidadania bem diferente da evolução linear e sem conflitos da conferência clássica de Marshall de 1949.

também, neste âmbito, uma inter-relação entre a definição dada ao desenvolvimento político e a discussão sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e o político.

Pye ainda não se propõe a responder o que é o desenvolvimento ou modernização política e apresenta no capítulo final (escrito por Lerner) uma definição para modernidade como um todo, sendo essa um sistema em que diversos subsistemas econômicos, políticos, sociais e psicológicos estão associados. Ou seja, aqui ainda há um pensamento que correlaciona modernidade na esfera política com um sistema socialmente, economicamente e psicologicamente moderno. Não há reivindicação alguma de que essas diversas esferas não seriam ou não poderiam ser tratadas como inter-relacionadas. Mas se ainda há, no pensamento, uma vinculação entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico isso não impede Lerner (no capítulo final do volume) de acusar as imensas expectativas de crescimento econômico de ser responsável pelas "revoluções das frustrações crescentes" que estavam vigorando nos países em transição. Segundo ele, a intensificação das frustrações colocam na década de 1960 a preocupação com o equilíbrio, a prudência e a responsabilidade no lugar do desenvolvimento rápido.

Em suma, temos no livro de Pye uma perspectiva de modernidade sistêmica que envolve tanto a esfera política, quanto a econômica, mas já aparece uma primeira crítica aos desequilíbrios causados pela promessa de crescimento econômico. LaPalombara vai além de acusar as expectativas econômicas pelos desequilíbrios. Segundo ele, a literatura vem se preocupando preferencialmente com a esfera social e econômica em detrimento do desenvolvimento político, mas esse não é o único problema. O que torna o desprestígio do sistema político realmente grave é o fato da democracia e mesmo a mera manutenção da lei e da ordem não resultarem do mesmo processo que gera o crescimento econômico. Piorando ainda mais a situação, o objetivo de expandir a economia além de ser incapaz, por si só, de promover o desenvolvimento político, ainda, muitas vezes, atua na direção contrária a esse processo. Assim, ao rejeitar uma presunção de desenvolvimento como um processo necessariamente total, LaPalombara rejeita também que a literatura sobre desenvolvimento político possa se contentar em definir o que é uma sociedade moderna e economicamente desenvolvida para entender o seu objeto. Começa nesse volume uma preocupação que guia todos os autores até o fim da série: afinal, o que é ou o que podemos entender por desenvolvimento político? Apesar desse volume ainda não apresentar nenhuma resposta para essa pergunta, um ponto já parece bem definido, e não será abandonado nos volumes subseqüentes:

sistema político moderno não é meramente aquele que opera em uma sociedade industrialmente avançada.

Ward e Rustow seguem reivindicando a separação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, mas ainda não é nesse livro que aparece uma definição precisa para o conceito político. No livro apenas se afirma que sistema político moderno não é aquele que possui um regime ou ideologia particular. Para além disso, só chega a listar algumas características que as *sociedades modernas* ou o *Estado moderno* compartilham (perspectiva, portanto estática).

De qualquer forma, aparecem duas novidades em Ward e Rustow. A primeira delas foi apresentada no início do capítulo: a existência de problemas ou crises que são enfrentados por todos os países durante o processo de desenvolvimento político. Esses problemas se dividem em dois grupos: aqueles que não podem ser manipulados (geopolíticos, *timing* ou estímulo externo, herança tradicional) e aqueles que podem sim ser manipulados pelas lideranças dos países (explorar tradição para modernização, crise de identidade, crise de segurança, problema de liderança, crise de desenvolvimento econômico, problemas das relações populares com o processo político – crises de integração, penetração e participação –, crise de output e distribuição).

O segundo tema, que está intimamente correlacionado com o primeiro, se refere à autonomização da teoria do desenvolvimento político. Retomando, existe uma preocupação inicial nos clássicos em apresentar e justificar seus temas de estudo baseando-se na idéia de que existem fatores não-econômicos que são responsáveis pelo desenvolvimento. Um segundo passo em relação a esse aspecto, que aparece sobretudo em LaPalombara, reivindica a separação entre desenvolvimento econômico e político, no âmbito político e no âmbito conceitual, e a valorização do desenvolvimento político por ele mesmo. Por último, o passo dado por Ward e Rustow em relação a essa questão é a reivindicação de um novo tema em que a análise deveria ser centrada: a estabilidade. A estabilidade chega mesmo a substituir, como fica explícito em algumas passagens, o papel que possuía o crescimento econômico como medida de avaliação das vantagens de tal política ou de tal conceitualização teórica. (cf. WARD e RUSTOW, 1968, p. 117 e p.125)

Enfim, Coleman é o primeiro a definir desenvolvimento político, como aparece na citação abaixo:

> Nestes termos, *desenvolvimento politico* pode ser entendido como a aquisição por um sistema político de uma capacidade política, conscientemente perseguida e qualitativamente nova e elevada, como é manifestada pela institucionalização exitosa de (1) novos padrões de integração que regulam e que contêm as tensões e os conflitos produzidos pela crescente diferenciação, e (2) novos padrões de participação e distribuição de recursos adequadamente responsivos às demandas geradas pelos imperativos de igualdade. (COLEMAN, 1965, p.15) [*tradução própria*[XXXV]]

É impossível não enxergar nessa definição de desenvolvimento político – processo de aquisição de capacidade para integração, no sentido de regulação e contenção de conflitos e capacidade para distribuição no sentido de resposta às demandas – uma solução aos anseios que acompanham os escritos dessa série. Aqui se consegue chegar a uma definição de desenvolvimento político como processo específico e diferente do processo econômico, ainda que sofra de alguma forma efeitos dos avanços na esfera da economia.

Além disso, ela responde a uma preocupação que aparece já em Pye e que vai ganhando cada vez mais espaço nos volumes da série: a apreensão em relação ao curso dos países da Ásia, África e América Latina. Essa apreensão aparece na revisão crítica do otimismo exagerado dos clássicos. Segundo essa revisão, os primeiros modernizadores e desenvolvimentistas se enganaram em acreditar que todo o processo de modernização poderia ser alcançado a partir da concentração da ajuda internacional em um ou dois fatores chaves que desencadeariam o processo. Além disso, o otimismo não é criticado apenas por ter simplificado o processo de modernização, mas também, e talvez principalmente, por ter incentivado uma conjuntura que fornece um excesso de expectativas às elites e massas dos países atrasados, sendo que essas expectativas dificilmente poderiam ter sido totalmente realizadas. Esse número desmesurado de expectativas se torna ainda mais grave considerando que, desde a perspectiva clássica, essa não-satisfação é vista como geradora de conflitos nos países em transição. (ver em especial Lerner, 1964 e capítulo um desta dissertação) É por esse motivo que no primeiro volume (editado por Pye) afirma-se que a nova preocupação da década de 1960 é uma preocupação madura, de pessoas comedidas e responsáveis que voltam seu interesse sobre o modo de manter o equilíbrio e sobre como combinar a segurança com a prudência.

O processo de aquisição de capacidade, ou desenvolvimento político, aparece aqui intimamente ligado à reação a conflitos ou tensões e demandas. Ou seja, o que

aparece não é apenas um emprego do pessimismo na formulação teórica, é também a inserção do novo tema de crises e seqüências no próprio conceito de desenvolvimento. Desenvolver-se é ser capaz de apagar os conflitos e satisfazer ou controlar as demandas emergentes. Desenvolvidos são aqueles que realizam de maneira satisfatória essas duas funções. Em desenvolvimento são os sistemas políticos que ainda não adquiriram capacidade suficiente para a realização dessas funções. Portanto, o sistema político de uma sociedade, ao contrário de reflexo de sua modernidade ou industrialização, é aquele que emerge em função da forma com que foram lidados os problemas e a seqüência deles em um determinado país. Segundo ele, as crises e seqüências, ou mais exatamente o modo que elas são enfrentadas, constroem não apenas o sistema político institucional, mas também as atitudes de participação, de integração e a cultura política.

Nos outros dois autores que *seguem* o livro de Coleman ("seguir" está aqui duplamente no sentido de ser posterior e também de dar continuidade, já que ambos os autores retêm a definição de Coleman, apesar de buscarem o complemento de outras noções como aumento da participação, igualdade, universalização, especialização e integração) se percebe uma situação em que todos os dilemas discutidos neste capítulo estão de certa forma consolidados. A autonomia frente à economia parece ter sido alcançada, o objeto de estudo ganhou contornos próprios, o pessimismo em relação aos efeitos da promessa de vantagens econômicas encontrou uma solução na aposta de uma nova abordagem. Essa abordagem é aquela que se volta, nos termos de Lerner (ver PYE, 1967), para a prudência e a responsabilidade, abordagem que segundo atesta as questões levantadas por Pye e Verba prioriza a possibilidade de mudança política estável, abordagem que não se vê mais obrigada a utilizar os termos econômicos para abrir caminho, ou mesmo compelida a argumentar e defender a separação entre desenvolvimento político e econômico, mas, muito mais que isso, também já consolidou os termos do próprio debate a tal ponto que pode chegar a inverter o debate dos clássicos. Inverter, pois, se os clássicos se viam fortemente constrangidos a dialogar nos termos econômicos para alcançarem reconhecimento em suas pesquisas, i.e., a apontarem e justificarem no próprio estudo a utilidade de tratar dos fatores não-econômicos do desenvolvimento, aqui o desenvolvimento político enquanto processo separado parece estar a tal ponto consolidado que os dois últimos livros da série chegam a se perguntar sobre a utilidade do crescimento econômico para o desenvolvimento político. Mesmo a modernização e a racionalização são medidas pelo valor que possuem

para o estabelecimento do sistema político. Sendo que desenvolvimento político vai adquirindo cada vez mais o significado de estabilidade.

Uma última observação deve ser feita a respeito da consolidação, nos dois últimos volumes, da separação entre os processos de desenvolvimento político e econômico, ao mesmo tempo em que eles inserem na definição realizada por Coleman, citada acima, noções como igualdade, participação, universalização e especialização. O capítulo dois analisa como não havia, na perspectiva clássica, uma dissociação entre as mudanças sociais, políticas e econômicas nem no plano conceitual, nem na forma que o processo concreto é entendido. Este capítulo explicita como o CCP esforçou-se para distinguir claramente desenvolvimento econômico do político. Não por acaso os dois últimos volumes da série mantêm a definição específica de desenvolvimento político do livro editado por Coleman, mas complementam essa definição com fenômenos da modernização como especialização, igualdade e participação. Aqui nesta série a distinção, conceitual e no entendimento do próprio processo, entre desenvolvimento político e modernização ainda não foi claramente realizada.

Para além dos termos econômicos e sociológicos: nova divisão entre pares assimétricos?

Este capítulo não poderia ser encerrado sem ser tratado ainda como no interior dessa nova chave de idéias – crises e problemas intrínsecos ao desenvolvimento político, preocupação com a instabilidade – aparece a diferenciação entre os países desenvolvidos e aqueles que estão em desenvolvimento.

É possível apresentar em relação a essa questão uma visão consensual entre todos os autores (desde LaPalombara que apesar de ainda não usar a terminologia de problemas e crises, já reflete sobre a questão das demandas e exigências populares). Isto quer dizer que o tema das desigualdades do desenvolvimento político entre modernos e atrasados parece estar isolado neste capítulo como o único tema em que não aparece uma inflexão entre os primeiros volumes e os últimos (com exceção de Pye).

À primeira vista, poder-se-ia presumir que ao assumir que as crises são fenômenos intrínsecos ao desenvolvimento político a divisão entre países em

desenvolvimento e desenvolvidos é relativizada.[69] Entretanto, essa seria uma conclusão apressada. Como foi mencionado, o sistema político é entendido como o produto final do modo como foi lidado em um determinado país com as crises e a seqüência em que essas ocorrem. (cf. LAPALOMBARA e WEINER, 1972) Assim, o caso dos países em desenvolvimento é entendido como mais dramático, pois os países em transição estariam em dupla desvantagem. Em primeiro lugar, esses países ao alcançarem a independência têm que lidar, simultaneamente, com quase todos os desafios que apareceram em momentos espaçados nos países modernos. As lideranças emergentes e à frente de estruturas e instituições ainda incapacitadas sofreriam demandas e desafios no âmbito da participação, da legitimidade e da integração simultaneamente. [70] Nessa exigência simultânea se explicaria a dificuldade de se encontrar uma solução no sentido da construção de uma cultura política integrada e estável. Além dos problemas virem sem qualquer espaçamento que permitisse que cada problema fosse enfrentado de uma vez, em segundo lugar, a seqüência, simultânea ou quase simultânea, dos problemas tornariam as coisas ainda piores para os atuais países em transição. O pressuposto aqui é de que existiria uma seqüência ideal, ou intrinsecamente boa, para o processo de desenvolvimento político. Não por acaso essa é a seqüência dos países que já traçaram esse caminho. A referência aqui é ao fato dos países modernos terem alcançado primeiro o desenvolvimento econômico para depois terem enfrentado, já com capacidade para isso, portanto, as demandas por distribuição. A inversão dessa seqüência nos países em transição se tornava um obstáculo para o desenvolvimento econômico.

Por causa dessa dupla desvantagem na constituição do sistema político face às crises do desenvolvimento, a representação que aparece dos países em transição é a de uma modernização: – cíclica, com ciclos de expansão e ruptura, ou de liberdade e contração; – induzida, ou seja, que exige a existência de lideranças e de instituições estatais capazes de enfrentar de forma organizada os conflitos e crises; – com destaque

[69] Mudança que não seria surpreendente, já que esta série relativiza a dicotomia tradição e modernidade.

[70] Essas três esferas são aquelas eleitas por LaPalombara e Weiner (1972) como os três problemas que são intrínsecos a todos os processos de desenvolvimento. Entre o volume de Ward e Rustow, que introduz o tema, e o de LaPalombara e Weiner emergiram diversas formas de listar os problemas do desenvolvimento ou tipologias desses problemas. Utilizo nesse exemplo a tipologia última de LaPalombara e Weiner que por serem os últimos conseguiram chegar a uma classificação mais acabada. Porém o mesmo exemplo poderia ser feito, sem comprometimento do raciocínio, utilizando a proposta presente em outros volumes.

para a demagogia, dada a existência de uma série de exigências que estão postas simultaneamente na mesa; – e, por fim, que deve necessariamente buscar limitar ou controlar as exigências (ao invés de se deixar ser seduzida pelas vantagens eleitorais da demagogia), já que esses sistemas políticos, por definição, são aqueles que ainda não são capazes de reagir eficazmente às demandas que lhe são postas.

Em contraste, a história da modernização do Ocidente é de uma seqüência que foi contribuinte para o processo de desenvolvimento político e em que os problemas apareceram um por vez, permitindo a solução de problemas incrementalmente, assim como uma construção de capacidade estatal que é realizada aos poucos, dando espaço para que o empreendimento alcançasse a eficácia. Em uma frase, o que aconteceu nesses países foi a evolução conjunta das exigências e capacidades.

Portanto, além da ampla similaridade entre os autores em relação a esse tema, mais uma questão se sobressai: mais do que qualquer outro tema a divisão entre desenvolvidos e em desenvolvimento parece manter aqui amplamente os termos dos clássicos. Isso porque ao mesmo tempo em que as crises começam a ser pensadas como intrínsecas ao desenvolvimento, os países ocidentais parecem não ter sofrido uma crise, mas sim um problema que foi resolvido no seu devido tempo. Ou então, entre aqueles do Ocidente que chegaram à situação de crise ainda assim parece haver uma diferença qualitativa (a seqüência das crises) e quantitativa (o número das crises enfrentadas simultaneamente) que confere às crises dos países modernos uma situação bem menos grave daquelas contemporaneamente ocorrendo nos países em transição.

Percebe-se, portanto, que a evolução da teoria do desenvolvimento político clássica conseguiu inserir, quase como malabaristas, o tema das crises no interior do próprio processo de desenvolvimento político, ao mesmo tempo em que mantém para os países já desenvolvidos uma visão que ainda é muito próxima da visão da história consensual tratada no capítulo anterior. Isso porque, assim como na perspectiva que ficou conhecida como "História Consensual", a existência de crises é abafada, a visão de uma evolução linear (ou nos termos aqui apresentados, uma evolução conjunta das capacidades e exigências) permanece. A existência de um pressuposto teórico de linearidade que suprime, como quem se recusa a ver, a existência de crises, regressões ou mudanças de sentido aparece claramente nas citações abaixo:

> Os Estados Unidos nunca enfrentaram os mais difíceis problemas envolvidos na substituição de uma série de líderes por outros, os tipos de problemas

> encontrados quando republicanos buscam entrar no lugar de monarquistas, ou comunistas suceder capitalistas, ou religiosos libertários seguir posteriormente a religiosos absolutos. Nenhum ismo fundamental dividiu nossa sociedade. A única situação comparável foi o conflito secional que levou à Guerra Civil. Com essa exceção, mal necessita argumentos de que os Estados Unidos representam, *par excellence*, uma sociedade caracterizada por uma fácil circulação de grupos de elites e, não menos importante, por rotas relativamente numerosas de recrutamento e avanço político. (LAPALOMBARA e WEINER, 1972, p. 304) [*tradução própria*]

> A continuidade de eventos foi violentamente interrompida por uma geração. (WARD e RUSTOW, 1968, p.136) [*tradução própria*[XXXVI]]

Ou seja, a existência de dados que não se encaixam no pressuposto analítico são vistos como exceções ou como suspensões no meio daquilo que realmente interessa ao teórico: a linearidade. Em nenhum momento, são vistos como dados que poderiam ser o próprio objeto central do estudo.

Para encerrar este capítulo, a obra "A Cultura Cívica" ainda é separadamente analisada.

A Cultura Cívica – de Gabriel Almond e Sidney Verba

A obra "A Cultura Cívica", de Gabriel Almond e Sidney Verba, (originalmente de 1963) analisa a cultura política nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México, pressupondo que a cultura cívica – o tipo de cultura política que existe na Inglaterra e nos Estados Unidos – é um elemento tão importante quanto a modernização para a democracia de um país e, mais do que isso, é ela que mantém o processo democrático estável. Os autores entendem por cultura política um conjunto de orientações em relação aos objetos políticos. Existem três modos distintos de orientação: a cognitiva – conhecimento e crenças; a afetiva – sentimentos e emoções; e a avaliativa – julgamentos e opiniões. Os objetos políticos também são três: os papéis ou estruturas – executivo, legislativo, burocracia; os incumbentes ou encarregados – legisladores, administradores; e, por último, as *policies* e decisões. Almond e Verba analisaram, portanto, por meio de um *survey* cada modo de orientação política em relação a esses três objetos nesses cinco países, somando ainda a orientação que o indivíduo tem sobre si mesmo no sistema político. Na cultura política paroquial não há conhecimento, sentimento ou julgamento a respeito desses objetos políticos que existam de forma separada das orientações religiosas ou sociais, nesta condição, não se espera

nada do sistema político. Na cultura política súdita ou de sujeição as orientações são dirigidas para o *output*, ou seja, para a aplicação ou reforço das policies. Não há orientação para as demandas (*input*) ou em relação a si mesmo como participante. A relação é, portanto, essencialmente passiva. Por último, na cultura política participativa existe orientação para todos esses aspectos (estruturas, encarregados, *policies* e a participação do próprio indivíduo).

Este livro está isolado, neste capítulo, portanto, por ser a única obra que não está tratando da correlação entre determinadas instituições ou setores da sociedade e o desenvolvimento político. Mais do que isso, Almond e Verba não estão analisando a cultura política a partir de uma perspectiva dinâmica do seu desenvolvimento. Somente na introdução esse ponto é brevemente refletido e os autores apontam que a cultura política paroquial é típica de uma estrutura política tradicional, a súdita se encontra na autoritária-centralizada e a participativa emerge na democrática. Naquele momento, reflete-se ainda como culturas sistematicamente misturadas (paroquial-súdita, súdita-participativa e paroquial-participativa) são fatores de instabilidade. Por fim, este livro destoa ainda por estar mais dedicado a analisar a cultura política nos países europeus e nos Estados Unidos do que nos países em desenvolvimento (esses últimos são representados exclusivamente pelo México).

Por esses motivos, não foi possível inserir normalmente este livro na exposição que foi feita neste capítulo. No entanto, existem algumas características dessa obra de 1963 que indicam como ela acompanha o debate que foi tratado aqui.

Primeiro de tudo, mesmo que exista uma classificação das culturas desde a paroquial até a participativa acompanhada de uma classificação das sociedades que evolui da tradicional para a democrática, não existe aqui, assim como nas obras da série "Estudos do Desenvolvimento Político", uma compreensão dualista do tradicional e do moderno da mesma forma que os clássicos. A cultura cívica não é aquela que possui características apenas da orientação participativa, ou seja, essa última não elimina da sociedade todos os elementos da cultura paroquial. Em todas as situações existe uma determinada mistura entre o tradicional e o moderno, incluindo aqui a cultura cívica. Além disso, não é apenas o elemento participativo ou moderno que é percebido como um fator dinâmico, esse ponto fica claro na citação abaixo sobre o caso britânico:

> Na mudança de uma cultura de sujeição para a participativa, as autonomias local e paroquial, se elas sobreviverem, podem contribuir para o desenvolvimento de

> uma infra-estrutura democrática. Certamente, isso é o que aconteceu no caso britânico. Autoridades locais, corporações municipais, comunidades religiosas e grupos mercantis em que a tradição de liberdade de associação continuou existindo se tornaram os primeiros grupos de interesse no desenvolvimento da democracia britânica. (ALMOND e VERBA, 1972, p. 25) [*tradução própria*[XXXVII]]

A importância da mistura entre tradicional e moderno para a cultura cívica, segundo Almond e Verba, remete à segunda característica desta obra, pois é justamente essa composição entre o moderno e tradicional que garantiria a mudança na sociedade, ao mesmo tempo em que essa mudança seria moderada. A moderação, ou prática de acomodação e compromisso, é uma questão central da obra, afinal como já foi dito, esses teóricos se voltam para a questão da cultura política a partir da pressuposição de que essa mantém a estabilidade democrática. Assim, todo o último capítulo da obra ("A Cultura Cívica e a Estabilidade Democrática") é dedicado a observar essa moderação fornecida pela cultura política cívica, produzindo, assim, uma espécie de manual a respeito de como melhor incentivar a moderação e estabilidade. Algumas receitas que emergem nesse manual são: na cultura cívica existe um hiato entre a percepção de capacidades e obrigações na democracia e o verdadeiro comportamento político, i.e., raramente os indivíduos são participativos e agem de fato para influir no governo local e nacional, ainda que eles reconheçam a obrigação da participação e percebam de forma exagerada a capacidade individual de influir na política. Esse hiato (também chamado pelos autores de "mito da participação") é fundamental para que a cultura cívica mantenha a estabilidade do sistema. Somente no caso da política se tornar intensa é que esse hiato pode ser um fator de instabilidade, mas nesse caso o governo deve responder às demandas, ou no melhor caso, antecipar as demandas e agir antes da política se tornar intensa. Portanto, uma cultura cívica que garante uma democracia estável é aquela que fomenta o "mito da participação" ao mesmo tempo que o cidadão se mantém no papel passivo. [71] Outra receita: a orientação dos indivíduos para os objetos políticos não pode ser meramente instrumental, ou seja, deve haver uma sensibilização positiva da democracia, por outro lado, o nível afetivo não deve se tornar muito intenso.

Uma última característica dessa obra em comum com os pontos que foram expostos neste capítulo a respeito da série "Estudos do Desenvolvimento Político" é o modo que as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são

[71] Como aparece na citação a seguir: "A inatividade do homem ordinário e sua inabilidade para influenciar decisões ajudam a fornecer o poder que elites governamentais necessitam para decidir." (ALMOND e VERBA, 1972, p.10) [*tradução própria*]

percebidas. Por um lado, também aqui aparecem os países desenvolvidos como espelho para os outros. Como afirmam Almond e Verba, em nossos "...esforços para estimar os prospectos da democracia em países como a Alemanha e a Itália, ou em áreas em desenvolvimento do mundo não-ocidental, nós freqüentemente tentamos extrair 'lições' da história britânica e americana."(ALMOND e VERBA, 1972, p.10) [*tradução própria*[XXXVIII]] No entanto, a história do Ocidente é entendida como a de um desenvolvimento político relativamente livre de crises, de problemas e não-forçado. (ALMOND e VERBA, 1972, p. 500) Na citação abaixo está exposto claramente o fulcro da distinção em relação ao processo nas regiões da África, Ásia e América Latina:

> O crescimento gradual e por meio da fusão da cultura cívica ocorreu geralmente em um sistema político onde esses problemas se estenderam ao longo do tempo. Uma variedade de novos grupos exigiu o início de uma situação de participação total, mas não todos os grupos ao mesmo tempo. Questões centrais tiveram que ser resolvidas, mas em períodos diferentes. Essa mudança política gradativa caracteriza a história política britânica e, em menor extensão, a americana. O problema nas novas nações do mundo é que tamanho gradualismo não é possível. Existe uma imensa demanda por participação na política de muitos que até recentemente eram paroquiais. Problemas tremendos de mudança social devem ser enfrentados todos de uma vez. E o que talvez seja o mais crucial: os próprios atos de criação das fronteiras nacionais e da identidade nacional devem ocorrer ao mesmo tempo. Um desenvolvimento político lento pode estimular uma cultura cívica, mas o que falta às novas nações do mundo é tempo para esse desenvolvimento gradual. (ALMOND e VERBA, 1972, p.500) [*tradução própria*[XXXIX]]

Novamente emerge a percepção das crises como fenômenos restritos às novas nações, países em que o desenvolvimento coloca todos os problemas em pauta de uma só vez, impossibilitando o gradualismo que deu origem a sistemas como o inglês e o norte-americano.

Comentários Finais: balanço das continuidades e mudanças no pensamento

Este capítulo identifica, portanto, quatro temas fundamentais na evolução do pensamento clássico. Em primeiro lugar, a conquista de autonomia da teoria do desenvolvimento político em relação aos termos da teoria do desenvolvimento

econômico, autonomia conquistada com a produção de termos autóctones – a estabilidade – para se conceitualizar e avaliar o desenvolvimento. A rejeição da noção de dualismo e das instituições ocidentais como desenraizadas ou "fora do lugar" foi o segundo processo analisado. A terceira inflexão é a emergência da concepção de desenvolvimento político, enquanto processo específico e autônomo ao processo maior de modernização. E, por último, um novo modo de diferenciação entre sistemas políticos desenvolvidos e em desenvolvimento. Se, por um lado, essa diferenciação é nova, já que inclui o tema dos conflitos e demandas, por outro lado, consegue incluir esse tema de um modo que conserva a mesma estrutura diferenciadora presente no pensamento dos clássicos. Os sistemas políticos desenvolvidos são aqueles capazes de reagir aos conflitos e demandas e também sistemas que são produto de um processo de evolução conjunta das capacidades e exigências, enquanto os que estão em desenvolvimento são, por definição, incapazes de lidar eficazmente com as demandas e conflitos e emergem de um processo em que as crises ocorrem de forma simultânea (ou quase) e em uma seqüência perniciosa.

Em um esforço classificatório, seria possível considerar os três primeiros temas como inflexões em relação ao pensamento clássico e o último deles como uma continuidade (apesar de ter sido inserido um novo tema para se pensar a diferenciação entre desenvolvidos e em desenvolvimento – as crises e seqüências – mesmo diante desse novo tema permanece uma visão de evolução linear *versus* processo conturbado, dramático, cíclico). No entanto, a resposta ao dilema continuidade *versus* mudança não penderia facilmente para o lado da mudança como o "placar" acima poderia levar a pensar. Inflexão significa ato de curvar-se, mudar de direção, desviar, refere-se a uma mudança no pensamento inicial desenvolvimentista, mas ao considerarmos que esse pensamento curvou-se, mudou de direção ou sofreu um desvio não se concebe em nenhum momento que houve uma transformação no sentido de um rompimento com os pressupostos da perspectiva clássica. O único tema em que seria possível falar em ruptura é o dualismo, mas ainda assim, se trataria então de uma ruptura seletiva, já que em nenhum dos autores aqui tratados houve uma rejeição do conceito de modernidade ou de tradição, mas apenas uma relativização desses.

Não há ruptura também em relação à visão da modernização como um processo positivo[72]. Ainda que um dos autores (LAPALOMBARA, 1973) já apresente um considerável adiantamento da visão tratada no próximo capítulo ao afirmar que o desenvolvimento político não é evolutivo, nem inevitável, mesmo assim, falta ao CCP um tema caro em Huntington que sintetiza a ruptura existente no seu pensamento: o progresso não é nem sequer considerado necessariamente desejável.

Além de não haver essas rupturas, ainda é possível falar em algumas formas de continuidade. Tanto nos clássicos do desenvolvimento político, quanto na evolução deste pensamento existe um idealismo em relação ao planejamento social. No caso dos clássicos, esse idealismo aparece em uma visão otimista do que é o desenvolvimento que se planeja alcançar: a modernização do país de forma ampla e, para a maioria dos autores, a construção do regime democrático. Aqui o planejamento social assume propostas mais pessimistas: assume-se como possível a construção de um sistema político com capacidade para evitar conflitos e conter demandas. Mas em ambos ainda existe uma aposta ambiciosa no planejamento social. Não é por acaso que todos os volumes da série estão preocupados com o valor de setores ou instituições como variáveis independentes do desenvolvimento político, portanto, com a investigação de formas de promover o desenvolvimento político.

Ainda sobre essa questão do planejamento, é interessante notar como o paradigma presente desde Almond e Coleman (1969) – livro clássico do Comitê de Política Comparada – até as últimas obras da série "Estudos sobre Desenvolvimento Político" continua a ser o funcionalismo. Essa perspectiva funcional enfatiza, como passou a ser criticado a partir da década de 1970, a integração dos elementos dentro de um sistema, a existência de papéis funcionais e de estabilidade sistêmica. Ou seja, esse paradigma está em perfeita conformidade com proposições que objetivam o planejamento e a administração.

Em suma, emerge aqui, portanto, uma construção teórica que apresenta continuidades – paradigma funcional, planejamento social, desenvolvimento político como desejável, manutenção dos conceitos de tradição e modernidade, diferenciação entre evolução linear *versus* processo cíclico – e inflexões temáticas – autonomia da

[72] De fato, nesses autores já há uma visão do excesso de expectativas colocadas no processo de modernização como algo maléfico, porém isso ainda é bem distante da rejeição que Huntington realiza da modernização em si como um processo positivo. Essa distinção só poderá ser melhor tratada no próximo capítulo.

teoria do desenvolvimento político, autonomia do desenvolvimento político em si em relação ao processo maior de modernização, rejeição do dualismo. Ou seja, as inflexões se limitam aos temas, sem atingir as bases e pressupostos do pensamento.

Em relação à hipótese desta dissertação de como a teoria do desenvolvimento político teve um papel chave na transformação da representação dos países pobres alguns comentários ainda precisam ser feitos. Foi possível verificar, ao longo deste capítulo, que a série "Estudos do Desenvolvimento Político" não apenas deixou de assumir termos que eram hegemônicos no debate, como acontece com os termos econômicos durante a década de 1950, como a teoria do desenvolvimento político produziu termos autóctones para entender a dinâmica do processo. A especificidade desses novos termos é a inserção do tema da instabilidade não apenas na representação dos países pobres, mas também no próprio conceito de desenvolvimento político. Portanto, essa teoria insere o tema da insegurança de forma privilegiada, conquistando por meio disso "autonomia intelectual" para tratar de seu objeto de estudos e entendê-lo como processo independente do desenvolvimento econômico. A primazia da transformação econômica como paradigma teórico e prático para lidar com os países pobres é, portanto, rejeitada, ao mesmo tempo em que se constrói uma nova forma de entender esses países e um novo objetivo que deveria ser perseguido pela política externa: o desenvolvimento político. Esse novo objetivo emerge como alternativa à promessa da continuidade do desenvolvimento econômico e da modernização como meios de se apaziguarem os conflitos típicos do período inicial de transição.

4. A Ordem Política e o Abandono do Projeto de Modernização e Desenvolvimento Econômico

O capítulo dois analisa a emergência de uma nova representação dos países pobres que ineditamente assumia uma perspectiva dinâmica sobre esses países, utilizando para isso dos termos representacionais da economia, majoritariamente, e da sociologia, de forma complementar. A discussão desses capítulos centra-se ainda no modo que essa representação hegemonicamente econômica promovia práticas desenvolvimentistas em relação à Ásia, à África e à América Latina, assim como justificava essas práticas. O capítulo três investiga como os termos representacionais econômicos cederam espaço, na série do Comitê de Política Comparada, a termos autóctones da teoria do desenvolvimento político. Esses termos são: as demandas enfrentadas pelos sistemas políticos em desenvolvimento e os problemas e as crises que ocorriam durante o processo de desenvolvimento político, definido como processo de aquisição de capacidade política para conter e regular as tensões de integração e responder às demandas de participação e distribuição.

Este capítulo trata de duas obras de Huntington, ambas da década de 1960 que "tiveram uma influência enorme no modo que as pessoas pensaram sobre desenvolvimento, tanto na academia quanto no mundo político [*policy*]." (FUKUYAMA, 2006, p. xi) [*tradução própria*[XL]] Segundo Fukuyama (2006), o ano que o livro de Huntington foi publicado (1968) era também o ano que a política americana guiada por estratégias de desenvolvimento como alternativas para os apelos do comunismo estava dando sinais de fracasso. Neste contexto, o cientista político "sugeriu que existia um caminho adiante por meio do autoritarismo modernizante." (FUKUYAMA, 2006, p. xiii) "Huntington traçou, então, o fundamento para uma estratégia de desenvolvimento que passou a ser chamada de 'transição autoritária', a qual uma ditadura modernizante fornecia ordem política, o primado da lei e condições para o sucesso do desenvolvimento social e econômico." (FUKUYAMA, 2006, p. xiii) [*tradução própria*[XLI]]

O objetivo deste capítulo é entender mais profundamente a representação do país pobre que viabilizou e justificou esse "caminho adiante" aberto por Huntington como caminho possível e, mais do que isso, como o mais indicado.

Apresentação das Obras

No artigo *Desenvolvimento Político e Decadência Política,* de 1965, Samuel Huntington anuncia o objetivo de distinguir desenvolvimento político de modernização. Segundo ele, desenvolvimento político seria o processo de institucionalização de organizações políticas e procedimentos, enquanto modernização refere-se acima de tudo à mobilização e à participação política. O primeiro parágrafo já anuncia sua tese principal: "Crescimentos rápidos na mobilização e participação, os aspectos políticos principais da modernização, minam as instituições políticas. Uma modernização rápida, em síntese, não produz desenvolvimento político, mas decadência política." (HUNTINGTON, 1965, p. 386) [*tradução própria*[XLII]] Outra novidade de Huntington foi anunciar, na contramão dos estudos feitos, que para entender as sociedades em mudança uma teoria da decadência política seria muito mais útil que uma teoria do desenvolvimento. [73] O artigo finaliza ainda realizando um breve esboço de estratégias para o desenvolvimento institucional.

O esforço conceitual em definir o desenvolvimento político, construir uma teoria sobre esse processo ou discutir as possibilidades de sua realização nas sociedades em mudança praticamente desaparecem no livro *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* (originalmente de 1968). No lugar de desenvolvimento político, emerge outro objetivo, a construção da ordem política nesses países. Huntington continua entendendo a modernização como essencialmente desestabilizadora, o desenvolvimento institucional como promovedor da ordem política e a decadência política como uma situação em que há uma rápida mudança social e mobilização acompanhada de um desenvolvimento lento das instituições. Como novidade do livro, emerge uma classificação de diferentes sociedades a partir de dois critérios: participação e institucionalização. As sociedades modernas são aquelas com alta participação, subdivididas entre desenvolvidas (além de alta participação, alta institucionalização) e subdesenvolvidas (em que a institucionalização é baixa). Uma segunda clivagem refere-se apenas ao grau de institucionalização política (deixando, de lado, portanto, a participação). As altamente institucionalizadas são sociedades cívicas, enquanto as de

[73] A citação a seguir afirma esse ponto: "Sem dúvida, como foi sugerido acima, teorias de instabilidade, corrupção, autoritarismo, violência doméstica, declínio institucional e desintegração política podem nos revelar muito mais sobre as áreas 'em desenvolvimento' que seus opostos com definições mais esperançosas." (HUNTINGTON, 1965, p.393) [*tradução própria*]

baixo grau são pretorianas. Após a introdução, o primeiro capítulo retoma a história da construção da ordem política nos Estados Unidos e na Europa e os outros capítulos da obra estarão concentrados em discutir a possibilidade de construção da ordem política: a partir de uma comunidade política tradicional, a partir de uma sociedade pretoriana, por meio da revolução, por meio da reforma e por meio de partidos políticos.

Nos próximos subitens a análise foca: (1) a distinção entre desenvolvimento político/ordem política e modernização, (2) o hiato campo/cidade, (3) os caminhos para a construção do desenvolvimento político, (4) as novas identidades assimétricas, (5) o contexto dessas transformações teóricas.

Modernização *versus* institucionalização

O segundo capítulo analisa como a necessidade, teórica e prática, de se criar uma nova representação dos países pobres que percebesse as transformações contemporâneas nesses países foi resolvida a partir da introdução de variáveis econômicas na descrição desses países. Posteriormente, como apresenta o terceiro capítulo, a relação entre a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria do desenvolvimento político assumiu novos contornos, sendo que essa última adquiriu autonomia frente à primeira. Ainda assim, a economia continuou a ser um outro chave com o qual se dialoga, porém emergiu um objeto de estudo específico – o desenvolvimento político – e juntamente com ele termos autóctones para o tratamento deste novo objeto foram produzidos – as crises e as instabilidades que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento. O objetivo deste capítulo é entender como essa questão aparece em Huntington, autor que considero a forma mais acabada de rejeição da teoria clássica e, simultaneamente, ele mesmo a forma clássica de representação securitizada dos países pobres. Para isso, deve-se entender o cerne da discussão de Huntington com a teoria clássica e como essa discussão fomentou a questão da instabilidade.

A primeira questão a ser ressaltada é como, em continuidade com os textos já analisados do Comitê de Política Comparada, a economia continua a ser um outro chave com o qual se dialoga. A economia desponta como conhecimento privilegiado para o uso de analogias, comparando-se por meio delas argumentos políticos com reconhecíveis e já familiares argumentos econômicos (e talvez por meio disso tornando-os mais facilmente compreensíveis). Assim as conhecidas asserções de aumento do

hiato [*gap*] econômico entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e da necessidade de esperar crescer o bolo para depois distribuí-lo, ganham novas versões em que o hiato [*gap*] político que é considerado em ascensão (em outros termos a diferença de estabilidade entre desenvolvidos e sociedades em mudança está se tornando cada vez maior) e a falta de poder em países tradicionais exigiria que primeiro esse poder seja acumulado e só posteriormente uma divisão (ou democratização) seria possível. (cf. HUNTINGTON, 1965, p. 408 e 1975, p.14-15 e p.157)

Ao mesmo tempo, a crítica tão constante entre os cientistas do CCP ao espaço político ocupado pela economia e a ajuda ao desenvolvimento econômico parece se tornar menos relevante nos textos de Huntington[74]. A baixa repercussão dessa crítica em Huntington ocorre, pois, enquanto para os cientistas do CCP, a teoria do desenvolvimento econômico forma a base chave da qual a teoria do desenvolvimento político busca se desvencilhar, para Huntington o processo de autonomização teórica assume objetivos mais ambiciosos, pois busca se distinguir da teoria da modernização como um todo. Tal qual na série "Estudos do Desenvolvimento Político" a representação dos países pobres não se apóia em termos econômicos, mas ainda assim não é a teoria do desenvolvimento econômico o principal objeto de crítica e rejeição do autor.

O problema a que Huntington se opõe mais veemente é a deficiente precisão do conceito de desenvolvimento político, que ao invés de defini-lo apenas o confunde com modernização. Segundo Huntington, apesar de existir uma multiplicidade de definições para o desenvolvimento político, é possível identificar duas características que aparecem em diferentes abordagens. Primeiro, ele é geralmente identificado, ou está intimamente conectado, com um aspecto da modernização da sociedade como um todo. Como conseqüência disso, em segundo lugar, é necessário o uso de uma série de critérios para medir o desenvolvimento político, já que a modernização é um processo amplo e complexo (os critérios que geralmente aparecem, segundo Huntington no artigo de 1965, são a racionalização, a integração, a democratização e a participação. No livro de 1968, ele ressalta a racionalização, a diferenciação e a participação).

Em primeiro lugar, sua rejeição da confusão entre modernização e desenvolvimento político está fundamentada em uma análise da perda de precisão conceitual que essa associação implica. Ao conectar desenvolvimento político e

[74] Essa crítica aparece apenas uma vez no livro de Huntington (cf. HUNTINGTON, 1975, p.17) e uma vez no artigo (cf. HUNTINGTON, 1965, p. 428-429)

modernização restringe-se a análise aos países que estão se modernizando, tornando-se, incapaz de perceber, portanto, em que medida antigas civilizações e impérios possuíam ou não um sistema político desenvolvido. Uma das vantagens de se diferenciar os conceitos seria, dessa forma, liberar o conceito de desenvolvimento político de uma identificação com o processo ocidental e, ainda, conseguir-se-ia alcançar clareza a respeito do que é específico atualmente no processo em curso na Ásia, na África e na América Latina.

Em segundo lugar, é o critério de fidedignidade que justifica uma separação clara entre modernização e desenvolvimento político. [75] Huntington afirma que se a modernização, em certos sentidos, é um fato nessas regiões do mundo, o caso do desenvolvimento político é totalmente diverso. Segundo ele, esse último processo não reflete nem de longe a realidade desses países, marcada por violências, golpes, corrupção etc. O uso de variáveis da modernização para medir o suposto desenvolvimento político desses países gera uma falsa sensação de que eles estão progredindo e até mesmo que o processo é inevitável[76], quando, na realidade, as sociedades em mudança se encontram em meio a um processo de decadência política. Nesse sentido, Huntington afirma que para entender o processo por qual estão passando esses países é necessário acima de tudo teorias sobre a decadência ou desintegração

[75] Essa justificativa em duas etapas para a distinção entre modernização e desenvolvimento político aparece no artigo de 1965. Nele, a primeira justificativa para a melhor distinção entre os conceitos – aquela que aponta a vantagem propriamente conceitual – se sustenta na discussão feita com diversos autores sobre o significado de desenvolvimento político. Diversamente, no livro, a discussão com a bibliografia a respeito do significado de desenvolvimento político ocupa um espaço bem menor e, conseqüentemente, somente a segunda justificativa está presente.

[76] A citação a seguir explica como uma definição de desenvolvimento político que inclua elementos da modernização permite ver o desenvolvimento político como um processo inevitável: "Além do mais, quanto mais ampla a definição de desenvolvimento, mais inevitável se torna o desenvolvimento. As definições completamente abrangentes fazem com que o desenvolvimento pareça fácil por fazê-lo parecer inevitável. O desenvolvimento se torna uma causa primeira onipresente, que explica tudo, mas não distingue nada. Quase tudo que acontece nos países 'em desenvolvimento' – golpes, lutas étnicas, guerras revolucionárias – se torna parte do processo de desenvolvimento, ainda que isso pareça contraditório ou regressivo na superfície. O desenvolvimento político perde seu conteúdo analítico e adquire um conteúdo meramente geográfico. No extremo, se torna sinônimo da história política da Ásia, África e América Latina." (HUNTINGTON, 1965, p.390) [*tradução própria*]
Apesar do artigo ter sido publicado quando o tema das crises estava apenas entrando na agenda do CCP, não é possível ignorar a discussão entre Huntington e a série "Estudos do Desenvolvimento Político". Enquanto os autores da série estão inserindo as crises no próprio desenvolvimento político (sendo que esse não é totalmente diferente de modernização – exceto na versão de Coleman, 1965), Huntington denuncia o absurdo de se correlacionar desenvolvimento com golpes e guerras, obscurecendo o que esses últimos realmente são: sintomas da decadência política. Indicam que essa era uma discussão explícita com a série do CCP a grande citação desses volumes nas obras de Huntington e a própria inserção de Huntington em 1967 como participante do Comitê de Política Comparada.

política, e não sobre o desenvolvimento político. A citação abaixo mostra como a representação dos países pobres como áreas de violência e instabilidade forma a base para uma rejeição da associação conceitual entre desenvolvimento político e modernização, e do próprio desenvolvimento político como fenômeno aplicável a esses países:

> Como resultado, modelos e conceitos que são, de forma esperançosa, intitulados 'em desenvolvimento' ou 'em modernização' são freqüentemente apenas parcialmente relevante para os países aos quais eles são aplicados. Mais relevante, em muitos casos, seriam modelos de sociedade corruptas ou em degeneração, destacando o declínio da organização política e a crescente dominância das forças sociais que levam à desordem. (HUNTINGTON, 1965, p. 415) [*tradução própria*[XLIII]]

Esclarecida as justificativas para a distinção entre modernização e desenvolvimento político, já se pode focar então nas bases desta distinção.

Huntington ressalta dois aspectos da modernização como os mais relevantes para a política: a mobilização social e o desenvolvimento econômico. Mobilização social, conforme definido por Deutsch (1961), é o fenômeno por meio do qual antigos comprometimentos são destruídos e novos padrões de comportamento e socialização emergem. Segundo Huntington, a mobilização social afeta diretamente a política porque altera as aspirações de indivíduos, grupos ou sociedades. Enquanto o desenvolvimento econômico é relevante, pois altera as capacidades desses mesmos atores.

Aprofudando a compreensão daquilo que Huntington entende por mobilização social começa a se delinear qual é a base da distinção entre modernização e desenvolvimento político. Não por acaso em Huntington aparece a noção de mobilização social, proveniente de um autor da teoria do desenvolvimento político clássica, como um dos aspectos chaves da modernização e a forma que ela afeta o desenvolvimento político. Essa aproximação indica, corretamente, a principal característica em que há uma continuidade entre os teóricos clássicos e Huntington, abrangendo aqui também o Comitê de Política Comparada. Como foi discutido no segundo capítulo, apesar do tema da instabilidade ainda ser um tema menor entre os clássicos da teoria do desenvolvimento político, desde aquele momento o problema da instabilidade já aparecia majoritariamente relacionado à geração de novas aspirações irrealizáveis. Em Lerner (1964) esse excesso de aspirações e desejos é produto da própria modernização da sociedade. A modernização da sociedade gera uma classe

média, entre a antiga elite e as massas, que possui acesso aos meios de comunicação e até mesmo a graduação, porém esses processos modernizam a personalidade de antigos desprivilegiados, sem que o sistema consiga, no entanto, por falta de recursos, satisfazer todos os desejos e vontades que foram despertados. Em resumo, o problema se trata, nas palavras de Lerner, de um hiato [*gap*] entre aspirações e capacidades. É essa incapacidade de satisfazer os desejos criados que gera radicais e extremistas desestabilizadores da sociedade. Em suma, o argumento é que não são aqueles que não possuem nada que desafiam o sistema, mas sim aqueles que querem mais. [77] Nas citações a Lerner e nos termos utilizados fica claro como Huntington deve, acima de tudo, a esse teórico da perspectiva clássica o modo como compreende a relação entre modernização e instabilidade.

Se, de um lado, o tema da relação entre modernização e instabilidade deixa transparecer aquele que é o elemento de maior aproximação entre Huntington e a teoria clássica do desenvolvimento político, esse mesmo tema revela também, de outro lado, a maior ruptura que existe entre o seu pensamento e o que foi até aqui analisado. Ou seja, aqui aparece uma ruptura real com as teorias que foram até agora apresentadas, conformando, portanto, uma diferença qualitativa em relação ao Comitê de Política Comparada que apesar das inflexões temáticas não rompeu com os pressupostos do pensamento. De um lado, Huntington continua a avaliar, em uma estrutura similar, a modernização como geradora de aspirações e, conseqüentemente, frustrações, de outro, essa compreensão da modernização gera uma nova postura frente a esse processo a qual nem os clássicos, nem mesmo o CCP ousaram assumir. Enquanto os clássicos mantêm a questão da instabilidade como uma questão marginal, já que havia uma aposta otimista na reversão dessa situação com a continuidade do processo, e enquanto os cientistas do CCP já apresentam um pessimismo mais receoso, que não mais aposta no desenrolar "natural" do processo, mas ainda acredita que é possível promover um sistema político capaz de lidar com os conflitos e crises, Huntington desiste de qualquer presunção de

[77] Deutsch (1961) aponta, semelhantemente, que a mobilização social (a quebra de antigos vínculos e a geração de novos) gera novas **necessidades** (distinguindo-se, portanto, da terminologia de Lerner que ao tratar como aspirações e desejos indica que compreende essas mudanças como subjetivas), que se não forem satisfeitas promovem tensões políticas. Da mesma forma, Shils (1960 e 1960b) compartilha essa correlação entre desejos não-satisfeitos e instabilidade, no entanto, o autor relaciona a existência desse excesso de aspirações aos irresponsáveis governos populistas e não ao próprio processo de modernização. Também a série analisada do Comitê de Política Comparada atribui os conflitos das sociedades à promoção exagerada de expectativas, que por serem desmesuradas não puderam ser satisfeitas.

uma modernização que ao fim possa ser estável e benéfica. Aliás, os efeitos benéficos de um processo de transformação global quase desaparecem do raciocínio do autor, a modernização chega a ser vista como um processo que não é sequer desejável, rompendo, portanto, definitivamente e ineditamente com a teoria clássica do desenvolvimento político. As citações abaixo indicam como a manutenção de uma estrutura social de indivíduos menos conscientes e reivindicadores é vista pelo cientista político como uma alternativa possível frente a uma modernização essencialmente desestabilizadora:

> Existe assim um conservadorismo dos desamparados tão profundo quanto o dos privilegiados; os primeiros constituem um fator tão importante para a perpetuação da ordem social quanto os últimos. A pobreza em si mesmo é uma barreira à instabilidade. Os que estão preocupados com o objetivo imediato da próxima refeição não estão propensos a se preocuparem com a grande transformação da sociedade. (HUNTINGTON, 1975, p. 66)[78]

> A modernização e a mobilização social, em particular, tendem assim a produzir a decadência política, a menos que se tomem medidas para moderar ou limitar o seu impacto na consciência política e no envolvimento político. (HUNTINGTON, 1975, p. 99)

Essa visão dos pobres sem consciência política como necessários para manter a ordem política demonstra como, pela primeira vez, entre os textos analisados nesta dissertação, os problemas da modernização não são apenas apontados, mas chega-se mesmo a indicar que dado esses problemas, o processo de mudança não é desejável. É essa rejeição da modernização como um processo positivo, assim como a desistência de se buscar caminhos para garantir os frutos da mudança, que é entendido aqui como um ponto de ruptura em Huntington que não havia sido realizado até agora. [79]

---

[78] Sobre o mesmo assunto ver também as passagens Huntington, 1975, p.288 sobre as favelas e Huntington, 1975, p.440 sobre a população rural. Para uma perspectiva mais ampla, ver o trecho Huntington, 1975, p.52-60 que explica porque são os países em modernização (e não os pobres e tradicionais) os mais instáveis.

[79] Sobre esse assunto compare as citações acima de Huntington, com a citação a seguir de Deutsch que discute como lidar com as possíveis conseqüências desestabilizadoras da mobilização social: "Tais intervenções não devem ter o objetivo de retardar o desenvolvimento econômico e social. [...] Essas políticas [*policies*] de desacelerar a mobilização social e o desenvolvimento econômico, essencialmente, apenas reduziram as capacidades do governo, construíram o caminho para fracassos domésticos e derrotas internacionais e foram seguidas, ao longo do curso de três gerações, pelo atraso persistente e pela destruição final do Estado. Uma política [*policy*] mais promissora seria, ao contrário, de ação interventora a favor de um crescimento mais rápido e balanceado; uma distribuição de renda de alguma forma mais uniforme, relacionada mais proximamente às recompensas das contribuições produtivas que ao *status* e à herança; um investimento mais produtivo dos recursos disponíveis; e um crescimento

Duas conclusões parciais já são possíveis de serem elaboradas. Em primeiro lugar, percebe-se que apesar de ter ressaltado duas características do processo de modernização – o desenvolvimento econômico e a mobilização social – é a mobilização social que Huntington tem, acima de tudo, em mente quando os efeitos nefastos da modernização são apontados. [80] Em segundo lugar, dado que é essa modernização quase sinônimo de mobilização social que apresenta, em sua perspectiva, os efeitos mais devastadores, é possível entender por que é a modernização em geral, mais do que o desenvolvimento econômico especificamente, o principal objeto de confronto do cientista político.

A reconstrução do pensamento até aqui, assim como as passagens selecionadas, já permitem compreender o que Huntington entende por modernização. Resta ainda esclarecer o que seria então desenvolvimento político. O desenvolvimento político, fenômeno independente da modernização, é definido como o processo de institucionalização de organizações políticas e procedimentos. O significado dessa virada para as instituições precisa ser melhor qualificado.

Diversas análises já criticaram Huntington por ter anunciado uma nova perspectiva de abordagem institucional , quando a análise das instituições políticas, de fato, está ausente de seu pensamento. (cf. KAZEMI, 1969; DOMÍNGUEZ, 2001 e REMMER, 1997) Exceto os partidos, todas as outras instituições – burocracia, Congresso, sistema judiciário, agências e departamentos – não são consideradas. Remmer afirma que essas ausências demonstram como Huntington não representou o primeiro passo para o estudo das instituições políticas, mas sim a culminação de uma linha de pesquisa – a desenvolvimentista – que não conseguiu cumprir o papel de entender o sistema político nas sociedades em mudança.

---

sustentável das capacidades administrativas e políticas do governo e do estrato cada vez mais amplo da população." (DEUTSCH, 1961, p.505) [*tradução própria*]

[80] Nas palavras de Huntington: "A mobilização social é muito mais instabilizadora que o desenvolvimento econômico. O hiato entre essas duas formas fornece uma medida para o impacto da modernização na estabilidade política. A urbanização, a alfabetização, a educação, os meios de massa e outros fatores expõem o homem tradicional a novas formas de vida, a novos padrões de prazeres, a novas possibilidades de satisfação. Essas experiências rompem as barreiras cognitivas e atitudinais da cultura tradicional e promovem novos padrões de aspirações e anseios. Mas a capacidade de uma sociedade em transição de satisfazer essas novas aspirações aumenta num ritmo muito mais lento que as aspirações em si. Conseqüentemente, desenvolve-se um hiato entre aspirações e expectativas, a formação do anseio e a sua satisfação, entre a função das aspirações e a função do nível de vida real. Esse hiato gera a frustração social e a insatisfação. Na prática, a extensão do hiato proporciona uma medida razoável da instabilidade política." (HUNTINGTON, 1975, p.66)

Nessa discussão a respeito do avanço e do legado do pensamento de Huntington parece haver uma identificação apressada[81] entre o institucionalismo de Huntington e outras vertentes que ficaram mais conhecidas na história da ciência política (estou me referindo ao institucionalismo anterior a 2ª Guerra Mundial e ao neo-institucionalismo emergente a partir da década de 1970). Como aparece explícito no artigo, a análise institucional de Huntington não se aproxima da compreensão do que acontece com a *black box*[82] do Estado, ao contrário "institucionalização" é entendida como o "processo por meio do qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade." (HUNTINGTON, 1965, p.394 ou 1975, p.24) A existência de procedimentos reconhecíveis e estáveis que regulam a participação política, assim com a resolução de conflitos é que garante a estabilidade das sociedade como um todo. A citação abaixo indica esse ponto:

> Tanto a sociedade de massa quanto a sociedade participante possuem elevados níveis de participação política. Diferem, porém na institucionalização das organizações e dos procedimentos políticos. Na sociedade de massa, a participação política é não-estruturada, inconstante, anômica e variada. Cada força social procura atingir seus objetivos através dos recursos e das táticas em que é mais forte. A apatia e a revolta de sucedem uma a outra, filhas gêmeas da ausência de símbolos e instituições políticas com autoridade. A forma característica de participação política é o movimento de massa, combinando ações violentas e não-violentas, legais e ilegais, coercitivas e persuasivas. A sociedade de massa carece de estruturas organizadas que possam relacionar os desejos e atividades políticas das massas com os objetivos e decisões de seus líderes. (HUNTINGTON, 1975, p. 101)

Considerando o que Huntington entende por modernização e por desenvolvimento político fica claro como é possível sintetizar em apenas uma frase o fulcro da distinção entre ambos conceitos: se a modernização seria responsável pelos efeitos desestabilizadores, o desenvolvimento político é aquele que gera a estabilidade. Essa diferenciação aparece claramente na citação a seguir:

---

[81] Apressada, porém compreensível já que foi justamente no período dessas obras de Huntington que o paradigma behaviorista começou a entrar em declínio na Ciência Política como um todo e o neo-institucionalismo começou a emergir como uma alternativa. Sobre o assunto ver PERES, 2008. No entanto, essas transformações parecem ter atingido o estudo dos países em mudança mais tardiamente. Ver Remmer, 1997.

[82] Segundo a vertente neo-institucionalista, as instituições políticas seriam a *black box* da política, i.e., é necessário introduzir elas na análise para se entender como interesses societais são traduzidos em *policies*.

> A instabilidade da cidade – a instabilidade dos golpes, das insurreições, das demonstrações – é, até certo ponto, uma característica inevitável da modernização. A extensão que essa instabilidade se manifesta depende da eficiência e legitimidade das instituições políticas da sociedade. (HUNTINGTON, 1975, p. 90)

Percebe-se como em Huntington aparece pela primeira vez, entre a bibliografia que foi analisada nesta dissertação, a distinção clara, no plano conceitual e na própria compreensão do processo, entre modernização, desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.

Em síntese, três pontos são fundamentais para a compreensão da nova representação securitizada que aparece em Huntington. Em primeiro lugar, a diferenciação entre modernização e desenvolvimento político é, em parte, justificada pela distância entre o que o cientista político entende por desenvolvimento político e a "realidade" das sociedades em mudança. Em segundo lugar, Huntington rompe, ineditamente, com a teoria clássica ao formatar uma nova visão quase que exclusivamente negativa do processo de modernização, chegando a vê-lo como indesejável. Por último, deve-se atentar para a forma que Huntington correlaciona desenvolvimento político e estabilidade. Desenvolvimento político é entendido como institucionalização de organizações políticas e procedimentos, sendo "institucionalização o processo por meio do qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade." (HUNTINGTON, 1965, p.394) Todos esses pontos somados explicam o radicalismo da nova representação securitizada: a instabilidade não é apenas um elemento constante, mas desponta quase que sozinha como base para a representação dos países pobres. Observe a citação abaixo: [83]

> Com poucas notáveis exceções, a evolução política desses países depois da Segunda Guerra Mundial se caracterizou por crescentes conflitos étnicos e de classe, intermitentes motins e violência de massa, freqüentes golpes de estado militares, domínio de instáveis líderes personalistas que tomaram quase sempre medidas econômicas e sociais desastrosas, corrupção generalizada e clamorosa entre os ministros e os funcionários públicos, violação arbitrária dos direitos e liberdades dos cidadãos, declínio dos padrões de eficiência e desempenho da burocracia, profunda alienação de grupos políticos urbanos, perda de autoridade

[83] Para compreender o radicalismo da presença da da instabilidade e insegurança nessa citação compare essa representação das sociedades em transição com a longa citação sobre a Indonésia do livro de Coleman (1965) transcrita na página 86 desta dissertação.

> de legislativos e tribunais, e fragmentação e às vezes desintegração completa de partidos políticos de ampla base. (HUNTINGTON, 1975, p. 15)

Além do radicalismo que a representação securitizada alcança em Huntington, outra razão para o destaque que Huntington teve entre os autores de sua geração – i.e., entre outros teóricos que também buscaram alternativas teóricas para os clássicos – é o grau de enraizamento da questão da instabilidade em seu pensamento como um todo. Se a inserção da estabilidade no conceito de desenvolvimento político já existia na série "Estudos do Desenvolvimento Político", ainda que apresentando outras características, em Huntington, para além disso, o par estabilidade/instabilidade é absorvido por cada um dos pontos chaves da nova teoria. É essa absorção e a maneira pela qual ela transforma os termos da teoria clássica do desenvolvimento político que são analisadas nos próximos subitens.

O Hiato entre o Campo e a Cidade

O modo como Huntington compreende a situação da cidade e do campo novamente revela uma aproximação entre o seu pensamento e a teoria do desenvolvimento político clássica. A cidade e o campo são mais de uma vez associados ao binômio moderno/tradicional indicando alguma continuidade com a tradição da perspectiva dual, ou mesmo com sua versão mais relativizada que rejeita o dualismo, sem rejeitar com isso a existência de elementos mais modernos e outros mais tradicionais (ou seja, não se nega os termos sociológicos de tradição e modernidade, apenas o entendimento conceitual de cada um deles é complexificado). A aproximação a esses pressupostos aparece, sobretudo, em algumas passagens em que a cidade é compreendida como *locus* de novas atividades econômicas, de novas classes sociais, de nova cultura moderna e secular, enquanto o campo é o espaço da tradição e da religiosidade. Essa aproximação teórica chega a ganhar contornos realçados quando o cientista político defende a necessidade política de se reduzir o hiato campo e cidade. Dificilmente, não se reconhece nesse argumento sua similaridade com o pensamento dos clássicos que também consideravam imprescindível a superação do dualismo das sociedades em transição.

Mas desde o princípio a indicação da necessidade de reduzir o hiato revela-se uma falsa pista. Essa não é a questão principal sobre a qual se debruça o cientista político. Ao invés do objetivo da homogeneização social do país, a preocupação política com o hiato cidade/campo está voltada para a questão estabilidade/instabilidade. O hiato campo/cidade gera um problema político, ou em termos mais claros, é um fator de instabilidade, conseqüentemente, a preocupação com a superação do hiato por meio da modernização (leia-se mobilização social desestabilizadora) não poderia ser o real interesse do cientista político. De outra forma, Huntington está interessado em analisar qual aliança entre as forças sociais é a mais apropriada para se evitar um levante camponês.

Seguindo o raciocínio já exposto de que as reivindicações e perturbações da ordem advêm dos setores da sociedade que possuem algum contato com os elementos modernizantes fica claro que, segundo Huntington, a instabilidade se encontra, universalmente, na cidade. Mas se a cidade é o *locus* universal da instabilidade, nos países em transição essas reivindicações e perturbações da ordem só podem ganhar proporções significativas se houver aliança com o campo. A necessidade da aliança com o campo é um fenômeno típico dos países atrasados, porque nos países já desenvolvidos, quando a participação atingiu a massa, a população rural já era bem menos importante economicamente. A solução para evitar a instabilidade é uma contra-aliança entre o campo e elites interessadas na manutenção da ordem, com isso, não apenas se evitaria o levante camponês, como ainda a elite conseguiria o apoio rural necessário para neutralizar a instabilidade típica da cidade.

Na análise de cada alternativa política possível para as sociedades em mudança, é a necessidade de se manter o campo sobre o controle, afastado da política, sem o nível de consciência política da cidade e interessado apenas com questões imediatas ou de sobrevivência que inclui o tema do hiato campo/cidade como um ponto importante do livro. Nada mais distante, portanto, do interesse social com a superação do dualismo, ou dos elementos tradicionais remanescentes.

Caminhos para o Desenvolvimento Político ou Como transformar velas em âncoras

Huntington no artigo de 1965 realiza uma série de inovações em relação às teorias sobre o desenvolvimento político predominantes naquele período. Em primeiro lugar, Huntington afirma a necessidade de se distinguir desenvolvimento político de modernização. Em segundo lugar, é uma perspectiva institucional e de estabilidade que define o que é desenvolvimento político. O cientista político ainda defende, em terceiro lugar, que a realidade concreta de degeneração das sociedades em mudança, ou como aparece em uma expressão emprestada de Thomas Macaulay "sociedades que são toda vela e nenhuma âncora", exige mais uma teoria sobre a decadência política do que sobre o desenvolvimento político. Por último, aponta a modernização – entendida, sobretudo, enquanto mobilização social – como o principal fator indutor da decadência política.

O livro de 1968, no entanto, não segue diretamente o caminho que poderia ser previsto a partir do artigo. Decadência política já não aparece mais desde o título, enquanto o termo ordem política desponta já na capa. Para evitar qualquer equívoco, o autor adverte já na abertura do prefácio: "A 'ordem política' a que se refere o título deste livro é uma meta e não uma realidade. As páginas que se seguem são, por isso, repletas de descrições de violência, instabilidade e desordem." (HUNTINGTON, 1975, p. 7) Ainda que a mudança no título não signifique uma transformação no modo de entender os problemas dos países em transição, a citação acima indica uma leve mudança nos objetivos. Um aprofundamento de uma teoria sobre a decadência política, para além do desnível entre participação e institucionalização, continua ausente. Alguns indícios estão presentes, mas um propósito concentrado em produção teórica neste tema não se realiza. Como indica a citação, a decadência aparece principalmente em descrições. Mas também uma teoria do desenvolvimento político não é o objetivo principal. A teoria que se intenta produzir é sobre as possibilidades de construção da ordem política.

Essa discussão não era inteiramente desconhecida do artigo, mas ainda aparecia muito rapidamente e de forma esquemática em 1965. Naquele momento o autor aponta duas estratégias principais para o desenvolvimento institucional: a desaceleração da

mobilização[84] e a construção de instituições. A mobilização poderia ser retardada por meio da multiplicação de divisões na estrutura social – quantos mais grupos precisam ser mobilizados, mais o acesso total é atrasado –, por meio da limitação da comunicação, ou meramente a garantia de uma elite unida poderia ser chave para evitar a mobilização. Para a construção de instituições, Huntington sugere a manutenção do sistema tradicional, a incubação de instituições ainda durante a colonização, ou a concentração de forças em um partido forte. No livro, diferente do artigo, cinco capítulos são destinados a refletir sobre a probabilidade ou as dificuldades para a construção da ordem política em cada um de cinco processos alternativos: a partir de uma comunidade política tradicional, a partir de uma sociedade pretoriana, por meio da revolução, por meio da reforma e por meio de partidos políticos.

Para esclarecer o pessimismo de Huntington e a desistência do ideal normativo clássico, a breve revisão de suas constatações é útil. Em relação às monarquias tradicionais, Huntington não prevê nenhuma possibilidade de se escapar de um caminho violento em direção à ordem política. Três alternativas violentas podem ocorrer: a formação de uma monarquia oligárquica que poderá ser eficientemente um ator modernizador, porém da qual não se conseguirá evoluir pacificamente para uma participação das massas. Uma segunda possibilidade não só utilizará meios violentos, o golpe, como não alcançará a ordem política. Por último, a revolução em grande escala pode gerar uma ditadura partidária moderna. Para a sociedade pretoriana, i.e., em que todas as organizações sociais são politizadas e há um baixo grau de institucionalização, a única cura possível é a ascensão dos militares.

A revolução em grande escala é analisada, surpreendentemente, por uma perspectiva que abafa os questionamentos direita/esquerda, e vangloria a eficiência do modelo leninista em formar um grande partido capaz de resolver o problema da mobilização *versus* institucionalização/estabilidade. A solução reformadora aparece como uma das mais complicadas de se realizar, pois para garantir a institucionalização os reformistas devem combater os revolucionários e os conservadores ao mesmo tempo. Os partidos políticos, especificamente os sistemas políticos unipartidários, aparecem ao

[84] Novamente aparece como em Huntington, diferente de todos os outros autores analisados nesta dissertação, a desaceleração da mobilização social (i.e. de um dos aspectos mais importantes da modernização) é vista como uma solução. Portanto, frente ao interesse maior da estabilidade, o interesse principal que acompanhou os cientistas políticos até agora – a modernização – tem o seu valor diminuído.

lado da revolução leninista, como o melhor meio de garantir a institucionalização e controlar moderadamente a expansão da mobilização.[85]

Essa rápida retomada concretiza um apontamento que apareceu ainda no começo. Se a estabilidade está inserida no próprio conceito de institucionalização[86] não poderia ter outro sentido as análises das formas de se alcançar a ordem política: é a estabilidade que está em jogo, não a democracia, não a polaridade direita *versus* esquerda, não a índole das elites que assumirão o poder.

Estabilidade e Instabilidade: novo referencial de identidade e assimetria

Até aqui foi apresentado como em Huntington a instabilidade adentra radicalmente na análise dos países em mudança, patamar que não havia sido alcançado por nenhum outro autor. Como foi apontado acima, a entrada da instabilidade não atinge apenas a representação dos países da Ásia, África e América Latina, mas alcança as própria bases do pensamento que foram delimitadas ao longo dos dois capítulos anteriores. Assim, o hiato campo e cidade, apesar da aparente similaridade com a chave dual, deixa de ser uma questão voltada para o grau desse hiato e as possibilidades de se superá-lo, e assume as características de um problema de estabilidade. No lugar do interesse na superação desse hiato emerge uma análise neutra e crua das alianças possíveis para a estabilidade e até mesmo do valor que esse hiato tem para manter a ordem na sociedade. Nesse mesmo sentido segue a análise sobre as alternativas possíveis para se construir a ordem política. O baixo valor da modernização, da democracia, de ideologias de direita e esquerda e da índole das elites que vão realizar esse processo é conseqüência direta do alto valor do desenvolvimento político, i.e, da ordem ou estabilidade. O objetivo aqui é ver como as identidades dos países desenvolvidos *versus* aqueles em mudança também sofrem transformações que indicam

[85] O viés não democrático dessa glorificação dos partidos únicos está explícito na citação a seguir: "Apesar dos argumentos em contrário, os países em que a modernização impõe a concentração do poder num partido único, monolítico, hierárquico, mas de 'massa' não constituem um meio de cultura apropriado para a democracia." (HUNTINGTON, 1975, p.149)

[86] Cito novamente: "A institucionalização [ou o desenvolvimento político] é o processo por meio do qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade." (HUNTINGTON, 1965, p.394 ou 1975, p.24)

um completo enraizamento do tema da instabilidade/estabilidade nas representações de si e do outro.

A primeira característica a ser apresentada a respeito das novas identidades que surgem já apareceu ao longo deste capítulo, ainda que de forma fragmentada. A imagem utilizada por Huntington (emprestada de Thomas Macaulay) sobre as sociedades em mudança como aquelas que são "toda vela e nenhuma âncora" apresenta, resumidamente, o fulcro da distinção em Huntington. Os desenvolvidos são aqueles que possuem âncoras capazes de frear qualquer vento que atinja as velas. As características principais desses países são: a existência de uma comunidade política definida, legitimidade, uma visão comum do interesse público, instituições fortes, adaptáveis e coesas e a lealdade dos cidadãos. (cf. HUNTINGTON, 1975, p. 13) Essas características podem ser vistas como as âncoras da sociedade, ou seja, aquilo que até hoje mantém a estabilidade quando o sistema é desafiado por novas questões. São elas que mantêm a sociedade estável frente a novos desafios, como a questão do negro que é tratada abaixo:

> Os problemas do sistema político norte-americano na década de 1960 de assimilar a minoria negra não diferiam significativamente dos enfrentados por muitos sistemas políticos em países em modernização. Entretanto, no passado, o sistema político americano e os partidos americanos demonstraram capacidade institucional precisamente para essa assimilação. A absorção bem sucedida dos karens, dos tamiles, dos curdos ou dos negros nos sistemas políticos da Birmânia, do Ceilão, do Iraque ou do Sudão era muito mais problemática simplesmente porque as elites políticas desses países não tinham procedimentos tão altamente desenvolvidos e institucionalizados para manejar esses problemas. (HUNTINGTON, 1975, p. 405)

Nenhumas dessas âncoras estão presentes nos países em mudança: neles a comunidade política é fragmentada, as instituições são fracas e sem flexibilidade, os regimes políticos estão em constante mudança.

Para além dessas características acima, Huntington, tal qual o Comitê de Política Comparada, reflete a respeito da história dos países desenvolvidos que possibilitou a geração dessas âncoras, em contraste com o processo de modernização dos países da Ásia, África e América Latina. A resposta encontrada é basicamente aquela a que já tinham chegado os cientistas políticos do capítulo anterior: a Europa e os Estados Unidos sofreram a modernização e todas as suas conseqüências desestabilizadoras de forma muito mais lenta e em uma seqüência que foi benéfica.

Até aqui não parece haver algum ponto verdadeiramente inédito em Huntington. Uma questão chama a atenção por apresentar peculiaridades reais em relação ao pensamento até agora analisado. Se a identidade de desenvolvido e estável segue os parâmetros esperados, a análise do processo de desenvolvimento político nos Estados Unidos surpreende. Segundo ele, os Estados Unidos chegaram a um resultado institucional bem diferente do europeu porque não partiram do feudalismo, conseqüentemente, não existia nos EUA a mesma necessidade de centralização política que a Europa feudal enfrentava. Além disso, possuíam uma sociedade que já era moderna, o que não exigia um grande papel do Estado na mudança dos costumes e da estrutura social. A idéia de que na América todas as pessoas já nasciam iguais não é nenhuma novidade, mas o que surpreende em Huntington é a conscientização que essas características norte-americanas produziram um desenho institucional antiquado e sem nenhuma inovação. A balança de poderes do sistema americano é vista pelo autor como uma relíquia anacrônica da organização feudal, estrutura que sobreviveu graças às baixas diferenças de classes, mas que *talvez* gere problemas maiores nos atuais desafios raciais, da guerra fria e da pobreza. (cf. HUNTINTON, 1975, p. 146)

Ou seja, a própria identidade de desenvolvido dos Estados Unidos – i.e. de país que possui instituições políticas mais eficientes e fortes – é fortemente questionada por Huntington. Como entender essa suavização da própria identidade? O papel que teve a questão da instabilidade/estabilidade em todos os outros pontos chave da teoria – a representação das sociedades em mudança, a própria definição de desenvolvimento político, o hiato campo e cidade e os meios de se alcançar a ordem política – indica uma explicação plausível. A análise concreta da força e da eficiência das instituições americanas pôde ser complexificada e relativizada justamente porque não é mais nesse vetor em que se baseia a diferenciação entre desenvolvidos e "decadentes". É a estabilidade *versus* a instabilidade que fornecem o novo referencial para a construção de uma identidade assimétrica. Ou seja, a complexificação do tema em Huntington é entendida aqui como um indício de que o que está verdadeiramente em jogo não é a veracidade que contém a afirmação de que os países politicamente desenvolvidos são aqueles em que há instituições eficientes e fortes. Na realidade, esse não é o ponto chave da distinção que Huntington pretende realizar. Seu interesse maior é em diferenciar as instituições políticas que são estáveis das instáveis. As citações abaixo confirmam como é o binômio estabilidade/instabilidade que fornece a referência identitária:

> "Não podem ser classificados em termos de nenhuma forma particular de governo porque sua principal característica é a fragilidade e a transitoriedade de todas as formas de autoridade. O líder carismático, a junta militar, o regime parlamentar e o ditador populista se sucedem um ao outro numa ordem imprevisível e desconcertante. Os padrões de participação política não são nem estáveis nem institucionalizados, podendo oscilar violentamente de uma forma para outra." (HUNTINGTON, 1975, p.95)

E logo a seguir continua:

> "As comunidades políticas cívicas, em contraste, possuem padrões reconhecíveis e estáveis de autoridade institucional, adequados aos seus níveis de participação política. [...] As instituições impõem a socialização política como o preço da participação política. Numa sociedade pretoriana, os grupos são mobilizados para a política sem se tornarem socializados pela política. Ao contrário, a característica distintiva de uma comunidade política altamente institucionalizada é o preço que ela impõe ao poder. Numa comunidade política cívica, o preço da autoridade envolve limitações nos recursos que podem ser utilizados na política, nos procedimentos pelos quais se pode adquirir o poder, e nas atitudes que podem ser mantidas por aqueles que detêm o poder." (HUNTINGTON, 1975, p.95)

Comentários Finais sobre a Produção Teórica

Este capítulo analisa como Huntington promoveu uma diferenciação entre desenvolvimento político/ordem política e modernização. Além disso, por entender esse último processo como um fenômeno essencialmente desestabilizador, rejeitou que a modernização fosse benéfica para os países pobres ou mesmo desejável. Essa revisão foi considerada um grau de ruptura com a teoria do desenvolvimento político clássica, e talvez até com a teoria da modernização produzida nos Estados Unidos na década de 1950, a qual nenhum outro teórico havia chegado. No entanto, não é meramente por causa desse ponto que Huntington aparece nesta dissertação como o grande clássico dessa nova representação que emerge sobre os países pobres. Não só a estabilidade é inserida na própria concepção de desenvolvimento político/ordem política enquanto a instabilidade é identificada com a modernização, como todo o eixo do debate se transformou em torno do binômio estabilidade/instabilidade. O hiato campo e cidade, os caminhos possíveis para a construção da ordem política, a representação dos países desenvolvidos e das sociedades em mudança, todos esses pontos são analisados a partir desse novo eixo.

Com todas essas características, o pensamento de Huntington surge como uma ruptura real que até então não havia sido alcançada. Sendo ruptura compreendida aqui, da forma que foi sugerido por Pocock (2003), como aquela mudança em uma linguagem política que altera o eixo do diálogo. Huntington rompe, portanto, com a linguagem ou representação anterior, assim como promove um novo eixo em torno do qual o debate se reorganizará. O eixo do debate passa a ser a estabilidade, e não mais o objetivo maior da democracia, no lugar das propostas de modernização e desenvolvimento econômico emerge a solução de fortalecimento das instituições, frente à antiga compreensão dos conflitos como negativos e da transformação global das sociedades como solução surge uma nova visão que associa os conflitos à modernização social e aposta no *status quo*, no unipartidarismo e nas ditaduras militares como política de estabilização e mesmo no lugar da aposta do Comitê de Política Comparada em um planejamento social que promova um desenvolvimento político que regule e controle as tensões e os conflitos do processo, Huntington afirma que independente do planejamento a decadência política é tão possível quanto o desenvolvimento.

Com tudo isso, Huntington dissocia o debate da instabilidade nos países pobres de qualquer debate sobre o progresso, o desenvolvimento ou a modernização. Se a instabilidade, mesmo no pensamento clássico que discutiu marginalmente esse assunto, estava imbricada em uma discussão sobre a transformação global desses países, essa associação não mais será necessária. A discussão e a representação dos países pobres nos termos da segurança e da instabilidade podem seguir o caminho de forma divorciada do debate sobre o desenvolvimento econômico e a modernização.

O capítulo três trata como essa inserção do tema da instabilidade aconteceu de forma privilegiada na teoria do desenvolvimento político, asserção que se reforça na análise do pensamento de Huntington. Vale a pena ressaltar ainda aqui como existem indícios que a teoria do desenvolvimento político *clássica* teve um baixo alcance político, sendo inclusive a diferença de *status* entre a teoria do desenvolvimento econômico e político que explicaria a utilização de termos econômicos para representar dinamicamente os países pobres. É interessante que justamente o período em que a teoria inseriu o tema da instabilidade e consolidou um objeto próprio e uma voz própria sobre esse objeto, seja também, segundo os próprios cientistas, o "período auge" ou a "década de ouro" da teoria do desenvolvimento político. Naquele período, a política comparada teria se tornado um grande *locus,* no interior da ciência política, de construção de teoria e inovação (SCHMIITER, 1991), indicando caminhos até para a

compreensão da sociedade americana. (WIARDA, 1991). Por causa disso, essa área temática atraía os melhores alunos e, mais do que isso, tinha grande relevância para a política externa dos EUA. (cf. WIARDA, 1998)

As transformações teóricas e seu contexto [87]

Os capítulos três e quatro analisam a transformação nos termos representacionais utilizados pela teoria do desenvolvimento político, assim como na própria teoria. No lugar das transformações sociais e econômicas emerge a instabilidade, os conflitos, as crises, o objetivo de construção da modernidade cede passagem ao objetivo de construção da ordem e da estabilidade. O propósito final desta dissertação é discutir a relação entre essas mudanças teóricas e o contexto político no interior da qual elas ocorreram.

A Introdução revela como há um consenso entre os analistas da história da teoria do desenvolvimento político de que o declínio dessa teoria teria sido ocasionado pela explosão de conflitos nos países pobres e/ou nos Estados Unidos. Apesar do objetivo desta dissertação ser diferente daquele proposto por esses analistas – esses últimos objetivavam entender o declínio da teoria, enquanto aqui o interesse é entender a transformação – e como conseqüência dessa diferença de objetivos, existe uma variação no período abarcado – o declínio teria ocorrido, segundo esses autores, nas décadas de 1970 e 1980, enquanto esta dissertação investiga transformações que ocorreram na década de 1960 – ainda assim, vale a pena iniciar a análise do contexto e da relação entre esse e as produções teóricas seguindo o caminho já trilhado por esses autores.

Antes de tudo, deve ser ressaltado como a transformação teórica e a década de 1960, ao contrário do que afirmam esses autores sobre o declínio e as décadas de 1970 e 1980, pouco apontam para os eventos ocorridos no próprio Estados Unidos. A citação abaixo produzida por Huntington em associação com Crozier e Watanuki em relatório à Comissão Trilateral (formada por Europa Ocidental, Japão e América do Norte) indica como a própria identidade de desenvolvido estava em questão na década de 1970:

[87] Como explicitado na Introdução, por não haver uma diferença entre o contexto político das obras do CCP e de Huntington, a discussão de ambos é realizada conjuntamente nesta parte.

> Por quase um quarto de século os países trilaterais compartilharam um interesse tripartite em segurança militar, desenvolvimento econômico e democracia política. [...] Eles trouxeram os confortos – e as ansiedades – da classe média para uma maioria crescente de suas populações. De uma forma em algum sentido paralela, eles também, cada um a sua forma, desenvolveram e consolidaram suas formas particulares de democracia política [...]
> […] O que está incerto hoje não é apenas as políticas [*policies*] econômicas e militares, mas também as instituições políticas herdadas do passado. A democracia política, na forma que existe hoje, é uma forma viável de governo para os países industrializados na Europa, América do Norte e Ásia? Podem esses países continuar a funcionar durante o último quarto do século XX com as formas da democracia política que eles desenvolveram durante 1950-1975? (CROZIER, HUNTINGTON & WATANUKI, 1975, p.1) [*tradução própria*[XLIV]]

Compare a citação acima com o mesmo Huntington em 1968 no livro "Ordem Política nas Sociedades em Mudança": [88]

> " 'Estou certo', observou Walter Lippmann, 'de que não existe necessidade maior para homens que vivem em comunidade do que a de serem governados, autogovernados se possível, bem governados se tiverem sorte, mas de qualquer maneira, governados'. Lippmann escreveu essas palavras num momento de desespero em relação aos Estados Unidos. Mas elas se aplicam muito mais aos países em vias de modernização da Ásia, da África e da América Latina, onde a comunidade política é fragmentada contra si mesma e onde as instituições política têm pouco poder, menos majestade e não apresentam flexibilidade – onde, em muitos casos, o governo simplesmente não governa." [89] (HUNTINGTON, 1975, p.14)

A mudança de visão deixa claro como no livro de Huntington em que se defende a necessidade de uma grande ruptura com visões otimistas sobre o progresso e o desenvolvimento dos países pobres, ainda não se propunha romper com a própria

[88] Compare ainda com a citação sobre o desafio racial que o sistema político norte-americano enfrenta, que aparece nesta dissertação na página 124.

[89] Um pouco acima Huntington descreve o sistema dos países desenvolvidos da seguinte forma: "Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética têm formas de governo diferentes, mas, nos três sistemas, o governo governa. Cada país é uma comunidade política apresentando um consenso surpreendente entre os indivíduos quanto à legitimidade do sistema político. Em cada país, os cidadãos e os seus dirigentes têm uma visão comum do interesse público e da sociedade e das tradições e dos princípios em que se baseia a comunidade política. Os três países têm instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas: burocracias eficientes, partidos políticos bem organizados, um grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas viáveis de controle civil sobre os militares, extensa atividade do governo na economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político. Esses governos dispõem da lealdade de seus cidadãos e, por isso, tem capacidade de decretar impostos, recrutar pessoal e inovar e executar medidas. Quando o Politburo, o Gabinete ou o Presidente tomam uma decisão, existe alta probabilidade de que a mesma será implementada por intermédio da máquina governamental." (HUNTINGTON, 1975, p.13)

imagem de país desenvolvido com um sistema legítimo, coeso, eficiente e que conta com a adesão da população. Dado a predominância de percepções da crise nos países pobres entre as obras analisadas no capítulo três e quatro, a discussão sobre o contexto político em que ocorreram essas transformações teóricas privilegia os acontecimentos da Ásia, África e América Latina.

Sem dúvida, o início da década de 1960 apresentava diversos problemas ou crises em cada uma dessas regiões. Na África, a intensificação da guerra civil no Congo despontava como tema de preocupação para o novo governo que iria assumir a presidência (Kennedy). Na Ásia, o Vietnã do Sul estava angariando cada vez mais atenção para o aumento da força dos Vietcongs no país, enquanto o governo de Diem estava perdendo o controle da situação. Além do Vietnã do Sul, no Laos a fragmentação entre direitistas e neutralistas e a disputa entre esses dois grupos pelo governo haviam criado uma situação de instabilidade política que estava dando oportunidade para as guerrilhas comunistas conquistarem mais espaço e apoio popular. A situação crítica do país havia colocado-o em uma posição de relevância que contrastava com sua baixa importância geopolítica. Segundo Schlesinger (1966) – assessor especial da presidência -, nos primeiros dois meses do governo Kennedy, o presidente se dedicou, provavelmente, mais ao Laos do que a qualquer outro problema. Na América Latina, a revolução cubana de 1959 e sua posterior adesão ao bloco comunista haviam trazido a Guerra Fria para o "quintal" dos Estados Unidos. A surpresa dessa transformação no hemisfério ocidental, espaço que até então tinha sido baixo alvo de preocupação enquanto terreno de disputa com a União Soviética, e o deslocamento da disputa com o inimigo comunista para um território vizinho, sem dúvida compunham os traços finais da difícil situação que os Estados Unidos se encontravam em relação aos países pobres. O ciclo de eventos e manifestações antiamericanas na AL, discutidos no capítulo dois, indicavam, ainda, como o perigo cubano poderia se alastrar. (sobre o desafio enfrentado pelos Estados Unidos nesses países ver: LATHAM, 2000; SCHLESINGER, 1966; O'BRIEN, 1972; AYERBE, 2002)

Dois acontecimentos no início de 1961 tornavam a situação ainda pior. Primeiro, o fracasso da Baía dos Porcos demonstrava como os Estados Unidos não iriam se livrar do desafio posto pela revolução cubana tão facilmente. Em segundo lugar, Kruschev anuncia em discurso que a URSS iria apoiar todas as "guerras de libertação nacional" nos países pobres contra todas as formas de colonialismo e imperialismo que subjugavam esses países. O recado estava dado: qualquer grupo armado que buscasse

apoio na União Soviética para a luta pela independência ou para derrubada de governos fantoches do imperialismo americano teria apoio material e ideológico. Segundo Schlesinger (1966), o momento parecia ser, tanto para Kennedy, quanto para Kruschev, de uma grande virada dos países pobres em direção ao bloco comunista.

Nesse contexto crítico, a possibilidade do desenvolvimento político desses países, da forma como foi idealizado por acadêmicos e políticos durante a década de 1950, não estaria em cheque? Não teriam sido esses acontecimentos que geraram essa transformação teórica analisada nesta dissertação, colocando em questão a possibilidade do progresso e do desenvolvimento global?

Vale a pena re-afirmar aqui um ponto já colocado na Introdução. Por que os acontecimentos da década de 1960 seriam tão demolidores de qualquer teoria que apostasse no progresso e no desenvolvimento, quando o mundo pós-Segunda Guerra Mundial apesar da própria guerra, do fascismo, do comunismo, da bomba atômica, do holocausto, do Mccartismo teria conseguido engendrar tamanho otimismo a respeito do futuro dos países pobres e do presente dos Estados Unidos e do Ocidente? Na citação abaixo esse ponto é defendido pelo próprio Lucian Pye:

> Da perspectiva da história intelectual é surpreendente que a questão do desenvolvimento nos seus aspectos econômico, social e político emergiu para desafiar o cientista social justamente no momento em que pensávamos que nós havíamos enterrado o conceito, presumidamente antiquado e inocente, de progresso. Embora teóricos sociais anteriores certamente dessem apoio à noção de progresso humano e evolução social, cientistas sociais modernos geralmente estiveram de alguma forma constrangidos com esse objeto de fé popularmente ocidental e peculiarmente americano. Com o surgimento de ditadores e do holocausto da 2ª Guerra Mundial, o humor da ciência social era, na melhor das hipóteses, agnóstico e cético em relação à qualquer sugestão a respeito da inevitabilidade ou até mesmo da desejabilidade do progresso. Com esse contexto, as ciências sociais dificilmente estavam prontas para abraçar entusiasticamente o conceito de 'desenvolvimento' como foi aplicado no mundo não-Ocidental. Conseqüentemente, nós tivemos que passar por um período de adaptação durante o qual houve alguma suspeita que a noção presumidamente desacreditada de progresso estava novamente surgindo por entre as portas dos fundos. (PYE, 1966, p.51) [*tradução própria*[XLV]]

Não custa relembrar que a desconfiança dos cientistas em relação ao progresso, como foi tratado no capítulo dois, não foi tão generalizada quanto Pye afirma acima ao reconstruir a história da teoria do desenvolvimento político. [90]

Além disso, três obras do capítulo dois já participam do contexto político crítico que foi acima apresentado: o artigo *Social Mobilization and Political Development* de Karl Deutsch (1961), o artigo *Political Development in the New States* de Edward Shils (1960) e o livro *A Política nas Áreas em Desenvolvimento* de Gabriel Almond e James Coleman (originalmente de 1960). Enquanto os dois primeiros já apresentam *alguma* distância do otimismo apresentado por Daniel Lerner, o livro editado por Almond e Coleman ainda apresenta uma boa dose de confiança no desenvolvimento e na transformação democrática que esse produziria. No caso da prática política, foi ainda nesse mesmo contexto que ações substanciais no sentido da transformação completa desses países emergiram de fato. O capítulo dois mostra como, apesar de Truman e Eisenhower terem aplicado alguns dos programas do Plano Marshall nos países asiáticos e em menor grau, a partir de 1960, na própria América Latina, somente com Kennedy inicia-se o uso concentrado de um programa coordenado de ajuda com o intuito de levar os países pobres para a arrancada (*take-off*) desenvolvimentista. Segundo Wiarda (1991), foi justamente esse contexto de eleição de Kennedy que deu legitimidade para que os teóricos do desenvolvimento político continuassem a enfatizar a democracia, o pluralismo e a justiça social como objetivos finais do processo de modernização.

Mas se as transformações teóricas não podem ser tributadas exclusivamente ou diretamente aos eventos políticos desafiadores daquele contexto, então como entendê-las? Para responder a essa pergunta, a análise a seguir privilegia, conforme já foi

---

[90] Compare a citação de Pye com a citação a seguir de Almond, que apesar de ter sido escrita originalmente em 1987, ainda revela muito do otimismo com os novos países na década de 1950: "As nações 'novas', 'emergentes', 'subdesenvolvidas' ou 'em desenvolvimento', como elas eram chamadas, desafiaram as competências classificatórias e os imaginários teóricos dos cientistas sociais ocidentais. Os cientistas trouxeram a esse esforço de iluminar as perspectivas do Terceiro Mundo as idéias e os conceitos do período do iluminismo, e a teoria social do século XIX e o início do século XX, que buscou fazer sentido da modernização européia e americana. O 'progresso' prometido pelo período de iluminismo – a difusão do conhecimento, o desenvolvimento da tecnologia, a aquisição de níveis mais altos de bem-estar material, a emergência de políticas [*polities*] legais, humanas e liberais, e a aperfeiçoamento do espírito humano – agora acenam o Terceiro Mundo, recentemente livre do colonialismo e da exploração e enfrentando seus próprios paroquialismos. A questão desafiante que confrontava os acadêmicos das décadas de 1950 e 1960 era como essas nações novas e em desenvolvimento iriam achar o seu caminho para o mundo moderno." (ALMOND, 1990, p.220) [*tradução própria*]

argumentado, as próprias idéias ou construções teóricas. É a retomada das características da mudança ideacional da teoria do desenvolvimento político, portanto, que indicará as questões importantes do contexto político.

O capítulo três analisa a emergência do tema das crises e dos problemas na representação dos países pobres e na própria teoria do desenvolvimento político. O capítulo quatro revela como a questão da instabilidade e da ordem se inseriu não apenas nos termos representacionais e no arsenal teórico, mas também em cada um dos outros tópicos que têm sido objeto de estudo desta dissertação: o hiato campo e cidade, a análise sobre as alternativas possíveis para se construir a ordem política e a representação assimétrica entre países desenvolvidos e aqueles em mudança. Para discutir o que gerou essas transformações teóricas, antes de assumir qualquer relação apressada entre a mudança nas idéias, de um lado, e os novos eventos políticos, de um outro, o ponto de partida aqui é o levantamento das questões que aparecem nesses autores como base de apoio para uma renovação teórica. Assumo aqui, portanto, uma perspectiva que parte das idéias para a discussão do contexto político em que elas existiram. Com isso, espero evitar que a relação entre idéias e práticas políticas aqui investigadas não seja produto exclusivo de construções intelectuais feitas a posteriori, construções essas que acabariam por relacionar eventos que existiram de forma independente em uma mesma conjuntura.[91]

Quais foram, então, os problemas e questões que foram repetidamente anunciados por essas obras como fomentadores de uma nova construção teórica? A série "Estudos do Desenvolvimento Político" analisada no capítulo três, distanciando-se da perspectiva clássica, apresenta uma apreensão crescente a respeito do curso das regiões da África, Ásia e América Latina. A "revolução das frustrações crescentes" e os problemas que essa revolução gera colocam ao analista a necessidade de se preocupar com o equilíbrio, a prudência e a responsabilidade. Essa responsabilidade exige uma nova atitude frente ao desenvolvimento rápido, uma vez que o desenvolvimento econômico afeta a estabilidade social. Essas novas preocupações com as expectativas e frustrações, com o equilíbrio e a estabilidade e com os efeitos das rápidas transformações econômicas no sistema político acabam formando uma teoria do desenvolvimento político enquanto processo autônomo do desenvolvimento econômico. Mais do que isso, uma teoria que responde às novas apreensões em relação ao futuro

[91] Koselleck (2006) fornece uma outra argumentação sobre a primazia que a análise deve conferir à transformação ideacional.

dos países, assumindo como fim teórico entender a construção da estabilidade, ao invés do objetivo até então existente de promover a transformação global da sociedade.

Com alguma semelhança, as obras de Huntington, analisadas no capítulo quatro, também tratam das expectativas crescentes da massa dos países em mudança e como essas geram decadência política, ao invés de desenvolvimento político (leia-se ordem e estabilidade). Semelhantemente à série "Estudos do Desenvolvimento Político", Huntington insere a estabilidade e a ordem na própria definição de desenvolvimento político. O modo como o analista deve entender as crises, a modernização ou a mobilização social, o hiato campo e cidade, a democratização, as possibilidade de construção da ordem política na sociedade, as diferenças entre os países desenvolvidos e as sociedades em mudança, tudo isso está subordinado à questão da estabilidade e da ordem.

Seriam essas novas características assumidas pela teoria do desenvolvimento político – de preocupação com as frustrações e, conseqüentemente, com a instabilidade desses países, ao mesmo tempo em que se desloca o objetivo de transformação global (econômica, social e política) em direção a um novo valor normativo de construção da ordem – um reflexo exclusivo dos novos eventos desanimadores nesses países? Mas se mesmo diante de todos os eventos desanimadores dos anos 1958 a 1961 o governo Kennedy, assim como alguns teóricos, ainda apostaram na modernização e no desenvolvimento desses países, por que teriam esses teóricos do desenvolvimento político começado a apreender a realidade, cerca de um ou dois anos depois do início do governo Kennedy, a partir de uma perspectiva tão diferente? Por que não seria possível continuar a pensar que o desenvolvimento e a modernização resolveriam esses problemas passageiros?

A hipótese defendida aqui é que mais do que uma transformação no curso dos países pobres, essa virada teórica indica uma mudança ideacional em que as expectativas deixam de ser vistas como elementos que fazem parte de um processo benéfico (mesmo quando há falhas e frustrações) para serem vistas como potenciais frustrações e geradoras de conflitos. E em que, principalmente, a transformação global perde o status como objetivo final e legítimo a ser perseguido e passa a ser vista como um processo desestabilizador e contrário ao objetivo maior da ordem. Mas por que a ordem, as frustrações e os conflitos invadiram a teoria do desenvolvimento político?

A Introdução discute como diversas análises que buscaram entender o declínio da teoria do desenvolvimento político se voltaram para os eventos nos países pobres

e/ou nos países ricos que colocavam em cheque a noção ou a possibilidade de desenvolvimento político. Ao apostar-se aqui em outra chave de análise da bibliografia – no lugar do declínio, o objetivo era entender a transformação dessa teoria – foi aberto um espaço para que novas questões surgissem. Para além das mudanças ocorridas nos países ricos e nos países pobres a partir do final década de 1960, esta dissertação revela que o próprio pensamento já havia assumido nova roupagem, discutindo a ordem no lugar da transformação e as frustrações e os conflitos no lugar das expectativas e novas possibilidades. Será esse um indício de que, para além de uma transformação na realidade dos países pobres ou ricos, existe uma transformação na forma de compreender, abarcar, representar e atuar nas regiões pobres?

Para discutir essa questão, a política de segurança do governo Kennedy em relação aos países pobres deverá, antes de tudo, ser historicamente reconstruída.

O capítulo dois discute como a teoria do desenvolvimento econômico alcançou maior relevância no governo Kennedy, quando fenômenos como a guerra civil no Congo, as guerrilhas em Laos e no Vietnã do Sul, e a revolução cubana mostravam os limites de um tratamento desses problemas meramente por meios militares e auxílios pontuais ao desenvolvimento. Segundo a nova administração Kennedy, esses problemas faziam parte da trajetória de desenvolvimento desses países e deveriam ser tratados no interior desse paradigma. Esses problemas seriam típicos do baixo desenvolvimento desses países e, por esse motivo, seriam resolvidos quando esses países alcançassem o estágio da arrancada desenvolvimentista (*take off*).

Ainda que esse braço desenvolvimentista do governo Kennedy tenha sido o mais estudado e comentado dessa administração, a saída de Kennedy para a instabilidade crescente das regiões pobres foi dupla. Além da aposta no auxílio internacional para a transformação e estabilização dessas sociedades, simultaneamente a nova administração propunha a intensificação e re-organização da política de contra-insurgência como enfrentamento desses problemas. Ambas saídas tiveram grande peso no governo Kennedy e em ambas houve inovações em relação à presidência de Eisenhower. (cf. AYERBE, 2002; TULCHIN, 1988; SCHOULTZ, 1987; CLEMIS, 2009; MAECHLING, 1999; HARTEY, 1971; SIMPSON, 1998)

O capítulo dois mostra ainda como os *policymakers* atribuíam duas causas diferentes para a instabilidade dos países pobres, alguns ressaltavam a influência comunista, enquanto outros entendiam que essa instabilidade era interna desses países tendo como causa a ausência de desenvolvimento nessas regiões. Essa segunda visão foi

ganhando força em meados da década de 1950, e tornou-se forte o suficiente, talvez até majoritária, no início da década de 1960. Quando Kennedy assumiu o governo a força alcançada por essa nova percepção da instabilidade já era forte o suficiente para se transformar em políticas substanciais como a *Aliança para o Progresso*. No entanto, essa nova percepção não foi capaz de anular o peso da explicação que afirmava que forças externas comunistas eram as principais desestabilizadoras dos países pobres. A permanência dessa clivagem[92] explicaria porque a saída assumida pelo governo Kennedy era dupla: de um lado, apostava-se no desenvolvimento global, de outro, mantinham-se e até mesmo intensificavam-se os meios militares. Esse é o ponto defendido pela citação abaixo:

> O resultado dessa dispersão da crença dos *policymakers* a respeito da causa da instabilidade era o compromisso que passamos a associar com a administração de John Kennedy: já que existiam duas perspectivas sobre a causa da instabilidade, existiam duas curas. Uma delas era o novo programa de ajuda econômica, a Aliança para o Progresso, desenhado para colocar um fim a instabilidade por meio da redução do nível de pobreza na região. A outra cura eram programas novos e expandidos de contra-insurgência: as Forças Especiais do Exército [*Army*] – os Boinas Verdes – e o Escritório de Segurança Pública da AID, formulado para procurar e destruir insurgentes comunistas. (SCHOULTZ, 1987, p.19) [*tradução própria*[XLVI]]

Uma política de contra-insurgência não era uma novidade exclusiva do governo Kennedy, entretanto era inédito o novo peso que ela alcançou no governo, assim como algumas características da organização estabelecida foram inovadoras. [93] Dois eventos

---

[92] Essa clivagem não necessariamente era uma clivagem de grupos. As duas posições eram defendidas, muitas vezes, pela mesma pessoa. Veja como exemplo as duas citações abaixo do assistente especial de Kennedy a respeito de um mesmo relatório sobre a América Latina de Adolf Berle (novembro de 1960): "O relatório oferecia também sugestões específicas sobre situações de emergência. Sua significação, porém, estava nos novos elementos que trazia para o pensamento oficial. Via a ameaça comunista como algo que exigia não apenas uma reação militar, como acreditava o Pentágono, ou apenas uma reação econômica, como acreditavam alguns latino-americanos, mas uma combinação de ambos." (SCHLESINGER, 1966: 199) "Foi sob esse aspecto que a contribuição de Adolf Berle tornou-se essencial, pois ele, apesar de todo o seu entusiasmo pela democracia e desenvolvimento, compreendia, também, com outra parte de sua natureza, o obscuro mundo da intriga, conspiração e violência. [...] Pôde, portanto, dar às novas iniciativas sociais um aspecto de 'firmeza'..." (SCHLESINGER, 1966, p.203)

[93] Em um symposium militar de 1962 esse ponto foi defendido, como mostra a citação a seguir: "Funções de contenção e contra-insurgência não são novas; elas sempre foram uma parte da missão tradicional do estabelecimento militar, particularmente das Forças Armadas dos Estados Unidos. O que **é** novo é o nível de importância dessas funções quando contrastadas com a função militar última que tem sido, e é, se aproximar do inimigo e destruir seu poder militar." (Grifo do original) (SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962, p.IV) [*tradução própria*]

no início de 1961 são os principais responsáveis pela ressignificação da insurgência: imediatamente após a posse da nova administração, em janeiro de 1961, Nikita Kruschev anunciava o apoio da URSS a todas as guerras de libertação nacional contra forças coloniais e imperialistas. Como foi explicado acima, o contexto em que esse discurso foi declarado era de conflitos e insurgências em diversos países pobres, gerando uma sensação de que essas regiões estavam saindo do controle ocidental e aderindo ao bloco comunista. O impacto desse discurso sobre o governo recém assumido foi enorme. Kennedy obrigou todos os membros de sua administração a lerem o discurso e convocou uma reunião para discutirem estratégias de reação a essa nova política soviética. (HARTLEY, 1971; NELSON, 1991 e SCHLESINGER, 1966) O segundo evento crucial para entender o peso que teve a contra-insurgência foi o fracasso da Baía dos Porcos, a invasão organizada pelos Estados Unidos para derrubar o governo de Fidel Castro em Cuba. Naquele momento ficou claro para Kennedy como seu governo não poderia suportar mais um fracasso como aquele. (SCHLESINGER, 1966) Após esses dois fatos, como será explicado mais abaixo, o Grupo Especial de contra-insurgência foi fortalecido. O fato do Grupo Especial de contra-insurgência ter sido chefiado por seu irmão, Robert Kennedy, indica como era importante para o presidente impedir um novo fracasso como a Baía dos Porcos. (MAECHLING, 1999) Segundo Schlesinger, "nas semanas e meses que se seguiram, ele [o presidente] fez da instrução antiguerrilha um projeto pessoal." (SCHLESINGER, 1966, p.345)

Além desses eventos do início de 1961, a constatação, realizada sobretudo pelo governo Kennedy, de que a possibilidade de guerra nuclear tornava inviável o uso das novas armas, levava a percepção de que apesar dos enormes gastos nucleares que a Guerra fria exigia, ainda assim, o verdadeiro campo de batalha seria traçado por outros meios. A citação abaixo de um discurso de Kennedy de 1962 confirma esse ponto:

> A Coréia não foi o único campo de batalha depois do fim da 2ª Guerra Mundial. Homens lutaram e morreram na Malásia, na Grécia, nas Filipinas, na Algéria, em Cuba e no Chipre, e quase continuamente na Península Indo-Chinesa. Até agora, nenhuma arma nuclear foi utilizada. Nenhuma retaliação nuclear massiva foi considerada apropriada. Este é outro tipo de guerra, nova em sua intensidade, antiga em sua origem – guerra de guerrilhas, subversivos, insurgentes, assassinos, guerra de emboscada ao invés de combate; por infiltração, ao invés de agressão, buscando vitória por meio da erosão e exaustão do inimigo, ao invés de enfrentá-lo diretamente. É uma forma de fazer guerra unicamente adaptada para o que tem sido curiosamente chamado de "guerras de libertação", quando se objetiva solapar os esforços dos países novos e pobres em manter a

> liberdade que eles finalmente alcançaram. Suas formas de ataque são as pilhagens, o tumulto econômico e os conflitos étnicos. [...] se pretendermos salvar a liberdade, [é necessário] um tipo de estratégia totalmente nova, um tipo de força completamente diferente, e, portanto, um esquema de treinamento militar novo e totalmente diferente. (KENNEDY, 1999) [*tradução própria*[XLVII]]

Para entender, então, quais são as novidades das organizações criadas pelo governo Kennedy, o modo de lidar com o problema da insurgência e da guerrilha nas administrações anteriores precisa ser retomado. Na administração Truman, em dezembro de 1947, a responsabilidade pela consecução de guerra psicológica (*psychological warfare*) foi atribuída à CIA, e a partir de junho de 1948 a Agência assumia também as operações secretas (*covert action operations*). As operações secretas conduzidas pela CIA crescem extraordinariamente durante a Guerra da Coréia, continuando uma das principais funções da agência durante a administração de Eisenhower. Ainda assim, em março de 1954 as responsabilidades da Agência Central de Inteligência no âmbito das operações secretas foram clarificadas, as operações secretas foram melhor definidas, o diretor da CIA se tornou responsável por coordenar as ações junto com o Departamento do Estado e o Departamento de Defesa. Em março de 1955, cria-se o Grupo de Coordenação do Planejamento (*Planning Coordination Group*), mais tarde conhecido como Grupo Especial – organização responsável pela coordenação de operações secretas. (UNITED STATES. OFFICE OF THE HISTORIAN, 2000)

Após o discurso de Kruschev e o fracasso da Baía dos Porcos, o Grupo Especial assumiu responsabilidades ainda maiores no planejamento e na análise das operações secretas. Maechling, ex-diretor de defesa interna no Governo Kennedy, ao rememorar, trinta anos depois, sua experiência no Grupo Especial, reconhece o papel especial que esse grupo cumpriu no governo Kennedy: "Existiram inumeráveis comitês de política externa em diferentes administrações, mas desde o começo o Grupo Especial foi diferente. Sob a insistência do presidente, ele se encontrou semanalmente e somente os seus titulares eram permitidos de participar, exceto no caso de doença ou viagem." (MAECHLING, 1999) [*tradução própria*[XLVIII]]

Entre 1962 e começo de 1966 o Grupo Especial se encontrou religiosamente uma vez por semana. Durante os três curtos anos da administração Kennedy, a CIA organizou 163 operações secretas. O governo Kennedy não foi apenas aquele que mais que dobrou o orçamento de auxílio ao desenvolvimento dos países pobres ainda em seu

primeiro ano de governo[94], mas também aquele que dobrou o auxílio militar aos países pobres[95], assim como acrescentou 2,3 bilhões ao orçamento militar doméstico anterior a sua posse. (cf. AYERBE, 2002) No período entre 1960 e 1966 aumenta exorbitantemente os programas de contra-insurgência do DoD (*Department of Defense*) de 10 milhões para 160 milhões. (cf. SOLOVEY, 2001) [96]

Além do peso da política de contra-insurgência no governo Kennedy e das inovações organizacionais realizadas por seu governo, outra novidade foi o papel que os acadêmicos tiveram na formulação de estratégias e na reunião de informações para essa política. Diversos programas de financiamento à pesquisa em ciências sociais tiveram início especialmente a partir de 1962.

O mais conhecido entre esses financiamentos à pesquisa foi o Projeto Camelot. Aprovado no valor de seis milhões e duração prevista de quatro anos, esse que seria o maior projeto das ciências sociais até então ficou conhecido não apenas por causa do alto valor dos recursos, mas principalmente por causa do seu destino interrompido. Camelot foi cancelado em 1965, menos de um ano após a criação, sem ter conseguido, portanto, passar da fase de planejamento. Os objetivos desse projeto eram: (1) desenvolver procedimentos para acessar o potencial de guerra interna nos países; (2) investigar como o governo doméstico poderia aliviar condições que potencialmente levariam à guerra interna; (3) prescrever as características que seriam necessárias a um sistema para obter e usar informações essenciais para realizar as duas tarefas acima. Esse projeto que seria realizado na Argentina, Guatemala, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Cuba, Salvador, República Dominicana, Peru, Brasil, México e Paraguai foi cancelado após o vazamento no Chile de que Hugo Nuttini, que ironicamente nem membro oficial do Projeto Camelot era, estava no país com o fim de fazer um relatório

---

[94] Auxílios não-militares nos três últimos anos do governo Eisenhower: 1958: 694,5 milhões; 1959: 685,9 milhões; 1960: 623,8 milhões e nos três anos do governo Kennedy: 1961: 1,604,9 bilhão; 1962: 3,221,3 bilhões 1963: 3,053,8 bilhões. (cf. AYERBE, 2002)

[95] Auxílio militar nos três últimos anos do governo Eisenhower: 1958: 193,2 milhões; 1959: 252,4 milhões; 1960: 282,4 milhões e nos três anos do governo Kennedy: 1961: 466,5 milhões; 1962: 603,8 milhões e 1963: 359,1 milhões. (cf. AYERBE, 2002)

[96] Para uma melhor dimensão dos números que são apresentados nestas páginas, deve-se considerar a diferença de valores relativos do dólar da época contrastado com hoje. Segundo Williamson (2008), **1 dólar** em 1958 valeria $ 7,44 comparativamente em 2008. Para os outros anos a comparação com os valores atuais seria: 1959: $ 7,38, 1960: $ 7,27, 1961: $ 7,20, 1962: $ 7,12, 1963: $ 7,03, 1964: $ 6,94, 1965: $ 6,82, 1966: $ 6,63, 1967: $ 6,45, 1968: $ 6,19, 1969: $ 5,87, 1970: $ 5,54. A comparação utilizada "corrige" as medidas por meio do Índice de Preço do Consumidor, portanto, comparando o custo de bens e serviços.

sobre as vantagens de incluir o país no projeto e as possibilidades de obter a colaboração do ambiente acadêmico doméstico. Esse vazamento causou um rebuliço nos jornais, nas universidades chilenas e na embaixada dos Estados Unidos, transferindo-se então a polêmica para Washingnton. (cf. HOROWITZ, 1969)

Segundo Herman, o orçamento total do Departamento de Defesa para as ciências sociais alcançou os números extraordinários de $27, 3 milhões em 1965, 34 milhões em 1966, 50 milhões em 1970. (cf. SIMPSON, 1998) Clemis afirma que a academia raramente teve uma influência direta no planejamento e nas estratégias militares e que a contra-insurgência durante o governo de Kennedy e Johnson foi uma dessas exceções. (cf. CLEMIS, 2009) Diversas manifestações daquela época indicam esse ponto. Nas palavras de um tenente-coronel aposentado: "Na contra-insurgência, o psicólogo, o historiador, o economista, e outros cientistas sociais e *behavioristas* são tão importantes quanto o general militar." (HARTNESS, 1966, apud CLEMIS, 2009, p. 167) [*tradução própria*[XLIX]] Semelhantemente, Lucian Pye e Harry Eckstein clamavam, em relatório preparado para o Escritório de Pesquisa Naval (*Office of Naval Research*) do início da década de 1960, por financiamento de pesquisas na área de contra-insurgência, uma vez que essa área "pode provar ser muito mais fértil para os cientistas sociais que muitos outros aspectos da estratégia militar...Sem dúvida, a pesquisa em ciência social está em uma posição forte para contribuir com conhecimento útil na formulação e desenvolvimento de forças internas de segurança." (PYE, 1962, apud OREN, 2003, p.149) [*tradução própria*[L]] Sola Pool afirma que naquele contexto havia uma grande oportunidade para as ciências sociais ultrapassarem a função que haviam cumprido até então de técnicos que auxiliam na administração interna do Departamento de Defesa e realizar contribuições substanciais para a estratégia militar. (POOL et all, 1963)

Nesse período, para além de pesquisas financiadas pelo Departamento de Defesa e outros braços institucionais ligados à segurança, houve uma proliferação de eventos que reuniam o cientista social aos militares e civis ligados à contra-insurgência. Alguns exemplos são: o curso de cinco semanas organizado pelo Departamento do Estado "Problemas de Desenvolvimento e Defesa Interna" (*Problems of Development and Internal Defense*) para embaixadores e chefes de missões da AID que foi ministrado por acadêmicos baseando-se fortemente na teoria do desenvolvimento e em conhecimentos geopolíticos. (MAECHLING, 1999) O curso foi planejado e coordenado por Walt Rostow, tendo início em 10 de junho de 1962 e foi repetido seis ou sete vezes por ano. As classes tinham em média 55 participantes e incluíam também altos membros dos

escritórios militares. (cf. MCCLINTOCK, 1992) Outro evento foi o Simpósio "Guerra Interna" (*Internal War*) na Universidade de Princenton em 1961, com a participação de Lucian Pye, Gabriel Almond, Harry Eckstein, Karl Deutsch, Harold Lasswell, Sidney Verba e Seymour Martin Lipset. Em 1962 houve também o Simpósio "A Missão de Guerra Limitada das Forças Armadas e as Ciências Sociais" (*The US Army's Limited-War Mission and Social Science Research*) realizado na *American University* em Washington, DC com os objetivos de explicar a missão de contra-insurgência, especialmente para os cientistas sociais, estimular o interesse deles pela pesquisa no tema e promover a coordenação entre as forças armadas e outras agências. O simpósio foi realizado na *American University* sob contrato com o Departamento de Defesa e contava com oficiais e intelectuais como Lucian Pye, Daniel Lerner, Ithiel de Sola Pool e Harry Eckstein nas mesas. (cf. SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962)

Entre os intelectuais que tiveram as obras analisadas nesta dissertação destacam-se as seguintes atuações durante esse período: Lucian Pye apresenta o contato mais antigo com o tema das guerrilhas, tendo publicado já em 1956 o livro "Guerrilla comunism in Malaya". Além de já possuir pesquisa sobre o tema, Pye teria sido indicado como preferido da Fundação Ford para a realização dessa pesquisa sobre as guerrilhas na Malásia em uma série de estudos da Ford em coordenação próxima com o diretor da CIA Allen Dulles. (cf. OREN, 2003) Lucian Pye ainda ministrou cursos de teoria de contra-insurgência para o Departamento do Estado, deu assistência para a criação da AID *(Agency for International Development* – Agência para o Desenvolvimento Internacional) e participou posteriormente do Comitê Consultor (*Advisory Committee*) da AID. James S Coleman foi participante do Projeto Camelot. E, por fim, Huntington foi consultor do Conselho de Planejamento de Policy (*Policy Planning Council*) do Departamento do Estado, da AID e do Escritório da Secretaria de Defesa (*Office of the Secretary of Defense*) e trabalhou junto com Brzezinski quando esse era do Conselho Nacional de Segurança (*National Security Council*).

É importante observar que apesar desse grande aumento de financiamento às pesquisas sobre insurgência e contra-insurgência, seria simplista entender a introdução de novos temas na teoria do desenvolvimento político e a sua própria transformação como mero reflexo da entrada de recursos nas ciências sociais como um todo ou nas pesquisas dos autores estudados especificamente. Além da mera entrada de recursos, havia outros tipos de interesses dos cientistas na produção dessa linha de pesquisa. Aqui

se percebe como os cientistas valorizavam a discussão com o pessoal de defesa ou inteligência do país, pois para eles seria um meio de agir de forma persuasiva sobre essas instituições para que suas funções fossem cumpridas da forma mais humana, mais sensível e mais racional possível. Essa justificativa é encontrada por Horowitz consensualmente em suas entrevistas com os membros participantes do Projeto Camelot. Sem dúvida, a defesa clássica desse interesse "humanizador", apontada por diversos autores, é o artigo de Ithiel de Sola Pool "A necessidade dos cientistas sociais realizarem pesquisas para os governos" em que o cientista afirma "...creio que o FBI agiria com muito mais humanidade e sabedoria se as ciências sociais lhe prestassem sua colaboração". (HOROWITZ, 1969, p.289)

Também Pye, no Simpósio de 1962, reconhece o efeito positivo para a estratégia militar da associação com cientistas sociais, por outro lado, argumenta que também existem efeitos positivos para os intelectuais em termos de ganhos científicos com essa associação. Segundo ele,

> O tema central de grande parte da discussão até agora foi a busca de meios nos quais as ciências sociais podem ajudar os militares na realização de suas missões. Eu gostaria de enfatizar o ponto de que essa deve ser uma relação recíproca. [...]
> .. a associação entre essas duas comunidades foi consideravelmente fértil no passado e cada um de nós se beneficiou em nossos caminhos separados, assim como em nossos interesses comuns. Algumas dessas pesquisas que os militares ajudaram a patrocinar são prestigiadas como contribuições principais para o conhecimento humano. (SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962, p.159) [*tradução própria*[LI]]

Essa grande participação de cientistas sociais em pesquisas sobre insurgência e contra-insurgência e outros fóruns de discussão, planejamento e consultoria ao lado de *policymakers* civis e militares continuou até o período, como seria de se esperar, da Guerra do Vietnã – por excelência uma guerra de contra-insurgência. Dessa forma, além de pesquisas e consultorias, esses intelectuais também forneciam apoio público à administração. Em Julho de 1965, por exemplo, Lucian Pye, Ithiel de Sola Pool, Robert Wood e William Griffith enviaram carta para o *New York Times* apoiando a decisão de Johnson de intensificar a guerra. (cf. OREN, 2003, p.152) Também Huntington apóia publicamente as ações da administração norte-americana na Guerra do Vietnã. Destaca-se o seu artigo no *Boston Globe,* de 17 de fevereiro de 1968, analisando a atuação dos EUA no Vietnã do Sul, em que Huntington afirma: "Enquanto a massa decisiva da

população vivia nos campos, o VietCong poderia vencer a guerra conquistando o controle dessas pessoas [...] Mas a revolução urbana patrocinada pela América interrompeu a revolução rural do VietCong." (HUNTINGTON, 1968, apud GILMAN, 2003, p.233) [*tradução própria*[LII]]

Surpreende nessa citação acima como a preferência pela ordem faz com que os próprios pressupostos teóricos se tornem maleáveis quando necessário. O início deste capítulo explica como Huntington considerava a modernização, entendida amplamente como mobilização social, o principal motor dos conflitos e instabilidades nas sociedades em mudança. Por esse motivo, seu pensamento chega mesmo a renunciar ao objetivo de modernização e urbanização, defendendo que a manutenção do *status quo* de baixa participação política, de populações majoritariamente agrárias sem acesso à comunicação, à educação etc. trariam mais garantias à estabilidade. Mesmo essa assunção, que é tão fundamental no seu pensamento, pôde ser colocada de lado quando o objetivo final da ordem iria ser melhor atendido pela "urbanização". [97]

Oren revela ainda que uma análise desses apoios públicos de intelectuais à Guerra do Vietnã apresenta três indícios de que havia mais cientistas políticos apoiando a guerra do Vietnã do que quaisquer outros intelectuais americanos. O primeiro deles é que o Manifesto de julho de 1965 de professores apoiando a posição da Administração era assinado em grande parte por cientistas políticos. Em segundo lugar, o ensaio de Hans Morgenthau, de 1966, "Truth and power" afirma que o silêncio/ausência de manifestações contra guerra é especialmente real entre cientistas políticos. Por último, em 1970 um estudo da elite intelectual realizado por Charles Kadushin encontra dados de que a maioria dos intelectuais se opôs a guerra desde o início ou durante a década de 1960 passou a se opor. Entre a minoria a favor, quase todos são da ciência política ou do direito. (cf. OREN, 2003, p.152-154)

Com o conhecimento de todas essas múltiplas relações entre cientistas sociais e *policymakers* civis e militares na área de contra-insurgência fica claro como estava aberto o caminho para "as ciências sociais irem" à guerra do Vietnã. "Como o secretário de defesa de JFK, Robert McNamara, colocou, se a 1ª Guerra Mundial foi a guerra dos

[97] Não há nenhuma intenção de ignorar aqui que Huntington está falando de uma "urbanização" que foi forçada pelos Estados Unidos, congregando a população em *hamlets* que tinham o objetivo de isolar a população da guerrilha, controlar os seus movimentos e impedir aos guerrilheiros o acesso a alimentos, informações e recrutas. Ao contrário, o exemplo mostra que não é qualquer modernização que Huntington rejeitava, mas sim aquela desenfreada, sem qualquer controle institucional e que dá acesso à educação, comunicação etc. para populações antes em situação marginal.

químicos, e a 2ª Guerra Mundial foi a guerra dos físicos, o Vietnã, 'pode bem ser considerada a guerra dos cientistas sociais'." (MCDOUGALL, 1997, p.141) [*tradução própria*[LIII]]

Apresentado o contexto da política de contra-insurgência do governo Kennedy, e também algumas informações do governo Johnson, a análise das idéias que foram destrinchadas nos capítulos três e quatro e a relação delas com esse contexto pode ser retomada. Já é possível agora enfrentar a pergunta: será que a emergência do objetivo final da ordem ao invés de resultado exclusivo do aumento de crises nos países pobres, não seria também a conseqüência da construção de um novo referencial? A reconstrução do contexto acrescenta ainda um questionamento: esse novo referencial não teria sido construído no interior de um contexto de discussão com as forças armadas, por meio de atividades de pesquisa e de consultoria para a sua missão de contra-insurgência?

Essas questões são aqui tratadas por meio do contraste entre os temas apontados no capítulo três e quatro e dois documentos da política de contra-insurgência do governo Kennedy. O primeiro deles é "Política dos EUA para Defesa Interna no Além-Mar" (*US Overseas Internal Defense Policy*) de setembro de 1962. (UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, 1962) Esse documento foi preparado sob a requisição de Kennedy, logo após o fracasso da Baía dos Porcos, pelo Departamento do Estado, de Defesa, a CIA, a AID e a USIA (Agência de Informação). Na avaliação de Maechling, ex-diretor de defesa interna no Governo Kennedy,

> "Até hoje, o OIDP [*US Overseas Internal Defense Policy*] continua o documento de política [*policy*] norte-americana mais intervencionista que já foi promulgado. Em uma linguagem específica, inserida pelo Pentágono, ele autorizava o 'comprometimento de forças operacionais dos EUA' em qualquer situação que houvesse 'altos níveis de insurgência ou risco de golpe comunista'." (cf. MAECHLING, 1999) [*tradução própria*[LIV]]

O segundo documento, já mencionado acima, é o Simpósio "A Missão de Guerra Limitada das Forças Armadas e as Ciências Sociais" (*The US Army's Limited-War Mission and Social Science Research*) realizado na *American University* em Washington DC em março de 1962.

Antes de tudo, chama a atenção em ambos os documentos a preferência pela ordem acima de qualquer outra situação. Como aparece na citação a seguir:

> Os Estados Unidos não desejam assumir uma postura contra o direito das populações de mudarem o seu governo, a lei internacional reconhece sistemas econômicos e estruturas sociais advindas da revolução. Além disso, o uso da força para derrubar certos tipos de governo não é sempre contrário ao governo norte-americano. Uma mudança realizada por meio da força por elementos não-comunistas pode ser preferível à deterioração prolongada da efetividade governamental ou à continuação de uma situação em que descontentamento crescente e a repressão interagem, gerando então um clímax mais perigoso. (UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, 1962, p.10) [*tradução própria*[LV]]

Interessa aqui ainda que esses dois documentos utilizem, desde as primeiras páginas, a perspectiva sócio-econômica para entender a insurgência, os conflitos e a violência, mas mais do que isso, o descontentamento do povo é uma questão crucial em ambos documentos. No prefácio do relatório escrito do simpósio afirma-se "Na situação de contra-insurgência, as fontes primárias de força insurgente não são as fortes organizações militares e seu suporte industrial-tecnológico, mas as fontes de descontentamento do povo no interior da nação e, portanto, a própria população." (SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962, p. VII) [*tradução própria*[LVI]] Percebe-se, portanto, como o documento repete as mesmas questões presentes nas obras teóricas analisadas: a preocupação com a ordem, a rejeição dos conflitos e da violência, a associação entre esses e o descontentamento crescente do povo. A partir dessa afirmação, o prefácio conclui pela necessidade de pesquisas que sejam capazes de entender e predizer o comportamento humano. As mudanças sócio-econômicas, a criação de expectativas, a destruição dos laços sociais e os efeitos na ordem pública vão aparecer também desde a abertura do documento "Política dos EUA para Defesa Interna no Além-Mar" (*US Overseas Internal Defense Policy)*. Além disso, o relatório chega a utilizar-se da teoria de Rostow (ainda que sem citá-lo) de que a instabilidade e os conflitos ocorreriam em uma fase do desenvolvimento, período em que a falta de desenvolvimento deixa o país ainda suscetível. Veja a citação a seguir "É durante o ínterim, entre a demolição das antigas formas e sua consolidação em um Estado moderno viável de força institucional popularmente aceita e apoiada, que um Estado em modernização é vulnerável à subversão e insurgência." [98] (UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, 1962, p.5) [*tradução própria*[LVII]]

[98] Compare com a citação de Rostow a seguir que afirma que o período das precondições é "...uma situação em que a sociedade adquiriu um acervo considerável de capital social fixo e conhecimentos tecnológicos modernos, mas está confundida não apenas pelo conflito entre os elementos tradicionais residuais e os que poderão modernizar sua estrutura, mas também embaralhada por conflitos entre os

Apesar de ambos esses documentos proporem o uso do desenvolvimento econômico e da modernização como meios de se evitar a instabilidade[99] – o que reafirma que os *policymakers* naquele período associavam a instabilidade à pobreza – também emerge nesses documentos a preocupação com as instituições. A citação a seguir reafirma esse ponto: "Enquanto as instituições exigidas para a modernização estão em processo de serem criadas, essa revolução contribui para gerar pressões, ansiedades e esperanças, que parecem justificar a ação violenta." (UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, 1962, p.3) [*tradução própria*[LVIII]]

Também no Simpósio de 1962 percebe-se uma inserção do problema do Estado, instituições ou desenvolvimento político. Talvez a informação mais importante que esses documentos fornecem seja a fala de Pye "O Papel dos Militares no Desenvolvimento Político" (*The Role of the Military in Political Development*) no Simpósio. Pye afirma que faltam conhecimentos sobre **os problemas** do desenvolvimento político **especificamente**. E critica ainda as ciências sociais por conseguirem explicar diferentes processos em um determinado momento, mas por terem sido, até o momento, incapazes de teorizar sobre a **dinâmica** do desenvolvimento ao longo do tempo. Aparecem, portanto, todos os termos da linha de pesquisa que será seguida pelo Comitê de Política Comparada a partir de meados da década de 1960: a preocupação com: (1) os problemas e crises do desenvolvimento político, (2) a formação de uma teoria autônoma do desenvolvimento político e (3) a compreensão da dinâmica do desenvolvimento.

Antes de adentrar no tema propriamente militar, no *paper* "O Papel dos Militares no Desenvolvimento Político", Pye adverte os militares presentes:

> Gostaria de sugerir que à medida que os militares se tornam mais preocupados com a série de problemas que nós agora identificamos como contra-insurgência, vocês estão de fato se deparando com os problemas de como formar a mais complexa de todas as instituições ou organizações sociais: o Estado-nação

---

que querem avançar [...] e os que carecem de coerência e organização para avançar resolutamente em qualquer direção firme.
É um ambiente desses de confusão social e política, antes de ser alcançado o arranco [...], que é mais fácil a conquista do poder pela conspiração comunista; é um ambiente desses que uma ditadura centralizada pode oferecer uma precondição técnica essencial ao arranco e à marcha contínua para a maturidade: uma organização efetiva de Estado moderno." (ROSTOW, 1974, p.193)

[99] No *US Overseas Internal Defense Policy*, por exemplo, dos nove métodos delineados para combater a insurgência, seis estão diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico ou social (reforma agrária, ação civil, desenvolvimento comunitário, projetos sociais, educação, trabalho e juventude).

moderno. (SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962, p.164) [*tradução própria*[LIX]]

É importante notar que esses termos de pesquisa que serão futuramente aprofundados não apenas aparecem em um Simpósio militar intitulado "A Missão de Guerra Limitada das Forças Armadas e as Ciências Sociais", como é o registro mais antigo dessa linha de pesquisa que esta dissertação conseguiu encontrar. O artigo de Almond com o qual abrimos o capítulo três é de 1963 (ver republicação ALMOND, 1968) e o livro da série que primeiro apresenta essas questões é de 1964. Esse livro é resultado de uma conferência de setembro de 1962, alguns meses, portanto, após esse simpósio militar, mas por falta de acesso aos *papers* originais da conferência, não é possível saber se as questões já apareciam em 1962 ou emergiram de fato já na edição do livro. [100] Outro documento, que se teve acesso, que já apresentava os termos da nova linha que será desenvolvida a partir do volume de Ward e Rustow (1964) foi o relatório de Lucian Pye para a AID "Political Development and Foreign Aid" de 1963.[101]

Concluindo, defendo aqui que existem fortes indícios de que a transformação teórica analisada nos capítulos três e quatro – que insere a questão da estabilidade e da ordem, associa o descontentamento do povo ao desenvolvimento econômico ou à modernização e finaliza culpando esse descontentamento pelos conflitos – seria efeito da aproximação entre cientistas sociais e *policymakers* preocupados com a contra-insurgência e a ordem, mais do que um necessário realismo de cientistas frente a novas crises nos países pobres. O argumento defendido aqui, portanto, segue um caminho que não havia sido contemplado pela "História Oficial" da teoria do desenvolvimento político apesar dessa perspectiva também ter contextualizado a emergência e o declínio da teoria. Ainda assim, a "História Oficial" relacionou a emergência da teoria à nova política externa americana (e também à nova situação de independência de países da Ásia e da África), no entanto o declínio foi associado apenas à "realidade" dos países ricos ou pobres durante a década de 1970. É interessante observar, portanto, como a mudança de enfoque reivindicada por esta dissertação – do declínio para a

[100] Como os dois livros anteriores da série (PYE, 1967 e LAPALOMBARA, 1973) – que também são conferências de 1962, mas que foram editadas em 1963 – ainda não tinham assumido o novo paradigma de crises e seqüências, provavelmente, a conferência que deu origem ao livro de Ward e Rustow (1964) não apresentava esse paradigma ainda em 1962.

[101] Talvez seja relevante relembrar aqui que a partir de 1963 Lucian Pye assumirá a coordenadoria do Comitê de Política Comparada.

transformação – gerou novas questões sobre o tema. Não deve ser mero acaso que a única análise que se conseguiu encontrar que associava a transformação teórica no sentido da ordem e da estabilidade a uma perspectiva semelhante na política externa foi o artigo "Modernization, order, and the erosion of a democratic ideal: American political science 1960-1970" de O'Brien (1972). O'Brien também não se propôs como objetivo entender o declínio da teoria (provavelmente por ainda não visualizar esse declínio em1972).

Na citação abaixo, Pye descreve a mudança de interesses e a relação que eles tiveram com o contexto político externo:

> Imediatamente depois da 2ª Guerra Mundial, [nós] não tínhamos praticamente nenhuma preocupação com as áreas subdesenvolvidas. Somente gradualmente, quando desenvolvemos uma estratégia mundial, nos tornamos conscientes da possível significância das áreas subdesenvolvidas. No começo, essa preocupação era quase totalmente limitada aos problemas do desenvolvimento [...] Na medida em que nos tornamos crescentemente preocupados com a guerra limitada, tivemos que atentar mais profundamente para os problemas dos novos países [...]
> Neste momento, nós havíamos nos tornado profundamente interessados nos problemas da estabilidade dos novos países. (SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE, 1962, p.161) [*tradução própria*[LX]]

Pye relaciona, portanto, a emergência da questão dos países pobres e do desenvolvimento desses países ao fim da Segunda Guerra Mundial e à construção de uma estratégia global. Além disso, o aprofundamento dos problemas desses países e da questão da estabilidade é atribuído a crescente preocupação com guerras limitadas (ou contra-insurgência). É verdade que esse "nós" a qual Lucian Pye está se referindo são os militares [*the Army*], mas será que, consciente ou inconscientemente, Pye não está incluindo nesse "nós" ele mesmo e seus colegas teóricos do desenvolvimento político?

Uma discussão final ainda precisa ser feita. Argumento aqui que para entender as transformações teóricas os acontecimentos nos países pobres durante a década de 1960 são insuficientes. Mas quando afirmo que eles são insuficientes, isso não quer dizer que eventos da década de 1960 como a guerrilha no Laos, a guerra civil no Congo, a Guerra do Vietnã, a revolução cubana etc. possam ser totalmente menosprezados.

O argumento é que esses acontecimentos por si só não determinam as construções teóricas, nem as práticas políticas dirigidas a eles. Apesar desses acontecimentos os teóricos clássicos do desenvolvimento político apostaram que a

continuidade dos processos de transformação social e econômica anularia esses conflitos ou "falhas" do processo. Também na política externa essas crises não impediram que o projeto desenvolvimentista fosse promovido. Ao contrário, esse projeto foi intensificado e ampliado por causa dessas crises, já que se entendia que essas mostravam a necessidade de um novo paradigma de política externa que compreendesse a situação de pobreza dessas regiões do mundo. No entanto, ao mesmo tempo havia outro braço da política externa, que no lugar do desenvolvimento enfoca o problema da manutenção da ordem ou contra-insurgência. Esse novo enfoque atinge as ciências sociais, diretamente, por meio do financiamento de pesquisas, mas também, indiretamente, já que os cientistas se diziam estimulados a tentarem humanizar as forças armadas e policiais do próprio país, assim como avaliavam que os resultados científicos do financiamento das forças armadas foram positivos.

Portanto, esta dissertação analisa uma década em que existiam, de um lado, *policymakers* preocupados com as insurgências nos países pobres e a ameaça que essas colocavam para o contexto de Guerra Fria e, de outro lado, estão presentes cientistas dispostos a mobilizar seus aparatos conceituais e teóricos para entrar em um diálogo frutífero e humanizador das funções de defesa. O encontro entre esses dois interesses tinha todos os elementos para a produção de uma nova geração voltada para entender os conflitos, as tensões, as instabilidades, assim como as possibilidades de se construir a ordem. Introduzir e abarcar o problema das tensões e adquirir capacidade de compreensão desses conflitos era o modo de se conseguir construir uma ponte de diálogo entre *policymakers*, militares e acadêmicos.

Em certo sentido, a linguagem usada pelos teóricos do desenvolvimento político teve que mudar o eixo do debate para que pudesse se adaptar aos problemas e interesses dos *policymakers* e militares, os desvios temáticos e mesmo a transformação das finalidades normativas do desenvolvimento no CCP, assim como a própria ruptura com a teoria clássica do desenvolvimento político que foi analisada em Huntington, teriam, então, o objetivo de entender ou descrever aquele mundo que preocupava a esfera militar e a política. Mas se assumirmos aqui as contribuições teóricas da História Conceitual de Koselleck (2006), seria possível pensar a linguagem não apenas em seu papel de descrição do mundo,[102] mas também como meio a partir do qual se elabora e

[102] Descrição do mundo não aparece aqui, como se percebe em seu uso acima, como descrição do mundo enquanto tal, ou descrição enquanto sinônimo de fidedignidade. Mas descrição daquilo que

comunica novos mundos possíveis. A comunicação dessas novas possibilidades acontece, pois no momento que a linguagem abarca determinado fenômeno ou *re*constrói uma ou outra visão disseminada, confere, com isso, sentido à ação do ator. Segundo Koselleck, esse papel da linguagem em elaborar-se de novas formas de modo a dar sentido aos acontecimentos indica como a história só pode ser compreendida, na medida em que haja uma linguagem que a fundamente e a abarque. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que os cientistas sociais analisados neste capítulo estavam dedicados a descrever aqueles países e aquelas situações de conflito que preocupavam os *policymakers* civis e militares, por outro lado, a nova linguagem que estava sendo construída fundamentava essas preocupações, ressignificava os novos acontecimentos de modo a dar sentido a nova reorganização de estratégias, legitimava o interesse na capacidade dos sistemas políticos responderem aos conflitos e às demandas de modo a manterem a ordem, ao invés de promoverem a transformação. Portanto, se, em certa medida, a nova linguagem emergiu por causa de algumas características presentes naquele contexto, em outro sentido, o sucesso que teve aquelas novas formulações e novas temáticas em abarcar e dar sentido aquela situação acabou tendo o efeito de reforçar o *status quo*. (cf. JASMIN, 2007)

E esse reforço do *status quo* pode ser percebido duplamente aqui no nosso tema. Em primeiro lugar, esse reforço atua de modo a dar sentido a uma nova preocupação de política externa mais voltada para as capacidades de estabilização do que para as possibilidades modernizadoras, ou mais voltada para um planejamento social de cunho pessimista do que um planejamento social de cunho otimista, ou mesmo desacreditando as possibilidades de planejamento social. Nesse sentido, a introdução dos temas do conflito e da estabilidade não apenas garantiu autonomia à teoria do desenvolvimento político por ter substituído os termos econômicos por termos políticos, mas também foram esses novos temas que deram sentido a ação dos *policymakers* e dos militares, ou seja, corroboraram os acontecimentos que primeiramente haviam motivado a redefinição dos termos do debate.

Em segundo lugar, o reforço do *status quo* é aqui amplificado por ter dado um novo sentido aos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970. Com essa nova linguagem os acontecimentos nos países em transição puderam ser entendidos como demonstrando um desenvolvimento dramático, que promovia um excesso de demandas

---

interessava e preocupava os militares, o que já indica um bom grau de seleção ou recorte e também um modo específico de visão do mundo.

e, com isso, excesso de problemas, ocorrendo ao mesmo tempo ou em uma seqüência que não permitia construção de capacidades, um desenvolvimento cíclico, que precisava ser induzido, mas que não havia lideranças nem instituições capazes de controlá-lo ou regulá-lo. Ao mesmo tempo, acontecimentos como os limites do "New Deal" e da "Great Society", o escândalo de Watergate, a estagnação econômica e o agravamento da guerra do Vietnã, colocavam em questão a própria capacidade dos Estados Unidos de lidar com demandas e conflitos. Ou seja, se seguirmos a definição de desenvolvimento político de Coleman – capacidade de reagir ou controlar os conflitos e as demandas – ou então a definição de Huntington – processo a partir do qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade – esses conflitos colocavam *de facto* em questão a própria condição de desenvolvido do sistema político norte-americano. Esses acontecimentos, que poderiam ter passado despercebido, assim como a teoria clássica do desenvolvimento político e todo o seu otimismo conseguiram emergir e prosperar imensamente apesar do holocausto, da segunda guerra, do maccartismo, com a emergência dessa nova linguagem os conflitos e tensões de finais da década de 1960 e de 1970 não poderiam mais ser tão facilmente negligenciados.

Nesse sentido, enquanto reforçador do *status quo* e também como estimulador de uma visão crítica de todos os acontecimentos que afetavam a ordem, é possível questionar em que medida a construção de uma nova linguagem nos anos 1960 não possui uma parcela de responsabilidade pelo desencontro entre os países pobres e os Estados Unidos na década de 1970, período que já foi chamado de "década das crises perpétuas". [103]

[103] Modo como a década de 1970 é chamada por Kolko em seu livro Confronting the Third World: United States foreign policy 1945-1980. (1988)

5. Conclusão

Esta dissertação iniciou-se apresentando brevemente a existência de duas representações sobre os países pobres, difundidas não apenas nos círculos acadêmicos sobre o desenvolvimento desses países, mas também no círculo político e até mesmo em setores mais diversos da opinião pública. Argumentou-se que as teorias do desenvolvimento político produzidas nos Estados Unidos entre os anos 1950 e 1970 são uma fonte valiosa para a compreensão da mudança representacional dos países pobres e, mais do que isso, que essa teoria se insere de forma privilegiada na transformação das representações.

O fim do percurso desta dissertação gerou a discussão se essa mudança representacional da teoria do desenvolvimento político, ao permitir uma determinada representação ou compreensão do mundo, não teria reforçado o interesse de *policymakers* na construção da ordem e no controle de tensões e demandas. Esse novo eixo de discussão não legitimava teoricamente a manutenção do *status quo* e o uso de todos os meios necessários para essa manutenção, no lugar da promoção de uma transformação social e econômica global dessas sociedades? Com esse novo arsenal teórico, situações de instabilidade nos países pobres que até então não haviam impedido políticas de desenvolvimento econômico – como no caso do início do governo Kennedy que deu início a programas como a "Aliança para o Progresso" apesar de todos os problemas no Congo, Laos, Vietnã do Sul, Cuba e até mesmo o anúncio de Kruschev de apoio total às "guerras de libertação nacional" – todas essas situações não passariam a ser interpretadas a partir de um novo paradigma que assume a ordem como ideal normativo e rejeita a modernização?

De fato, não apenas os "ares teóricos" se transformaram a partir de meados da década de 1960. Alguns analistas têm apontado como a solução dupla do governo Kennedy – desenvolvimentismo aliado ao militarismo – teria perdido espaço na administração de Johnson para uma virada, sem hesitações, ao *big stick.* (cf. TULCHIN, 1988; AYERBE, 2002 e PACKENHAM, 1973) O aumento da oposição no Congresso aos altos recursos destinados ao desenvolvimento econômico, o fracasso da "Aliança para o Progresso", a deterioração da situação no Vietnã do Sul estariam entre os processos que desencadearam essa nova política.

Um dos melhores exemplos dessa transformação foi a doutrina Mann, modo como ficou conhecido o discurso de Thomas Mann, secretário assistente do Departamento do Estado para a América Latina, proferido em 18 de março de 1964 para embaixadores e oficiais da AID, discurso ao qual até hoje só se tem acesso por meio de relatos indiretos. Essa nova doutrina expressa para embaixadores e *policymakers* responsáveis pelo desenvolvimento desses países teria anunciado o abandono da democracia constitucional como ideal normativo que se objetivava atingir e afirmado que a partir daquele momento as juntas militares que derrubassem regimes democráticos desestabilizadores não seriam criticadas pelo governo norte-americano.

Existe alguma relação entre esses acontecimentos de meados da década de 1960 em diante, e a emergência, teórica e politicamente, de um paradigma focado na ordem? Em que medida o abandono do braço desenvolvimentista do governo seria compreensível, em parte, como efeito de uma formulação teórica que referendava a ordem e o desenvolvimento político enquanto controle de tensões e manutenção da estabilidade? Esta dissertação ilumina mais perguntas que a presente investigação poderia responder. Pode-se discutir ainda os exemplos utilizados na Introdução para apresentar a representação securitizada. Aqueles exemplos mostraram como existiam diversos problemas que eram percebidos como sintomas de insegurança intrínsecos aos países pobres – a violência, a desordem civil, os tráficos de drogas, pessoas ou armas, e o terrorismo. Uma revisão daquelas citações a partir dos resultados desta pesquisa desperta o olhar para mais uma característica desses discursos: a insegurança nesses países não é representada apenas como sintoma da pobreza ou falta de desenvolvimento dessas nações, por diversas vezes, são as características das instituições ou do Estado que são compreendidas como uma questão de segurança. Será mero acaso a recorrência naqueles discursos dos mesmos vetores destrinchados na análise bibliográfica desta dissertação? Sem dúvida, essas perguntas transcendem os limites desta dissertação e só poderão ser respondidas por novas pesquisas.

Nesta dissertação foi analisada a transformação dos termos representacionais utilizados na bibliografia sobre desenvolvimento político das décadas de 1950 e 1960, assumindo a perspectiva de que as formulações teóricas são articulações conscientemente manipuladas no interior de um contexto social e político. Nesse sentido, a manipulação de idéias responde ao contexto de que faz parte, por outro lado, essas idéias afetam o entorno social e político, pois ao permitir que ele seja representado ou compreendido, também são guias para a ação.

O capítulo dois analisa como o uso dos termos econômicos para a representação dinâmica dos países pobres deveria ser entendido como resultado da situação desfavorecida da teoria do desenvolvimento político naquele contexto em que o tratamento, teórico e político, dos países pobres ocorria hegemonicamente por meio da concepção de desenvolvimento econômico. Além disso, os termos econômicos não apenas garantiam a vinculação à linguagem em que os países pobres estavam sendo recorrentemente tratados, mas também eram a base para uma nova abordagem dinâmica das regiões da Ásia, da África e da América Latina. Foi argumentado ainda que os conflitos já eram vistos, naquele momento, como resultados de expectativas não realizadas e como essencialmente negativos (ainda que ocupassem um local marginal da análise, já que, segundo o pressuposto teórico, se encerrariam com a continuidade do processo de modernização e desenvolvimento).

Uma discussão sobre a relação entre a produção teórica e a política externa revelou como a teoria do desenvolvimento político construiu os termos de sua formulação teórica – o interesse pelos países pobres, a compreensão dinâmica desses países, os termos econômicos e o cientificismo – de acordo com o contexto de desenvolvimentismo e os interesses vigentes de política externa. Além disso, a teoria do desenvolvimento político clássica possui dois pressupostos – de que a modernização e o desenvolvimento econômico e político são processos inter-relacionados e interdependentes e de que com a continuidade desse processo global os conflitos se resolveriam – que também guiam a política externa desenvolvimentista, sobretudo aquela que foi desenvolvida pelo governo Kennedy. No entanto, discutiu-se como essa semelhança de princípios pode ser resultado de uma base comum de teorias e doutrinas: ambas estariam baseadas em pressupostos liberais. Nesse caso, reafirma-se que a década de 1950 seria um período de baixa influência da teoria do desenvolvimento político.

O capítulo três, por sua vez, já adentrou diretamente na hipótese desta dissertação de que a teoria do desenvolvimento político teria inserido os termos representacionais da insegurança e instabilidade de forma privilegiada. No lugar dos termos econômicos, emergiram termos autóctones – as crises e as instabilidades – que assumiram não apenas a base para a representação *dinâmica* dos países pobres, mas alcançaram mesmo a própria definição de desenvolvimento político – capacidade para conter ou regular os conflitos e responder às demandas. Além da questão da estabilidade ter viabilizado uma "autonomia intelectual" desses teóricos sobre o seu objeto de

estudo, o próprio fenômeno de desenvolvimento político passou a ser entendido como independente do desenvolvimento econômico.

Por último, Huntington, analisado no capítulo quatro, mantém a instabilidade nos termos representacionais dos países pobres e a estabilidade na própria definição de desenvolvimento político/ordem política, ao mesmo tempo em que leva mais a fundo ainda esse processo iniciado no Comitê de Política Comparada ao distinguir desenvolvimento político da própria modernização como um todo e ao inserir o tema da estabilidade/instabilidade em todos os outros componentes teóricos: o hiato entre o campo e a cidade, os caminhos possíveis para a construção da ordem política, a representação dos países desenvolvidos e das sociedades em mudança. Por fim, Huntington chega a rejeitar a modernização, entendida como essencialmente desestabilizadora, por completo, passo que nenhum outro teórico havia ousado assumir. Assim o tema das instabilidades dos países pobres é libertado da discussão sobre desenvolvimento econômico e modernização. Tudo o que resta é uma análise crua das possibilidades de construção da ordem e da estabilidade.

Huntington *rompe*, portanto, com a representação clássica econômica, ao mesmo tempo em que promove um novo eixo em torno do qual todo o debate se reorganizará. No lugar do projeto de transformação dessas sociedades, emerge o valor normativo da ordem e de fortalecimento das instituições, a modernização e o desenvolvimento deixam de ser vistos como solucionadores dos conflitos para serem os próprios produtores dessas instabilidades, o *status quo*, o unipartidarismo e as ditaduras militares emergem como solução.

Se a teoria do desenvolvimento político clássica era pouco relevante na década de 1950, esse não será mais o caso com a construção de um objeto próprio – o desenvolvimento político – e uma forma autóctone de analisá-lo – a estabilidade. Essa teria sido a "década de ouro" desses comparativistas políticos, sendo que a teoria ali produzida foi fonte de inovação teórica, atração dos melhores estudantes e produção de conhecimento relevante para a política externa.

Por último, o capítulo quatro intenta entender ainda a relação entre a emergência de um paradigma focado na ordem na teoria do desenvolvimento político e a preocupação semelhante naquele período entre militares e também entre *policymakers* civis com a manutenção da ordem e com a resolução de conflitos de insurgência nos países da Ásia, África e América Latina.

Ao analisar a teoria clássica do desenvolvimento político nos Estados Unidos, esta dissertação percebeu a aproximação dessas formulações teóricas com práticas políticas desenvolvimentistas dirigidas aos países pobres naquele contexto. No entanto, essa prática política no sentido do desenvolvimento era apenas um dos braços da política externa norte-americana para esses países. De um lado, a promoção de ajuda econômica e social conseguiu emergir naquele contexto graças a uma compreensão da instabilidade como resultado da pobreza daquelas regiões. De outro lado, existia um segundo braço que defendia a necessidade de políticas externas militares, respaldando-se, para isso, em percepções sobre a instabilidade conectadas ao contexto da Guerra Fria e à ameaça da União Soviética.

A partir do início da década de 1960 também esse segundo braço começou a atingir as ciências sociais. Essa nova associação da teoria do desenvolvimento político estaria relacionada (1) a explosão de financiamentos às pesquisas nas ciências sociais sobre contra-insurgência pelo departamento de defesa e por outras instituições se segurança, (2) a multiplicação de pontos de encontro e discussão entre cientistas e militares (simpósios, relatórios, cursos etc.), e (3) ao fato de as ciências sociais se sentirem estimuladas para esses novos encontros por razões de ganhos científicos e também por interesse em humanizar as forças armadas.

6. Bibliografia

ABRAHAMSEN, R. *Democratisation – Part of the Problem or the Solution to Africa's 'Failed States'?* Trabalho apresentado na conferência 'The Global constitution of Failed States: the consequences of a new imperialism?', Sussex, Inglaterra, 18-20 Abr., 2001.

ALMOND, G. & COLEMAN, J. *A Política das Áreas em Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1969.

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations.* Princenton: Princenton University Press, 1972.

ALMOND, G. Politics, Science and Ethics. *The American Political Science Review,* v. 40, n. 2, p. 283-293, abr. 1946.

ALMOND, G. Political Systems and Political Change. In: BENDIX, R. (ed) *State and Society: a reader in comparative political sociology.* Boston: Little Brown and Company, 1968, p. 28-41.

ALMOND, G. The Development of Political Development. In: *A Discipline Divided: schools and sects in political science.* Newbury Park: SAGE Publications, 1990, p. 219-262.

ANZOLA, L. O Plano Colômbia e a economia política da guerra civil. *Política Externa*, v. 9, n. 3, dez/jan/fev, 2000.

ARANTES, P. *Extinção.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

AYERBE, L. *Estados Unidos e América latina: a construção da hegemonia.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AYOOB, M. Security in the Third World: the worm about to turn? *International affairs,* v. 60, n.1, p.41-51, 1983.

BALSINGER, J, O'NEILL, K & VANDEVEER, S. Actors, norms and impact: recent international cooperation theory and the influence of the agent-structure debate. *Annual Review of Political Science,* v. 7, p. 149-175, 2004.

BARBA, M. & CHADE, J. Preço da comida ameaça governos. *Estado de São Paulo.* São Paulo, 11 mai. 2008. Caderno Internacional, p.16.

BARTLETT, R. On the Decline of Contemporary Political Development Studies. *The Review of Politics.* v. 58, n. 2, p. 269-298, spring. 1996.

BENDIX, R. Modernisierung in internationaler Perspektive. In: ZAPF, Wolfgang. *Theorien des sozialen Wandels.* Köln: Kiepenheuer &Witsch, 1969.

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança.* São Paulo: Edusp, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* 2ªedição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, R. Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

BILGIN, P & MORTON, A. Historicising representations of 'failed states': beyond the cold-war annexation of the social sciences? *Third World Quarterly,* v. 23, n. 1, p. 55-80, fev. 2002.

BINDER, L et all. *Crises and Sequences in Political Development.* Princenton: Princenton University Press, 1971.

BLACKMER, D. The Contribution of President Lucian Pye. *Political Science and Politics,* v. 21, n. 4, pp. 882-891, autumn.1988.

BOBBIO, N. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea.* São Paulo: UNESP, 1997.

BOLI, J & THOMAS, G. INGOs and the Organization of World Culture. In: *Constructing World Culture. International Nongovernmental organizations since 1875.* Stanford: Stanford University Press, 1999.

BOWIE, R. Formulation of American Foreign Policy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 330, p. 1-10, Jul. 1960.

BROOKS, R. Failed States, or the State as Failure? *The University of Chicago Law Review.* v.72, n.4, p. 1159-1196, 2005.

BUZAN, B, WAEVER, O & WILDE, J. *Security – a new framework for analysis.* Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPBELL, D. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CARDOSO, F, & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, F. *As Idéias e seu lugar: ensaios sobre a teoria do desenvolvimento.* Cadernos CEBRAP. N. 33. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CEPÊDA, V. O Pensamento Político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. BRESSER-PEREIRA, L. & REGO, J. *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.* São Paulo: Editora 34, 2001.

CHABBOTT, C. Development INGOs. In: BOLI, John & THOMAS, George. *Constructing World Culture. International Nongovernmental organizations since 1875.* Stanford: Stanford University Press, 1999.

CHESTERMAN, S, IGNATIEFF, M e THAKUR, R. *Making States Work: state failure and the crisis of governance.* Tokyo: United Nation University Press, 2005.

CHISHOLM, R. A Progress and Mimesis: political ideas, imitation and development. *New England Journal of Political Science,* v.2, n. 1, spring. 2005.

CHOMSKY, N. *American Power and the New Mandarins: historical and political essays.* New York: Vintage Books Edition, 1969.

CHOMSKY, N. (et al.) *The Cold War & The University: toward and intellectual history of the postwar years.* New York: The New Press, 1997.

CLARK, J. Democratising Development: NGOs and the State. *Development in Practice,* v.2, n. 3, p. 151- 162, 1992.

CLEMIS, M. Crafting non-kinetic warfare: the academic-military nexus in US counterinsurgency doctrine. *Small Wars & Insurgencies,* v. 20, n. 1, p. 160-184, mar. 2009.

COLEMAN, J. (ed) *Education and Political Development.* Princenton: Princenton University Press, 1965.

COMMUNITY ANTI-DRUG COALITIONS OF AMERICA. *CADCA Action Alert: Drugs & Terrorism – ONDCP'S Media Campaign.* Alexandria, VA, 8 fev. 2002. Disponível em: <http://www.cadca.org/CoalitionResources/PP-Documents/laONDCPAlert.pdf> Acesso em 8 de dez. de 2008.

COOPER, F & PACKARD, R. *International Development and the Social Sciences.* Berkeley: University of California Press, 1997.

CORNWALL, A & BROCK, K. What do Buzzwords do for Development Policy? A critical look at 'participation', 'empowerment' and 'poverty reduction'. *Third World Quarterly,* v. 26, n.7, p.1043-1060, 2005.

CORNWALL, A & NYAMU-MUSEMBI, C. Putting the 'rights-based approach' to development into perspective. *Third World Quarterly,* v. 25, n.8, p.1415-1437, 2004.

CROZIER, M, HUNTINGTON, S & WATANUKI, J. *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission.* New York: New York University Press, 1975.

CULLATHER, N. The decline of modernization theory. In: ENCYCLOPEDIA OF AMERICAN FOREIGN POLICY, 2006. Disponível em: <http://www.americanforeignrelations.com/index.html> Acesso em 1 de abr. 2009

CUMINGS, B. Boundary Displacement: area studies and international studies during and after the cold war. Bulletin of Concerned Asian Scholars, *v. 29, n. 1, jan-mar. 1997.*

DEL ROSSO, S. The Insecure State. *Daedalus***,** v. 124, n.2, p. 175-208, 1995.

DEUTSCH, K. Social Mobilization and Political Development. *The American Political Science Review,* v.55, n.3, p. 493-514, 1961.

DOMÍNGUEZ, J. Samuel Huntington and the Latin American State. In: CENTENO & LÓPEZ-ALVES (eds) *The Other Mirror: grand theory through the lens of Latin America.* Princenton: Princenton University Press, 2001.

DOORNBOS, M. State Collapse and Fresh Starts: some critical reflections. *Development and Change,* v.33, n.5, p. 797-815, 2002.

DORFF, R. Failed States after 9/11: what did we know and what have we learned? *International Studies Perspectives,* v. 6, n.1, p. 20-34, 2005.

DUFFIELD, M. NGO Relief in War Zones: towards an analysis of the new aid paradigm. *Third World Quarterly*, v.18, n. 3, p.527-542, 1997.

DUFFIELD, M. *Global Governance and the New Wars.* London: Zed Books, 2001.

DUFFIELD, M. Social Reconstruction and the Radicalizations of Development: aid as a relation of global liberal governance. *Development and Change,* v. 33, n.5, p. 1049-1071, 2002.

DURKHEIM, E. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Editora Forense, 1970.

EISENSTADT, S. Functional Analysis in Anthropology and Sociology: an interpretative essay. Annual Review of Anthropology, *v. 19, p. 243-260, 1990.*

EISENSTADT, S. N. *Tradition, change, and modernity.* New York: Wiley, 1973.

ESCOBAR, A. *Encountering Development – the making and unmaking of the Third World.* Princeton: Princeton University Press, 1995.

EULAU, H. Review. *American Sociological Review,* v. 28, n. 5, p.846-847, 1963.

EVANS, M. (ed) War in Colombia: guerrillas, drugs and human rights in US-Colombia Policy, 1988-2002. In: *National Security Archive Electronic Briefing Book*, n. 69, 2002. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB69/> Acesso em 2 de ago. 2007.

FERES JR, J. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política,* Curitiba, n. 15, p. 97-110, nov. 2000.

FERES JR, J. *A História do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos***.** Bauru: EDUSC, 2005.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social.* Bauru: EDUSC, 1998.

FUKUYAMA, F. *O Fim da História e o Último Homem.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, F. The imperative of State Building. *Jounal of Democracy,* v.15, n.2, abr. 2004.

FUKUYAMA, F. *Construção de Estados. Governo e organização no século XXI.* Rio de Janeiro: Ed Rocco, 2005.

FUKUYAMA, F. *America at the Crossroads: democracy, power, and the neoconservative legacy.* New Haven: Yale Univ. Press, 2006.

FUKUYAMA, F. Foreword by Francis Fukuyama. In: HUNTINGTON, S. *Political Order in Changing Societies.* New Haven: Yale University Press, 2006b.

FUKUYAMA, F. Samuel Huntington, 1927-2008. *The American Interest,* dez. 2008. Disponível em: http://www.the-american-interest.com/contd/?p=688 Acesso em: 10 de jan. 2009.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

GEDDES, B. The Great Transformations in the study of politics in developing countries. In: KATZNELSON & MILNER. *Political science: state of the discipline.* New York; Washington, D.C: W.W. Norton: American Political Science Assn., 2002.

GENDZIER, I. *Managing Political Change: social scientist and the Third World.* Colorado: Westview Press Inc., 1985.

GENDZIER, I. Play it Again Sam: the practice and apology of Development. *New Political Science,* v. 20, n. 2, p.159-183, 1998.

GILMAN, N. *Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

GOUREVITICH, A. The Unfailing of the State. *Journal of International Affairs,* v. 58, n.1, p.255, 2004.

GRAMSCI, A. A Formação dos Intelectuais. In: *Os Intelectuais e a Organização da Cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAEFELE, M. Walt Rostow's Stages of Economic Growth: ideas and action. In: ENGERMAN, D. (et all) (eds) *Staging Growth: modernization, development, and the global cold war.* Boston: University of Massachusetts Press, 2003.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: *Da diáspora – identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARDT, M e NEGRI, A. *Império.* Record: Rio de Janeiro, 2001.

HARTLEY, A. John Kennedy's Foreign Policy. *Foreign Policy*, n. 4, p. 77-87, autumn. 1971

HEARN, J. African NGOs: the new compradors? *Development and Change,* v.38, n. 6, p. 1095-1110, 2007.

HELMAN, G & RATNER, S. Saving Failed States. *Foreign Policy,* n.89, p. 3-20, 1992.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. *Estudos Avançados,* v. 16, n. 46, 2002.

HESSELROTH, A. Struggles of Security in US Foreign Drug Policy Towards Andean Countries. *Peace, Conflict and Development,* v. 5, out. 2004.

HIRST, M. Crise de Estado e Segurança Regional: novos desafios para a América do Sul. In: CARVALHO, Maria Izabel & SANTOS, Maria Helena. *O século 21 no Brasil e no Mundo.* Bauru: EDUSC, 2006.

HOFFMANN, S. An American Social Science: International Relations. *Daedalus,* v.106, n.3, p. 41-60, summer. 1977.

HOROWITZ, I. *Three worlds of development.* New York: Oxford University Press, 1966.

HOROWITZ, I. *Ascensão e Queda do Projeto Camelot.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HOROWITZ, I. *Ideología y utopía en los estados unidos, 1956-1976.* Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1980.

HUNTINGTON, S. Conservatism as Ideology. *The American Political Science Review,* v. 51, n. 2, pp. 454-473, jun. 1957.

HUNTINGTON, S. Political Development and Political Decay. *World Politics,* v.17**,** n.3, p. 386-430**,** 1965.

HUNTINGTON, S. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ISACSON, A, OLSON, J & HAUGAARD, L. *Bellow the Radar: US military programs with Latin America, 1997-2007.* By Latin American Working Group Education Fund, Center for International Policy & Washington Office on Latin America, 2007.Disponível em <http://www.ciponline.org/facts/below_the_radar_eng.pdf> Acesso em 7 de jul. 2007.

JACKSON, R. *Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

JACKSON, R. *Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and 'Failed States'.* University of British Columbia Institute of International Relations Working Paper n. 25, nov. 1998.

JASMIN, M & FERES JR, J. (Orgs) *História dos Conceitos: debates e perspectivas.* Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2006.

JASMIN, M. Lenguajes politicos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política. *Revista de historia intellectual,* n. 11, p 171-176, 2007.

JENSEN, S. The South African transition: from development to security? *Development and Change,* v. 36, n. 3, p.551-570, 2005.

JOSEPH, G, LEGRAND, C e SALVATORE, R. *Close encounters of empire: writing the cultural history of US-Latin America Relations.* London: Duke University Press, 1998.

KALDOR, M. The politics of New Wars. In: *New and old War. Organized violence in a global era.* Stanford University Press. California, 1999.

KAPLAN, R. Looking the World in the Eye. *The Atlantic Monthly,* dez. 2001. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/doc/200112/kaplan> Acesso em 16 de dez. 2008.

KAZEMI, F. Review. *Iranian Studies,* v, 2, n. 4, p. 175-179, autumn.1969.

KENNEDY, J. Speech by Senator John F. Kennedy, Hillsborough County Courthouse, Tampa, FL. 18 de out. 1960. In: John T. Woolley and Gerhard Peters. (eds) *The American Presidency Project*. Santa Barbara, CA: University of California, 1999. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=74097> Acesso em 30 de mai. 2009

KENNEDY, J. Remarks at West Point to the Graduating Class of the US Military Academy. 6 de jun. de 1962. In: John T. Woolley and Gerhard Peters. (eds) *The American Presidency Project*. Santa Barbara, CA: University of California, 1999.Disponível em:<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=8695 > Acesso em 30 de maio de 2009

KENSKI, H. Teaching Latin American Politics at American Universities: a survey. *Latin American Research Review,* v. 10, n. 1, p. 89-104, spring. 1975.

KESSELMAN, M. Review: Order or Movement?: the literature of political development as ideology. *World Politics,* v. 26, n. 1, p. 139-154, out. 1973.

KIRKPATRICK, J. Dictatorships and Double Standards. *Commentary*, v.68, p. 34-45, nov. 1979.

KLEIN, N. *The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism.* New York: Penguim Books, 2007.

KOLKO, G. *Confronting the Third World: United States foreign policy 1945-1980.* New York: Pantheon Books, 1988.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LAMBACH, D. *The international politics of failing states.* Trabalho apresentado ao 46° Annual Conference of the International Studies Association (ISA): 'Dynamics of World Politics: Capacity, Preferences and Leadership.', Honolu, 1-5 mar. 2005.

LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAPALOMBARA, J. (ed) *Burocracia y desarrollo político.* Buenos Aires: Editorial Paidos, 1973.

LAPALOMBARA, J. e WEINER, M. (eds) *Political parties and political development.* Princenton: Princenton University Press, 1972.

LATHAM, M. *Modernization as Ideology: American social science and 'nation-building' in the Kennedy era.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

LEANDER, A. Globalization and the State Monopoly on the Legitimate Use of Force. *Political Science Publications.* n. 7, 2004.

LENZEN, M. Die Rolle der NGOs in der Entwicklungszusammenarbeit. Münsteraner Diskussionspapiere zum Nonprofit-Sektor: Universität Münster, 2001.

LERNER, D & LASSWELL, H. (eds) *The Policy Sciences: recent developments in Scope and Method.* Stanford: Stanford University Press, 1951.

LERNER, D. *The Passing of Traditional Society: modernizing the Middle East.* London: The Free Press of Glencoe, 1964.

LEVY JR, M. *The Structure of Society.* Princenton: Princenton University Press. London: Zed Books University Press, 1952.

LIPSET, M. Os Intelectuais Americanos: sua política e 'status'. In: *O Homem Político.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LOWEN, R. *Creating the Cold War University: the transformation of Stanford.* Berkeley: University of Califórnia, 1997.

LOWENTHAL, A. Os Estados Unidos e a América Latina na década de 90: interesses e políticas norte-americanas em mudança em um novo mundo. *Política Externa*, v. 1, n. 3, dez. 1992.

LOWENTHAL, A. Os Estados Unidos e a América Latina na virada do século. *Política Externa*, v. 9, n. 3, dez/jan/fev. 2000.

LUKÁCS, G. *Thomas Mann.* Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1969.

MACRIDIS, R. & COX, R. Seminar Report. *The American Political Science Review*, v.47, n. 3, p. 641-657, set. 1953.

MAECHLING, C. Camelot, Robert Kennedy, and Counter-insurgency: a memoir. *The Virginia Quarterly Review,* summer, p. 438-458, 1999.

MAHAJANI, U. Kennedy and the Strategy of AID: the Clay Report and after. *The Western Political Quarterly,* v.18, n. 3, p. 656-668, set. 1965.

MAKKI, F. The empire of capital and the remaking of centre-periphery relations. *Third World Quarterly,* v.25, n.1, p. 149-168, 2004.

MANJI, F & O'COILL, C. The missionary position: NGOs and development in Africa. *International Affairs,* v. 78, n. 3, p. 567-83, 2002.

MANN, A. *For Better or for Worse: the marriage of science and government in the United States.* New York: Columbia University Press, 2000.

MANNHEIM, K. El problema de la 'intelligentsia'. In: *Ensayos de Sociologia de la Cultura.* Madrid: Aguilar, 1957.

MARTINUSSEN, J. *Society, State and Market: A Guide to Competing Theories of Development***.** London**:** Zed Books**,** 1997.

MASON, A. *Colombian State Failure: the global context of eroding domestic authority.* Trabalho apresentado na Failed States Conference, Florence, Italy, 10-14 Abr. 2001.

MCCLINTOCK, M. The Kennedy Crusade: a dynamic national strategy to defeat the communists. In: *Instruments of Statecraft: US guerrilla warfare, counterinsurgency, and counterterrorism, 1940-1990.* New York: Pantheon Books, 1992.

MCDOUGALL, W. Back to Bedrock: the eight traditions of American statecraft. *Foreign Affairs,* v. 76, n.2, mar/abr. 1997

MCLLWAINE, C. Civil society and development geography. *Progress in Human Geography,* v. 22, n. 3, p.415-424, 1998.

MCNAMARA, R. S. Security in the Contemporary World. Secretary of Defense before the American Society of Newspaper Editors. Montreal, Canada, 18 de mai. 1966.

MEDINA, E. A Política da Paz de Andrés Pastrana: turbulência de um caminho em ascensão. *Política Externa*, v. 8, n. 3, dez/jan/fev, 1999.

MELLO, N. Latin America and Insecurity: new perspectives. Trabalho apresentado no Congress of Latin America Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil, 11 de jun. 2009.

MESSARI, N. Existe um novo cenário de segurança internacional? In: GÓMEZ, José.(ed) *América Latina y el (des)orden global neoliberal – hegemonia, contrahegemonía, perspectivas.* Buenos Aires: CLACSO, 2004.

MEZA, R. Cultivos ilícitos, conflito e processo de paz na Colômbia. *Política Externa*, v. 9, n. 4, mar/abr/mai, 2001.

MILNE, D. ´Our equivalent of guerrilla warfare´: Walt Rostow and the bombing of North Vietnam, 1961-1968. *The Journal of Military History,* v. 71, p. 169-203, jan. 2007

MONTEIRO, L. *O conceito de Estado fracassado nas Relações Internacionais. Origens, Definições e Implicações Teóricas.* São Paulo: PUC-SP, 2006. Dissertação de Mestrado.

MONTGOMERY, J. Review: The Quest for Political Development. *Comparative Politics,* v. 1, n. 2, p. 285-295, 1969.

MORAES, R. *Estado, Desenvolvimento e Globalização.* São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

NELSON, A. President Kennedy's National Security Policy: a reconsideration. *Reviews in American History,* v.19, n. 1, p. 1-14, mar. 1991

NEUMANN, V. *The (In)Coherence of US Foreign Policy in Colombia: disentangling the maze of drug control: is Plan Colombia the panacea?* Genebra: Graduate Institute of Development Studies, 2004. Tese de Doutorado.

NICHOLAS, H. Introduction: putting industrialization back into development. *Development and Change,* v. 36, n. 6, p. 1031-1033, 2005.

NOVAES, S. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros.* São Paulo: EDUSP, 1993.

O´BRIEN, D. Modernization, order, and the erosion of a democratic ideal: American political science 1960-1970. *Journal of Development Studies,* v. 8, n. 4, p. 351-378, 1972.

OLIVEIRA, F. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP,* n. 48, jul. 1997.

OLIVEIRA, F. (Org.) *Celso Furtado – Coleção Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo: Ática, 1983.

OREN, I. *Our Enemies and US: America's rivalries and the making of political science.* Ithaca: Cornell University Press, 2003.

PACKENHAM, R. *Liberal America and the Third World: political development ideas in foreign aid and social science.* Princeton: Princeton University Press, 1973.

PARDO, R. A guerra de duas frentes na Colômbia. *Política Externa*, v.9, n.2, set/out/nov. 2000.

PAREKH, B. Political Theory: Traditions in Political Philosophy. In: GOODIN e KLINGEMANN (eds) *A New Handbook of Political Science.* New York, Oxford University Press, 1996.

PARSONS, T. & SHILS, E. *Toward a General Theory of Action.* Cambridge: Harvard University Press, 1951.

PERES, P. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo na ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.23, n. 68, p. 53-71, out. 2008.

POCOCK, J. *Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: EDUSP, 2003.

POOL, S et all. Social Science Research and National Security. A Report prepared by the Research Group in Psychology and the Social Sciences under Office of Naval Research Contract. 5 de mar. 1963. Disponível em: <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=AD437464&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2008.

PRÉBISCH, R. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In Bielchowsky, Ricardo. *Cinqüenta anos do pensamento da CEPAL.* Rio de Janeiro: Record, 2000a.

PRÉBISCH, R. "Estudo econômico na América Latina. 1949". In Bielchowsky, Ricardo. *Cinqüenta anos do pensamento da CEPAL.* Rio de Janeiro: Record, 2000b.

PUTNAM, R. Samuel P. Huntington: an appreciation. *American Political Science Association,* v. 19, n. 4, p. 837-845, autumn. 1986.

PYE, L e VERBA, S. (eds) *Political Culture and Political Development.* Princenton: Princenton University Press, 1969.

PYE, L. Political Development and Foreign Aid. AID Development Information Center: Washington, DC, 1963. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADD471.pdf> Acesso em: 1 de fev. de 2009.

PYE, L. *Aspects of Political Development.* Boston: Little Bown, 1966.

PYE, L. (ed) *Comunicações e Desenvolvimento Político.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RAHNEMA, M e BAWTREE, V. *The Post-Development Reader.* London: Zed Books University Press, 1997.

REIS, R. & VILLA, R. A segurança internacional no pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 62, p. 19-52, 2006.

REMMER, K. Theoretical Decay and Theoretical Development: the resurgence of institutional analysis. *World Politics*, v. 50, n. 1, p. 34-61, out. 1997.

RIBEIRO, F. *As ciências sociais vão à guerra.* Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/FL%C3%81VIO%20DINIZ%20RIBEIRO.pdf> Acesso em 10 de jan. 2009.

RIBEIRO, R. A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos. *Perspectivas,* v. 30, p. 121-150, 2006.

RICE, S. *The New National Security Strategy: Focus on Failed States.* Brookings Policy Brief Series, n. 115, 2003. Disponível em: <http://www.brookings.edu/papers/2003/02terrorism_rice.aspx.> Acesso em 15 de maio de 2006.

ROSTOW, W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista).* 5ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ROTBERG, R. The New Nature of Nation-State Failure. *The Washington Quarterly*, v.25, n. 3, p. 85-96, summer. 2002.

ROTBERG, R. Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators. In: *State Failure and State Weakness in a Time of Terror.* Washington D.C: Brookings, p. 1-25, 2003.

RUTTAN, V. What happened to political development? *Economic Development and Cultural Change,* v. 39, n. 2, p. 265-292, jan. 1991.

SADRI, A. *Max Weber's Sociology of Intellectuals.* New York: Oxford University Press, 1992.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, E. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALVATORE, R. *Imágenes de um império. Estados Unidos y lãs formas de representación de América Latina.* Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SCHLESINGER, A. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SCHMITTER, P. *Comparative Politics at the Crossroads.* Trabalho apresentado em Seminário no 'Center for Advanced Study in the Social Sciences', Madri, 1991. Disponível em: <http://www.march.es/ceacs/publicaciones/working/archivos/1991_27_en.pdf> Acesso em 30 de nov. de 2008.

SCHOULTZ, L. *National Security and the United States Policy toward Latin America.* Princenton: Princenton University Press, 1987.

SCHUURMAN, F. Paradigms lost, paradigms regained? Development studies in the twenty-fisrt century. *Third World Quarterly,* v. 21, n.1, p. 7-20, 2000.

SERFATI, C e MAMPAEY, L. Os Grupos Armamentistas e os Mercados Financeiros : rumo a um compromisso 'guerra sem limites' ? In : CHESNAIS, François.(Org) *A Finança Mundializada.* São Paulo: Boitempo, 2005.

SERFATI, C. Le Bras Arme de la Mondialisation. *Temps Modernes,* n. 607, jan-fev. 2000.

SERFATI, C. The United States and Its Military Doctrine of Imperialist Domination at the beginning of the 21st Century. *Frontline*, n. 3, 2001a. Disponível em <http://redflag.org.uk/frontline/three/03serfati.html> Acesso em 30 de nov. 2006.

SERFATI, C. *Le Militaire: une catégorie nécessaire à l'analyse du mode de développement du capitalisme contemporain.* Trabalho apresentado no 'Fórum de Régulation', Paris, 11-12 de out. 2001b. Disponível em <http://www.c3ed.uvsq.fr/archive/c3ed/Axe6/Publications.htm> Acesso em 30 de nov. 2006.

SERFATI, C. El imperialismo norteamericano después del 11 de septiembre. *Revista Herramienta*, n. 20, 2003.

SERFATI, C. *Impérialisme et Militarisme: actualité du XXIe siécle.* Lausanne: Cahiers Libres, 2004.

SHILS, E. Limitation on the Freedom of Research and Teaching in the Social Sciences. *Annals of the American Academy of Political and Social Science,* v. 200, p. 144-164, nov. 1938.

SHILS, E. The Intellectuals and the Powers: some perspectives for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History,* v.1, n.1, p. 5-22, out. 1958.

SHILS, E. Political Development in the New States. *Comparative Studies in Society and History,* v. 2, n. 3, p. 265-292, 1960.

SHILS, E. Political Development in the New States II. *Comparative Studies in Society and History,* v. 2, n. 4, p. 379-411, 1960b.

SIMPSON, C. (ed) *Universities and Empire: money and politics in the social science during the Cold War.* New York: The New Press, 1998.

SMITH, S. The contested concept of security. In: BOOTH, Ken. (ed) *Critical Security Studies and World Politics.* London: Lynne Rienner Publishers, 2005.

SOLOVEY, M. Project Camelot and the 1960s Epistemological Revolution: rethinking the politics-patronage-social science nexus. *Social Studies of Science,* v. 31, p. 171-206, 2001.

SPANGER, H. *Failed State or Failed Concept? Objections and Suggestions.* Trabalho apresentado na Failed States Conference, Florencia, Itália, 7-10 abr. 2000.

SPECIAL OPERATIONS RESEARCH OFFICE. Symposium Proceedings: The US Army's limited-war mission and social science research. Operating Under Contract with the Department of the Army. Washignton, DC: The American University, March 26, 27, 28, 1962.

STANFORD REPORT. Memorial resolution: Gabriel Almond. Stanford: Stanford University, 2003. Disponível em: <http://news.stanford.edu/news/2003/may21/gabrielmem-521.html> Acesso em 01 de abr. de 2009.

STEINBERG, D. Bush na África: um continente à deriva. *Estado de São Paulo,* São Paulo, 24 fev. 2008. Caderno Internacional, p. 24.

STIGLITZ, J. The World Bank at the Millenium. *The Economic Journal,* n. 109, p. F577-F597, 1999.

STUBBS, P. International non-state actors and social development policy. In: DEACON, Bob, OLLILA, Eeva, KOIVUSALO, Meri & STUBBS, Paul.(eds)

Global Social Governance: themes and prospects. Helsink: Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2003.

SZTOMPKA, P. Theories of modernization, old and new. In: *The sociology of social change.* Oxford: Blackwell, 1993.

THE CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY'S COLOMBIA PROGRAM. *US Aid to Colombia since 1997: summary tables.* Washington, DC: The Center for International Policy's Colombia Program, 2007. Disponível em: <http://www.ciponline.org/colombia/aidtable.htm> Acesso em 24 de fev. 2009.

THOMAS, C. Global governance, development and human security: exploring the links. *Third World Quarterly,* v.22, n. 2, p. 159-175, 2001.

TIPPS, D. Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: a critical perspective. *Comparative Studies in Society and History,* v. 15, n.2, p.199-226, mar. 1973.

TOKATLIAN, J. As relações entre a Colômbia e os Estados Unidos: à beira do abismo ou com possibilidades. *Política Externa*, v. 6, n. 3, dez. 1997.

TOMLINSON, B. R. What was the Third World? *Journal of Contemporary History*, v.38, n. 2, p. 307-321, abr. 2003.

TULCHIN, J. The United States and Latin America in the 1960s. *Journal of Internamerican Studies and World Affairs,* v. 30, n. 1, p. 1-36, spring. 1988.

TULCHIN, J. Os Estados Unidos e a América Latina no mundo. *Política Externa*, v. 2, n. 1, jun. 1993.

ULLMAN, R. Redefining Security. *International Security,* v.8, n.1, p. 129-153, summer. 1983.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. *Cocaine: a supply side problem.* Draft Report. Washington, DC: State Department, 25 de abr. 1989. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB69/col06.pdf> Acesso em 25 de abr. de 2009.

UNITED STATES. OFFICE OF THE HISTORIAN. Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin), 6 de mar. 1961. In: *Foreign Relations, 1961-1963, Volume XII, American Republics.* Washington, DC: United States Government Printing Office, 1996. Disponível em:

<http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/kennedyjf/xii/35147.htm#> Acesso em 16 de junho de 2009.

UNITED STATES. OFFICE OF THE HISTORIAN. Report to the president on Latin American Mission. Report by Arthur Schlesinger. 12 de fev-3 de mar. In: *Foreign Relations, 1961-1963, Volume XII, American Republics.* Washington DC: United States Government Printing Office, 1996b. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/kennedyjf/xii/35147.htm#> Acesso em 16 de junho de 2009.

UNITED STATES. OFFICE OF THE HISTORIAN. US Covert Actions and Counter-Insurgency Programs. In: *Foreign Relations of the United States: 1964-1968, Volume XVI, Cyprus; Greece; Turkey.* Washington, DC: United States Government Printing Office, 2000. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/xvi/4777.htm> Acesso em 30 de jan. 2009.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. *United States Overseas Internal Defense Policy.* Washington, DC: The White House, September, 1962. Disponível em: <http://drworley.net/NSPcommon/OIDP/OIDP.pdf> Acesso em 1 de dez. 2008.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America.* Washington, DC: The White House, dez. 1999.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America.* Washington, DC: The White House. 17 de set. 2002.

VAICIUS, I & ISACSON, A. *The 'War on Drugs' meets the 'War on Terror'.* Washington, DC: Center for International Policy's Colombia Program, 2003. Disponível em <http://www.ciponline.org/colombia/0302ipr.htm> Acesso em 7 de jul. 2007.

VILLA, M. Políticas Públicas sobre el desplazamiento forzado en Colombia: una lectura desde las representaciones sociales. In: NOVICK, Susana. (Org) *Las Migraciones en América Latina: políticas, culturas y estrategias.* Buenos Aires: Catálogos, 2008.

VILLA, R. *Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional.* São Paulo: Annablume, 1999.

VIRILIO, P. *Estratégia da Decepção.* São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

WADDELL, N. Ties that bind: DflD and the emerging security and development agenda. *Conflict, Security and Development,* v. 6, n. 4, p. 531-555, 2006.

WAEVER, O. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie. *On Security.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder.* São Paulo: Boitempo, 2007.

WARD, R e RUSTOW, D. (eds) *Political modernization in Japan and Turkey.* Princenton: Princenton University Press, 1968.

WEBER, H. Reconstituting the 'Third World'? Poverty reduction and territoriality in the global politics of development. *Third World Quartely,* v. 25, n.1, p.187-206, 2004.

WHITE, S. NGOs, Civil Society and the State in Bangladesh: the politics of representing the poor. *Development and Change,* v. 30, p. 307-326, 1999.

WIARDA, H. Comparative Politics. Past and Present. In: *New Directions in Comparative Politics.* Boulder, CO: Westview Press, 1991.

WIARDA, H. Is Comparative Politics Dead? Rethinking the field in the Post-Cold Era. *Third World Quarterly,* v. 19, n. 5, p. 935-949, dez. 1998.

WILLIAMSON, S. *Six Ways to Compute the Relative Value of a U.S. Dollar Amount, 1790 to Present.* MeasuringWorth, 2008. Disponível em: <http://www.measuringworth.com/uscompare/> Acesso em 14 de jul. 2009.

WOODWARD, S. *Fragile States.* Trabalho apresentado no 'States and Security' Learning Group no encontro Peace and Social Justice da Ford Foundation, Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

WOODWARD, S. Estados falidos, o peso das palavras. *Enjeux Internationaux.* Edição especial: Estados falhados, 2006. Disponível em: <http://www.enjeux-internationaux.org/articles/num11/pt/indice11.htm> Acesso em 15 de jul. 2006.

YANNIS, A. State Collapse and its implications for peace-building and Reconstruction. In: *Development and Change,* v. 33, n.5, p. 817-835, 2002.

YUSHCHENKO, V. Crise na Geórgia: o que está em jogo para a Ucrânia. *Estado de São Paulo.* São Paulo, 31 ago. 2008. Caderno Internacional, p. 23.

ZAPF, W. Die Modernisierungstheorie und unterschiedliche Pfade der gesellschaftlichen Entwicklung. *Leviathan,* v. *24*, p. 63-77, 1996.

7. Citações das Notas de Rodapé no Original

Nota 18

No original em inglês: "The point against which I wish to enter a vigorous protest is that a number of men who follow science as their profession, men whom I refuse to designate any longer as scientists, have prostituted science by using it as a cover for their activities as spies. […]
The very essence of his life [the scientist] is the service of truth. […] A person, however, who uses science as a cover for political spying, who demeans himself to pose before a foreign government as an investigator and asks for assistance in his alleged researchers in order to carry on, under this cloak, his political machinations, prostitutes sciences in an unpardonable way and forfeits the right to be classed as a scientist."

Nota 26

No original em inglês: "Two world wars and the rise of fascism and communism were enough, however, to jar most political scientists out of their easy views about progress and the inevitability of social development."

Nota 54

No original em inglês: "Depending on who was speaking (and who was listening), development could mean either increased income or increased welfare, or put another way, increased production or increased consumption. However it was defined, economic growth was something tangible and measurable, unlike 'democracy' or 'sovereignty' or 'international respect'."

Nota 58

No original em inglês: "What are the means of breaking the agrarian system? The most favorable means from the US viewpoint would be the middle-class revolution where the processes of economic modernization carry the new urban middle class into power and produce, along with it, such necessities of modern technical society as constitutional government, honest public administration, a responsible party system, a rational land system, an efficient system of taxation, mass education, social mobility, etc. […]The corollary is that, if the possessing classes of Latin America make the middle-class revolution impossible, they will make a "workers-and-peasants" revolution inevitable; that is, if they destroy a Betancourt, they will guarantee a Castro or a Peron."

Nota 59

No original em inglês: "In Cuba the Communists have gained a satellite and established a base for the attempted infiltration and subversion of all Latin America. In Venezuela angry mobs have assaulted the Vice President of the United States. In Mexico City rioting crowds have protested American policy and castigated America itself. […]In Brazil, the newly elected President felt it necessary to appeal to rising anti-American sentiment in order to win the election. And every report, every broadcast, every newspaper dispatch from the south brings fresh news of unrest, of tension, of misunderstanding. […] These disastrous and tragic defeats have been the defeats of a Republican leadership which has lacked the imagination and compassion to understand the needs and aspirations of the people of South America, which has lacked the leadership and the vigor to act to meet those needs, and which has lacked the foresight and the vision to realize the inevitable results of its own failures."

Nota 71

No original em inglês: "The inactivity of the ordinary man and his inability to influence decisions help provide the power that governmental elites need if they are to make decisions."

Nota 73

No original em inglês: "Indeed, as was suggested above, theories of instability, corruption, authoritarianism, domestic violence, institutional decline, and political disintegration may tell us a lot more about the 'developing' areas than their more hopefully defined opposites."

Nota 76
No original em inglês: "The broader the definition of development, moreover, the more inevitable development becomes. The all-encompassing definitions make development seem easy by making it seem inescapable. Development becomes an omnipresent first cause, which explains everything but distinguishes nothing. Almost anything that happens in the 'developing' countries – coups, ethnic struggles, revolutionary wars – becomes part of the process of development, however contradictory or retrogressive this may appear on the surface. Political development loses its analytical content and acquires simply a geographic one. At the extreme, it becomes synonymous with the political history of Asia, Africa, and Latin America."

Nota 79
No original em inglês: "Such interventions should not aim at retarding economic and social development [...] Those policies of slowing down social mobilization and economic development in the main only diminished the capabilities of the government, paved the way to domestic failures and international defeats and were followed over the course of three generations by the persistent backwardness and ultimate destruction of the state. A more promising policy might have to be, on the contrary, one of active intervention in favor of more rapid and more balanced growth; a somewhat more even distribution of income, related more closely to rewards for productive contributions rather than for status and inheritance; the more productive investment of available resources; and a sustained growth in the political and administrative capabilities of government and of ever wider strata of the population."

Nota 90
No original em inglês: "The 'new', the 'emerging', the 'underdeveloped' or 'developing' nations, as they were variously called, challenged the classificatory talents and theoretical imaginations of Western social scientists. They brought to this effort to illuminate the prospects of the Third World the ideas and concepts of the enlightenment and nineteenth – and early twentieth-century social theory, which had sought to make sense out of European and American modernization. The 'progress' promised by the enlightenment – the spread of knowledge, the development of technology, the attainment of higher standards of material welfare, the emergence of lawful, humane, and liberal polities, and the perfection of the human spirit – now beckoned the Third World, newly freed from colonialism and exploitation, and straining against its own parochialisms. The challenging question confronting the scholars of the 1950s and 1960s was how these new and developing nations would find their way into the modern world."

Nota 93
No original em inglês: "Deterrence and counterinsurgency functions are not new; they always have been a part of the traditional mission of the military establishment, particularly the United States Army. What **is** new is the level of importance of these functions as contrasted with that ultimate military function which has been, and is, to close with the enemy and destroy his military power."

Citações do Corpo do Texto no Original

[I] Nos originais em inglês: "More than half the people are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate, they are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history humanity possess the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people… I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life…What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair dealing…Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge."
"Poverty is the ultimate systemic threat facing humanity. The widening gaps between rich and poor within nations and the gulf between affluent and impoverished nations are morally outrageous, economically wasteful and potentially socially explosive. It is not enough to increase the size of the cake. The way it is shared is deeply relevant. If the poor are left hopeless, poverty will undermine societies through confrontations, violence and civil disorder. We cannot afford to ignore poverty anywhere."

[II] No original em inglês: "Rostow's stage theory offered an appealing analytical tool for American policymakers. The increasing number of postcolonial nation entering the global arena threatened to add bewildering complexity to US foreign relations. Rostow provided a system that imposed order on this chaos because, in his model, all nations were merely at different points on the same development paths."

[III] No original em inglês: "Roughly 100 countries today are caught up in the difficult transition from traditional to modern societies. There is no uniform rate of progress among them, and they range from primitive mosaic societies fractured by tribalism and held feebly together by the slenderest of political sinews to relatively sophisticated countries well on the road to agricultural sufficiency and industrial competence.

[IV] Nos originais em inglês: "The events of September 11, 2001, taught us that weak states, like Afghanistan, can pose as great a danger to our national interests as strong states. Poverty does not make poor people into terrorists and murderers. Yet poverty, weak institutions, and corruption can make weak states vulnerable to terrorist networks and drug cartels within their borders."
"Bolivia, Colombia, and Peru **are** the cocaine problem. None of the governments of the three producer countries is unwilling to take on the traffickers, but all are conscious of the cost of success. A high percentage of employment in Bolivia is found in the drug industry and both Bolivia and Peru face foreign exchange shortages that will be exacerbated by a decline in revenue from coca/cocaine. While Colombia is on much firmer ground economically, its judicial system is the weakest link of an enforcement chain subject to murderous threats and subornation."

[V] No original em inglês: "Conventional descriptions create a series of implicit 'them' and 'us' dichotomies. *Their wars,* for example, are internal, illegitimate, identity-based, characterized by unrestrained destructions, abuse civilians, lead to social regression, rely on privatized violence, and so on. By implication, *our wars* are between states, are legitimate and politically motivated, show restraint, respect civilians, lead to social advancement and are based upon accountable force. In describing their wars, by implication, such statements suggest a good deal about how we like to understand our own violence. They establish, for want of better terms, a formative contrast between *borderland* traits of barbarity, excess and irrationality, and *metropolitan* characteristics of civility, restraint and rationality."

[VI] No original em Inglês: "Beginning with a knowledge of German, I began to think of myself as a European specialist, and as a comparativist during these middle years of the war."

[VII] No original em inglês: "Prébisch's insight was that because technological efficiencies were harder to wring out of primary production than industry, over time the terms of trade would decline for these countries."

[VIII] No original em inglês: "... suggests that postwar American thought about non-Western peoples has less to do with anything intrinsic to those people that it did with American's understanding of their own identity."

[IX] Nos originais em inglês: "Particular attention is devoted to the leading members of the Social Science Research Council (SSRC) TEN-MAN Committee on Comparative Politics, group which has been very important in assuring a high degree of theoretical cohesion in the study of political modernization."
"Because of its [CCP] central role in articulating an agenda for the field, its influence over the distribution of resources, and its high level of professional prestige, this body provides a particularly good case for analysis."
"Few formalized academic groups have so thoroughly set the course of a segment of social science scholarship as did committee during this decade."

[X] No original em inglês: "Turkey is not yet a Modern society in our sense; but it is no longer a Traditional society in any sense. The Muslim Institution has been separated from the secular state. Through Koranic codes are still heard in the mosque, a Constitution now is law in the land. Where once a Sultan reigned, a president now governs. The Republic has ceded a large domain to individual reflection and majority rule. The women of Turkey have removed the veil; the men have laid aside the fez. The children now grow up in skirts and trousers instead of *sholvars*, and go to schools where they no longer memorize the Koran but instead learn to read and write. To facilitate the modern miracle of free public education, the antique Arabic orthography was replaced by the simpler Western script."

[XI] No original em inglês: "..has been primarily parochial in its emphasis upon Western systems. It has been descriptive in depicting, as accurately as possible, only formal institutions of the Western state, and with rare exceptions, it has been insensitive to hypothesizing. Even its descriptive emphasis has been misplaced. For it has stressed primarily the formal legal institutions, such as constitutions, legislatures, judicial systems, and the like, which in a majority of the non-Western political systems yield no insights into the realities of political processes."

[XII] No original em inglês: "We focus on the personal meaning of social change - the transformations worked into the daily lifeways of individuals by these large historical forces."

[XIII] Nos originais em inglês: "there is a disposition to overlook the fact that the languages in question are living and not historically embalmed" e "the portrayals of the living present has been neglected and teaching has tended to concentrate on the classical past".

[XIV] No original em inglês: "Great political difficulties are imposed by Lebanon's advanced position in a retrograde area – Westernized at the entry to Arab Asia, modernized at the center of Islamic tradition. Lebanon's division from its neighbors stems from, and in turn reinforces, its internal division. Not powerful enough to impose its leadership on the area, Lebanon must temporize. Unable to resist completely the area's dominant Arab-Islam syndrome, unwilling to abandon its own Christian modern position, the Lebanese leadership straddles the two value-systems. […] The result on the level of national politics, is that Western governmental institutions operate in Middle Eastern style. A partly Europeanized economy operates without modern social controls."

[XV] No original em inglês: "The 'Western model' is only historically Western; sociologically it is global."

[XVI] No original em inglês: "People in the Western culture have become habituated to the sense of change and attuned to its various rhythms. Many generations ago, in the West, ordinary men found themselves unbound from their native soil and relatively free to move. Once they actually moved in large numbers, from farms to flats and from fields to factories, they became intimate with the idea of change by direct experience. This bore little resemblance to the migrant or crusading horders of yore, driven by war or famine. This was movement by individuals, each having made a personal choice to seek elsewhere his own version of a better life."

[XVII] No original em inglês: "They are inadequate urbanized, industrialized and literate, relative to their urge rapidly to install the symbols of modern participant society."

[XVIII] No original em inglês: “To rely upon automatic developments in economic and political life in those countries of the Free World to which the assumptions of our model apply, would be to court mounting instability, the overthrow of existing governments and their replacement by no less unstable successors, or else their eventual absorption into the Communist bloc. Deliberate political and economic intervention into the social mobilization process, on the other hand, might open up some more hopeful perspectives.”

[XIX] No original em inglês: “Other things assumed equal, the stage of rapid social mobilization may be expected, therefore, to promote the consolidation of states whose people already share the same language, culture, and major social institutions; while the same process may tend to strain or destroy the unity of states whose population is already divided into several groups with different languages or cultures or basic ways of life.”

[XX] Nos originais em inglês: “That some millions of Turks now live in towns, work in shops, wear trousers and have opinions who, a generation ago, lived in the centuries-old *sholvars* symbolizing the agrarian, illiterate, isolate life of the Anatolian village is what modernization has already done to some people. That other millions throughout the Middle East are yearning to trade in their old lives for such newer ways is what modernization promises to most people.”
“The new state might never succeed in becoming modern, but it will be unable to return to a traditional society or polity.”

[XXI] No original em inglês: “Concern with the problem of political development and change has acquired a new impetus in recent decades. This is primarily a response to the emergence in the contemporary world of the new nations, and the efforts of many of the older ones to modernize themselves.”

[XXII] No original em inglês: “The present war has focused attention as never before upon the entire world. Interest in foreign regions has been intensified and sharp attention drawn to areas over which we have felt little or no concern.
The immediate need for social scientists who know the different regions of the world stands second only to the demand for military and naval officers familiar with the actual and potential combat zones.”

[XXIII] Nos originais em inglês: “The main issue which I feel needs clarification here is that because we do not have a firm body of theory about political development we will not be able to treat the problems of political development in the same technical fashion as we have been able to conceive of many of the problems of economic development. It seems to me that the recent trend toward placing foreign economic aid on the basis of more sophisticated criteria depended entirely upon the prior existence of a substantial body of technical economic theory. We can, for example, argue that long-range considerations should hold away over short-range ones in guiding economic aid, because we do in fact have some theories that suggest to us that we can make reasonable long-range predictions. It is somewhat more difficult to make the same claims with respect to political development because it is almost impossible not to be guided merely by ideological or value considerations in making long-range political predictions.”
“I assume that there should be little need for us to dwell long on this point because the very fact that we are having this discussion about the relationship of AID to political development should indicate an awareness that the political base of AID has been eroded away at an alarming rate by an exaggerated concentration on technical economic criteria for aid.”

[XXIV] No original em inglês: “No agreement has been reached with reference to what social science really means. It may include philosophy, anthropology, all the racial questions, all kinds of economics, literature, perhaps religion, and various kinds of ideology. […] There is no connection between the social sciences, a very abstract field, and the concrete field which constitutes the other subjects to be dealt with by the proposed science foundation.”

[XXV] No original em inglês: “The support of general sciences in America derives from the social benefits that society receives through technology. Astronomy sets clocks and aids navigation, physics produces vacuum tubes that are used in our radio and television sets, chemistry and bacteriology produce penicillin and vitamins. If social sciences could contribute significantly to society by way of their technologies, this would give aid and comfort to the social scientist.”

[XXVI] No original em inglês: “Many people, indeed, have spoken of the need for a "Latin American Marshall Plan." In most respects, this is a misleading analogy. The problems of overcoming an ancient heritage of poverty, widespread illiteracy, and grave social, economic and geographical imbalances in the development process are fundamentally different from those of engendering economic recovery in industrially advanced nations temporarily crippled by war. In Latin America, much greater emphasis must be placed on the necessarily slow processes of institutional reform. The effort will take much longer. The volume of annual outside assistance measured in financial terms will be smaller and technical cooperation in various fields will play a greater role. […] And in one major respect, the analogy of the Marshall Plan is fully applicable. […] The Alliance for Progress must likewise energize the great reservoir of human talent in Latin America for the challenging task of securing growth with justice and freedom.”

[XXVII] No original em inglês: “the same basic model reappears in virtually all modernizing societies on all continents of the world, regardless of variations in race, color, creed”.

[XXVIII] No original em inglês: “We have not been able to begin a real development effort in Latin America. Plans and programs have not been prepared. Our own action has been slow and cumbersome. We cannot spend the money we have and we will have a difficult time in justifying our appropriation request to Congress. And we are slowing down. It can be accurately said that, as of today, not a single Latin American nation is embarked on a development program under the Alliance for Progress.”

[XXIX] No original em inglês: “What we are arguing is that the systemic characteristics of political systems – their structural, cultural and performance properties – are determined by the way in which these problems or challenges are encountered and experienced.”

[XXX] Traduzido do espanhol: “Nigeria presenta oportunidades muy atractivas al estudioso de la política por su extensión, su diversidad, su estructura federal y sus diversos grados de desarrollo. En una vasta extensión mayor que California, Texas, Nueva York e Nueva Inglaterra unidos, sus treinta y ocho a cuarenta millones de ciudadanos abarcan la mayor unidad política de África. Los alredor de trescientos grupos tribales que hay entre ellos reflejan casi todas las etapas de desarrollo social y político imaginables, desde las tribus paganas y desnudas de la meseta de Jos hasta los grandes emiratos medievales de Haussa-Fulani en el norte, las jefaturas de Yoruba occidental, altamente desarrolladas, o las democracias aldeanas del Ibo, en el este. Desde el punto de vista económico, el contraste es igualmente grande, ya que va desde la agricultura más primitiva (poco más que la recolección de los frutos de los bosques a medida que maduran) hasta los crecientes complejos industriales de los alrededores de Port Harcourt o los de Nigeria occidental.”

[XXXI] No original em inglês: “At first view it would seem that Indonesia has never had the basic elements for a viable state. It is geographically fragmented – 3.000 or more islands spread across an arc of 3.000 miles. It is ethnically diverse – 30 major languages groups and 300 local dialects. Its great resources and huge population are unevenly distributed – 75 per cent of its people reside in Java and 75 per cent of its economic wealth lies outside Java in other islands. It abounds in religions and sect – varieties of Islam, Hinduism, Catholicism, Protestantism, and that catch-all of indigenous beliefs, animism. It has been dominated by Indian princes, Portuguese sea captains, an English lord, Dutch mercantilists, and Japanese militarists. With this background Indonesia has nevertheless managed to persist as a state since her independence despite two additional European military occupations and major insurrections in Sumatra and the Celebes. Certainly most of these historical facts have contributed to disunity, but there are harmonious elements as well.
The centers of ‘Indonesian’ civilization have always been located in either Java and Sumatra, giving its history more continuity than would appear at first glance. […] Religions are so many veneers on

Indonesian civilization, and its constant eclectic borrowings has made religions toleration a feature of its life-style. All Indonesians shared to some extent foreign incursions, the long Dutch colonial rule, the Japanese oppression, and its revolutionary aftermath. Such experiences were shared by the small ethnically diverse elite that has held power since independence. Similar school experiences, kindred frustrations and success had formed the basis of an elite camaraderie that transcended individual differences. In general, the forces of division have been contained, somewhat shakily it is true, but the state has not disintegrated and the educational system has so far played a functional role in this regard."

[XXXII] Traduzido do espanhol: "El proceso de modernización de los países en desarrollo se caracteriza por la creación progresiva de estructuras sociales formalmente distintas, adaptadas de los modelos occidentales, a las cuales se les asigna funciones políticas y administrativas diferenciadas. Pero en este proceso perduran las antiguas bases de una sociedad tradicional. Aunque desgatadas y combatidas, luchan para mantenerse vivas, para retener posiciones de influencia.
En la sociedad en transición encontramos entonces una situación dual. Instituciones formalmente superpuestas, copiadas de modelos occidentales coexisten con otras más antiguas y autóctonas, de tipo tradicional, en un complejo diseño de superposición heterogénea. Las nuevas formas progresan mejor en el centro y en los niveles más altos de la sociedad; las antiguas se mantienen con más vigor en la periferia, en los medios rurales y en los niveles más bajos de la sociedad; pero la combinación está presente en todas partes y produce nuevas formas que no son características de los sistemas occidentales ni de los sistemas institucionales tradicionales."

[XXXIII] No original em inglês: "One cannot naively conceive of 'indigenous influences' as static, 'foreign influences' as dynamic. Both have elements of dynamism just as both incorporate obsolescent elements."

[XXXIV] No original em inglês: "It is ridiculous to assert that the Indian university is a rootless institution, a foreign establishment on Indian soil. One could as well say that the Indian administrative service, the Indian army, and the system of parliamentary government are foreign institutions. The proposition makes sense only if, by India, one means traditional India, and if one regards anything modern as a rootless intrusion. It is impossible to argue that India should be modernized while at the same time denying that the universities are right in pursuing a course that implies adherence to standards of universal validity."

[XXXV] No original em inglês: "In these terms, *political development* can be regarded as the acquisition by a political system of a consciously-sought, and qualitatively new and enhanced, political capacity as manifested in the successful institutionalization of (1) new patterns of integration regulating and containing the tensions and conflicts produced by increased differentiation, and (2) new patterns of participation and resource distribution adequately responsive to the demands generated by the imperatives of equality."

[XXXVI] Nos originais em inglês: "The United States have never faced the most difficult problems involved in substituting one set of leaders for another, the sorts of problems encountered when republicans attempt to replace monarchists, or communists succeed capitalists, or religious libertarians follow religious absolutes. No such fundamental schisms have divided our society. The only comparable situation was the sectional conflict that led to the Civil War. With that exception, it need hardly be argued that the United States represent, *par excellence*, a society characterized by an easy circulation of elite groups and, no less important, by relatively numerous routes of political recruitment and advancement."
"The continuity of events was violently interrupted for a generation."

[XXXVII] No original em inglês: "In the shift from a subject to a participant culture, the parochial and local autonomies, if they survive, may contribute to the development of a democratic infrastructure. Certainly this is what happened in the British case. Local authorities, municipal corporations, religious communities, and merchant groups in which the tradition of guild freedoms still persisted became the first interest groups in the developing British democracy."

[XXXVIII] No original em inglês: "..efforts to estimate the prospects of democracy in countries such as Germany and Italy, or in the developing areas of the non-Western world, we frequently try to draw 'lessons' from British and American history."

[XXXIX] No original em inglês: "This gradual, fusional growth of the civic culture has generally occurred in a political system whose problems have been spread over time. A variety of new groups have wanted entry into full participation, but not all groups at once. Major issues have had to be resolved, but at different times. This gradualness of political change characterizes British and, to a lesser extent, American political history. The problem in the new nations of the world is that such gradualness is not possible. There is a great demand for participation in politics from many who were only recently parochials. Tremendous problems of social change must be faced all at once. And what may be most crucial: the very acts of creating national boundaries and national identity must go on at the same time. A slow political development may foster a civic culture, but what the new nations of the world lack is the time for this gradual development."

[XL] No original em inglês: "had enormous influence on the way people thought about development, both in academia and in the policy world."

[XLI] Nos originais em inglês: "suggested that there was a way forward through modernizing authoritarianism".
"Huntington thus laid the groundwork for a development strategy that came to be called the 'authoritarian transition', whereby a modernizing dictatorship provided political order, a rule of law, and the conditions for successful economic and social development."

[XLII] No original em inglês: "Rapid increases in mobilization and participation, the principal political aspects of modernization, undermine political institutions. Rapid modernization, in brief, produces not political development, but political decay."

[XLIII] No original em inglês: "As a result, models and concepts which are hopefully entitled 'developing' or 'modernizing' are often only partially relevant to the countries to which they are applied. More relevant in many cases would be models of corrupt or degenerating societies, highlighting the decay of political organization and the increasing dominance of disruptive social forces."

[XLIV] No original em inglês: "For almost a quarter-century the Trilateral countries have shared a tripartide interest in military security, economic development, and political democracy. […] They have brought the comforts – and the anxieties – of middle class status to a growing majority of their peoples. In somewhat parallel fashion, they have also, each in its own way, developed and consolidated their own particular forms of political democracy […]
[…] What are in doubt today are not just the economic and military policies but also the political institutions inherited from the past. Is political democracy, as it exists today, a viable form of government for the industrialized countries of Europe, North America, and Asia? Can these countries continue to function during the final quarter of the twentieth century with the forms of political democracy which they evolved during the third quarter of the century?"

[XLV] No original em inglês: "From the perspective of intellectual history it is striking that the issue of development in its economic, social and political guises arose to challenge the social scientists just at the time when we thought we had buried the presumably old-fashioned and innocent concept of progress. Although earlier social theorists had certainly given support to the notion of human progress and social evolution, modern social scientists have generally been somewhat embarrassed by this popular Western and peculiarly American article of faith. With the rise of the dictators and the holocaust of World War II, the mood of social science was at best agnostic and skeptical to any suggestion about either the inevitability or even the desirability of progress. With this as background, the social sciences were hardly ready to embrace enthusiastically the concept of 'development' as applied to the non-Western world. Consequently we have had to go through a period of adjustment during which there has been some suspicion that the presumably discredited notion of progress was again appearing through a back door."

[XLVI] No original em inglês: “The result of this dispersal of policy makers’ beliefs about the cause of instability was the compromise that we have come to associate with John Kennedy’s administration: since there were two views on the cause of instability, there were two cures. One was a new economic aid program, the Alliance for Progress, designed to end instability by reducing the level of poverty in the region. The other cure was new or expanded counterinsurgency programs: the Army’s Special Forces – the Green Berets – and AID’s Office of Public Safety, designed to find and destroy communist insurgents.”

[XLVII] No original em inglês: “Korea has not been the only battleground since the end of the Second World War. Men have fought and died in Malaya, in Greece, in the Philippines, in Algeria and Cuba and Cyprus, and almost continuously on the Indo-Chinese Peninsula. No nuclear weapons have been fired. No massive nuclear retaliation has been considered appropriate. This is another type of war, new in its intensity, ancient in its origin--war by guerrillas, subversives, insurgents, assassins, war by ambush instead of by combat; by infiltration, instead of aggression, seeking victory by eroding and exhausting the enemy instead of engaging him. It is a form of warfare uniquely adapted to what has been strangely called "wars of liberation," to undermine the efforts of new and poor countries to maintain the freedom that they have finally achieved. It preys on economic unrest and ethnic conflicts. […] if freedom is to be saved, [it requires] a whole new kind of strategy, a wholly different kind of force, and therefore a new and wholly different kind of military training.”

[XLVIII] No original em inglês: “There have been innumerable foreign policy committees in different administrations but from the beginning the Special Group was different. At the president’s insistence, it met weekly and only principals were allowed to attend except when ill or on travel.”

[XLIX] No original em inglês: “In counterinsurgency, the psychologist, historian, economist, and other social and behavioral scientists are as important as the military general.”

[L] No original em inglês: “may prove to be a more fruitful for social scientists than many other aspects of military strategy. … Without question, social science research is in a strong position to contribute useful knowledge in designing and developing internal security forces”.

[LI] No original em inglês: “The central theme of much of the discussion up to this point has been the search for ways in which the social sciences might facilitate the military in achieving their missions. I would like to stress the point that this should be a reciprocal relationship. We in the social sciences have in our turn gained much from our associations over the years with the research branches of the military. Let me hasten to add that I do not have in mind just the fact that we have benefited from the funds and other resources of the military; […]
The major point I would make is that the association between these two communities has been remarkably fruitful in the past, and that we have each benefited in our separate ways as well as in our common interests. Some of the research which the military has helped to sponsor hanks as major contributions to human knowledge.”

[LII] No original em inglês: “So long as the overwhelming mass of the people lived in the countryside, the VietCong could win the war by winning control of those people – and they came very close to doing so in both 1961 and 1964. But the American sponsored urban revolution undercut the VietCong rural revolution.”

[LIII] No original em inglês: “As JFK's defense secretary, Robert McNamara, put it, if World War I was the chemists' war, and World War II the physicists' war, then Vietnam "might well have to be considered the social scientists' war."

[LIV] No original em inglês: “To this day, the OIDP [*US Overseas Internal Defense Policy*] remains the most interventionist statement of American policy ever promulgated. In specific language inserted by the Pentagon it authorized ‘commitment of US operational forces’ wherever there were ‘higher levels of insurgency or where there is a threat of Communist takeover.”

[LV] No original em inglês: "The US does not wish to assume a stance against right of peoples to change their governments, economic systems and social structures by revolution is recognized in international law. Moreover, the use of force to overthrow certain types of government is not always contrary to US interests. A change brought about through force by non-communist elements may be preferable to prolonged deterioration of governmental effectiveness or to a continuation of a situation where increasing discontent and repression interact, thus building toward a more dangerous climax."

[LVI] No original em inglês: "In the counterinsurgency situation, the primary sources of insurgent strength are not a strong military organization and its technological industrial support, but the sources of discontent of the people within the nation, and thus, the people themselves."

[LVII] No original em inglês: "It is during the interim, between the shattering of the old mold and its consolidation into a viable modern state of popularly accepted and supported institutional strength, that a modernizing state is vulnerable to subversive and insurgency."

[LVIII] No original em inglês: "While the institutions required for modernization are in process of being created, this revolution contributes to arousing pressures, anxieties, and hopes which seem to justify violent action."

[LIX] No original em inglês: "I would submit as the military becomes more concerned with the range of problems which you now identify as counterinsurgency you are in fact going to be coming across the problems of how to build the most complex of all social institutions or organizations: the modern nation-state."

[LX] No original em inglês: "Immediately after World War II, [we] had almost no concern with the underdeveloped areas. Only gradually as we developed a worldwide strategy did we become aware of the possible significance of the underdeveloped areas. In the beginning this concern was limited almost entirely to the problems of developing [...] As we became increasingly concerned with limited-war we had to look deeper into the problems of the new countries. […]
By this point we had become deeply interested in the problems of stability in the new countries."